UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO

ZAQUEU LUIZ BOBATO

A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS NA PERSPECTIVA DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: UM ENFOQUE MEDIANTE A COMPLEXIDADE DO APL DE TRICOT DE IMBITUVA-PR.

PONTA GROSSA
2012

ZAQUEU LUIZ BOBATO

A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS NA PERSPECTIVA DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: UM ENFOQUE MEDIANTE A COMPLEXIDADE DO APL DE TRICOT DE IMBITUVA-PR.

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Pós-Graduação em Geografia, curso de Mestrado em Gestão do Território.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha

PONTA GROSSA
2012

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Setor Tratamento da Informação Bicen/UEPG

Bobato, Zaqueu Luiz
B663i A implementação das políticas públicas territoriais na perspectiva de arranjos produtivos locais : um enfoque mediante a complexidade do APL de tricot de Imbituva – PR. / Zaqueu Luiz Bobato. Ponta Grossa, 2012.
200 f.

Dissertação (Mestrado em Geografia - Gestão do Território), Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientador: Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha

1. Arranjo produtivo local (APL) – Imbituva - PR. 2. Políticas públicas – Brasil. 3. APL de tricot – Imbituva – PR. I. Cunha, Luiz Alexandre Gonçalves. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em Geografia. III. T.

CDD: 338.981.62

TERMO DE APROVAÇÃO

Zaqueu Luiz Bobato

A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS NA PERSPECTIVA DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: UM ENFOQUE MEDIANTE A COMPLEXIDADE DO APL DE TRICOT DE IMBITUVA-PR

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof.Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha
UEPG

Profa. Dra. Jussara Ayres Bourguignon
UEPG

Profa. Dra. Márcia da Silva
UNICENTRO

Ponta Grossa, 23 de Março de 2012.

Dedico este trabalho à meus pais Sebastião Assis Bobato e Maria Glaci de Andrade Bobato, ao município de Imbituva-Pr, e a minha amada comunidade de Valinhos, berço do processo histórico e geográfico de minha formação humanista.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida, saúde, por me dar forças em todos os momentos aumentando em mim o desejo de vencer sem perder a humildade e a fé.

A meu pai Sebastião Assis Bobato e minha mãe Maria Glaci de Andrade Bobato, que nunca mediram esforços para me possibilitarem uma boa formação pautada em valores éticos, morais, e sempre me rodearam com muito amor e palavras de otimismo. Ambos vivenciaram um processo histórico e geográfico que não os permitiu terem acesso a uma longa educação institucionalizada, no entanto, isso não os impediu de passarem a acreditar que a educação é emancipadora, e assim sendo, apostaram em minha persistência me dando total incentivo para trilhar este caminho relacionado à pesquisa acadêmica, a educação, ou seja, me ajudaram a sonhar e a realizar meu sonho.

Aos meus irmãos Silmara, Ozéias, Sandra e Sirlene, que durante a realização deste mestrado se fizeram sempre presentes nos bastidores da minha vida cercando-me de apoio para que com persistência lutasse pela causa em que acreditei, e conseguisse realizá-la com dignidade.

Aos meus sobrinhos Jainy, Gabriel, Jetro, Letícia, Eduardo e Davi, pela compreensão nos vários momentos que estive ausente trancado em minha sala de estudos. Realmente em muitos momentos não pude me fazer presente nas vossas brincadeiras, brigamos muito para que as gritarias no pátio ao redor de minha sala cedessem espaço para o silêncio, algo que fora fundamental para as reflexões que estabeleci junto a temática de minha pesquisa. Mas não se preocupem, ainda teremos muito tempo para passarmos juntos, e mais, ainda vou retribuir vocês pela compreensão que tiveram, pois vocês, mesmo sendo crianças e alguns passando para a fase da adolescência se mostraram adultos com as atitudes tomadas em prol do silêncio para o meu bem estar.

Ao amigo Emerson Rigoni que fora meu professor no último ano de graduação e me deu grande incentivo para prestar as provas a fim de pleitear vaga no mestrado em Gestão do Território, assim como também ao professor Almir

Nabozny que não mediu esforços para discutir comigo as ideias em torno do projeto para entrada no mestrado. O professor Almir fora muito competente e prestativo, assim sendo, serei sempre grato.

Ao professor Roberto França da Silva Junior, que fora meu orientador na graduação, por ter despertado em mim o apreço à pesquisa à vida acadêmica já no início de minha trajetória na Geografia. Os instigantes debates com ele realizados possibilitaram estabelecer as bases para chegar ao mestrado.

Aos amigos Joélcio Gonçalves Soares, Fernando Fernandes, Melânia Zampronho Ferronato, Carla Eva Prichoa, pelos momentos que juntos passamos no apartamento alugado por um tempo na cidade de Ponta Grossa. Os lanches improvisados acalorados pelos debates geográficos e pelas angústias das dissertações ao redor da mesa, tudo contribuiu para este resultado final. Valeu a pena, sempre irei lembrar-me de todos com grande estima pelo caráter e companheirismo.

A minha tia Lindanor, meu tio Berto, o primo Rafael, por abrirem as portas de sua casa me acolhendo na cidade de Ponta Grossa a fim de trabalhar o término desta dissertação junto ao meu orientador. Vocês se fizeram especiais na minha vida, foram solidários, prestativos. Sempre irei lembrar de vocês com carinho e agradecimento.

Ao amigo José Claudinei Zampier pelas leituras realizadas em torno de meus trabalhos, as sugestões de cunho ortográfico. Apesar de sempre estar atarefado, jamais se esquivou em me auxiliar. Nunca esquecerei sua lealdade e amizade.

Aos professores do Mestrado em Gestão do Território pelas cativantes discussões levantadas no decorrer do curso, todas somaram para a elaboração desta pesquisa.

Ao professor Leonel Brizolla Monastirsky e a professora Jussara Ayres Bourguignon pelas contribuições propiciadas na banca de qualificação.

A banca de defesa composta pelas professoras Márcia da Silva e Jussara Ayres Bourguignon, pois, ambas permitiram grandes reflexões para o presente trabalho e despertaram em mim várias ideias para trabalhar em pesquisas futuras.

Ao mais que orientador, e sim grande amigo, o professor Luiz Alexandre Gonçalves Cunha pela competente orientação desta dissertação. Um intelectual portador de grande humildade e desejo de contribuir com uma formação pautada em valores éticos para com as pessoas que até ele chegam. Obrigado professor Cunha por ter me proporcionado estar ao seu lado durante dois anos debatendo as mais variadas temáticas que afligem muitos brasileiros. Obrigado por ter aberto as portas de sua sala cedendo inclusive cópia de sua chave para que eu tranquilamente estudasse. Pode ter certeza que ao abri-la, o senhor abriu também às portas para a minha carreira profissional. Serei sempre grato à sua confiança, amizade e competente orientação. Foi um privilégio estudar, pesquisar, discutir, trabalhar ao seu lado. Valeu a pena ser seu orientando.

A associação IMBITUMALHAS na pessoa de Rosiane Neves, pelas valiosas informações disponibilizadas. A Rosiane sempre fora prestativa se empenhando em dispor de materiais que servissem para o presente estudo. Também agradeço imensamente o empresário do ramo Ariel Neiverth por ter aberto as portas de sua casa várias vezes, a fim de contribuir com informações sobre o projeto APL. Os debates com Ariel foram de grande valia para esta pesquisa.

Ao empresariado do APL de Imbituva, que permitiram as entrevistas e a aplicação dos questionários.

Ao apoio financeiro obtido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pois, certamente este estudo não seria possível sem a bolsa de fomento a pesquisa que me foi concedida.

Aos colegas professores do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste campus de Irati-Pr.

A todos que de forma direta ou indireta deram contribuições, resultando neste trabalho de pesquisa.

A questão territorial constitui um fator de moderação e bloqueio a uma tendência hoje muito forte de pensar o mundo como se tivéssemos um planeta totalmente integrado, ignorando os espaços culturais e econômicos locais. (...) apesar de haver uma contradição entre o processo de globalização e estas realidades históricas e culturais, regionais e nacionais, nós não podemos pensar o global sem estas particularidades (THEOTONIO DOS SANTOS 1998, p. 72).

RESUMO

O presente estudo busca compreender como o modelo de organização da produção intitulado no Brasil de Arranjo Produtivo Local (APL) adentrou no território nacional, sendo consequentemente disseminado para as diversas regiões e locais do país, mediante a perspectiva de fomentar processos de desenvolvimento. Em meio à compreensão geral sobre a proposta de APL, direciona-se esse estudo para um enfoque detalhado ao caso do APL do tricot existente no município de Imbituva no Estado do Paraná, objetivando discutir a política pública de desenvolvimento regional e local proposta a partir da perspectiva dos modelos de APLs em meio ao processo de descentralização política no Brasil. O estudo também objetivou identificar os elementos fundamentais do processo de formação da concentração das empresas de tricot de Imbituva-PR, bem como, compreender como o projeto de desenvolvimento local do APL de tricot foi posto em prática no território imbituvense, e, como esse se insere na dinâmica econômico-territorial do município de Imbituva. A pesquisa realizada também busca compreender as relações de cooperação, de participação e governança dos agentes que compõem o APL do tricot**.** Dentro de uma perspectiva geográfica faz-se uma discussão em torno de conceitos como o de região, território, globalização, desenvolvimento local e territorial, descentralização política, participação e governança, cooperação, entre outros. As discussões realizadas intentam convergir para o objeto do presente estudo. Nesse presenciam-se complexas relações em meio ao projeto com caráter de política pública implantado pelo Estado do Paraná, atrelado ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Vê-se que parte do empresariado local não compreendeu o que de fato trata o projeto estabelecido desde o ano de 2005, e consolidado em 2006 no território. As relações de cooperação, participação e governança no arranjo, ocorrem de forma fragmentada, gerando perdas para o coletivo territorial, no entanto, constata-se que existem processos de cunho cultural enraizados no município, e estes não estão sendo levados em consideração pelo projeto estabelecido**.** As problemáticas percebidas no APL enfocado, permitem concluir que torna-se necessário repensar a forma de atuação no território, a fim de que o desenvolvimento do mesmo ocorra satisfatoriamente. Para tanto, é condição *sine qua non* o empenho e envolvimento dos donos das empresas com o poder público nas mais diversas escalas da política brasileira.

PALAVRAS CHAVE: Arranjos Produtivos Locais; Território, Políticas Públicas.

ABSTRACT

This study search to understand how the model of production organization in Brazil called the Local Productive Arrangement (APL) has entered the national territory, consequently being disseminated to many regions and parts of the country through the perspective of promoting development processes. Amid the general understanding of the proposal for APL, this study is directed to a comprehensive approach to the case of knitting APL existing in the town of Imbituva, Paraná State, aimed at discussing the public policy of regional and local development proposal from the perspective of APL's models amid the process of political decentralization in Brazil. The study also aimed to identify the fundamental elements of formation process of knitting companies concentration in Imbituva-PR, as well as understand how the local development project of the knitting APL was put in practice in Imbituva territory, and how this is inserts in the economic-territorial dynamic town of Imbituva. The search also seeks to understand the cooperation, participation and governance relations of the agents who belong to knitting APL. Within a geographical perspective it is a discussion around concepts such as region, territory, globalization, local and territorial development, political decentralization, participation and governance, cooperation, and others. The discussions intend to converge to the object of the present study. In this, are witnessed complex relations about the project with public policy character implemented by the State of Paraná linked to the Brazilian Service to Support Micro and Small Enterprises (SEBRAE). It is seen that part of the local business community did not understand what actually is the project established since the year 2005, and consolidated in 2006 in the territory. The relations of cooperation, participation and governance in arrangement occur so fragmented, leading to losses for the territorial collective, however, notes that there are processes of cultural nature rooted in the city, and these are not being taken into consideration by the project established. The problems perceived in APL focused, allow to conclude that it is necessary to rethink the way it operates in the territory, in order to that its development occurs satisfactorily. Therefore, it is *'sine qua non'* condition the commitment and involvement of business owners with the public sphere in various scales of Brazilian politics.

KEYWORDS: Local Productive Arrangement; Territory; Public Policies.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. ESQUEMA EXPLICATIVO ACERCA DO PENSAR TAYLORISTA E FORDISTA.....41

FIGURA 02. REGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ – 2003.....86

FIGURA 03. O ESTADO DO PARANÁ COM OS PRINCIPAIS APLs.....111

LISTA DE FOTOS

FOTO 01. MÁQUINA AUTOMÁTICA COMPUTADORIZADA.....145

FOTO 02. MÁQUINAS DE COSTURA DE TIPO SIMPLES.....146

FOTO 03. ESPAÇO FÍSICO DO CENTRO COMERCIAL.....154

LISTA DE TABELAS

TABELA 01. NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS – 2010.....122

TABELA 02. ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA – 2009.....123

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01. GLOSSÁRIO SUGESTIVO PARA REDES DE EMPRESAS E SISTEMAS LOCAIS.....115

QUADRO 02. A PARTICIPAÇÃO DO EMPRESARIADO NA CONCEPÇÃO DA PROPOSTA DE APL.....130

QUADRO 03. AS REUNIÕES DO APL.....136

QUADRO 04. AS CONTRIBUIÇÕES DO MODELO APL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL.....137

QUADRO 05. CURSOS DE QUALIFICAÇÃO NO APL.....147

QUADRO 06. A IMPORTÂNCIA DA ASSOCIAÇÃO NO CONTEXTO DO APL.....150

QUADRO 07. A RELEVÂNCIA DA COOPERAÇÃO NO PENSAR DO EMPRESARIADO.....152

QUADRO 08. O APL E A EVOLUÇÃO DAS RELACÕES DE COOPERAÇÃO.....155

QUADRO 09. A PARTICIPAÇÃO CÍVICA DO EMPRESARIADO DO APL.....161

QUADRO 10. AS DIFICULDADES EXISTENTES NO APL.....174

LISTA DE MAPAS

MAPA 1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO TERRITÓRIO DE IMBITUVA-PR.....100

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01. ANO DE FUNDAÇÃO DAS EMPRESAS PESQUISADAS.....125

GRÁFICO 02. A ADMINISTRAÇÃO DAS EMPRESAS DO TRICOT DE IMBITUVA-PR.....126

GRÁFICO 03. MOTIVOS A FIXAR EMPRESAS DE TRICOT EM IMBITUVA-PR.....126

GRÁFICO 04. AS OPINIÕES DOS EMPRESÁRIOS NA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO APL EM IMBITUVA-PR.....131

GRÁFICO 05. EMPREGOS GERADOS NO SETOR DO TRICOT DE IMBITUVA-PR.....140

GRÁFICO 06. RENDA FAMILIAR DO EMPRESARIADO.....140

GRÁFICO 07. PESSOAS ENVOLVIDAS NA GERÊNCIA DAS EMPRESAS.....141

GRÁFICO 08. RENDA COMPLEMENTAR AO SETOR DO TRICOT.....141

GRÁFICO 09. ESCOLARIDADE DO EMPRESARIADO DO SETOR DO TRICOT DE IMBITUVA-PR 142

GRÁFICO 10. NÚMERO DE EMPRESAS COM MÁQUINAS AUTOMÁTICAS PROGRAMADAS POR COMPUTADOR NO APL DE IMBITUVA.....143

GRÁFICO 11. AS RELAÇÕES DE SINERGIA ENTRE O EMPRESARIADO.....152

GRÁFICO 12. A DESCENDÊNCIA DO EMPRESARIADO LOCAL.....158

GRÁFICO 13. AS RELIGIOSIDADES PRESENTES EM MEIO AO EMPRESARIADO DO SETOR.....158

GRÁFICO 14. O ENVOLVIMENTO DOS EMPRESÁRIOS JUNTO AS QUESTÕES POLÍTICAS.....165

LISTA DE SIGLAS

AFPR – Agência de Fomento do Paraná
APL – Arranjo Produtivo Local
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BB – Banco do Brasil
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
E/APL – Embrião de Arranjo Produtivo Local
FIEP – Sistema da Federação de Indústrias do Estado do Paraná
GTP – Grupo de Trabalho Permanente
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBQP – Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade
IEES- Instituições Estaduais de Ensino Superior
IEL – Instituto Euvaldo Lodi
IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade
IMBITUMALHAS – Associação das Malharias de Imbituva
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
JIT – *Just-in-time*
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MI – Ministério da Integração Nacional
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MRG – Microrregião Geográfica
NDSR – Núcleo de Desenvolvimento Setorial/Regional
OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PIB – Produto Interno Bruto
PMEs – Pequenas e Médias Empresas
PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PR – Paraná
PROMOS – Câmara de Comércio da Lombárdia/Itália

QL – Quociente Locacional
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
RedeSist – Rede de pesquisa em Sistemas produtivos e inovativos locais
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SELP – Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
SETI – Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
SEIM – Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEFA-PR – Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná
SINDITÊXTIL – Sindicato das Indústrias e Fiação do Estado do Paraná
SLI – Sistema Local de Inovação
SPL – Sistema Produtivo Local
TECPAR – Instituto de Tecnologia do Paraná
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
VA – Vetor Avançado
VDL – Vetor de Desenvolvimento Local

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....X
LISTA DE FOTOS.....XI
LISTA DE TABELAS.....XII
LISTA DE QUADROS.....XIII
LISTA DE MAPAS.....XIV
LISTA DE GRÁFICOS.....XV
LISTA DE SIGLAS.....XVI

INTRODUÇÃO.....20
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....23

CAPÍTULO 01. A GEOGRAFIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL.....31

1.1. PARADIGMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E A ESCALA GEOGRÁFICA LOCAL.....35
1.2. A VALORIZAÇÃO DA ESCALA GEOGRÁFICA LOCAL EM MEIO AO DEBATE GLOBAL/LOCAL.....49
1.3. A DISCUSSÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO E AS CONCEPÇÕES RENOVADAS: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....59
1.4. DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....67
1.5. A ABORDAGEM DOS APLs.....76

CAPÍTULO 02. FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA-PR COM O SEU APL: UMA BREVE DISCUSSÃO EM TORNO DO CONCEITO DE TERRITÓRIO.....91

2.1. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO EM ESTUDO: O PROCESSO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SUA CONSOLIDAÇÃO.....99
2.2. PROCESSO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA ORIGEM DO RAMO DE TRICOT DE IMBITUVA-PR E SUA CONSOLIDAÇÃO.....106
2.3. A CONCENTRAÇÃO TERRITORIAL DE EMPRESAS DE TRICOT EM IMBITUVA E A POLÍTICA DE APL.....109
2.4. O APL DE TRICOT EM IMBITUVA-PR E SUA INSERÇÃO NA DINÂMICA ECONÔMICA-TERRITORIAL DO MUNICÍPIO.....121

CAPÍTULO 03. O APL DO TRICOT DE IMBITUVA-PR EM EVIDÊNCIA.....125

3.1. ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE APL EM IMBITUVA.....128
3.2. A GERAÇÃO DE EMPREGOS NO APL DE TRICOT DE IMBITUVA-PR.....139
3.3. A ESCOLARIDADE DO EMPRESARIADO DO APL IMBITUVENSE.....142

3.4. A BUSCA POR INOVAÇÕES NO APL DE TRICOT.....142
3.5. A INSTITUIÇÃO IMBITUMALHAS E AS RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO ENTRE OS MEMBROS DO APL IMBITUVENSE.....148
3.6. FORMAÇÃO TERRITORIAL E AS CARACTERÍSTCAS CULTURAIS NO APL: CULTURA POLÍTICA.....156
3.7. PARTICIPAÇÃO E GOVERNANÇA DO EMPRESARIADO EM MEIO A DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICA: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA.....163
3.8. AS DIFICULDADES QUE PERMEIAM O APL DE TRICOT.....172

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....177

REFERÊNCIAS.....184

ANEXOS.....195
QUESTIONÁRIO APLICADO NAS EMPRESAS.....196

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa faz uma abordagem geográfica sobre as políticas de Arranjos Produtivos Locais (APLs) implementadas no Brasil a partir dos anos 1990, em meio aos processos da descentralização política vividos no país, assim como em meio à intensificação das lógicas globalizantes sobre as economias mundiais. Neste contexto histórico e geográfico tem-se a valorização da escala local, que passa a ser caracterizada por estudiosos, como sendo uma escala propícia ao estímulo e efetivação do desenvolvimento.

Tendo em vista a significativa valorização do local, os projetos de APLs passam a ser implantados em diversos espaços territoriais do país, recebendo o apoio de organismos públicos e privados. Tais projetos de APLs visam dinamizar a economia dos locais, para tanto, necessitam do "protagonismo local", e este envolve questões relacionadas a participação, a governança, a cooperação, as interações entre os mais diversos agentes sociais que vivem no território.

Em meio à discussão sobre a temática dos arranjos produtivos, faz-se uma abordagem sobre o APL do tricot do município de Imbituva-Paraná, com o objetivo geral de compreender a implantação do projeto posto em prática no ano de 2005, sendo que este APL no ano de 2006 passou a ser tido como importante vetor do desenvolvimento local.

Almejando cumprir o objetivo deste trabalho foi realizado uma divisão em três capítulos, e estes abarcando sub-capítulos. Assim, no primeiro capítulo faz-se uma abordagem sobre a temática do desenvolvimento local, diferenciando-o da escala regional. Realizou-se esta explanação com o intuito de sanar os equívocos que ocorrem de pensar o local e o regional como sendo escalas semelhantes. Desta forma, faz-se uma discussão em torno da valorização da escala local em meio a temática do global/local.

Dada a crescente importância atribuída à escala local como propícia em gerar o desenvolvimento, traz-se a baila uma abordagem das concepções de desenvolvimento no Brasil, dando-se ênfase à concepção renovada que se relaciona ao desenvolvimento territorial. Tal perspectiva é destacada neste estudo, devido as suas características se fazerem presentes nos projetos de APLs implantados no país. No entanto, como o modelo APL necessita do envolvimento, do protagonismo dos agentes públicos que atuam no território em que ele está inserido, para o êxito

do seu desenvolvimento, sistematiza-se uma discussão em torno da descentralização política delineada no Brasil a partir da Constituição de 1988, já que esta passa a conferir aos Estados e municípios responsabilidades em angariar os processos do desenvolvimento territorial. É neste contexto que os APLs passam a ser valorizados, ou seja, em meio a descentralização política, e a importância atribuída ao local como mecanismo do desenvolvimento territorial. Portanto, finaliza-se o capítulo com um enfoque sobre a abordagem dos APLs implementados no Brasil.

No segundo capítulo do estudo, é abordada a formação territorial do município de Imbituva-PR com o seu APL. Para tanto, realiza-se uma breve discussão em torno do conceito de território, evidenciando as peculiaridades que o conformaram na trajetória do seu processo histórico e geográfico. Após ser feito a caracterização do território em estudo, evidencia-se o processo histórico e geográfico da origem do ramo do tricot em Imbituva, bem como sua consolidação. Nesta abordagem, enfatiza-se a discussão sobre o termo malhas e tricot, um equívoco que ocorre já no surgimento do segmento. Em seguida, dá-se um enfoque sobre a concentração territorial das empresas do tricot de Imbituva em meio à política de APL implantada. Assim sendo, é destacado como o projeto foi posto em prática em Imbituva, os agentes envolvidos na sua efetivação. Ao final do capítulo ressalta-se a inserção do APL na dinâmica econômica-territorial do município. Desta forma, evidencia-se alguns dados econômicos do arranjo destacando sua importância.

O terceiro e último capítulo, apresenta as constatações obtidas por meio das pesquisas de campo. Desta maneira, trazem-se informações sobre os motivos que levaram a consolidação do ramo do tricot em Imbituva, bem como a análise da implantação da política de APL no município, o papel do SEBRAE, dos agentes públicos em relação ao arranjo, sendo para tanto, estabelecido análises em torno da participação e da governança. Apresentam-se também dados sobre a geração de empregos no APL, a escolaridade do empresariado, e a busca pelos processos inovativos que são mecanismos importantes para a competitividade do arranjo.

Também neste capítulo, é estabelecida uma reflexão acerca da instituição IMBITUMALHAS com as relações de cooperação estabelecidas entre os membros do APL imbituvense. Adiante se realiza uma abordagem em torno da formação territorial do APL com as suas características culturais, na qual se enfatiza as

questões que envolvem a governança e a participação, considerando que estas estão atreladas à cultura política presente no tecido territorial do arranjo. A discussão é sintetizada com uma abordagem sobre participação e governança do empresariado em meio à perspectiva de descentralização política vivenciada no Brasil.

Finaliza-se o estudo assinalando as dificuldades que permeiam o APL de tricot, e em seguida é tecida as considerações finais do trabalho.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nas ciências, em suas mais diversas especificidades, a metodologia científica possui grande importância, pois, é através da aplicação de métodos adequados, pertinentes ao objeto de estudo almejado, que o pesquisador pode delinear um bom trabalho científico. Às vezes, um dado foco de estudo acaba se caracterizando de forma complexa, devido os diversos processos que o permeiam, porém, quando o pesquisador percebe a dimensão do caso a ser pesquisado, e, desta forma, mensura um processo reflexivo, traçando o caminho metodológico a trilhar com o intuito de desvendar e esclarecer aquilo em que se propôs a pesquisar, tal pesquisador, certamente, apresentará resultados satisfatórios dando contribuições para o meio científico e social como num todo.

Explicita-se que o método utilizado na presente pesquisa foi o qualitativo em conjunto com o quantitativo. Lakatos e Marconi (2001) abordam o método, como um conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, admite conseguir chegar ao objetivo. Leite (2008) salienta que o método é um caminho composto de várias fases a serem vencidas para atingir um determinado objetivo. Portanto, tendo por base os autores acima, é possível concluir que, a validade e a importância de um método científico, dependem da boa adequação ao objetivo almejado, e sua aplicação à natureza do objetivo que está sendo pesquisado.

A aplicação do método qualitativo se deu em meio a realização das pesquisas de campo, quando procurou-se compreender as opiniões dos empresários do segmento do tricot acerca do projeto APL implantado em Imbituva, se o mesmo estava satisfazendo as necessidades dos proprietários das empresas ou não, assim como, ao identificar as relações de cooperação estabelecidas entre eles. De acordo com Leite (2008, p. 100), os métodos qualitativos são:

> (...) representados por trabalhos que não necessitam de ferramentas estatísticas. Os tipos de pesquisas qualitativas mais comuns são decorrentes de pesquisas teóricas, pesquisas exploratórias documentais e outras que possuam caráter de investigação lógica ou histórica.

Para Strauss (2008) o termo pesquisa “qualitativa” remete a pensar em qualquer tipo de pesquisa que apresente resultados não obtidos através de

procedimentos estatísticos, ou de outros meios de quantificação. Para este autor, Strauss (2008, p. 23) a pesquisa qualitativa:

> Pode se referir à pesquisa sobre a vida das pessoas, experiências vividas, comportamentos, emoções e sentimentos, e também à pesquisa sobre funcionamento organizacional, movimentos sociais, fenômenos culturais e interação entre nações. Alguns dados podem ser quantificados, como no caso do censo ou de informações históricas sobre pessoas ou objetos estudados, mas o grosso da análise é interpretativa.

Já para Liebscher (1998, apud DIAS 2000) o mesmo ressalta que:

> Os métodos qualitativos são apropriados quando o fenômeno em estudo é complexo, de natureza social e não tende à quantificação. Normalmente, são usados quando o entendimento do contexto social e cultural é um elemento importante para a pesquisa. Para aprender métodos qualitativos é preciso aprender a observar, registrar e analisar interações reais entre pessoas, e entre pessoas e sistemas.

Uma pesquisa de análise qualitativa trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões. Este tipo de investigação é indutivo e descritivo, na medida em que o investigador desenvolve conceitos, ideias e entendimentos, a partir, de padrões encontrados nos dados, em vez de recolher dados para comprovar modelos, teorias ou verificar hipóteses. A investigação qualitativa contempla uma visão holística, na medida em que as situações e os indivíduos são vistos como um todo e estudados numa base histórica (MIRANDA 2008). Para Strauss (2008, p. 24):

> Basicamente, há três componentes principais na pesquisa qualitativa. Primeiro, há os dados, que podem vir de várias fontes, tais como entrevistas, observações, documentos, registros e filmes. Segundo, há os procedimentos, que os pesquisadores podem usar para interpretar e organizar os dados. Eles geralmente consistem de *conceitualizar e reduzir* os dados, *elaborar* categorias em termos de suas propriedades e dimensões, e *relacioná-los* por meio de uma série de declarações preposicionais. (...). Relatórios escritos e verbais são o terceiro componente. Eles podem ser apresentados como artigos em jornais científicos, em palestras (ex.: conferências) ou em livros.

Ao optar-se pela escolha do método qualitativo remeteu-se a Strauss (2008), pois segundo as análises do autor, é pertinente dizer que os métodos qualitativos são usados quando há necessidade de observar com o intuito de compreender detalhes intrincados sobre fenômenos como sentimentos, processos de pensamento e emoções.

No atual momento, muitos pesquisadores vêm rompendo com a visão de desenvolverem estudos, pautados em apenas um método científico, mas sim, os delineiam combinando métodos, o que resulta em pesquisas melhor fundamentadas. Ressalta-se que a pesquisa aqui realizada também utilizou do método quantitativo. Desta forma, o estudo em questão buscou romper com a primazia de um método sobre outro, ou seja, do qualitativo sobre o quantitativo e vice-versa, logo, fez-se a combinação dos mesmos, visando resultar em benefícios para a melhor compreensão do objeto de estudo. Neste contexto, elucida-se os escritos de Ruiz (2004), onde este salienta que a aplicação do método qualitativo atrelado com o quantitativo, gera complementaridades**,** que acabam enriquecendo um trabalho científico.

O autor Strauss (2008, p. 39) esclarece que:

> Muitos pesquisadores quantitativos tendem a descartar completamente estudos qualitativos alegando que não fornecem nenhum resultado válido – na verdade, alegando que são pouco melhores que relatos jornalísticos. Eles afirmam que pesquisadores qualitativos ignoram a amostragem representativa, com seus resultados baseados apenas em um único caso ou em poucos casos. (...). Igualmente obstinados são alguns pesquisadores qualitativos que rejeitam firmemente estatísticas e outros métodos quantitativos, alegando que geram informações superficiais ou completamente enganosas. Eles acreditam que, para entender valores culturais ou comportamento social é necessário entrevistar ou fazer observação de campo intensiva, sendo esses os únicos métodos de coleta de dados sensíveis o suficiente para capturar as nuanças da vida humana.

O autor acima citado, clarifica a questão da primazia que muitos pesquisadores assumem, pautando-se em apenas um método de pesquisa, e isto muitas vezes, gera problemas, interferindo nos resultados do estudo, pois, dependendo do objeto pesquisado, a adoção de métodos que não levam em conta a complementação, não possibilita resultados satisfatórios ao que se pretendeu compreender. Para leite (2008), as divisões entre as pesquisas científicas qualitativas e quantitativas são apenas teóricas, porque, analisando na prática, toda a pesquisa usa os dois tipos de métodos. Os métodos qualitativos são auxiliares dos quantitativos e vice-versa.

No que tange ao método quantitativo, Leite (2008, p. 96) tece o seguinte comentário:

> As pesquisas que aplicam métodos quantitativos, (...) são as que empregam a estatística e a matemática – os números e cálculos – como principal recurso para a análise das informações. Grande parte das pesquisas se

> relaciona com o método quantitativo. As pesquisas de campo utilizam em geral este método, assim como as pesquisas de mercado, as de opinião em campanhas políticas, pesquisas internas de controle de qualidade, controle de padrões e motivação. Experimentos e outros levantamentos quantitativos representam o conjunto de aplicações dos métodos quantitativos.

A investigação quantitativa caracteriza-se pela atuação, apresentação de dados, indicadores e tendências observáveis. Este tipo de investigação mostra-se geralmente apropriada quando existe a possibilidade de recolha de medidas quantificáveis de variáveis e inferências, num dado objeto. Para Ruiz (2004), a pesquisa qualitativa busca identificar a presença ou não de certo atributo ou objeto no fenômeno sendo observado, enquanto a quantitativa mensura tal atributo, medindo seu grau de presença ou atuação. Ainda de acordo com Ruiz (2004, p. 41):

> Enquanto a pesquisa qualitativa é mais interpretativa e subjetiva, dependendo do ponto de vista do pesquisador, a quantitativa é mais descritiva e objetiva. Mas é importante notar que o pesquisador tem de se mostrar o mais isento possível ao fenômeno nos dois tipos de abordagem.

No que tange aos procedimentos quantitativos, ressalta-se que foram trabalhados dados referentes a números de funcionários, filhos de empresários, quantidades de peças de roupas produzidas e comercializadas, média de valor das peças comercializadas (ver questionário em anexo), assim como, dados da economia do município pesquisado.

Com relação ao tipo da pesquisa, esta se revela sendo um estudo de caso, que segundo Gil (2006, p. 72-73) é caracterizado "(...) pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados".

Já a metodologia empregada envolveu diversos procedimentos como: leituras condizentes à temática pesquisada, observações *in loco* nas pesquisas de campo*,* coleta de dados qualitativos e quantitativos (características de um estudo de caso) por meio da aplicação de questionário e entrevistas, além de estudo documental.

Num primeiro momento, realizou-se a pesquisa bibliográfica que deu suporte para o desenvolvimento da temática proposta. Nesta fase, buscou-se compreender as conceituações de desenvolvimento regional e local, bem como as concepções renovadas de desenvolvimento com enfoque na perspectiva territorial.

Também foi realizada uma abordagem em torno dos Arranjos Produtivos Locais no Brasil e no Estado do Paraná, para em seguida, traçar uma discussão sobre o território, um conceito fortemente discutido na ciência geográfica. Feito isso, realizou-se a caracterização do território em estudo, abordando o processo histórico e geográfico da origem do ramo de tricot em Imbituva-PR, bem como sua consolidação.

Num segundo momento, realizou-se pesquisas de campo com observações *in loco.* De acordo com Suertegaray (2009, p. 3) o trabalho de campo é "um instrumento de análise geográfica que permite o reconhecimento do objeto e que, fazendo parte de um método de investigação, permite a inserção do pesquisador no movimento da sociedade como um todo".

Destaca-se que durante os trabalhos de campo o processo de observação esteve presente. Nas palavras de Gil (2006, p. 110):

> A observação constitui elemento fundamental para a pesquisa. Desde a formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados, a observação desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa. É, todavia, na fase de coleta de dados que o seu papel se torna mais evidente. A observação é sempre utilizada nessa etapa, conjugada a outras técnicas ou utilizada de forma exclusiva. Por ser utilizada, exclusivamente, para a obtenção de dados em muitas pesquisas, e por estar presente também em outros momentos da pesquisa, a observação chega mesmo a ser considerada como método de investigação.

Clarifica-se que não se utilizou apenas da observação, mas sim de aplicação de questionário com caráter qualitativo e quantitativo. Para Gil (2006, p. 128) pode-se definir questionário como:

> (...) a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.
> Os questionários, na maioria das vezes, são propostos por escritos aos respondentes. Costumam, nesse caso, ser designados como questionários auto-aplicados. Quando, porém, as questões são formuladas oralmente pelo pesquisador, podem ser designados como questionários aplicados com entrevista ou formulários.

No que tange ao questionário aplicado junto ao empresariado do APL de

tricot de Imbituva, este contemplou questões fechadas[1], abertas[2] e dependentes[3], totalizando um número de 29 questões (ver em anexo). Para Leite (2008, p. 110) a elaboração de um questionário requer:

> (...) a observância de normas de precisão, a fim de aumentar sua eficácia e validade. Em sua organização, devem-se levar em conta os tipos, a ordem, os grupos de perguntas, a formulação das mesmas e também tudo aquilo que se sabe por percepção, estereótipos, mecanismos de defesa, lideranças etc. Depois de redigido, o questionário precisa ser testado antes de sua utilização definitiva. A análise de dados evidenciará possíveis falhas existentes. Verificadas as falhas,deve-se reformular o questionário, considerando, modificando, ampliando ou eliminando itens. O pré-teste pode ser aplicado mais de uma vez, tendo em vista o seu aprimoramento e o aumento de sua validez. O pré-teste serve também para verificar se o questionário apresenta três importantes elementos:
> a) *Fidedignidade:* qualquer pessoa que o aplique obterá sempre os mesmos resultados.
> b) *Validade:* os dados recolhidos são necessários à pesquisa.
> c) *Operacionalidade:* vocabulário acessível e significado claro.

Venturi (2005, p. 168) salienta que o questionário é um bom e, por vezes, "insubstituível instrumento para a obtenção de dados *quantitativos*, embora nada impeça que sirva ao propósito de obter informações *qualitativas*".

O presente estudo também contou com a realização de entrevistas junto a empresários do APL, e com representantes do projeto no município. De acordo com Gil (2006, p. 117) pode-se definir entrevista como uma técnica em que:

> O investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.
> A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais. Psicólogos, sociólogos, pedagogos, assistentes sociais e praticamente todos os outros profissionais que tratam de problemas humanos valem-se dessa técnica, não apenas para a coleta de dados, mas também com objetivos voltados para diagnóstico e orientação.

As entrevistas realizadas para este estudo estiveram atreladas a aplicação do questionário, se caracterizando serem exploratórias e informais, sendo que a análise seu deu através do uso da hermenêutica. Com relação à pesquisa

---

[1] Nas questões fechadas, apresenta-se ao respondente um conjunto de alternativas de resposta para que seja escolhida a que melhor apresenta sua situação ou ponto de vista (GIL 2006, p. 129-130).
[2] Nas questões abertas, apresenta-se a pergunta e deixa-se um espaço em branco para que a pessoa escreva sua resposta sem qualquer restrição (GIL 2006, p. 131).
[3] Quando uma questão depende da resposta dada a uma outra é denominada dependente (GIL 2006, p. 131).

documental realizada neste estudo, esta foi utilizada ao ser pesquisado como o projeto APL foi inserido na pauta das políticas públicas no Estado do Paraná. Nas palavras de Gil (2006, p. 66) este tipo de pesquisa:

> (...) assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

No que tange a pesquisa de campo, esta teve início no mês de setembro do ano de 2010, quando num primeiro momento, fora realizado conversas com o empresariado participante do projeto APL. Tais conversas visaram uma aproximação, para, posteriormente, ser realizada a aplicação do questionário, que se iniciou no mês de outubro de 2010, quando se conseguiu visitar 15 empresas. O restante dos questionários foi aplicado nos meses de janeiro e fevereiro do ano de 2011.

Destaca-se que quando se deu início às pesquisas de campo, o setor do tricot continha um total de 36 empresas filiadas a IMBITUMALHAS, porém, 07 empresas recusaram estabelecer diálogo, não aceitando a aplicação do questionário. Desta forma, o presente estudo constitui tendo por base pesquisas realizadas com 29 empresas do segmento do tricot de Imbituva. Elucida-se que na busca de efetivar os propósitos da pesquisa, várias limitações ocorreram devido à resistência de alguns empresários em disponibilizarem tempo para conversas e aplicação do questionário.

Cumpre ressaltar que houve casos de empresários que quiseram desistir em meio a realização do questionário quando se depararam com questões que envolviam o termo APL, uma vez que diziam não entender muito sobre do que se tratava. Quando acontecia isso, o pesquisador procurava explicar a temática do questionário. Também cumpre elucidar que em duas empresas o proprietário não quis responder, e pediu para a funcionária dar as respostas, no entanto, como as questões necessitavam de dados que só o dono possuía, a funcionária começou ir solicitar os dados. Em meio a isto, a proprietária se recusou em deixar a funcionária continuar prestando informações, desistindo do questionário

Grande parte dos donos de empresas não queria responder as questões que envolviam o termo política, percebeu-se que vários deles ficavam inseguros.

Também não se sentiam a vontade quando era perguntado no texto o valor em média das peças de roupas comercializadas, bem como a quantidade produzida durante o ano. Fato de maior limitação para a pesquisa deu-se devido a não participação do pesquisador na reunião do planejamento das ações do APL voltadas para o ano de 2011. Isto ocorreu por que o pesquisador apesar de ter solicitado em participar, e mesmo estando semanalmente e às vezes diariamente comparecendo na sede da associação das empresas, o mesmo não recebeu informações que estaria ocorrendo o encontro na sede da IMBITUMALHAS.

Destaca-se o fato de que dos 29 donos de empresas que aceitaram a visita com a pesquisa, apenas 04 concordaram em divulgar seus nomes quando fossem utilizados seus relatos no presente trabalho, já os outros 25 donos de empresas aceitaram responder sob a condição de não ser divulgado seus nomes nem os das empresas. Assim sendo, optou-se por não divulgar nenhum nome no presente estudo, até mesmo por questões éticas da parte do pesquisador.

Em trabalho de campo em um número de 08 empresas, viu-se que quando foram terminadas as questões, e no momento em que o pesquisador guardava o questionário, a caneta, os donos das empresas se sentiam a vontade para explicitarem o que pensavam do projeto APL, das relações existentes no arranjo. Despertou muito a atenção o fato de uma pessoa falar nos seguintes termos *"agora, podemos conversar sério"*. Ou seja, percebeu-se que no papel eles responderam de uma forma, porém, "longe" do papel, o comentário foi outro, em alguns momentos indo contra o que já tinha relatado no papel.

Interessante que um empresário durante a pesquisa de campo perguntou: *"você também está recebendo para fazer essa pesquisa do APL? (...) os consultores do SEBRAE fazem muitas pesquisas".* Percebeu-se pela atitude do empresário que conforme o interesse da pesquisa é a resposta, já que comentou: *"os consultores falam muito bem do nosso APL"*.

Todavia, como o pesquisador não estava anotando nenhuma fala, alguns empresários acabaram respondendo o que se recusaram a colocar no papel durante o questionário. Sendo assim, ao sair das empresas o pesquisador de imediato realizava anotações a fim de não perder os dados colhidos. Em síntese, os procedimentos metodológicos visaram propiciar um bom resultado de pesquisa. Portanto, durante todo o trabalho de campo buscou-se manter coerência e seriedade com os levantamentos de dados e informações.

CAPÍTULO 01. A GEOGRAFIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Quando se menciona o termo “desenvolvimento local”, bem como, “desenvolvimento regional” em meio aos debates acadêmicos, políticos, logo, se faz necessário pensar, que ambos dizem respeito, a “processos” que se vinculam a duas diferentes “escalas de análises geográficas”. Tanto o local, como o regional, são escalas diferentes, e que precisam ser tratados, sobretudo nos projetos de ação desenvolvimentistas de forma correta, para que a ação seja satisfatória. Tal confusão que ocorre, instiga a busca da compreensão do local, e do regional, na origem do pensamento dessas escalas. Desta forma, é imprescindível lançar-se na gênese de tais escalas em meio ao processo de sistematização da ciência geográfica.

Os estudos com caráter regional dentro da Geografia[4] já, com “status de ciência”, dar-se-á no século XIX na Alemanha, com Friedrich Ratzel e, na França com Paul Vidal de La Blache. De acordo com Moraes (2004), a Geografia alemã de Ratzel, legitimava uma ação imperialista do Estado bismarckiano, por conseguinte, a Geografia francesa de La Blache, surgiu com o intuito de combater a ação de Bismarck. Pode-se dizer que por traz das discussões rotuladas de “deterministas” da escola alemã de Geografia, bem como, das discussões tidas como “possibilistas” da escola francesa, o “pano de fundo” das discussões se tangenciam por uma busca de proteção e expansão de territórios. Portanto, a Geografia emerge com um caráter de ciência fundamental naquele momento, cuja realidade, era ancorada pelos propósitos do “Estado-Nação”.

Na Alemanha, a Geografia ratzeliana se destaca pelo conceito de “região natural”, entendida como uma área identificada por uma gama de especificidades da natureza, o que por resultado, formaria uma “paisagem natural específica”. Assim sendo, a região seria pré-constituída e o agente humano era compreendido numa visão naturalizante. Moraes (2004, p. 69) escreve que, para Ratzel “(...), a natureza influenciaria a própria constituição social, pela riqueza que propicia, através dos recursos do meio em que está localizada a sociedade. A natureza também atuaria na

[4] Não é a pretensão de este estudo discutir a origem etimológica do termo região derivada do latim *regere* que significa governar, e que num primeiro momento serviu de referência para unidades político-territorial que servia de divisão do Império Romano. Portanto, o enfoque ocorrerá apenas na Geografia já com caráter de uma ciência sendo sistematizada. Para um aprofundamento acerca da gênese das ideias acerca da região,recomenda-se ler “GOMES, Paulo Cesar da Costa. *O conceito de região e sua discussão*. IN: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia:** Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1995, p. 49-75”.

possibilidade de expansão de um povo, obstaculizando-a ou acelerando-a".

Não se pode ignorar o fato, de que as concepções de Ratzel se vinculam na ideia de expansão do "espaço vital", pois, neste período Ratzel vivencia a constituição do Estado alemão, logo, a necessidade de anexação de terras. Percebe-se que as ideias sobre região na Geografia, surgem no final do século XIX em meio a conflitos entre Alemanha e França. Para Moraes (2004, p. 77) "a guerra havia colocado, para a classe dominante francesa, a necessidade de pensar o espaço, de fazer uma Geografia que deslegitimasse a reflexão geográfica alemã, e, ao mesmo tempo, fornecesse fundamentos para o expansionismo Francês".

O autor Moraes (2004) salienta que Vidal de La Blache, realizou uma obra coletiva denominada de "Geografia Universal", onde recebeu contribuições de seus seguidores. O autor cita que:

> Cada um escreveu sobre uma determinada porção do planeta. Neste trabalho, explicitaram um conceito vislumbrado por La Blache, que seria tomado como o balizamento central da Geografia francesa posterior – a "região". Esta era a denominação dada a uma unidade de análise geográfica, que exprimiria a própria forma de os homens organizarem o espaço terrestre (MORAES 2004, p. 86).

A região era tida por La Blache como uma entidade concreta, que existiria por si só, sendo que ao geógrafo caberia delimitá-la e descrevê-la. "A região seria uma escala de análise, uma unidade espacial, dotada de uma individualidade, em relação as suas áreas limítrofes (MORAES 2004, p. 86)". Para Cunha (2003, p. 26) a região na perspectiva lablachiana era tida como uma realidade concreta que poderia ser identificada no espaço geográfico, dada a sua especificidade. De acordo com o autor:

> (...) a região possuía uma certa coesão/coerência sócio-cultural interna, além de apresentar uma certa estabilidade, como também uma continuidade espacial e, por último, apresentar-se como uma síntese, pela integração de elementos de diversas origens: naturais, econômicos, políticos e culturais (CUNHA 2003, p.26).

A ideia de região de La Blache rompe com a visão naturalizante que perpassava o saber geográfico, já que ele propõe pensar a região, como um produto também histórico, no qual, expressaria uma relação intrínseca do homem com a natureza. Portanto, o estudo regional impulsionado pelo possibilismo da escola francesa de Geografia, abarcou um caráter descritivo, o que o tornou em grande

parte exaustivo. Contudo, em meio e esta perspectiva, a ciência geográfica produziu uma variada gama de pesquisas que retrataram “diversas regiões” dentro do espaço geográfico.

Sabe-se que os conceitos e propostas de autores geógrafos, no delinear da sistematização do saber geográfico até os dias atuais, foram (e estão) constantemente sendo redefinidos. Clarifica-se que não é o objetivo deste trabalho estudar as concepções que foram sendo elaboradas acerca da região. No entanto, o que interessa no presente estudo, é mostrar que o viés regional é explicado, mediante um arcabouço teórico que está intimamente relacionado com a ciência geográfica. Também é interesse deste estudo, explanar a distinção da escala regional da local, já que é esta última que balizará a presente pesquisa. Mas, acredita-se que tais confusões ocorrem, por que no Brasil os estudos regionalizados foram fortemente impregnados, dadas as influências dos formadores que vieram da França para lecionarem a disciplina de Geografia na constituição das primeiras universidades.

Costa Gomes (2002) explicita que a perspectiva regional fora exportada para diversos países, sendo que no Brasil, vieram da França diversos pesquisadores criando a base universitária da Geografia brasileira nos anos 1930 e 1940. Isso permite compreender os equívocos que se têm quando se pensa a escala regional e local. Ora, não se pode esquecer que a Geografia no Brasil é instituída recebendo forte influência de geógrafos franceses que prezavam muito pelos estudos regionalizados. Consequentemente, o caráter regional permeou, e ainda permeia em grande parte as discussões geográficas, principalmente na área da Geografia econômica.

Salienta-se aqui que, se compreende a região como sendo uma dada área geográfica, formada em virtude de determinadas características, sejam sociais, econômicas, políticas, culturais, fisico-naturais dentro do espaço geográfico, onde seu recorte pode ser delimitado em escalas diversas, dependendo das reais necessidades do estudo, e dos níveis analíticos do pesquisador.

Para Costa Gomes (2002, p. 72) “(...) a região tem em sua etimologia o significado de domínio, de relação entre um poder central e um espaço diversificado. É hora talvez de estabelecer que na afirmação de uma regionalidade, há sempre uma proposição política, vista sob um ângulo territorial”. Compreende-se que a região não esta imune às lógicas do poder, seja ele político, econômico, pois, os

interesses que emanan em dada regionalização comportam as ações pensadas por um grupo social que a idealizou, logo, uma lógica de interesse, muitas vezes contraditório ao da coletividade nela habitante. Assim sendo, a delimitação de uma região objetiva uma dada finalidade, seja coletiva ou particular.

Os autores Moraes Souza e Theis (2009, p. 11) destacam que:

> O tema desenvolvimento regional não é novo, mas andou meio esquecido por um tempo. Voltou a frequentar o debate acadêmico e a agenda política nos últimos anos. Por quê? Uma hipótese, não é a única, é que, paradoxalmente, a globalização tornou as fronteiras dos Estados-Nação mais fluidas, reconfigurando os territórios dos países, redefinindo os espaços subnacionais, jogando luz sobre as regiões.

Mediante os escritos citados, compreende-se que a região é, sobretudo, uma escala geográfica dotada de um recorte territorial que se insere em um espaço nacional, portanto, ela é subnacional, uma escala intermediária que vem nos últimos anos sendo alvo de valorização, isto, devido às mudanças ocasionadas pelas lógicas da globalização que se caracteriza nas palavras de Harvey (2000, p. 88) como um "(...) processo de produção de desenvolvimento temporal e geográfico desigual".

Entende-se que a globalização**,** é um processo que possui um caráter excludente, pois não atinge ao mesmo tempo e em todos os lugares de forma igualitária. São inúmeras as pessoas nos mais diversos recantos do espaço geográfico, que sofrem com as disparidades postas pela globalização. Ela acirra um desenvolvimento desigual no espaço. Para Ortiz (2003, p. 16) globalização é "(...), à produção, distribuição e consumo de bens e de serviços, organizados a partir de uma estratégia mundial. Ela corresponde a um nível e a uma complexidade da história econômica, na qual as partes, antes internacionais se fundem agora numa mesma síntese: o mercado mundial".

Nas palavras de Barquero (2001, p. 02) a globalização:

> es un proceso vinculado al territorio, no solo porque afecta a las naciones y países, sino, sobre todo, porque lá dinámica económica y el ajuste productivo dependen de lás decisiones de inversión y localización de los actores económicos y de los factores de atracción de cada territorio. El proceso de globalización, por lo tanto, es uma cuestión que condiciona la dinâmica econômica de las ciudades y regiones y que, a su vez, se ve afectado por el comportamiento de los actores locales.

Os processos resultantes da globalização provocam contradições que se

expressam nas “diferencialidades dos lugares”, pois as formas de organização no espaço não são homogêneas. A de se destacar que a globalização gerou novas formas de organização, reconfigurando a ordem espacial das atividades econômicas, políticas, organizacionais, e desta maneira, impulsionando novos mecanismos de gestão para os territórios.

Entende-se que em meio ao conjunto de transformações delineadas pela lógica globalizadora, a escala de ação regional passou a ser considerada como um instrumento importante na busca de efetivar o desenvolvimento. Clarifica-se que se a perspectiva regional se valorizou, consequentemente, o “local” também contemplou significativa valorização, pois está inserido “dentro” da região. É este o equívoco que fora elucidado no início do texto, ou seja, as confusões que se tem em pensar que o local e o regional são a mesma coisa. Destaca-se que se tratam de escalas diferentes. Ora, se a região aqui está sendo entendida como uma escala intermediária dentro de um espaço nacional, ressalta-se que neste estudo se concebe que ela é intermediária entre o Estado e o município, que, neste caso é o “local[5]”.

1.1. PARADIGMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E A ESCALA GEOGRÁFICA LOCAL

No Brasil desde os anos 1988, os territórios locais (municípios) vêm sendo considerados como importantes geradores de mecanismos que permitem o desenvolvimento da coletividade habitante nessa escala espacial. Dowbor e Pochmann (2008) instigam a pensar as dinâmicas que veem ocorrendo em meio à globalização, onde de acordo com eles:

> Muitas coisas globalizaram-se, o planeta encolheu rapidamente com as novas tecnologias. *Space is dead* – o espaço morreu -, dizem executivos de multinacionais habituados hoje a trabalhar em escala mundial. No entanto, dependem em grande parte de iniciativas locais o atendimento médico e o nível de saúde, a qualidade das escolas, a riqueza cultural da nossa cidade ou do nosso bairro, a fluidez do trânsito, as soluções relativas aos resíduos, a segurança das nossas ruas, os níveis de poluição, a dinâmica de micro e pequenas empresas – ou seja, um conjunto de elementos centrais para a nossa qualidade de vida. No que tem sido qualificado de *paradoxo global*, assistimos a uma revalorização dos territórios locais.

Essas valorizações do local como ressaltaram os autores acima, é explicada

[5] Nesta dissertação se aborda a escala local sendo o município de Imbituva-PR.

por um arcabouço teórico que analisa o contexto histórico e geográfico[6] de mudanças nos modos de organização da produção, bem como, das relações sociais, políticas e econômicas, que ocorreram no espaço geográfico. Portanto, no que diz respeito ao surgimento das ideias condizentes ao desenvolvimento local, ressalta-se que elas se originam na Europa na década de 1970. De acordo com Barquero (1995, p. 221):

> Um dos traços característicos do processo de reestruturação produtiva na Europa reside no impulso tomado pelo desenvolvimento local. Os sistemas locais de empresas fortaleceram-se em conseqüência da reação das empresas locais ao aumento da competitividade nos mercados nacionais e internacionais. Além disso, nos anos 80, o processo foi reforçado pelo surgimento de iniciativas locais de criação de empregos que buscam reduzir as taxas de desocupação das economias locais.

Segundo Barquero (1995) várias regiões e localidades da União Européia na década de 1970, estavam enfrentando sérios problemas com taxas de desemprego. O modelo de desenvolvimento regional europeu estava declinando. Em meio a este contexto, tem-se a necessidade de se reestruturar os sistemas produtivos locais, adaptando-os às novas condições tecnológicas e comerciais que vinham sendo impulsionadas pela globalização da economia. Os modelos de desenvolvimento local que surgem na Europa prezavam pela competitividade de um dado território, assim como por sua capacidade de articulação organizada e cooperativa, levando-se em conta as especificidades do local.

O autor Fonseca (2004) chama a atenção, ao ressaltar que o debate em torno do desenvolvimento local (localismos), por muito tempo foi negligenciado dentro do debate geográfico, sendo analisado muitas vezes à luz da escala regional, assim como por um viés economicista em meio às concepções da totalidade marxista. No entanto, nas últimas décadas do século XX a temática se expande. De acordo com Massey (1994 apud, Fonseca, 2004 p. 15):

> O fato é desde os anos de 1970 vem existindo uma reorientação do papel exercido pelos locais. As primeiras mudanças começaram na Europa e Estados Unidos e, na década de 1980, se expandiram também para os países subdesenvolvidos, inclusive os localizados na América Latina. Na Inglaterra, a reorientação das políticas locais objetivando a promoção econômica começou a ocorrer nos anos de 1970 no contexto das intensas

[6] Adota-se aqui a perspectiva histórica e geográfica, pois a geografia está imbuída nos processos que se delineiam no decorrer da história. Portanto, os processos são históricos, mas também geográficos se situam no tempo e no espaço, logo, contemplam uma geograficidade.

> transformações de caráter econômico, social e político que o país estava passando, como: crise econômica, desemprego, reestruturação industrial com o declínio das tradicionais áreas urbanas e industriais, o deslocamento da população e do emprego para outras áreas, a ascensão da indústria de alta tecnologia mais flexível e descentralizada, a crise fiscal do Estado e a reestruturação do território.

Em meio a isto, o governo dos Estados Unidos intensificou ações que prezavam pelo engajamento dos governos locais, na tentativa de efetivar as propostas de desenvolvimento. Para Fonseca (2004, p. 15) "(...) esta repolitização local pretendeu também superar o tradicional modelo *gerencialista* e executor predominante nos governos locais, no qual estes eram submissos e dependiam totalmente das diretrizes políticas e dos recursos centrais".

Percebe-se que as iniciativas de desenvolvimento local, surgem nos países tidos como "centro" do sistema capitalista. Neste sentido, fazem-se importante trazer a baila os escritos de Benko (1999), onde este instiga a pensar que as alternativas de fomentar o papel ativo da escala regional, e local, decorreram da crise do paradigma de produção fordista.

Para Lipietz (1991) o período pós-guerra representou uma verdadeira "idade de ouro do capitalismo", no entanto, o autor salienta que, "isso só se verificou nos países capitalistas desenvolvidos, embora a maioria das elites dos países "subdesenvolvidos" tivesse compartilhado o ideal de "alcançar" esse modelo, por esta ou aquela via (LIPIETZ 1991, p. 27)".

O modo fordista de produção tendo por base Lipietz (1991), se constituiu como sendo um verdadeiro modelo de organização e desenvolvimento, que fora disseminado para os países no espaço geográfico. O autor esclarece que um modelo de desenvolvimento se constitui sob três aspectos diferentes que são:

> *Um modelo de organização do trabalho* (...). Trata-se de princípios gerais que governam a organização do trabalho e sua evolução durante o período de supremacia do modelo. Englobam não apenas as formas de organização do trabalho no interior das empresas, mas as formas de divisão do trabalho entre as empresas. É claro que setores inteiros, ou regiões, podem ficar fora do "modelo" no sentido que os setores mais "avançados", segundo esses princípios, inspiram a evolução dos outros.
> *Um regime de acumulação.* São as lógicas e as leis macroeconômicas que descrevem as evoluções conjuntas, por um longo período, das condições da produção (produtividade do trabalho, grau de mecanização, importância relativa dos diferentes ramos), bem como das condições de uso social da produção (consumo familiar, investimentos, despesas governamentais, comércio exterior).
> *Um modo de regulação.* É a combinação dos mecanismos que afetam o ajuste dos comportamentos contraditórios, conflituosos dos indivíduos, aos

> princípios coletivos do regime de acumulação. Essas formas de ajuste são, antes de tudo, apenas... o costume, a disponibilidade dos empresários, dos assalariados, de se conformar a esses princípios, por reconhecê-los (mesmo a contragosto) como válidos ou lógicos. E há, sobretudo, formas institucionalizadas: as regras do mercado, a legislação social, a moeda, as redes financeiras (LIPIETZ 1991, p. 28).

Mediante o pensamento do autor, tem-se a compreensão de que um modelo de desenvolvimento se ancora em um conjunto de processos que se dá, desde a organização do trabalho até as regras macroeconômicas e institucionalizadas, a fim de garantir um bom funcionamento. Foi desta forma que o modelo de organização da produção fordista se constituiu, sendo ancorado por medidas políticas e institucionais que o deram sustentação. Chama atenção a crítica estabelecida pelo autor Lipietz (1991) no que concerne a concepção do Fordismo como um modelo de desenvolvimento. De acordo com ele:

> (...), o regime de acumulação aparece como o resultado macroeconômico do funcionamento do modo de regulação, com base num modelo de organização do trabalho. E é “o conjunto” que constitui um “modelo de desenvolvimento”. Um modelo, e não “o” desenvolvimento. Todos os discursos sobre os “obstáculos ao desenvolvimento”, como sobre “os fins do desenvolvimento”, parecem-me bastante viciados. Como se o desenvolvimento fosse um percurso bem definido, uma longa estrada pela qual avançariam os diversos povos da humanidade, a exemplo de uma corrida de bicicletas com alguns ciclistas na dianteira, o grupo maior concentrado no meio e uns retardatários na rabeira.
> É verdade que, em dado momento, um “grupo de frente” definiu e impôs sua visão de “progresso” (LIPIETZ 1991, p. 28-29).

O sistema de organização fordista de produção foi disseminado como um “modelo” importante para se obter desenvolvimento. A maneira como se organizava a produção, as técnicas, tudo fora minuciosamente pensado e projetado com o intuito de acelerar o desenvolvimento de setores produtivos.

Moreira (1998) destaca em seus escritos que cada tempo da história se caracteriza sendo marcado por um período técnico, ao qual corresponde um período de formas de organização e gestão do trabalho. O processo de produção do espaço geográfico abarca “periodizações”, ou seja, é as formas técnicas, a organização da produção, as ações disseminadas pelos agentes humanos, que, configuram determinados períodos, aqui denominados de históricos e geográficos. Nas palavras do autor Moreira (1998, p. 116):

> Consagrou-se na fase histórica moderna, correspondente a história do capitalismo, designar esses períodos de revolução industrial. Cada

> revolução industrial é assim um período paradigmático. A cada qual corresponde uma forma paradigmática de organização espacial das sociedades.

O autor acima citado ressalta que a primeira revolução industrial ocorreu na Inglaterra no século XVIII (1780-1830), já a segunda revolução industrial começou no final do século XIX, por volta de 1870, e a terceira revolução industrial emergiu nas últimas décadas do século XX.

A primeira revolução industrial é caracterizada pelos processos sociais, produtivos, econômicos, que ocorrem em meio ao ramo têxtil de algodão. A classe trabalhadora que compõe esse período técnico e de trabalho, é o "operariado das fábricas têxteis". Moreira (1998, p. 118-119) destaca que:

> O sistema de técnica e de trabalho desse período é o paradigma manchesteriano, nome dado por referência a Manchester, o centro têxtil por excelência representativo do período e que iria manter-se como pólo industrial (...). A tecnologia característica é a máquina de fiar, o tear mecânico, o descaroçador de algodão, máquinas movidas a vapor originadas da combustão do carvão, a forma de energia por excelência do período técnico. O sistema de transporte característico é a ferrovia, além da navegação marítima, também movida a energia do vapor do carvão.

Neste período da primeira revolução industrial, tem-se uma organização do trabalho com alta "porosidade", pois o trabalhador realizava todas as etapas do processo produtivo e o mesmo era dotado de potencialidades para pensar e executar as etapas da produção, no entanto, essa forma de organização gerava "poros" já que o trabalhador necessitava deslocar-se de um lugar para outro em busca de ferramentas, pensar como proceder durante a execução de uma dada tarefa, etc. De acordo com Moreira (1998, p. 119):

> Este espaço de tempo que medeia entre uma parada e outra é um poro, sendo comum um dia de trabalho ser intercalado de muitos poros. Ao final da jornada, essas interrupções soam um tempo parado expressivo que interfere no ritmo e na velocidade do desempenho do trabalho, influindo determinantemente no custo e na produtividade do sistema.

Destaca-se que no período produtivo da primeira revolução industrial, as condições de trabalho geravam perversidades, pois, o trabalhador era submetido a um trabalho extremamente insalubre, já que os prédios das fábricas eram construídos com pouca luminosidade, ventilação, além do mais, a jornada de trabalho era de 12 horas e às vezes mais. Moreira (1998, p. 119-120) salienta que:

> Os espaços entre as máquinas são exigidos e seu movimento ininterrupto freqüentemente produz acidentes corporais fatais a uma massa trabalhadora predominantemente de mulheres e crianças, tomada como culturalmente mais dócil que os homens adultos e desassistida de qualquer meio de proteção e indenização por mutilações do trabalho.

De uma forma geral o que caracterizou esse período foi o surgimento do ramo têxtil de algodão com a tecnologia da máquina de fiar, o tear mecânico, o descaroçador de algodão, enfim, máquinas movidas a vapor, resultantes da combustão do carvão. O meio de transporte característico desse período histórico e geográfico era a ferrovia e a navegação marítima.

Já a segunda revolução industrial de acordo com Moreira (1998), tem suas bases nos ramos químicos e metalúrgicos, sendo caracterizado pelo autor de período do paradigma fordista. O autor aponta que:

> Neste período, o aço torna-se um material tão básico que é nele que a siderurgia ganha sua grande expressão. Fala-se de uma era de aço, assim como a Primeira Revolução Industrial foi a era dos têxteis. A imagem da Segunda revolução Industrial está associada à indústria automobilística, ramo dependente dos ramos básicos, mas que assumirá o centro de gravidade desse período técnico.
> O trabalhador típico desse período é o metalúrgico, tipo de operário que se encontra espalhado pelos ramos metalúrgico, metal-mecânico e eletromecânico.
> **O sistema de técnica e de trabalho desse período é o paradigma fordista, termo que remete ao empresário Ford, criador na sua indústria de automóveis em Detroit, Estados Unidos, este sistema que se tornaria o paradigma de regulação técnica e do trabalho conhecido em todo o mundo industrial** (MOREIRA 1998, p. 121grifo nosso).

Neste período tido como Fordista, e que para o autor acima citado, corresponde a segunda revolução industrial, a tecnologia que o marca é resultante do aço, da metalurgia, da eletricidade e da eletromecânica, bem como, do petróleo, do motor a explosão e da petroquímica. As máquinas movidas pela eletricidade ocasionam o desenvolvimento da indústria eletromecânica. “Os cabos de eletricidades substituem as polias dentro das indústrias e abrem espaços que as tornam mais iluminadas e respiráveis. A indústria se automatiza. Por sua vez, o petróleo dá origem ao motor de explosão e adiciona às indústrias metalúrgicas o ramo da petroquímica (MOREIRA 1998, p. 121-122)”.

O paradigma Fordista de produção vai gerar uma profunda e radical forma de organização nos processos produtivos, bem como, nos trabalhadores. Em meio aos mecanismos da automação, Ford estabelece a linha de montagem, sendo ela uma

esteira rolante, na qual os trabalhadores ficam dispostos executando movimentos repetitivos, gerando uma produção padronizada, em série e, em massa.

Nas palavras de Lipietz (1991, p. 29) “o modelo de organização do trabalho do fordismo era o acoplamento do taylorismo com a mecanização, no interior de grandes empresas multissetoriais que subcontratavam certas tarefas a empresas subordinadas aos mesmos princípios”.

Esclarece-se aqui que é comum até mesmo no meio acadêmico a não compreensão do que fora o taylorismo e o fordismo, pois muitos recaem no equívoco de achar que tudo se resume no mesmo processo, no entanto, a todo um contexto que permeia tais formas de organização. Não é pretensão lançar-se em uma profunda discussão acerca de tais questões, porém, de forma breve buscar-se-á explicar o que foi o taylorismo e posteriormente o fordismo (ver figura a seguir).

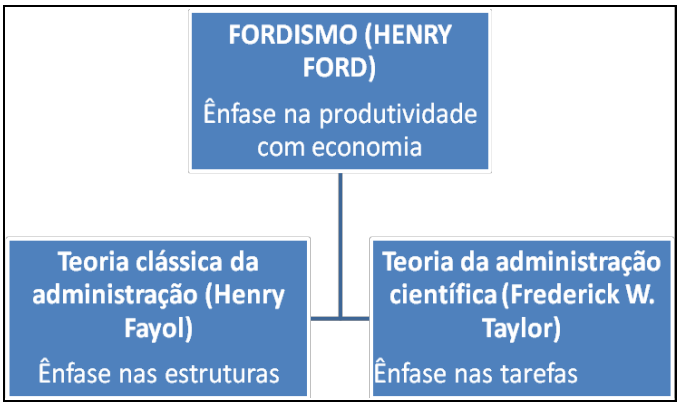


FIGURA 1. ESQUEMA EXPLICATIVO ACERCA DO PENSAR TAYLORISTA E FORDISTA.
Fonte. BOBATO, Zaqueu Luiz, 2011.

A Teoria Clássica da administração surgiu na França em 1916, tendo como fundador o francês Henri Fayol (1841 – 1925), um engenheiro que para desenvolver sua teoria se baseou em “princípios e técnicas” de trabalho. A ideia de Fayol centrava-se na administração científica, com ênfase maior nas tarefas que realizava cada operário. Ressalta-se que o principal objetivo da sua teoria, era à busca da eficiência das organizações. Portanto, a teoria clássica se caracterizava pela ênfase na estrutura que uma determinada organização teria que abarcar para ser eficiente. Partia da organização e da estrutura como um todo, para garantir a eficiência de todas as partes envolvidas, fossem elas departamentos, seções, ou pessoas, como executores de tarefas, e ocupantes de cargos.

Na teoria da administração científica de Frederick W. Taylor (1856-1915), a

ênfase era colocada na tarefa que cada operário realizaria. As ideias de Taylor se resumem na elaboração de um sistema de racionalização do trabalho, utilizando para tal, a medida do tempo e dos movimentos. A especialização do trabalho intensificava o ritmo do trabalhador, que passou a executar as tarefas de forma individualizada. A especialização e parcelarização das tarefas possibilitariam um grande aumento de produtividade, assim como, a diminuição nos custos de produção. Para Lipietz (1991, p. 29):

> O taylorismo se apresenta como movimento de racionalização da produção, fundada numa separação cada vez mais nítida entre os "idealizadores e organizadores" da produção (os engenheiros e técnicos do departamento de organização e métodos) e os "executantes": os trabalhadores manuais, operários não qualificados, nas tarefas repetitivas.

As ideias com ênfase na produtividade com maior economia de Henry Ford compilam as teorias já criadas por Fayol e Taylor. Destaca-se que Henry Ford (1863-1947), o precursor da administração moderna, de mecânico se tornou engenheiro chefe em uma fábrica, fundando em 1903 a Ford Motor. Estabeleceu a racionalização da produção através da "linha de montagem".

No Fordismo, predominou a segmentação dos gestos e das tarefas, os trabalhadores em seus postos no decorrer da linha de montagem, executam o menor número de atividades possíveis. Pode-se dizer que o sistema taylorista-fordista, concebia as formas de organizações como sendo mecânicas. Portanto, a administração tinha o intuito de estabelecer grandes metas que deveriam ser atingidas. Destaca-se que a organização se dava de forma altamente racional, e com grande controle das tarefas.

Na visão de Moreira (1998, p. 122):

> Com o fordismo, um trabalhador desqualificado surge no lugar do velho trabalhador de oficio com função puramente de executar dentro da fábrica uma tarefa de trabalho específica, simples e integrada, que qualquer trabalhador pode realizar em um tempo curto e repetidas vezes com grande ritmo de velocidade. O trabalhador qualificado por ofício do paradigma manchesteriano desaparece para dar lugar ao trabalhador de tarefas especializadas e que não necessita de qualquer qualificação profissional. A lógica dessa especialização desqualificação é a especialização produtiva da máquina que surge dentro do trabalho automatizado. É a máquina desenhada para o fabrico de um só produto realizando movimentos padrões determinados. Máquina que produz sapato, só produz sapato; não serve para o fabrico de outro tipo de produto. O trabalhador acompanha essa especialização: em função do produto, especializa-se a máquina-ferramenta e em função da máquina-ferramenta especializa-se o trabalhador.

Em meio à discussão acerca do paradigma fordista de produção, que se caracterizou como impulsionador da segunda revolução industrial, não se pode ignorar que os resultantes desse modo de organização, que separou a concepção da execução, que submetia os trabalhadores em uma extenuante linha de montagem, que fragmentava o trabalho etc., se ancoraram nos princípios tayloristas. Moreira (1998, p. 123) expõe que é o taylorismo o que está na base do fordismo. “É criação do taylorismo, e não do fordismo, essa série de segmentações que quebra e dissocia o trabalho em aspectos até então organicamente integrados a partir da separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual”.

Com o hierarquizado modelo fordista de produção, resultante da junção de teorias já elaboradas por Fayol e Taylor, pode-se dizer que as formas de organização no espaço se reconfiguram. Essa reconfiguração espacial das atividades econômicas se dá, da escala nacional, para a internacional. Segundo Moreira (1998) a escala local praticamente desaparece. O autor esclarece que:

> Todo esse sistema se baseia no consumo nos recursos do subsolo. Um consumo de recursos numa escala que não se supre apenas explorando-se o sub-solo nacional. Por isso, cada país que se industrializa depende e disputa o domínio do mercado mundial de matérias-primas. Motivo pelo qual a Segunda Revolução industrial é o período da divisão do mundo em pedaços imperiais das grandes potências industriais, o império inglês, francês, belga, alemão e, logo a seguir, o americano e o japonês. E se torna a era do imperialismo. Donas dos pedaços geopolíticos voltados para assegurar-lhes a reservas de recursos minerais, energéticos e os complementos madeireiros e agroanimais que suas indústrias precisam, as grandes potências engolem o mundo (MOREIRA 1998, p. 124).

Neste período histórico e geográfico da segunda revolução industrial marcada pelo fordismo, a escala local sofre uma recusa, o que se tem é um verdadeiro paradigma econômico industrial abarcando regras, normas, que passam e serem incorporados pelos mais diversos espaços territoriais do globo. Moreira (1998, p. 125) destaca que:

> É sob o paradigma que se arrumam os espaços do mundo. Os campos se descampesinam e as cidades se povoam de proletários. A agricultura se mecaniza e as áreas se especializam. A distribuição cidade-campo da população se inverte e a humanidade se urbaniza. O visual das chaminés fumegantes invade as cidades poluídas e os territórios antes agrários. As velhas civilizações se incorporam na cultura técnica do novo período.
> Da cidade ao campo, o mundo como um todo espelha o paradigma industrial, porquanto as regras tayloristas-fordista da regulação técnica e de trabalho extrapolam a fábrica e passam a ser norma de organização e administração dos espaços do mundo. Na cidade, a arquitetura, o trânsito,

> os hospitais, os cemitérios, as escolas, o urbanismo, tudo passa se organizar de modo padrão, em série e em massa, de acordo com os termos da organização e administração taylorista-fordista. E logo esta norma se passa aos vastos espaços rurais, regionais, nacionais e ganha o mundo.

Esse ritmo de intensas transformações difundidas pelo espaço é tido, como o resultado de um "compromisso fordista" (LIPIETZ 1991). Chama a atenção, os apontamentos feitos por Lipietz, quando ele explicita que o modo de organização taylorista-fordista gerou nas três primeiras décadas do século XX uma forte produtividade, dados a racionalização da produção, porém, as resistências começam a ocorrer por parte dos trabalhadores e sindicatos. Sendo assim, tornou-se necessário celar um compromisso. Os sindicatos reivindicaram uma participação nos ganhos de produtividades resultantes da grande racionalização do processo produtivo. No entanto, o autor frisa que grande parte dos patrões recusou, mas, Henry Ford "aceitou", assim como alguns donos de bancos e políticos como John Maynard Keynes.

Para Lipietz (1991, p. 30) "Ford e Keynes haviam percebido que a aceleração dos ganhos de produtividade provocada pela revolução taylorista levaria a uma gigantesca crise de superprodução se não encontrasse contrapartida em uma revolução paralela ao lado da demanda". A solução encontrada foi a de elevar de forma regular o poder de aquisição dos trabalhadores. Em meio à grande "Depressão dos anos 1930" tem-se uma superprodução, a solução estaria ancorada na "(...) social-democracia, versão de "esquerda" do que Keynes e Ford propunham "da direita": um compromisso global e organizado entre patronato e sindicato, que permitisse a redistribuição dos ganhos de produtividade aos assalariados (LIPIETZ 1991, p. 31)". O compromisso fordista, surgido como alternativa para combater a crise, se consolidou sendo um regime de acumulação, bem como, um modo de regulação, que nas palavras de Lipietz (1991, p. 31-32) pode ser resumido como:

> - uma produção de massa, com polarização crescente entre idealizadores qualificados e executantes sem qualificação, com mecanização crescente, que acarretava uma forte alta da produtividade (o produto por habitante) e alta de volume de bens de equipamento utilizado pelo trabalhador;
> - uma repartição regular do valor agregado, isto é, um crescimento do poder aquisitivo dos assalariados, paralelo ao crescimento de sua produtividade; e
> - assim, a taxa de lucro das firmas permanecia estável, com a plena utilização das máquinas e com o pleno emprego dos trabalhadores.

As medidas tomadas a fim de superar a crise buscavam proporcionar aos trabalhadores um consumo crescente de mercadorias, assim, a produção em massa seria correspondida por um consumo em massa. Lipietz (1991) chama a atenção, que tais iniciativas de consumo, propagavam o padrão de vida intitulado de "*american way of life*", tido com um estilo de vida, pautado em um modelo produtivista, que se fundava por uma crescente busca pela felicidade, sendo que esta seria alcançada pelo aumento de mercadorias consumidas. Entretanto, para que o consumo crescente fosse posto em prática, o empresariado deveria corresponder às medidas elaboradas pelo compromisso fordista. Cumpre, portanto, aos modos de regulação propiciar a adesão dos proprietários de empresas.

Lipietz (1991, p. 32-33) cita que os ingredientes comportavam de país para país de forma variada:

> - uma legislação social referente ao salário mínimo, à generalização das convenções coletivas, induzindo todos os patrões a conceder aos assalariados ganhos anuais de poder aquisitivo correspondentes ao crescimento da produtividade nacional;
> - um "Estado Providência", um sistema de previdência social desenvolvido, permitindo aos assalariados (e, de fato, a toda a população) continuar como consumidores até no caso de estarem impedidos de "ganhar a vida": doença, aposentadoria, desemprego, etc.; e
> - uma moeda de crédito (isto é, pura moeda de papel) emitida pelos bancos privados, em função das necessidades da economia (e não mais em função do estoque de ouro disponível), mas sob o controle dos bancos centrais.

Essa política de cunho keinesiana, dotava o Estado de responsabilidades em assegurar os investimentos, assim como, o consumo pela população. Através das medidas de regulação, a conjuntura econômica instaurada era mantida. No entanto, este "estado de bem estar social" não foi fruto apenas do paradigma fordista, mas sim, de lutas sociais, de conquistas operárias, como lembra Lipietz (1991).

Não se pode ignorar o fato de que o modelo fordista, de acordo com o já referido autor, só se tornou hegemônico nos países da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento econômico (OCDE), ao passo, que grande parte dos países do chamado "Terceiro Mundo", foram marginalizados na década de 1950, no que concerne a comercialização de bens industriais, pois as mercadorias norte-americanas eram extremamente competitivas.

Sintetizando, o paradigma fordista pode ser resumido da seguinte forma:

> (...), o paradigma fordista oferece uma concepção de progresso que se apóia em três pés: progresso técnico (concebido como progresso tecnológico incondicionalmente conduzido pelos "trabalhadores intelectuais"), progresso social (concebido como progresso de poder aquisitivo, extensão do reino da mercadoria), progresso do Estado (concebido como fiador do interesse geral contra as "invasões" dos interesses individuais). (LIPIETZ, 1991, p. 37).

Apesar de todo o empenho e do pensamento minucioso acerca da efetivação do modelo fordista, a sua hegemonia em meados da década de 1960 começa a ser abalada, e paulatinamente vai ruindo. O grande compromisso fordista entra em crise. Segundo Lipietz (1991) a crise se deu dada a baixa rentabilidade do modelo, a internacionalização dos mercados que gerou contradições nas medidas de regulação dos estados nacionais. Também o descontentamento dos trabalhadores, que geraram revoltas em meio à alienação ocasionada pela fragmentada e extenuante rotina de trabalho, além da falta da solidariedade administrativa[7]. A crise se dá em detrimento do próprio modelo que fora criado.

Para Benko (1996, p. 19):

> O fordismo aparece com perda de velocidade, entravado em seu impulso pela conjugação de uma crise de eficácia e de um esmorecimento de legitimação; a cadeia de produção peca por "rigidez", ao passo que a "cadeia" das certezas de um desenvolvimento ineuxarível é quebrada de maneira patente.

De fato, a crise do fordismo ocorre devido a um conjunto de fatores, que vão desde a organização da produção, até as questões econômicas, políticas, sociais, da esfera macroeconômica. O clima tenso de conflitos pela insatisfação dos trabalhadores, a inflação de custos, a falta de investimento, a queda de produtividade, a rede de segurança social abalada, levam a ineficácia do paradigma fordista e sua consequente falência.

---

[7] Na medida em que retira do trabalhador aquilo que é mais próprio do ser humano, a capacidade de criação, o taylorismo torna-se um sistema de trabalho rígido, cujos efeitos cedo vêm à tona. Qualquer pequeno problema de programação, por exemplo, se converte na execução em defeito do produto. E por mais que se tente, mostra-se um problema sem problema, uma vez que no fundo o que está vindo à tona é o efeito da iniciativa tirada do trabalhador de execução. Mesmo que este trabalhador perceba o problema com antecipação, nada pode fazer na linha de montagem diante de um sistema que já vem programado de cima para ser processado como movimento monolítico por baixo dentro da fabrica. A conseqüência é o acúmulo crescente de peças fabricadas com defeito, o que eleva os custos e rebaixa a produtividade do sistema industrial. Problema de performance econômica que se agrava com a rotatividade do trabalhador, a baixa à enfermaria, a falta ao trabalho provocado pelo cansaço, desgaste físico, exaustão nervosa, a rotina (MOREIRA 1998, p. 126).

Benko (1996, p. 29) considera em seus escritos que:

> É fundamental compreender que a crise mundial do fordismo não tem em sua origem causa única, mas dois tipos de encadeamentos desestabilizadores que se sobredeterminaram um ao outro. Importa compreender o desenvolvimento da crise como articulação de "causas internas" (a crise do próprio modelo de desenvolvimento, principalmente do lado da oferta) e de "causas externas" (a internacionalização econômica, que compromete a gestão nacional da demanda).

A partir de 1970, dá-se início a um processo de reestruturação, tanto espacial, como, organizacional. Para Moreira (1998) inicia-se nesse novo período das últimas décadas do século XX, a terceira revolução industrial, tida por ele como paradigma do toyotismo. Já para Benko (1996) diante da crise do fordismo emerge uma nova forma de organização denominada de "flexibilização" do sistema.

Segundo Moreira (1998), os ramos básicos da terceira revolução industrial são os ligados à microeletrônica. "Mas assim como no caso da segunda revolução, é a indústria automobilística o ramo que fornece o paradigma técnico e do trabalho. Denomina-se toyotismo, nome tirado da fábrica Toyota (MOREIRA 1998, p. 126)". O novo conjunto de materiais que compõe a terceira revolução industrial se dá no campo das tecnologias. Os avanços tecnológicos irão redefinir as articulações econômicas, políticas, e sociais, dentro do espaço geográfico.

Nas palavras de Benko (1996, p. 20):

> A ruptura na qual o capital aposta sua "salvação" é antes de tudo uma *modalidade de aprofundamento das relações capitalistas*. A era "eletrônica" da acumulação capitalista não é a de um lento refluxo da exploração da força de trabalho pelo capital, mas, ao contrário, um momento histórico singular em que o reexame do "compromisso" da relação salarial fordista e a busca de novas fontes de produtividade se conjugam (pelo jogo de práticas imanentes) com a complexificação da concorrência intercapitalista e uma nova configuração internacional da divisão do trabalho (mudanças na composição intersetorial da acumulação, deslocação das unidades para zonas de baixos salários, tendência a privilegiar unidades de produção menores, em que o processo de trabalho é mais flexível e em que se efetuam economias máximas nos custos de produção.

As relações capitalistas nesse novo período se ancoram em novas formas de organização do trabalho e da produção. A densidade de tecnologias impulsionadoras desta revolução se dá no campo da informática. O computador é uma peça central nesse processo, sendo que este muda a própria organização do trabalho, gerando uma reestruturação. De acordo com Moreira (1998) nesta nova fase presencia-se a reaproximação entre o trabalho de concepção e o de execução.

O trabalhador característico desse período será o do polivalente dentro de um mecanismo flexível, integrado em equipe, e menos hierárquico.

No que tange ao uso de tecnologia, Moreira (1998, p. 127) salienta que com o uso do computador "(...), a programação de conjunto é passada a cada setor da fábrica para discussão e adaptação em equipe, convertendo-se num sistema de rodízio de tarefas que restabelece a possibilidade da ação criativa dos trabalhadores ao nível de setor". O uso de tecnologias neste período segundo Benko (1996) abriu perspectivas de reorganização do processo de produção global. "Pela primeira vez na história do capitalismo, tornou-se possível combinar trabalho de alto nível tecnológico e diversificação dos produtos e processos (BENKO 1996, p. 29)".

Faz-se importante destacar que com a terceira revolução industrial, tem-se uma flexibilização do sistema econômico. Isto ocorre por meio do modelo *Just-in-Time*[8] (JIT) e do *Kanban*[9]. O que se tem é uma relação estreita entre a produção e o consumo. Nas palavras de Moreira (1998, p. 128):

> Produz-se na medida do que a demanda pede, evitando-se a superprodução e conseqüentemente formação de estoques. O JIT se apóia no Kanban, um sistema de controle da reposição de mercadorias adotado nos supermercados, que é levado para a fábrica toyotista.
> Cada mercadoria vendida é reposta pelo setor de estoque a partir da etiqueta destacada no ato da venda e a ele remetida. A venda orienta o movimento de compras e de restabelecimento de estoque. Adaptado, este mecanismo é introduzido na fábrica em relação á compra e estoque de peças e também á venda dos produtos fabricados. O estoque é reposto na medida da quantidade que sai para o uso na linha de montagem. Do mesmo modo, o do automóvel produzido. O resultado é uma radical redução do volume dos estoques, seja de peças, seja de automóveis produzidos dentro da fábrica.

Os sistemas de controle adotados, assim como a introdução de elementos técnicos que resultaram em uma produção flexível, geraram possibilidades de combinar trabalho de alto nível tecnológico e diversificação tanto de produtos como de processos (BENKO 1996). A utilização de um trabalho tecnificado no modelo flexível não eliminou a carga estressante posta sobre o trabalhador, típicas dos dois modelos anteriores. Para Moreira (1998, p. 128):

> (...), os problemas de esgotamento e extenuação do trabalhador ainda mais se ampliam em relação ao sistema fordista. Como o sistema de trabalho toyotismo se dá em rodízio dentro do setor para o fim de alternagem das

[8] Produção-a-tempo.
[9] Etiqueta/cartão visual.

> tarefas, cada trabalhador passa a operar com duas ou três máquinas de uma só vez, resultando um grau ainda maior de estresse.

É em meio a este complexo contexto histórico e geográfico de organização da produção, da economia, e da sociedade, que a discussão em torno da temática do desenvolvimento local ganhou notoriedade. Pois, no bojo da crise do sistema fordista com a emergência das formas flexíveis, tidas como características da terceira revolução industrial, que a escala de ação local passa a ter sua importância reforçada. No entanto, não se pode ignorar que em meio a essas mudanças, tem-se o processo da globalização se intensificando, o que vai gerar consideráveis transformações nas lógicas econômicas, políticas, sociais, dentro do espaço.

Enfatiza-se que não é a pretensão deste trabalho discorrer sobre as teorias que concernem aos períodos das revoluções industriais, pois, há autores que ressaltam que a sociedade contemporânea estaria vivendo um período considerado portador de uma quarta revolução industrial, sendo que esta se daria no campo da biotecnologia, da nanotecnologia, na esfera das ciências da vida, assim como, nas várias áreas das ciências exatas, bem como de outros ramos do conhecimento. No entanto, o intento de abordar as três revoluções indústrias se deu para possibilitar a compreensão das discussões acerca da importância do desenvolvimento local, já que, é em meio a crise do fordismo com o surgimento das formas flexíveis de produção junto a globalização, que o local passa a ser alvo de políticas públicas com mais intensidade, sendo tido como um “território” propício ao estímulo do desenvolvimento.

1.2. A VALORIZAÇÃO DA ESCALA GEOGRÁFICA LOCAL EM MEIO AO DEBATE GLOBAL/LOCAL

A valorização da escala geográfica local suscita divergências entre os estudiosos que se propõem discuti-la, é o que aponta Boisier (2000, p. 162) onde de acordo com ele:

> Si se tratase de un concurso de popularidad, el concepto de “desarrollo local” ganaría el primer lugar em las preferências. Aquí, sin duda, hay mucho que decir. Desde luego, ahora se trata de un concepto sustantivo (contenido más que mero contenedor) que alude a una cierta modalidad de desarrollo que puede tomar forma en territorios de variados tamanõs, pero no en todos, dada la intrínseca complejidad del proceso de desarrollo. Es evidentemente una sobre simplificación asimilar el concepto de desarrollo

> local a la ideia de comuna, a lo municipal. En realidade, lo “local” sólo hace sentido cuando se le mira, por así decirlo, “desde afuera y desde arriba” y así las regiones constituyen espacios locales miradas desde el país así como la provincia es local desde la región y la comuna lo es desde la provincia, etc.

O autor deixa claro as dificuldades que se tem em compreender o local, bem como, as divergências teóricas que tentam defini-lo. No entanto, acredita-se que isso ocorre por que muitos pesquisadores negligenciam a questão escalar para conceber um território como sendo local. Compreende-se que a escala é um importante recorte espacial que revela a medida do fenômeno (CASTRO 1997). Em meio a essa discussão, traz-se os escritos de Silveira (2008) onde para ele o desenvolvimento local se circunscreve sendo mais uma “inflexão de lógica” do que uma questão escalar. Esse autor argumenta que:

> (...), deparamo-nos com esforços de desenvolvimento local em várias escalas de construção, como bairros, municípios, microrregiões etc. E o desenvolvimento local nao é “mais local” quando a referência é um bairro ou um pequeno município. O “tamanho do lugar” é a decorrência de acúmulos e de densidades sociais que o constroem como referência, o que não caberia em qualquer escala prefixada.
> Mas a ideia de que o desenvolvimento local pode se expresar em diversas escalas é apenas uma face da afirmação de que o desenvolvimento local não é uma questão de escala. (SILVEIRA 2008, p. 45).

Os escritos do autor evidenciam que o mesmo ignora as sobreposições escalares, pois, o local só é local por estar situado em uma escala mais abrangente seja micro-regional, meso-regional, estadual etc., caso contrário, não seria local. Entretanto, concorda-se com o autor que o desenvolvimento local pode ocorrer sim em outros níveis escalares. Ora, é por causa dessas ocorrências, que o local assume uma dimensão efetivamente “escalar”. Por exemplo: dentro de uma região**,** contemplando várias cidades ocorre um processo de desenvolvimento econômico e social que se efetiva em apenas uma das várias cidades. A cidade que se desenvolveu conforma um território local em meio à região. Obviamente a compreensão é escalar, pois, caso contrário não se identificaria o processo de desenvolvimento em meio à abrangência da escala.

Boisier (2000, p. 167) faz uma análise pertinente acerca das diferenças do local e do regional quando esclarece que:

> (...) la diferencia entre ambos conceptos reside en una doble cuestión escalar. Por un lado, trátase de una escala territorial en la cual en distintos

> segmentos de ella se ubican tanto lo local como lo regional, aunque na hay ninguna regla matemática que marque el límite, pero obviamente choca al sentido común referirse ao desarrollo de la Región CORPES/OCCIDENTE de Colombia (que incluye ocho Departamentos, ciudades tan importantes como Cali y Medellín y que representa casi el 20% del territorio casi el 40% de la población y casi el 50% del VA industrial del país) como desarrollo local. Es obvio que en este caso el adjetivo regional aparece, incluso intuitivamente, como el apropiado. A la inversa, también parece contradecir el sentido común referir-se al desarrollo de la ciudad de Manizales (que no queda circuncrito al plano urbano de ella) como desarrollo regional; contrariamente al caso anterior, acá local parece 'calzar' mejor con la realidad. Si se tratase de hablar del desarrollo del Departamento de Caldas, parte de la Región y cuya capital es Manizales, se entra ya a un terreno de traslapos y superposiciones. Por otro lado, se trata de una escala funcional, poco precisa también, pero dotada de una cierta sensatez. Es evidente que la función de promover el empleo se entiende hoy como una función muy apropriada a la escala local, pero es igualmente evidente que una fuunción como la promoción de la investigación científica y tecnológica (parte importante de la ideia de desarrollo), altamente dependiente del funcionamiento de un sistema de ciencia y tecnología, no podría ser considerada una función local, sino regional, que sería la escala funcionalmente adecuada (y con no pocas dificultades habría que añadir!).

Percebe-se que o regional, assim como o local, não possui uma delimitação definida para que se possa afirmar "aqui é o local" ou, "daqui em diante é o regional", pois a diferenciação pode dar-se por níveis analíticos variando de pesquisador para pesquisador. O senso comum pode conceber a escala local de forma completamente diferente do método científico, no entanto, nem por isso o local deixa de contemplar um processo escalar que o identifica. O autor Buarque (1999, p. 9) traz a baila uma discussão acerca da escala local, propensa a efetivar o desenvolvimento, conceituando da seguinte maneira:

> Desenvolvimento local é um *processo endógeno* registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o *dinamismo econômico* e a *melhoria da qualidade de vida* da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da *mobilização das energias* da sociedade, explorando as suas *capacidades e potencialidades* específicas.

Tendo por base o pensamento do autor, pode-se afirmar que a escala local é uma construção que se efetiva pela sociedade no território, e que quando conscientemente articulada, pode promover transformações coletivas significativas.

Ruckert (2004, p. 154) esclarece que a escala local de análise do desenvolvimento territorial relaciona-se às:

> microlocalidades, os municípios, a menor unidade institucional político-administrativa. Estes, progressivamente, passam a assumir questões

> relativas à gestão territorial numa escala que, muitas vezes, transcende as fronteiras municipais, na qual diferentes atores passam, progressivamente, a implementar programas de desenvolvimento de caráter endógeno.

Vê-se que o local, aqui tomado como o município, tem sido alvo de debates que visam o seu desenvolvimento, pois é nesta escala que se delineia o cotidiano de grande parte da sociedade. Nas palavras de Buarque (1999, p. 11) o desenvolvimento municipal é:

> um caso particular de desenvolvimento local, com uma *amplitude espacial delimitada pelo corte político-administrativo do município*. Pode ser mais amplo que a comunidade e menos abrangente que o microrregional ou supramunicipal (aglomeração de municípios ou partes de municípios constituindo uma região homogênea). O município tem uma escala territorial adequada à mobilização das energias sociais e integração de investimentos potencializadores do desenvolvimento, seja pelas reduzidas dimensões, seja pela aderência político-administrativa que oferece, através da municipalidade e instância governamental.

A de se levar em consideração que o municipal, o local, vem sendo alvo de um jogo competitivo resultante das lógicas disseminadas pelos processos da globalização, portanto, o debate que tem aflorado se tangencia pela complexa dualidade “global/local”. É importante lembrar que segundo Santos (2002), o espaço geográfico é composto por um “sistema de objetos e por um sistema de ações”. Compreende-se que os objetos são a materialidade existente, já as ações são os resultantes das relações travados pelos agentes humanos na vivência cotidiana. Mas enfim, essa composição espacial de objetos e ações obviamente se fazem presentes em todos os níveis escalares. Como ressalta o autor, Santos (2002), a totalidade do espaço geográfico não pode ser compreendida dissociada das partes que o compõem, pois o “todo se completa pelas partes”, portanto, o global não extingue o local, cada nível escalar comporta ordens, valores.

> (...) No plano global, as ações, mesmo “desterritorializadas”, constituem normas de uso dos sistemas localizados de objetos, enquanto no plano local, o território, em si mesmo, constitui uma norma para o exercício das ações.
> (...) A partir dessas duas ordens, se constituem, paralelamente, uma razão global e uma razão local que em cada lugar se superpõem e, num processo dialético, tanto se associam, quanto se contrariam. É nesse sentido que o lugar defronta o mundo, mas, também, o confronta, graças a sua própria ordem. (SANTOS 2002, p. 332).

Entende-se que em meio a dialética do global e do local, os espaços ditos

regionais, bem como locais não podem ser substituídos, entretanto, o que pode ocorrer é a lógica global agir sobre eles orientando-os. Nas palavras de Theotonio dos Santos (1998, p. 72) o processo de globalização reforça as particularidades, este autor ressalta que:

> A questão territorial constitui um fator de moderação e bloqueio a uma tendência hoje muito forte de pensar o mundo como se tivéssemos um planeta totalmente integrado, ignorando os espaços culturais e econômicos locais. (...) apesar de haver uma contradição entre o processo de globalização e estas realidades históricas e culturais, regionais e nacionais, nós não podemos pensar o global sem estas particularidades.

Acredita-se que o espaço não é homogêneo (SANTOS 2002), desta maneira, sua totalidade comporta diferenciações que se compõem por "padrões econômicos, políticos e sociais" característicos de regiões e locais. Chama atenção quando Santos (2001, p. 79 grifo nosso) escreve que:

> No mundo da globalização, o espaço geográfico ganha novos contornos, novas características, novas definições. E, também uma nova importância, porque a eficácia das ações está estreitamente relacionada com a sua localização. **Os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros.**

O autor instiga a pensar que em meio aos processos da globalização, muitos locais se valorizam se caracterizando como estratégicos para a reprodução, sobretudo, do grande capital expatriado muita vezes. E mais, a análise permite considerar que, os locais que não são estrategicamente propícios à reprodução ampliada do capital, adquirem também significativa importância, já que, a lógica seletiva e perversa de cunho globalizadora que marginaliza, gera a necessidade da criação de mecanismos econômicos, políticos, e sociais inovadores, que possibilitem o enfrentamento aos impactos de exclusão que foram gerados. Ou seja, a própria globalização produz a emergência de processos que intentam dinamizar a escala local. "O mundo, (...), é apenas um conjunto de *possibilidades*, cuja efetivação depende das *oportunidades* oferecidas pelos lugares (SANTOS, 2002, p. 337)".

Outro autor que suscita de forma instigante o debate global/local é Benko (1999), encaminhando a compreender que o local se solidariza em meio ao global. Os modos de organização da produção de forma aglomerada (*cluster*, APLs, distritos...) conferem ao território local uma significativa valorização, que o permite resistir, superar as dificuldades advindas da globalização.

Fonseca (2004), ao analisar as recentes iniciativas que prezam pelo desenvolvimento local em vários países desenvolvidos e subdesenvolvidos ressalta as três principais vertentes localistas que se presencia no debate geográfico, que de acordo com ele são:

> 1) a vertente da globalização ou baseada na relação entre o global e o local; 2) a vertente da nacionalização ou baseada nas relações entre o governo central e o governo local; e 3) a vertente da localização ou territorial onde são enfatizadas as relações entre o local, nacional e o global (FONSECA 2004, p. 16).

A primeira conhecida como vertente da globalização, discute os macros processos ligados aos setores financeiros e tecnológicos, no qual, o local seria fortemente afetado. No entanto, Fonseca (2004, p. 17) reitera que:

> (...) o lugar, o singular, apesar de conter o universal (global) e ser duramente afetado por este, também apresenta suas contingências, engendradas internamente, em virtude do cotidiano, dos hábitos, da tradição e das redes de solidariedade que são estabelecidos entre os agentes. É dessa forma que a lógica de acumulação global pode ser contrariada no lugar.

Apesar das imposições advindas da globalização, tem-se uma resposta dos agentes locais. No território local “surgem políticas de desenvolvimento econômico de cunho competitivo (FONSECA 2004, p. 17)”. Também o sentimento de enraizamento local, bem como, sua consequente valorização ocorre por vários motivos, sendo estes:

> As empresas, por exemplo, realizam muitas vezes investimentos pesados no ambiente construído (capital fixo) e precisam de um certo tempo para que os gastos sejam compensados; as pessoas mantêm laços de parentesco, de amizade, de trabalho e de cooperação enraizadas no território, construídos historicamente; os jornais locais dependem da lealdade dos leitores e dos anúncios dos seus patrocinadores num certo território; os governos além de estarem assentados sobre uma base territorial, têm dependência fiscal local e precisam da arrecadação para cobrir os gastos de financiamento em obras de infra-estrutura realizados para atrair empresas e para honrar os compromissos de campanha perante os seus eleitores (COX; MAIR, 1998 APUD FONSECA 2004, p. 17).

Também em meio à perspectiva teórica da globalização, presencia-se a discussão em torno das debilidades do poder político estatal, por conseguinte, tem-se o revigoramento do poder político local, pois este “(...) tende a preencher a lacuna deixada pelo Estado, inclusive adotando políticas estratégicas competitivas

baseadas na imagem positiva do local em relação a outros locais (FONSECA 2004, p. 18)". Ainda para o autor "os locais passam então e ser considerados como atores políticos, uma vez que agregam não só o governo local, mas também os variados atores da sociedade em termos de articulação para a tomada de decisões (FONSECA 2004, p. 18)".

No caso do Brasil, a perspectiva de articulação do local em meio ao contexto global pode ser pensada pelo viés da descentralização política promovida com a Constituição de 1988, onde os mecanismos participativos conferem o entrelaçamento dos mais diversos agentes sociais que permeiam a escala local, em prol do desenvolvimento.

Na vertente da globalização, o debate centra-se do global para o local, onde o último seria submisso aos processos globalizadores, sendo que, seu protagonismo seria uma forma dinâmica orquestrada.

Já a segunda vertente, a da nacionalização, que segundo Fonseca (2004) surgiu no final dos anos de 1970 na Europa, aborda a relação do governo central com o local, onde este era "interpretado a luz do funcionamento do primeiro, ou seja, do âmbito nacional (FONSECA 2004, p. 20)". Destaca-se que no caso do Brasil, e isso desde a constituição de 1988, tem-se certa autonomia, logo, o local se concretiza sendo um "território" protagonista de desenvolvimento.

> Neste país, [no caso Brasil] se o local é *normalizado* pelo fato de estar inserido na estrutura territorial do Estado, ele também *normaliza*, uma vez que tem capacidade de autogoverno. Sendo assim, tanto é uma instituição de *ação como de decisão*, não só voltadas a acumulação de capital, mas também ao fortalecimento democrático e ao exercício da cidadania. E neste contexto, o papel do território se impõe porque sendo um dos elementos que compõem a base constitutiva da instituição municipal, interfere nas estratégias locais, sendo moldado e também moldando as decisões e ações políticas por intermédios de seus conteúdos organizacionais, técnicos e naturais. Ou seja, não existe município sem território e, caso venha a acontecer isso, estará em situação irregular (FONSECA 2004, p. 21).

Já na Inglaterra de acordo com o autor Fonseca (2004) o neoliberalismo do governo de Thatcher conferiu ao local um civismo individualista, onde "(...) permitiu que a elite empresarial assumisse o papel de vanguarda local e o de principal ator de transformação (FONSECA 2004, p. 22)". Com estas medidas os ingleses presenciaram um localismo orquestrado pela escala nacional. Fonseca (2004) ressalta que o papel do território local foi negligenciado pelo poder central, e isso gerou resultados insatisfatórios.

> (...) ao negligenciar as especificidades locais, as decisões políticas centrais deixaram de considerar que o território é um espaço definido por relações institucionais que são construídas historicamente através do processo de socialização. Neste sentido, tem suas regras que devem ser consideradas para o bom desempenho das decisões e ações políticas (FONSECA 2004, p. 22).

Por fim, a terceira vertente abordada pelo autor Fonseca (2004), a da localização, traz a baila o papel desempenhado pelo território na escala local, para o melhor desempenho governamental, em termos econômicos e sociais no contexto do mundo globalizado. Elucida-se que o protagonismo local é fomentado nos debates a partir da década de 1980, em meio a análises acerca de formas de organização aglomeradas, sobretudo, na Itália.

Segundo Fonseca (2004), importante contribuição foi dada pelo geógrafo californiano Michael Storper, já que ele ressaltou "(...), o papel fundamental desempenhado pelo território no contexto da globalização, através das suas condições específicas locais em termos de técnicas, instituições e habilidades (FONSECA 2004, p. 22)". Identifica-se nesta vertente de pensamento que, o local é tido como um vetor de desenvolvimento perante um mundo dito globalizado. Esta vertente acredita que as especificidades territoriais possibilitam nutrir os interesses da lógica global. No cerne desta discussão é importante destacar Buarque (1999, p. 11-12), onde este enfatiza que, globalização e desenvolvimento local são:

> (...) dois pólos de um mesmo processo complexo e contraditório, exercendo forças de integração e desagregação, dentro do intenso jogo competitivo mundial. Ao mesmo tempo em que a economia se globaliza, integrando a economia mundial, surgem novas e crescentes iniciativas no nível local, com ou sem integração na dinâmica internacional, que viabilizam processos diferenciados de desenvolvimento no espaço.

Segundo Buarque (1999), as transformações que ocorrem nos processos produtivos, e na organização econômica, decorrentes da globalização, passam a ocorrer a uma "velocidade e ritmo acelerado e inusitado", consequentemente, intensificando as disputas competitivas, gerando diferentes configurações na organização da economia mundial. Desta forma, as economias nacionais e locais, são impulsionadas a se atualizarem. O autor enfatiza que a globalização tem um efeito contraditório sobre a organização do espaço, pois:

> De um lado, demanda e provoca um movimento de *uniformização e padronização dos mercados* e produtos, como condição mesmo para a integração dos mercados; mas, por outro lado, com a *diversificação e*

> *flexibilização das economias* e dos mercados locais, cria e reproduz diversidades, decorrentes da interação dos valores globais com os padrões locais, articulando o local ao global. (BUARQUE 1999, 12-13).

Este autor, Buarque (1999, p. 13) clarifica que, em meio às lógicas resultantes da globalização pensa-se que:

> (...), a uniformização provoca a *valorização do local e do diverso,* é a contraface da globalização e da uniformização e padronização mundial dos estilos de desenvolvimento. A difusão de padrões culturais e formas globais de organização econômica e social não leva a uma pasteurização da cultura universal, reduzindo tudo a valores, hábitos e costumes homogêneos. A cultura é um processo permanente de criação, com base na matriz original, que interage com os processos civilizatórios universais.

A discussão realizada até aqui, busca clarificar a importância adquirida pela escala local, principalmente no que tange a efetivação do desenvolvimento em prol da sociedade como num todo, que habita, vive cotidianamente nesta escala. Porém**,** há autores que consideram que os debates e projetos que intentam dotar a escala local de "poder transformador", se resumem em equívocos, em localismos exagerados. É o caso do autor Brandão (2007, p. 37) onde ele adverte que, "nos últimos anos, ocorreu o retorno do território aos debates das ciências sociais. A concepção de que a escala local tem poder ilimitado invadiu o debate sobre o desenvolvimento urbano e regional, no Brasil e no mundo".

Na visão de Brandão (2007), o Brasil com seu vasto território marcado por inúmeras desigualdades não pode desconsiderar a importância da escala política nacional para que o dinamismo do local ocorra. Percebe-se que o autor questiona o local, aflorando um debate com certo teor pessimista acerca do potencial dessa escala em angariar processos estimuladores de desenvolvimento. Nas palavras de Cano (2007, p. 25):

> Para atingir seus objetivos – os dos países centrais, é claro – o neoliberalismo desencadeou profundo ataque ao Estado Nacional, enfraquecendo-o nos vários planos de sua atuação. Uma das armas usadas foi a "a teoria do poder local", criando as falsas ideias do *desenvolvimento local, da cidade,* (ou da *região*) *competitiva,* emanadas de ações locais ou regionais. Seus apressados seguidores parecem não perceber que o propagado poder local não conta com as prerrogativas necessárias à formulação e execução de uma política de desenvolvimento, que são os instrumento básicos da política econômica – o comando sobre a taxa de juros, de câmbio, do crédito e da fiscalidade necessária.

Nesta abordagem realizada pelo autor acima mencionado, vê-se que o local

é tido como uma estratégia gerada pelo poder global, que consequentemente o orquestraria subordinando-o. Sendo assim, o desenvolvimento local seria algo decorrente dos interesses das escalas superiores. É na perspectiva de descrença no local que Brandão (2007, p. 38-39) argumenta que a:

> (...) "endogenia exagerada" das localidades crê piamente na capacidade das vontades e iniciativa dos atores de uma comunidade empreendedora e solidária, que tem controle sobre seu destino e procura promover sua governança virtuosa lugareira. Classes sociais, oligopólios, hegemonia etc. seriam componentes, forças e características de um passado totalmente superado, ou a ser superado.
> Nesse contexto, "o local pode tudo" e, diante da crescente "sensibilidade do capital às variações do lugar", bastaria mostrar-se diferente e "especial", propagandeando suas vantagens comparativas de competitividade, eficiência, amenidades etc., para ter garantida sua inserção na modernidade.

Ressalta-se aqui que, afirmar que o local "pode tudo" realmente seria um grande equívoco, portanto, Brandão (2007) tem razão ao salientar a necessidade de articulação das escalas geográficas, para que o desenvolvimento ocorra de forma satisfatória, no entanto, percebe-se que o "pessimismo" do autor em relação ao local que comparece em alguns momentos de seu livro, instiga a pensar que ele o compreende de forma fragmentada, desconsiderando as particularidades, o dinamismo, as sinergias que ocorrem no território localizado, e isso não pode ser negligenciado. Neste sentido, discorda-se da opinião do autor, pois se acredita aqui que, as relações estabelecidas, as características endógenas, o *milieu* local não são "exageros", mas sim, construções sociais que possibilitam sim o desenvolvimento.

Não se pode esquecer o fato de que no Brasil os APLs, que se consolidam no território local, são importantes instrumentos de geração de emprego e renda, por conseguinte, importantes mecanismos de desenvolvimento. Ou seja, através das relações de proximidade, cooperação, sinergias, protagonismo local, o desenvolvimento é constituído.

> Realçar o papel dos atores locais, especialmente empresários e sociedade civil, **não significa negligenciar o fortalecimento das funções reguladoras e de coordenação do Estado, nem relevar a importância dos governos centrais no que respeita à transferência de recursos aos governos e comunidades locais.** Cumpre, portanto, estabelecer sistemas de cooperação e apoio mútuo entre esferas governamentais, resguardando a integração nacional e estimulando parcerias estratégicas, no espírito de uma federação cooperativa. Trata-se, principalmente, de superar o estágio centralizador de tomada de decisões e formas de intervenção que não levem em conta as diferenças, inibam iniciativas e ignorem as preferências

> dos grupos sociais envolvidos, implantando mecanismos democráticos e cooperativos de formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos. Sem essa preocupação não se conseguirá alcançar o consenso e a mobilização social indispensáveis à eficiência, eficácia e efetividade de qualquer projeto de desenvolvimento local endógeno (COSTA; CUNHA 2002, p. 4 grifo nosso).

Corrobora-se com o pensamento dos autores Costa e Cunha (2002) no que concerne ao entrelaçamento das mais diversas esferas políticas e institucionais para que haja maior espraiamento do desenvolvimento local, pois caso contrário, corre-se o risco de ter uma experiência pouco promissora de desenvolvimento, até mesmo frustrante.

1.3. A DISCUSSÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO E AS CONCEPÇÕES RENOVADAS: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

No Brasil, o conceito de desenvolvimento se faz presente fortemente nos círculos de debates acadêmicos dentro das universidades, bem como nas pautas de discussões políticas em vários espaços de democratização existentes no país. Nos estudos, sobretudo geográficos e econômicos, o processo de desenvolver, dinamizar econômica e socialmente uma dada coletividade, é para muitos pensadores uma incessante aspiração.

Pensar, teorizar, compreender, bem como, buscar alternativas para o desenvolvimento das sociedades existentes no território brasileiro, é uma atitude necessária, já que as disparidades construídas histórica e geograficamente neste país, que condicionam a vida de milhares de pessoas submetendo-as a pobreza, ao descaso, precisam, ou melhor, devem ser considerados pelos pensadores, pesquisadores, dirigentes políticos. Logo, tem-se a necessidade de projetos que possam ser estabelecidos com êxito, que realmente possam transformar as realidades de desigualdades sociais típicas da nação brasileira, que é tão significativa territorialmente com seus recursos naturais, no entanto, as vezes tão marginalizada pelo descaso recebido dos responsáveis incumbidos do seu processo de desenvolvimento.

É importante frisar que neste estudo realizar-se-á um enfoque acerca do desenvolvimento no período histórico e geográfico contextualizado pelo pós-segunda guerra mundial. Desta forma, ressalta-se que não é a pretensão do presente estudo, discorrer acerca das teorias e pensamentos sobre o conceito de

desenvolvimento, desde, por exemplo, os pensadores da corrente teórica da economia do início do século XVII, ou seja, dos Fisiocratas, liderado pelo Francês François Quesnay, já que, esta foi considerada a primeira escola de economia política, bem como, pelos economistas clássicos onde se destacou pela profundidade das análises autores como Adam Smith, Tomas Robert Malthus, David Ricardo, Jonh Stuart Mill, que suscitaram nos debates uma maior preocupação com a qualidade de vida das populações dando um sentido mais aprofundado ao desenvolvimento, e, não apenas prezando pelo crescimento (DALABRIDA 2010).

Todavia, abordar-se-á a complexidade da discussão em torno do desenvolvimento em meio ao contexto histórico e geográfico, caracterizado, sobretudo pelo período pós-segunda guerra, em que se presencia uma busca incessante por industrialização, crescimento, almejando assim o desenvolvimento econômico. Para tanto, traz-se a baila Sachs (2004, p. 30), em que de acordo com ele:

> (...) a reflexão sobre o desenvolvimento, tal como se conhece hoje, começou nos anos 40, no contexto da preparação dos anteprojetos para a reconstrução da periferia devastada da Europa no pós guerra. Refugiados antifascistas húngaros, poloneses e alemães, residentes na Grã-Bretanha, foram mobilizados para esta tarefa, na suposição de que o Leste Europeu não cairia sob a influência soviética – a Conferencia de Yalta não tinha acontecido ainda.

Em meio ao contexto pós-guerra, o objetivo pelo desenvolvimento dos países arrasados econômico e socialmente, impulsionou-os a lutarem pelo alcance de crescimento, pensados num primeiro momento, como sendo sinônimo do desenvolvimento. Porém, a promoção do crescimento econômico nos países não permitiu necessariamente que as camadas das sociedades, conquistassem qualidade de vida, que é fundamental para se desenvolver uma dada nação. Para Sachs (2004, p. 14) “o crescimento, mesmo que acelerado, não é sinônimo de desenvolvimento se ele não amplia o emprego, se não reduz a pobreza e se não atenua as desigualdades (...)”. O crescimento precisa estar atrelado à melhoria da qualidade de vida das pessoas para que de fato se tenha desenvolvimento.

O autor Maluf (2000), também clarifica tal equívoco que muitas vezes se manifesta no pensar acadêmico/científico e político, de conceber o crescimento econômico sendo sinônimo do desenvolvimento. Ressalta-se que ambos não são sinônimos, ou seja, o crescimento por si só, sem “equidade social” não gera

processos que permitam desenvolver um dado local. Nas palavras de Souza (1997, p. 15) “o desenvolvimento estritamente econômico só pode ser, *na melhor das hipóteses*, um meio, e jamais um fim, não sendo razoável, por conseguinte, “economizar” o conceito de desenvolvimento em geral”.

Na sociedade contemporânea marcada pela intensa globalização da economia, da política, da cultura, o debate em torno do desenvolvimento, principalmente nos meios acadêmicos, vem sendo realçado por ideias que apontam as carências contidas nas propostas elaboradas, e disseminadas pelo mundo, que dizem respeito aos projetos de desenvolvimento.

Ao pensar este conceito, torna-se importante ressaltar as concepções que muitas vezes influenciam os projetos postos em prática no território brasileiro. Mediante estudos teóricos, compreende-se a existência de duas concepções que norteiam a conceituação de desenvolvimento, sendo elas: as concepções “tradicionais”, e, as “renovadas”. As concepções tradicionais se sustentam pelo caráter economicista, historicista e etapista. Já as concepções renovadas se ancoram pela ordem social, sendo uma crítica a primeira.

Segundo Souza (1996) a palavra desenvolvimento, faz pensar que o processo existiu já nas sociedades tribais, porém, não se tinha uma construção teórica e científica. Nas palavras do autor:

> Desenvolvimento pressupõe mudança, transformação - e uma transformação *positiva*, desejada e desejável. Clamar por desenvolvimento (seja a partir de que ângulo for) só é concebível, portanto, no seio de uma cultura que busque a mudança ou que esteja conscientemente aberta a essa possibilidade de um *valor social* (SOUZA 1996, p. 5).

Acredita-se que o desenvolvimento de fato se dá, a partir do momento em que a sociedade como num todo passa a se beneficiar dos resultantes do processo, ou seja, é necessário o desenvolvimento enquanto um “valor social”. O autor Maluf (2000) afirma que a partir da década de 1970 as ideias acerca dos planos, projetos, que visam o desenvolvimento, começam a ser questionadas, dados os reconhecimentos dos limites das políticas postas nos projetos. Sendo assim, começa a haver impasses teóricos e práticos em meio às concepções.

Souza (1996) alerta em seus escritos que as ideias de desenvolvimento ao serem questionadas, incitam a pensar que:

> (...) o desenvolvimento só tem servido à ocidentalização do mundo, à exploração capitalista em escala mundial, à destruição da etnodiversidade em nome de uma pasteurização cultural; falar em desenvolvimento significa defender os interesses capitalistas ou, mais amplamente, os valores do Ocidente e do modelo civilizatório capitalista.

Percebe-se nos debates que os questionamentos em torno do desenvolvimento, apontam críticas a maneira como as concepções são na maioria das vezes elaboradas, assim como a forma em que o ato de desenvolver foi, e ainda vem sendo implantado, ou seja, pela lógica de países que são centro do sistema capitalista, que disseminam um modelo de desenvolver que não respeita as diferenças, as realidades locais, tentando assim homogeneizar.

Como já apontou-se anteriormente, os projetos de desenvolvimento pautados em concepções ditas tradicionais, possuem um viés setorializado, negligenciando a coletividade habitante do território onde se almeja desenvolver. As características dos modelos setoriais, por abarcarem traços economicistas, etapistas, historicistas, dificultam o êxito do desenvolvimento. Chama a atenção os escritos de Sachs (2004), Maluf (2000), Cunha (2006), onde estes explicitam que por muito tempo o desenvolvimento nas economias subdesenvolvidas passou a ser incorporado, levando-se em conta modelos de produção de países de centro, que sob uma forma hegemônica disseminaram para países periféricos modelos que foram incorporados sob os auspícios de fomentar processos de desenvolvimento.

Vê-se que os referidos autores, ao revelarem as carências existentes nos modelos de desenvolvimento que se impõem sobre as sociedades, tecem suas críticas aquilo que chamam de “concepções tradicionais”, que muitos governantes aderem, e que desta forma, ainda veem sendo incorporadas pelas políticas públicas, principalmente no Brasil. Nas concepções tradicionais os modelos veem de “cima para baixo”, não levando em consideração as especificidades do local, restringindo a participação dos atores sociais, almejando apenas setores da economia, da sociedade. Todavia, rompendo com o tradicional modelo, alguns autores propõem uma perspectiva renovada, sendo o do “desenvolvimento territorial”.

No que concerne a essa concepção de cunho renovado, os autores Saquet e Sposito (2008) elucidam em seus escritos que os estudos, debates, controvérsias, relacionados às lógicas do desenvolvimento, se acentuam no cenário acadêmico a partir dos anos de 1990 em virtude de vários fatores, sobretudo, dado o agravamento da crise ambiental. Esta conjuntura leva o surgimento de propostas em

torno do “desenvolvimento territorial”. Contudo, a de se conceber que tal temática se origina em países como a França, Suíça e Itália. O autor José Reis (2005) destaca que o desenvolvimento de perspectivas territorialistas começa a ser difundido a partir da segunda metade do século XX. Também clarificam Dallabrida; Siedenberg; Fernández (2004, p. 101) que:

> Desde o final dos anos 70, acompanha-se em algumas regiões, européias principalmente, o incremento do número de pequenas e médias empresas imersas em meios sociais que demonstraram criatividade e um caráter inovador, revitalizando o debate sobre novas formas de organização da produção e explicação dos fatores que têm contribuído para o desenvolvimento de âmbitos espaciais distantes dos grandes centros urbano-industriais, tradicionalmente dinâmicos economicamente.

Segundo os autores, em meio ao contexto acima evidenciado**,** é que se tem o território como protagonista do desenvolvimento, sendo assim, os padrões de organização da produção de forma aglomerada adquirem importância se constituindo meios de geração do desenvolvimento territorial. Os autores Beduschi Filho e Abramovay (2004, p. 57) ressaltando a perspectiva do desenvolvimento territorial apontam que:

> (...), o enfoque territorial aplicado ao planejamento permite que determinadas características locais sejam valorizadas, como, por exemplo, os atributos naturais (ou amenidades) e a herança cultural de determinada localidade, e se transformem em vantagens competitivas dos territórios.

Percebe-se que as concepções renovadas de desenvolvimento com o enfoque no território, buscam essa operacionalização, pois levam em consideração as singularidades de um determinado local, não negligenciam o cotidiano, o vivido dos agentes sociais que habitam o local. É oportuno trazer a baila os escritos de Cunha, um defensor das lógicas do desenvolvimento territorializado, pois para ele:

> As concepções renovadas de desenvolvimento que incorporam variáveis espaciais permitem superar alguns entraves observados nas concepções tipicamente setoriais tanto no que se refere as possibilidades de revisão de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regionalmente localizado como para fundamentar análises melhor construídas das características sócio-espaciais de regiões e territórios para os quais estarão voltadas estas políticas (CUNHA 2006, p. 279).

Cunha deixa claro em seus escritos que além de respeitar as ideias de uma dada coletividade, é de extrema importância que os projetos de desenvolvimento

rompam com a primazia da visão setorial, sendo assim, o desenvolvimento necessita de uma visão “territorial”. É desta forma, que se obterá equidade social, pois, o setorial não garante ganhos para toda a coletividade, já que é uma visão fragmentada.

Percebe-se que Cunha fomenta em seus escritos a perspectiva renovada do desenvolvimento. Para tanto, este autor rompe com o pensar fragmentado, setorializado, propondo um caráter “territorializado”, onde os diferentes agentes locais que habitam um dado território adquiram progressivamente, o papel de indutores ativos do desenvolvimento, sendo que este deve resultar na geração da equidade social.

Todavia, Cunha (2007) adverte que o êxito dos projetos de desenvolvimento dentro da perspectiva territorial, não podem ser objetivados sem uma espécie de “governança” que envolva o maior número de atores possíveis, logo, a política e demais instituições que representam os interesses de um dado local. O autor ainda acrescenta que:

> (...), a dimensão territorial do desenvolvimento dependeria de um fenômeno que é intrínseco aos territórios, que é a proximidade social dos atores, a qual, por sua vez, define as possibilidades de dinamização de processos de desenvolvimento regionais e locais. A proximidade facilita a difusão de idéias, métodos e inovações entre os atores, incentivando a dinamização dos processos de desenvolvimento, quando e aonde os atores tenham condições de criar idéias, métodos e inovações animadoras destes processos. Nesses termos, o território apresenta-se como um elemento fundamental no processo de desenvolvimento (CUNHA 2007, p. 166).

Os escritos de Cunha (2000) evidenciam a importância, não só do entrelaçamento de organizações políticas e institucionais, como também, da importância de articulação dos atores locais, ou seja, o “capital social” que para ele reflete no grau de desenvolvimento em um dado território. Desta maneira, é condição elementar que práticas de participação e governança prevaleçam sobre o tecido territorial onde o desenvolvimento está sendo almejado.

No que tange a temática da participação e governança, o autor Nogueira (2011) evidencia que tais práticas passam a ocorrer de forma intensificada no Brasil, diante das transformações impulsionadas pelo processo de globalização aliada a proposta de descentralização política, que passa a ser estabelecida no país com a carta constitucional de 1988, logo, “a década de 1990 assistiu a uma espécie de entronização da ideia de sociedade civil nos projetos de reforma do Estado

(NOGUEIRA 2011, p. 62)". Ainda em relação a participação, o autor Bandeira (2000, p. 35) esclarece que:

> A falta de participação da comunidade é apontada, na literatura produzida pelas principais instituições internacionais da área de fomento do desenvolvimento, como uma das principais causas de fracasso de políticas, programas e projetos de diferentes tipos. (...), a ausência de uma interação suficiente com os segmentos relevantes da sociedade tende a fazer com que muitas das ações públicas sejam mal calibradas, tornando-se incapazes de alcançar integralmente os objetivos propostos.

Vê-se que a articulação entre os agentes que vivem no território local é condição chave para o êxito de propostas de desenvolvimento dentro da perspectiva territorializada. Portanto, a participação gera contribuições na medida em que possibilita o estreitamento entre a sociedade civil e seus representantes públicos, assim como com instituições inseridas dentro e fora do território.

Nas palavras de Gohn (2011, p. 47) "(...) a participação dos cidadãos provê informações e diagnósticos sobre os problemas públicos, gerando conhecimentos e subsídios à elaboração de estratégias para resolução dos problemas e conflitos envolvidos". O autor Silveira (2008) também destaca o papel da participação afirmando que o tema se faz presente no campo temático do desenvolvimento local. O mencionado autor ressalta que ampliar a democracia significa produzir um intercâmbio entre o máximo de agentes locais, ou seja, através da participação tem-se a ampliação da distribuição do poder no território local.

É fato que quando a participação se dá de forma intensa em um dado contexto territorial, tem-se maiores chances de se presenciar um forte grau de governança. A autora Gohn (2011, p. 41) afirma que o conceito de governança "se insere nos marcos referenciais de um novo paradigma da ação pública estatal, em que o foco central das ações não se restringem aos órgãos e aparatos estatais, mas incorpora também, via interações múltiplas, a relação governo e sociedade". Tal relação de interação que fomenta a governança, certamente se deve a graus elevados de participação da sociedade. Destaca-se que a ideia de governança passa a ocorrer no Brasil dados os processos que as políticas de globalização impuseram. Para Silveira (2008) governança pode ser entendida como exercício do poder de forma partilhada. Nas palavras de Gohn (2011, p. 41) o conceito de governança:

> alterou o padrão e o modo de pensar a gestão de bens públicos, antes restrita aos atores presentes na esfera pública estatal. A esfera pública não estatal é incorporada via novos atores, que entraram em cena nas décadas de 1970/1980, pressionando para obter equipamentos coletivos públicos, melhores condições materiais e ambientais de vida, direitos sociais, cidadania, identidade de raça, etnia, gênero, gerencial etc.

Percebe-se que governança e participação estão estritamente relacionadas, e estas podem resultar em êxito para a prática do desenvolvimento territorializado, assim sendo, é condição *sine qua non* a existência de uma forte governança local que para Gohn (2011, p. 44) é um sistema de governo em que:

> a inclusão de novos atores sociais é fundamental, por meio do envolvimento conjunto de organizações, públicas (estatais e não estatais) e privadas. Ou seja, trata-se de um sistema que poderá envolver, entre outros, as ONGs, os movimentos sociais, o terceiro setor de uma forma geral, assim como entidades privadas e órgão públicos estatais. A governança local diz respeito ao universo das parcerias, a gestão compartilhada entre diferentes agentes e atores, tanto da sociedade civil como da sociedade política, a exemplo do Orçamento Participativo.

Em síntese é plausível afirmar que acredita-se que a participação e a governança são fatores importantes para o bom desenrolar de projetos de políticas públicas, no entanto, tais mecanismos dependem muito da "cultura política" de um dado território. No caso do Brasil, muitos espaços territoriais contemplam uma cultura envolvida nos moldes do clientelismo, do coronelismo do exercício tirânico do poder. Estes fatores inviabilizam, tornando tímidas as práticas democráticas de participação e governança massiva em prol do desenvolvimento territorial.

Mas, se a organização dos agentes sociais é fundamental, logo, é necessário que os mesmos participem das tomadas de decisões ao se elaborar e efetivar projetos de desenvolvimento. Neste sentido é que a ideia de autonomia, de propostas reformadoras, ganham notoriedade e se concretizam. O autor Souza (1997) esclarece que na busca da efetivação do desenvolvimento é preciso levar em consideração a autonomia da coletividade, pois, estes que irão usufruir das *benesses* do desenvolvimento, para tanto, necessitam participar, seus interesses precisam ser respeitados. Sendo assim, Souza (1997, p. 21) explicita que:

> (...), a autonomia é um princípio que exige a consideração do plano interno (a igualdade de chances de participação na tomada de decisões relevantes para a vida social), mas igualmente que se leve em conta o plano externo (os interesses legítimos e a autonomia do outro, não importando o quanto ele seja diferente de nós mesmos), (...).

Tal perspectiva descrita por Souza abarca um propósito “renovado” de desenvolvimento, isso por que a partir do momento que os projetos abrem a possibilidade de participação dos habitantes de um dado local, os mesmos se diferem dos tradicionais modelos que emanam do centro e que restringem a participação da sociedade. Ainda de acordo com Souza (1996) o desenvolvimento é *sócio-espacial,* ou seja, da sociedade e do espaço. Entretanto, não se pode intervir num dado espaço sem considerar a circularidade das relações sociais que o permeia.

Todavia, acredita-se e estabelece-se neste trabalho, a ideia de que para poder atingir o desenvolvimento, as políticas públicas de fomento devem ser levadas a cabo com o intuito de propiciarem benefícios sociais “coletivos”. No que tange as políticas, elas precisam respeitar a autonomia, as vocações que emergem do local. No pensar de Maluf (2000) quando se fala em desenvolvimento com equidade social, não se pode ignorar o fato de que as políticas públicas que visam gerar desenvolvimento precisam romper com visões homogeneizadoras, eurocentristas, e, desta forma, devem levar em consideração as potencialidades do local, o vivido, o cotidiano dos agentes sociais.

No Brasil, as políticas de APLs intensificadas na última década do século XX, pressupõem a participação dos agentes sociais que habitam a escala local, porém, percebe-se que apesar dos projetos serem estabelecidos com características de um enfoque territorial, estes se restringem na maioria das vezes ao desenvolvimento de setores específicos.

Em síntese, acredita-se que o enfoque territorial na consolidação e desenvolvimento de projetos, confere aos atores do território almejado um papel de protagonistas do desenvolvimento. No caso de APLs o território com sua trama de relações sociais possibilitam a diminuição de incertezas, que por sua vez, num verdadeiro círculo virtuoso favorece a proximidade e a aglomeração dos atores econômicos e sociais, logo, as empresas, produtores, entre outros (CUNHA, 2003).

1.4. DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Pensar os processos do desenvolvimento econômico regional e local do Brasil, é tarefa que exige do pesquisador, lançar-se no universo de análise concernente ao campo da política, já que os projetos de desenvolvimento postos em

prática no país são reflexos de ações pensadas e disseminadas pelos detentores do poder político, nas mais diversas instâncias, seja, nacional, estadual, regional, municipal.

Há critério de exemplo pode-se elucidar o projeto do Ministério da Integração Nacional (MI), que tem pautado sua atuação nos territórios priorizados pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), por meio de dois pilares básicos: organização social dos atores regionais; geração de emprego e renda, utilizando-se para tal, de sistemas e APLs.

É evidente que o poder político se faz presente ao propor e buscar efetivar alternativas que possibilitem o fomento ao desenvolvimento de regiões e locais existentes no vasto território nacional. No entanto, torna-se importante compreender que o desenvolvimento das regiões e seus locais, ficaram por muito tempo restrito a projetos de cunho político, mas, tomados por iniciativas da esfera pública federal, restringindo desta forma, a participação dos agentes locais junto ao processo de tomada de decisões.

Porém, com a difusão dos processos disseminados pela “globalização”, o governo brasileiro percebe que o intercâmbio de mercadorias e informações passou a se dar num âmbito global, transpondo as barreiras e os limites geográficos. Sendo assim, tornou-se preciso pensar com mais intensidade e esforço, projetos que resultassem em maior dinamismo e competitividade para que se pudessem enfrentar as lógicas do novo sistema, que passou a ganhar cada vez mais força. Em meio a essa problemática, as questões do desenvolvimento passaram a ocupar as agendas dos círculos de debates políticos e acadêmicos, pois, tornaram-se uma necessidade crescente buscar alternativas, mecanismos que viabilizassem maiores capacidades em se produzir, assim como, amenizar as disparidades, as carências manifestadas nas diversas regiões e locais do país.

Todavia, para dinamizar, desenvolver, tornou-se necessário repensar a atuação das políticas públicas no que eram concernentes ao desenvolvimento, pois, com um modelo político altamente centralizado, dificilmente se atingiria os diversos subespaços existentes no território nacional. Um marco significativo que impulsiona o rompimento da centralização política no Brasil se dá com a carta Constitucional de 1988. Segundo os escritos de Ortega (2005, p. 2):

> Como resultado da Carta Constitucional de 1988, observa-se um forte processo de descentralização no país, com ampliação das

> responsabilidades de estados e municípios pela formulação e gestão de políticas públicas. Por exemplo, na educação e na saúde, fortaleceram-se as instâncias locais com a obrigatoriedade de aplicação de determinados percentuais do orçamento para aquelas finalidades. Auxiliando na gestão dessas políticas, foram criados arranjos sociais locais (conselhos) e alguns deles possuem não apenas poder consultivo, mas também deliberativo.

O modelo de política descentralizada a partir da Constituição de 1988 passa a dotar os estados e municípios de responsabilidades para elencarem projetos que visem seu desenvolvimento. Essa nova forma de atuação descentralizada representou a possibilidade de entrelaçar os agentes sociais locais dentro do processo de dinamização da economia. Para Fonseca (2004, p. 16):

> No Brasil, o processo de descentralização de 1988 concedeu maior autonomia política, administrativa e financeira aos municípios. Com isso, o município passou a se constituir num ente federado, no conjunto da organização política e territorial do Estado, inclusive com a capacidade de auto-organização, pois pode criar sua própria Lei Orgânica, escolher seus representantes políticos (prefeitos e vereadores), estabelecer taxação de impostos e, também, decidir e elaborar estratégias visando o desenvolvimento sócio-econômico local.

Tendo por base os escritos do autor acima citado, pode-se dizer que a partir da descentralização, um novo cenário "localista" passa a fazer parte das análises geográficas no bojo das propostas de políticas públicas delineadas no espaço geográfico brasileiro, uma vez que a institucionalização da política de desenvolvimento no âmbito municipal tornou-se crescente no país.

Segundo Gomes e Dowell (2000), os processos de descentralização política se caracterizam sendo um movimento histórico que se iniciou na década de 80, sendo que em sua acepção mais ampla, a descentralização envolve a redistribuição de poder, assim como transferências de recursos e responsabilidades do governo para a sociedade civil, da União para os estados e municípios, e do Executivo para o Legislativo e o Judiciário. De acordo com os referidos autores:

> Como parte do processo de descentralização política, no Brasil pós-militar, os municípios não apenas continuaram a angariar mais recursos, mas também foram elevados a membros da Federação. Esses dois fatos são componentes do que será chamado, neste trabalho, de *federalismo municipal*, fenômeno que constitui um aspecto, peculiar ao Brasil, da descentralização. Desde 1988, esse processo de elevação do *status* dos municípios ganhou sólida base jurídica, estando amparado no primeiro artigo da Constituição ("A República Federativa do Brasil [é] formada pela União indissolúvel dos estados e municípios e do Distrito Federal…"). (GOMES E DOWELL 2000, p. 08)

Outro autor que comenta o processo de descentralização é Afonso (1994), em que para ele, a Constituição de 1988 promoveu de forma significativa a distribuição de recursos fiscais aos estados, e, aos municípios. No entanto, o autor argumenta que na realidade o movimento de descentralização das receitas tributárias começou bem antes da Constituição, tendo sido determinado pelos resultantes da crise econômica, bem como, pela abertura política que se processou no país, a partir do final dos anos 1970.

Nas palavras de Ortega (2005) a luta democrática conquistada com a Constituição foi rompendo com a capacidade até então exclusiva do governo central em conduzir processos de desenvolvimento sustentável, fortalecendo-se a crença em torno de processos de desenvolvimentos regionais e locais com base no planejamento *bottom-up* (construído participativamente e apoiado no capital social local).

É concebível que a Constituição de 1988 abarca princípios fundamentais que se caracterizam pelo: pluralismo político e democracia; um projeto nacional solidificado em bases participativas, consequentemente ocasionando uma descentralização do poder, logo, uma "municipalização"; uma maior autonomia dos municípios, redistribuindo competências e funções, oportunizando o acesso da população para com os serviços de cunho social, assim como, para com os instrumentos de decisão e controle.

Mediante os escritos de Fonseca (2004) a repolitização do local com a Constituição de 1988, superou o tradicional modelo gerencialista e executor até então predominante, no qual, eram submissos e dependentes das decisões tomadas no âmbito da esfera das diretrizes e recursos do governo central.

Entretanto, em meio às ideias otimistas acerca da descentralização política no Brasil, têm-se indagações que fomentam o senso crítico dos interessados pela temática. Chamam atenção as ressalvas realizadas por Afonso (1994) já que este autor chama a atenção para as lacunas, os problemas que se manifestam no Brasil no bojo da tão difundida política descentralizada. Segundo ele:

> Apesar de a bandeira da descentralização continuar a ser levantada tal como há alguns anos atrás, na verdade, desde o final da década de 70, assistimos a uma ampliação de recursos e poderes em matéria fiscal das esferas subnacionais de governo. O comportamento dos estados e dos municípios é hoje fundamental para o sucesso ou o fracasso de qualquer política macroeconômica, tanto pela sua influência sobre o gasto agregado quanto pelo condicionamento da liquidez da economia. Na verdade, o que

> está hoje em jogo não é mais a disjuntiva descentralização e centralização, mas a definição de qual descentralização e, principalmente, para que descentralizar. Trata-se de como organizar mais descentralizadamente uma federação assentada sobre tão profundas disparidades regionais, mantendo, contudo, a sua articulação, a sua sinergia econômica, social e cultural que é, em última instância, a sua razão de existir. Embora descentralizada, a nossa Federação ainda não possui um novo perfil e *modus operandi* definidos, persistindo diversas lacunas ou vazios nas fronteiras das divisões de competências entre as três esferas de governo. A descentralização tem se tornado um dos pontos centrais na agenda do debate sobre a reforma do Estado. Como panacéia para os males de um Estado burocratizado e inoperante, ou como bandeira política de liberais ou órfãos da tradição socialista, a descentralização passou a ser encarada por muitos como um fim em si mesma. Contudo as relações entre a descentralização, o desenvolvimento e a democracia estão longe de serem unívocas. Recentemente, passada a euforia inicial da redescoberta das virtudes paradigmáticas da descentralização, encontramos, em vários países que têm experenciado processos descentralizantes, análises reticentes ou mesmo desqualificadoras das virtudes desses processos para a superação do atraso sócio-econômico e para a consolidação da democracia no Terceiro Mundo (AFONSO 1994, p. 330).

Na visão de Afonso, a descentralização não vem atuando no sentido de transformar os quadros de disparidades sociais, pobreza, que se tem no vasto território do Brasil, pois as repartições de recursos geram guerras fiscais, onde alguns ganham, outros perdem, também a ideia de cobrança, participação dos agentes sociais locais, na maioria das vezes não ocorrem dadas as pressões exercidas pelos detentores do poder, sobretudo, político. Ainda de acordo com o autor Afonso (1994, p. 335):

> Para que possamos trilhar o caminho do desenvolvimento econômico sustentado, resgatando a enorme dívida social em nosso País, é crucial uma ampla reforma do Estado, que o torne capaz de enfrentar os desafios que as profundas transformações no cenário internacional e a pesada herança das nossas disparidades colocam.

Desta forma, a política descentralizada ainda não se concretizou sendo suficiente para gerar significativas transformações nas históricas e geográficas desigualdades que permeiam o cotidiano de milhares de pessoas nos mais variados subespaços da nação. Souza, C. (2002) aguça a pensar até que ponto os governos locais conseguirão propiciar o desenvolvimento de seus territórios, haja vistas, as desigualdades regionais que existem no país, onde muitos municípios têm receitas insuficientes para direcionarem as políticas, sobretudo, de cunho social. Neste contexto, a autora salienta:

> (...) até quando poderão os governos locais sustentar o atual nível de investimento em programas sociais? A resposta a esta questão é importante devido: a) ao endividamento de muitos governos locais ou à sua incapacidade de cumprir os acordos de suas dívidas firmados com o governo federal, em especial os grandes municípios; b) às dificuldades de ampliação de seus recursos, seja pela resistência de certos segmentos sociais, seja pela política de juros altos; e c) à recente tendência à recentralização e/ou vinculação de recursos, diminuindo ou limitando o uso dos recursos transferidos. Ademais, quedas nas transferências estaduais para os municípios também vêm ocorrendo devido à política de incentivos fiscais dos estados para atrair investimentos privados, baseada em isenções do ICMS. A segunda questão remete ao fato de que a correlação de forças que se estabelece entre diferentes níveis de governo e entre estes e os organismos multilaterais está longe de ser relativamente homogênea. Ou seja, as esferas locais registram capacidades altamente diferenciadas na competição por recursos externos. Existem vários e concorrentes centros de poder que passaram a ter voz e poder de veto em questões nacionais e locais. Existem também muitos governos locais que tiram poucas vantagens da descentralização em virtude das suas precárias condições sociais e financeiras. Esses governos têm escassas oportunidades de prover serviços sociais e de promover o *empowerment* da sociedade local. A terceira questão diz respeito à prestação de serviços sociais. Se os governos locais estão mais envolvidos nessa tarefa, precisa-se saber como esses serviços estão sendo prestados e como os indivíduos estão tendo acesso a eles (SOUZA, C. 2002, p. 440).

Em meios aos questionamentos apontados, clarifica-se que não é ainda oportuno tomar um posicionamento contrário ou favorável as lógicas políticas descentralizadas, pois, a de se ressaltar que no presente estudo, percebeu-se que os modelos de APLs, que se caracterizam sendo parte do objeto da pesquisa, se consolidaram no Brasil em meio aos processos de descentralização política. Portanto, no terceiro capítulo deste estudo, após um processo reflexivo e mediante pesquisas de campo, ter-se-á fundamentos sólidos que permitirão uma posição coerente do autor no que tange a descentralização política com o modelo de arranjo produtivo, tido como importante mecanismo de dinamização da escala local.

As discussões teóricas realizadas encaminham a pensar que os mecanismos democráticos descentralizados, se relacionam com as perspectivas do desenvolvimento territorial, pois, em ambos os processos pressupõem-se a participação ativa dos mais variados agentes sociais que compõe um dado território a fim de que o desenvolvimento ocorra resultando em ganhos coletivos. É o que dá a entender o autor Cunha (1998) quando ele estabelece em seus escritos a necessidade de reforçar o potencial endógeno das localidades, que de acordo com ele, são imprescindíveis para uma maior eficácia do desenvolvimento, que quando pensado, necessita de uma visão territorial.

O reforço do potencial endógeno se obteve com maior intensidade dada a

descentralização, logo, o desenvolvimento local passa a contemplar a renovada perspectiva territorial. Nas palavras de Silva; Takagi e Santos (2008, p. 171), o conceito de desenvolvimento territorial ou local "pressupõe a existência de mecanismos endógenos ao lugar – onde se realiza a atividade produtiva – que possibilitem a agregação de valor a partir da mobilização de recursos ociosos ali disponíveis ou de uma alavancagem das potencialidades existentes".

Ao abordar a temática do desenvolvimento territorial, os autores Dallabrida; Siedenberg e Fernández (2004) procuram explicar que desde a década de 1970 algumas regiões europeias tiveram o incremento do número de pequenas e médias empresas buscando por meio de novas formas de organização da produção, gerar o desenvolvimento. Isso resultou na intensificação dos sistemas produtivos locais, *cluster*, sistemas territoriais de produção, entre outras denominações, porém, o que importa destacar é que as formas territorializadas ganharam notoriedade. No Brasil, adotaram-se políticas territoriais tendo por base vários modelos existentes na Europa, a fim de espraiar a dinamização econômica e social das regiões com seus locais. Para Ortega (2005) diante do cenário de descentralização, o desenvolvimento territorial passa a compor os projetos políticos, pois:

> Novas organizações representativas e arranjos institucionais (arranjos produtivos locais) têm criado oportunidades de coordenação de cadeias produtivas e de formulação e gestão de políticas públicas concertadas em que diferentes segmentos sociais se fazem presentes. Essa cultura econômica e política, que valoriza os atores sociais coletivos, permite construir estratégias alternativas para o desenvolvimento territorial. Entretanto, a busca de sinergia local com vistas à elaboração de projetos comuns de desenvolvimento sustentável, explorando as vantagens comparativas e competitivas de cada território, requer a superação do voluntarismo e do individualismo. Ou seja, requer a construção de pactos territoriais em função de objetivos comuns.

Também segundo Cunha (2006) as concepções de desenvolvimento regional, marcadas por uma preocupação com fatores endógenos do desenvolvimento, priorizam a busca pela territorialização dos processos de dinamização econômica e social de territórios e regiões. Nesse contexto, novos conceitos ganham importância, como o de *cluster*, mais conhecidos no Brasil pela expressão Arranjo Produtivo Local.

Percebe-se que os autores especializados na temática, explicitam que os mecanismos que prezam pelo desenvolvimento na escala regional e local, contemplam a perspectiva renovada, a territorial, porém, nem sempre sendo

efetivada de forma correta. Por exemplo, um projeto de APL, apesar de possuir um cunho territorial, pode ser implantado levando em consideração um dado setor econômico da sociedade, sem necessariamente abarcar o território regional ou local. Quando isso ocorre, tem-se meramente uma política setorial.

Explicita-se que tangenciado pela descentralização política, as concepções de desenvolvimento local/territorial vem ocorrendo no cenário das políticas econômicas do Brasil em diversos órgãos como no: Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Ministério da Integração Nacional (MI), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (SILVA; TAKAGI E SANTOS 2008).

Vê-se que as políticas territoriais vêm ocorrendo em diversos segmentos, órgãos, e isso é bastante positivo, logo, merecedor de um enfoque detalhado por meio de pesquisas. No entanto, não será possível neste trabalho dar a devida atenção para os vários projetos de governo que abarcam essa proposta de efetivação do desenvolvimento pela via territorial. Desta forma, aprofundar-se-á na discussão dos mecanismos de desenvolvimento que prezam pelos APLs, sendo que estes contemplam em parte a proposta territorial.

É necessário compreender que no Brasil os APLs foram sendo implantados como alternativas para a dinamização de diversas regiões em meio aos processos políticos, sociais, econômicos, resultantes da globalização, assim como, da descentralização política. Nos escritos da portaria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) (2006, p. 12), intitulado de “Manual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais”, que contou com a elaboração do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP/APL - encontra-se escrito que:

> Os APLs se apresentam, (...), como caminhos para o desenvolvimento baseado em atividades que levam à expansão da renda, do emprego e da inovação. Espaços econômicos renovados, onde as pequenas empresas podem se desenvolver usufruindo as vantagens da localização, a partir da utilização dos princípios de organização industrial como alavanca para o desenvolvimento local, pela ajuda local às micro, pequenas e médias empresas (PMEs), trabalhando paralelamente estratégias de aprendizagem coletiva direcionada à inovação e ao crescimento descentralizado, enraizado em capacidades locais.

A implementação da política de APL no Brasil preza por formas

descentralizadas, pois, este tipo de organização visa uma plêiade de articulações entre diferentes agentes sociais, instituições públicas e privadas, classe política que compõe o território local. Também esse mecanismo de impulsionar o desenvolvimento pela via de aglomerados, tem por objetivo valorizar a dinâmica econômica e social do território, portanto, é uma política de desenvolvimento local/territorial, onde os agentes sociais são convidados a se tornarem protagonistas do desenvolvimento.

Destaca-se que a política de APL trazida para o Brasil na década de 1990 passa a ser implementada no país de maneira informal no ano de 2003 por um grupo de estudos que se compunha por representantes de diversos ministérios e instituições. Nos anos seguintes, o pensar em torno do modelo de APL como forma de fomentar processos de desenvolvimento se intensifica, sendo delineadas políticas públicas para este tipo de organização empresarial de produção, tidos como importantes mecanismos de desenvolvimento ao propiciar emprego e renda para os territórios regionais e locais que o contemplam.

Em síntese, concebe-se que a descentralização política atrelada ao desenvolvimento territorial, tem o intuito de estimular as iniciativas decorrentes da articulação dos mais variados agentes territoriais em prol da geração do desenvolvimento local, que necessariamente, deve resultar em equidade social. O modelo APL de cunho descentralizado e territorial pode gerar esse processo que fora evidenciado, desde que se tenha o entrelaçamento de agentes sociais com instituições diversas. Tal modelo na perspectiva de APL tido como provedor de dinamização de territórios locais faz remeter-se a Boisier. (2000, p. 162), em que de acordo com ele:

> (...), hay tres racionalidades que pueden operar detrás del concepto de desarrollo local y no pocos errores prácticos provienen de una mala combinación de instrumentos y de tipo de racionalidad. Por ejemplo, se copian instituciones y medidas de desarrollo local ensayadas en Europa (desarrollo local como respuesta) y se intenta aplicarlas en América Latina (desarrollo local como lógica de regulación horizontal).

O autor chama a atenção aos projetos de desenvolvimento que são implantados na América Latina, levando em consideração os modelos aplicados em países europeus, que, ao terem êxito em seus países de origem, passam a ser disseminados para outros. O modelo de APL no Brasil comporta essa lógica, é o que explicitar-se-á a seguir.

1.5. A ABORDAGEM DOS APLs

Nos últimos anos a discussão acerca da relevância da concentração empresarial e dos benefícios da eficiência coletiva, embora não sendo um tema recente, vem ganhando considerável espaço dentro da academia e dos círculos de debates especializados em tal temática, já que, são vários os benefícios que tais concentrações podem proporcionar às empresas de um dado segmento de produção, bem como, ao território em que se encontram inseridas.

Cumpre ressaltar, que o sucesso de experiências de desenvolvimento regional e local fruto de concentrações geográficas de empresas, instigam diversos pesquisadores a mergulharem nas teorias visando compreender a gênese das formas de organização que conferem aos agentes regionais e locais, a capacidade de articulação, tornando-os protagonistas de casos de desenvolvimento nos mais diversos recantos do espaço geográfico.

A terceira Itália é um exemplo disso, sendo assim, muitos pesquisadores direcionam suas análises objetivando compreender o sucesso econômico das regiões onde prevalecem os distritos industriais, localizados na região Centro-Oriental, e que engloba as seguintes microrregiões: Vêneto, Trentino, Friuli-Venezia, Giulia, Emília-Romagna, Toscana, Marche e parte da Lombardia. Estas regiões se caracterizam nos estudos de casos como espaços que resistiram aos abalos da economia nos períodos de crise (COSTA, 2010a).

A história da formação dos distritos industriais está ancorada na obra de Alfred Marshall, intitulada de *"Princípios de Economia"* (1890), sua obra mais célebre, onde ele desenvolve uma teoria acerca da organização industrial, lançando suas análises sobre as empresas inglesas que se organizavam de forma aglomerada. Para Strauch (1996), a obra *"Princípios de Economia"* se constitui como a síntese do pensamento de Marshall consagrando-o universalmente como grande economista. Ainda segundo Strauch (1996) a obra resulta da grande maturidade intelectual de Marshall, que dedicou em torno de 40 anos refletindo as ideias postas no livro.

Marshall, ao buscar compreensão sobre as formas como as empresas estavam organizadas na Inglaterra, percebeu que estas apresentavam diversos fatores que contribuíam para o seu desenvolvimento. Nos seus estudos, ele entendeu que a proximidade geográfica das empresas lá existentes, bem como, as

relações de cooperação estabelecidas pelos habitantes daquela região, a articulação entre os empresários fortemente influenciados por contextos históricos, econômicos, políticos, culturais e institucionais, projetavam prósperas perspectivas de comercialização e desenvolvimento. Em síntese, o dinamismo econômico da região era muito grande. A proximidade física das Pequenas e Médias Empresas (PMEs) lá existentes gerava um propício ambiente de externalidades, assim como condições para uma interação de forma cooperada, no sentido de erradicar problemas comuns.

Nas palavras de Marshall (1946) externalidades se caracterizavam sendo o resultado da localização da produção de forma aglomerada, resultando em efeitos sobre a concentração de empresas e sobre o espaço próximo a elas. Ou seja, um espaço abarcando uma concentração de empresas acabava viabilizando serviços que davam suporte à produção. Por exemplo: redes de transportes coletivos que se instalavam beneficiando funcionários e empresários e a população que lá residia; atração de mão de obra; troca de informações. O processo de concentrar empresas numa dada localidade, gerava benefícios coletivos conferindo tais externalidades. O conceito de "Distrito Industrial" de Marshall no século XIX caracterizava as concentrações de pequenas e médias empresas, que se estabeleceram ao redor das grandes indústrias nos vilarejos das cidades inglesas. Nesses distritos industriais, as condições históricas, geográficas, e culturais, possibilitavam a produção de bens em larga escala, tanto para o mercado interno, como para o mercado externo

Em meados do século XX, o fenômeno dos distritos industriais passa novamente com destaque, a ser presenciado na Itália. Compreende-se tendo por base Igliori (2001), que entre as décadas de 1970 e 1980, diversos países passaram a enfrentar baixas taxas de crescimento econômico. A recessão atingia diversas regiões, porém, de acordo com Igliori (2001), algumas regiões da Europa não sofreram fortes abalos em suas economias neste período, muito pelo contrário, apresentaram grande desempenho econômico, e por isso, algumas regiões da terceira Itália, foram rotuladas de “Distritos Industriais”, onde eram realizadas atividades de ordens diversas, e essas atividades abarcavam tantos setores de tecnologia avançada, quantas formas mais arcaicas, com utilização de intensa mão-de-obra.

Para Costa (2010) em linhas gerais o conceito de distrito industrial traz subjacente, múltiplos atributos:

> Inicialmente é concebido como um sistema sócio-territorial demarcado historicamente, no qual interagem determinantes sociais, culturais, políticos e econômicos, que se interinfluenciam no desenvolvimento de uma cultura comunitária facilitadora da sinergia entre agentes locais. Este sistema de valores locais foram fundamentais na gestação dos resultados obtidos por tais distritos, corroborando a afirmação de que a nova ordem não revaloriza qualquer território como simples espaço físico, mas sim o conjunto social nele localizado (COSTA 2010, p. 120a).

Nas palavras do autor Dallabrida (2010, p. 35):

> A noção de distrito industrial marshalliana faz referência ao fenômeno, presenciado ainda no século XIX, de concentração de empresas especializadas em um ramo de produção em certas comunidades inglesas, com uma divisão do trabalho entre pequenos produtores baseado em laços de solidariedade.

Segundo Hissa (2008), o fenômeno do "desenvolvimento econômico local focado em distritos industriais" que também ocorreu na Itália, gerou o interesse de pensadores, estudiosos de outros países. Pesquisas evidenciam a formação de vários outros distritos, tanto na Europa, como em outros continentes. Há critério de exemplo cita-se: Vale do Silício, na Califórnia; Vilarejos do Cholet, Vale do Rio Arve, Oyonnax e Thiersna, na França; Baden-Württemberg, na Alemanha, Vale dos Sinos, no Brasil (RS), etc.

Após o surgimento dos distritos industriais, também compareceu na literatura econômica o termo *cluster*, que, em sua acepção mais ampla, é um agrupamento de empresas reunidas em um subespaço, bem balizado, que se relacionam do ponto de vista institucional, ao mesmo tempo em que formam um pólo especializado, com a possibilidade de auferir ao lugar vantagens competitivas. Santos; Crocco; Simões (2002, p. 2) ressaltam que:

> A discussão sobre clusters vem adquirindo uma crescente relevância na literatura de economia industrial. Este interesse tem origem com as mudanças ocorridas a partir da década dos 70 no ambiente competitivo das empresas. Tais mudanças ocorrem simultaneamente com a emergência de um novo paradigma tecnológico (baseado na microeletrônica) que impõe um processo produtivo mais intensivo em conhecimento. Esta tendência é observada tanto em indústrias tradicionais, tais como pesca no Chile, móveis na Dinamarca, têxtil na Itália e confecções em Taiwan e Tailândia, quanto em indústrias modernas como a microeletrônica no Silicon Valley nos EUA.

Vê-se que os autores enfatizam que os surgimentos de clusters em meio aos modelos de distritos industriais de tipo marshallianos, ocorrem paralelamente aos

processos de intensificação da globalização da economia, pois as PMEs tiveram que se adaptarem aos reclamos da economia internacionalizada. Os autores Santos; Crocco; Simões (2002, p. 02-03) ressaltam que:

> É importante ter claro que, como discutido na literatura teórica de clusters e distritos industriais, a participação de empresas em aglomerados produtivos, caracterizados por vínculos entre atores localizados em um mesmo ambiente - tais como distritos e pólos industriais, clusters, redes e outros – tem auxiliado empresas dos mais variados tamanhos e, particularmente, micro, pequenas e médias empresas a superarem barreiras ao seu crescimento. As vantagens associadas a estes tipos de arranjo referem-se a possibilidade de se explorar de maneira eficaz as eficiências coletivas e/ou desenvolver economias externas às firmas (cooperação empresarial, especialização do trabalho, infra-estrutura coletiva, especialização de serviços, etc.).

Para Dallabrida (2010, p. 133) os *cluster* são concebidos como:

> (...), formas de organização da produção, baseadas na divisão do trabalho entre as empresas e a criação de um sistema de intercâmbios locais que resultam no aumento da produtividade e no crescimento da economia. Trata-se de um modelo de organização que permite gerar rendimentos crescentes quando a interação entre as empresas propicia a utilização de economias de escala existentes no local.

Segundo Igliori (2001) não existe uma definição consensual sobre a noção de *clusters*. Para o autor o que se quer investigar através desta noção, são as "contribuições teóricas que de alguma maneira envolvem a concentração geográfica das atividades produtivas e o relacionamento sistemático entre empresas, governos e instituições não-governamentais (IGLIORI 2001, p. 19)".

Para Suzigan et al (2005, p. 289), um *cluster* caracteriza-se sendo:

> Uma aglomeração geográfica de grande número de empresas de portes variados, com presença significativa de pequenas empresas não integradas verticalmente, fabricantes de um mesmo tipo de produto (ou produtos similares) e seus fornecedores e prestadores de serviços. Essa característica estrutural é determinante da divisão de trabalho entre as empresas locais, o que permite a realização de economias de escala e de escopo, independentemente do tamanho da empresa e, por conseqüência, da estrutura de governança do *cluster*.

Os autores Santos; Crocco; Simões (2002) informam que a existência de trajetórias distintas para arranjos distintos, levou ao surgimento de uma gama enorme de tipologias de *clusters*. Sabe-se que são várias as caracterizações empregadas, sendo que elas levam em consideração os estágios de maturidade dos

processos de cooperação, das articulações políticas e institucionais que permeiam uma dada aglomeração[10].

Se a globalização impulsionou novas formas de organização da produção em países europeus, na América Latina, e, no caso do Brasil, o processo não foi diferente. Para Bobato e Silva Júnior (2008), os processos disseminados pela então chamada "globalização", geraram novas formas de organização, reconfigurando a ordem espacial de atividades econômicas dentro do espaço geográfico. Desta maneira, as transformações, impulsionaram modelos que passaram a ser adotados por várias regiões no Brasil, como fora o caso dos APLs, sendo que estes, derivam de um modelo europeu de produção identificado por Marshall, já no século XIX na Inglaterra (BOBATO; SILVA JUNIOR 2009).

No Brasil, a política que valoriza os mecanismos de produção de forma concentrada recebeu essa denominação de APL, tendo por base o modelo europeu dos distritos industriais, dos *clusters*. Foram as bem sucedidas políticas de desenvolvimento das regiões europeias que impulsionaram o Brasil nos anos 1990, a se interessar pelos parques tecnológicos e pólos tecnológicos, como também por incubadoras de empresas, tentando em parte adaptar à realidade nacional.

Para o MDIC[11] APLs "são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa". No site do MDIC está explicitado que "existe uma vasta literatura nacional e internacional sobre o fenômeno da aglomeração de empreendimentos de uma mesma atividade produtiva em uma determinada região geográfica. Há muitas denominações e ênfases diferentes. O mesmo fenômeno é às vezes, denominado Arranjo Produtivo Local, Sistema Produtivo Local ou mesmo *"cluster".* No Brasil a expressão mais difundida é Arranjo Produtivo Local.".

O MI considera os APLs como um dos mais importantes instrumentos de geração de emprego e renda, para a estratégia de redução das históricas desigualdades regionais brasileiras. Nos escritos contidos no Boletim Informativo da

---

[10] Santos; Crocco; Simões (2002) apontam que há uma distinção entre *clusters* induzidos por políticas públicas, de *clusters* construídos. O primeiro seriam os parques industriais, incubadoras de empresas e Zonas de Processamento de Exportações (ZPE's). O segundo tipo, construído, seria os gerados espontaneamente, por meio de empresas de um mesmo setor que histórica e socialmente aglomeram-se em determinados espaços.

[11] Disponível em:<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=300>.

PNDR, o autor Costa (2010b, p. 42) relata que:

> Em meados da década de 1990 (...) estudos e experiências passaram a influenciar tanto a academia quanto os formuladores de políticas. Da Universidade de Harvard, Michel Porter lançou o conceito de *clusters*, que passou a ser usado cada vez mais como sinônimo de modernidade e de fronteira teórica. Paralelamente, as experiências dos Distritos Industriais Italianos e o caso de Mondragon no País Basco também passaram a ganhar espaço em função da proximidade com a estrutura produtiva da economia brasileira e com a formação cultural e religiosa do país, de origem latina e de maioria católica.

No Brasil, após a década de 1990, a teoria do desenvolvimento econômico endógeno passa a ser estratégia das políticas regionais. Desta forma, os projetos acerca dos APLs se intensificaram, já que tal forma de organização passa a ser considerada como um forte mecanismo de desenvolvimento econômico regional e local, a partir das teorias contemporâneas das aglomerações de empresas.

Nos escritos contidos no material da PNDR do Brasil elaborado no ano de 2007, percebe-se a adoção de um modelo europeu de produção, já que o documento explicita a seguinte afirmação:

> Desde a década de 80, no entanto, uma visão diferente de desenvolvimento vem se traduzindo em iniciativas de planejamento voltadas à valorização do potencial endógeno das regiões. Inspiradas no sucesso de regiões como o Vale do Silício, na Califórnia, a Emília Romana, na Itália, ou regiões dinâmicas da Ásia, tais políticas apresentam duas características essenciais: são ancoradas em territórios específicos; e baseadas em pequenas e médias empresas, interdependentes e interativas e das condições de vida da população. (PNDR, p. 9).

Portanto, os APLs passam a ser estabelecidos no país, como alternativa de desenvolver as potencialidades existentes nas diversas regiões e locais. Nas palavras de Florian e Lorenzo (2008, p. 29):

> No Brasil, o interesse sobre APLs vem se desenvolvendo por dois caminhos diferentes, mas inter-relacionados: as políticas e programas institucionais de apoio às micro e pequenas empresas em APLs e, a pesquisa e o debate acadêmico sobre o assunto. Ambos os interesses decorrem das evidências de que aglomerados produtivos de micro e pequenas empresas são geradores de emprego e renda e podem ser competitivos em razão da existência de diferentes formas de cooperação ou políticas de incentivos locais.

No que diz respeito a política de fomento aos APLs, cumpre enfatizar que na realidade desde o ano de 1997, o Brasil vinha tendo estudos bastante expressivos

em relação a arranjos produtivos. Estes vinham ocorrendo por meio da Rede de pesquisa em Sistemas produtivos e inovativos locais (RedeSist), sendo ela uma rede de pesquisa interdisciplinar sediada no instituto de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Também é de grande importância ressaltar que o SEBRAE nacional no ano de 2000, visando apoiar os pequenos negócios existentes no país, já que vinha tendo conhecimento acerca do sucesso de experiências em países europeus, passou a estabelecer negociações com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e com a Câmara de Comércio da Lombárdia/Itália (PROMOS), objetivando desenvolver uma experiência de desenvolvimento no Brasil[12].

Conforme o termo de referência para a atuação do sistema SEBRAE em APLs[13], em 2001 com o objetivo de captar a apreender as principais condicionantes do êxito da experiência italiana, o SEBRAE nacional desenvolveu em parceria com o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), o projeto *"Espelhos do Mundo – A Terceira Itália".* O projeto resultou na elaboração de materiais, documentários, vídeos, acerca do tema APL. Dada a relevância da temática, no ano de 2002, o SEBRAE nacional priorizou sua atuação enfocando com ênfase projetos de fomento aos APLs. Desta forma, estabeleceu parceria estratégica com a RedeSist objetivando a produção de material técnico e instrucional, bem como a formação de equipes de apoio para a atuação do SEBRAE existentes em diversas localidades dos Estados, nos APLs. Os escritos contidos no termo de referência para a atuação do sistema SEBRAE em APLs (2003, p. 09) ressaltam que em 2002:

> (...), foi estruturado, em parceria com a UFSC, um projeto-piloto de concessão de 30 bolsas a alunos de mestrado voltado ao estudo de APLs caracterizados pela presença predominante de micro e pequenas empresas, em doze estados. Em 2003, o conselho deliberativo da instituição atualizou o seu planejamento estratégico, tendo definido como uma das suas sete prioridades, para o período 2003-2005, a atuação em ações coletivas, especialmente aquelas focadas nos APL.

A partir daí o SEBRAE passou a manter um grupo de trabalho integrado por colaboradores de diversas áreas, cuja missão seria "consolidar a difusão dos conceitos sobre APLs e contribuir, metodologicamente, para a implementação da

---

[12] Resultado de uma seleção de âmbito nacional escolheu-se quatro APLs, sendo: o de Nova Friburgo RJ; Campina Grade PB; Paragominas PA e Tobias Barreto SE.

[13] Elaborado no ano de 2003.

estratégia de atuação com foco em APLs". O objetivo do SEBRAE em atuar nos APLs se daria com o intuito de promover a competitividade e a sustentabilidade dos micros e pequenos negócios, estimulando processos locais de desenvolvimento.

Ao ser intensificado o debate em torno dos arranjos produtivos, em abril de 2003, o governo federal através do MDIC criou um grupo de trabalho, de inicio "informal", reunindo representantes de diversos ministérios e outras instituições, com o fito de robustecer as abordagens em favor dos APLs. No decorrer dos estudos, reconheceu-se a importância do tema APL, sendo assim, tal temática passou a ser incluída como "política de governo", estando constada no "plano plurianual (PPA) de 2004-2007[14]", assim como nos documentos que tratavam das políticas nacionais de desenvolvimento[15].

Destacado no plano a importância dos APLs para o desenvolvimento do país, fora formalizado o "Grupo de Trabalho Permanente[16] para Arranjos Produtivos Locais" (GTP/APL). De acordo com os escritos contidos no "Termo de Referência para Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (2004, p. 04)" o GTP/APL, surge com um caráter interinstitucional, tendo as seguintes finalidades:

> a)Identificar os arranjos produtivos locais existentes no país, inclusive aqueles territórios produtivos que apresentem potencialidade para se constituírem como futuros arranjos produtivos locais, conforme sua importância no respectivo território; b) Definir critérios de ação conjunta governamental para o apoio e fortalecimento de arranjos produtivos locais, respeitando as especificidades de atuação de cada instituição e estimulando a parceria, a sinergia e a complementaridade das ações; c) Propor modelo de gestão multissetorial para as ações do Governo Federal no apoio ao fortalecimento de arranjos produtivos locais; d) Construir um sistema de informações para o gerenciamento das ações a que se refere a alínea anterior; e) Elaborar um Termo de Referência que contenha os aspectos conceituais e metodológicos relevantes

[14] Plano Plurianual-PPA disponível no site do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (http://www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?cat=155&sub=175&sec=10).

[15] As políticas públicas de fomento à APLs também se fazem presentes no PPA do governo federal de 2008-2011. Ver em: <http://www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?cat=155&sub=175&sec=10>.

[16] Devido à necessidade de articular as ações governamentais com vistas à adoção de apoio integrado a arranjos produtivos locais, foi instituído, em agosto de 2004, pela Portaria Interministerial nº 200, de 02/08/2004, o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP APL, envolvendo 23 instituições governamentais e não-governamentais. Em outubro de 2005, foram integradas mais 10 instituições, totalizando as 33 que atualmente constituem o grupo. Sua coordenação é realizada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, por meio da Coordenação-Geral de Arranjos Produtivos Locais, órgão do Departamento de Competitividade Industrial deste Ministério. Esta se constitui, também, como Secretaria Técnica do GTP APL. (Informações disponíveis em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=2985>.

atinentes ao tema de trabalho.

Ao trabalhar a conceituação de APL nos escritos do termo de referência para a política nacional de apoio ao desenvolvimento dos arranjos produtivos, o GTP esclarece que o conceito fora:

> (...) evoluindo de simples indicação de concentração industrial geográfica de pequenos e médios produtores, para abarcar outras dimensões tais como territorialidade e especialização definidas em termos de cultura local, existência de cooperação entre MPME e organização institucional, formas de governança, aprendizagem coletiva, potencial de promover inovações e presença de fornecedores locais (GTP 2004, p. 05).

Percebe-se que na consolidação do pensar acerca dos APLs, a dimensão da perspectiva territorial se faz presente na medida em que as culturas locais, as relações sociais, passam a ser pensadas como elementos importantes para a efetivação da proposta que estava sendo delineada tendo o apoio do governo federal. Ainda no que concerne ao conceito de APL, o GTP optou por um termo que fosse consenso por parte das várias instituições envolvidas na elaboração de políticas públicas. Desta forma, em linhas gerais, APL fora caracterizado pelo grupo como sendo:

> (...) um número significativo de empreendimentos e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante, e que compartilhem formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança, e pode incluir pequenas, médias e grandes empresas (GTP 2004, p. 05).

O GTP preliminarmente ao conceituar um APL, enfatiza que a validação de uma dada aglomeração produtiva nestes termos, necessariamente precisaria passar por critérios de avaliação mediante um conjunto de variáveis, sendo elas: concentração setorial de empreendimentos no território; concentração de indivíduos ocupados em atividades produtivas relacionadas com o setor de referência do APL; cooperação entre os atores participantes do arranjo (empreendedores e demais participantes) em busca de maior competitividade; existência de mecanismos de governança.

Atendidos os requisitos estabelecidos pela política de fomento ao desenvolvimento do país pela via de arranjos produtivos, diversos APLs passariam a receber o apoio do governo federal se constituindo como “uma importante fonte geradora de vantagens competitivas, principalmente quando estas são construídas a

partir do enraizamento de capacidades produtivas e inovativas e do incremento do capital social oriundo da integração dos atores locais (GTP 2004, p. 08).".

Nos escritos da política nacional de apoio ao desenvolvimento de APLs, vê-se o estabelecimento de ações integradas em prol da constituição dos APLs, tais ações foram estabelecidas com o intento de "estimular os processos locais de desenvolvimento através da promoção da competitividade e da sustentabilidade dos empreendimentos no território onde o APL está inserido (GTP 2004, p. 09)". As ações integradas emergem com o objetivo de propiciar:

> O desenvolvimento econômico; A redução das desigualdades sociais e regionais; A inovação tecnológica; A expansão e a modernização da base produtiva; O crescimento do nível de emprego e renda; A redução da taxa de mortalidade de micro e pequenas empresas; O aumento da escolaridade e da capacitação; O aumento da produtividade e competitividade; O aumento das exportações (GTP 2004, p. 09).

Esse foi o contexto em que surgiu no Brasil a perspectiva de organização da produção intitulada de APL. Para Costa (2010a, p.19):

> Não tardou [no Brasil] para o termo virar sinônimo de modernidade, se constituindo, para muitos, como uma espécie de panacéia para o desenvolvimento, não importando o tamanho da escala a ser manejada, nem a natureza da conformação do espaço objeto de intervenção. Neste sentido, os APLs passaram a ser objeto da atenção de inúmeras instituições de planejamento, pesquisa e fomento, tanto nacionais quanto internacionais, (...).

Dada a disseminação dos estudos realizados pela RedeSist, bem como pelo SEBRAE nacional, ressaltando a importância dos APLs como geradores de desenvolvimento, o IPARDES no Estado do Paraná publicou no ano de 2003 uma pesquisa intitulada de "Arranjos produtivos locais e o novo padrão de especialização regional da indústria paranaense na década de 90". Neste estudo realizado em 2003, o IPARDES objetivou "(...) fazer um mapeamento das principais aglomerações especializadas da indústria, utilizando o recorte analítico baseado no conceito de APLs (IPARDES 2003, p. 02)".

Os resultados obtidos pelo estudo poderiam ser utilizados como base de reflexão para se pensar em estratégias de desenvolvimento local, que viessem a potencializar o desenvolvimento industrial do Paraná de forma equilibrada, competitiva e sustentável (IPARDES 2003). Percebe-se que no trabalho elaborado

em 2003 pelo IPARDES, não se tem uma definição clara do que seria um APL, há momentos que comparece no texto mais a ideia de *cluster,* e de Sistema Local de Inovação (SLI), do que APL.

Destaca-se que no estudo realizado pelo IPARDES em 2003, fez-se uma divisão do Estado em regiões dotadas de significado político, econômico e sociocultural. Para tanto, o IPARDES recorreu às mesorregiões geográficas caracterizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e as mudanças consideradas necessárias foram feitas dentro de cada uma das dez mesorregiões, seguindo determinados critérios. Desta maneira, o estudo resultou na divisão do Estado em dezesseis regiões (ver figura 02).

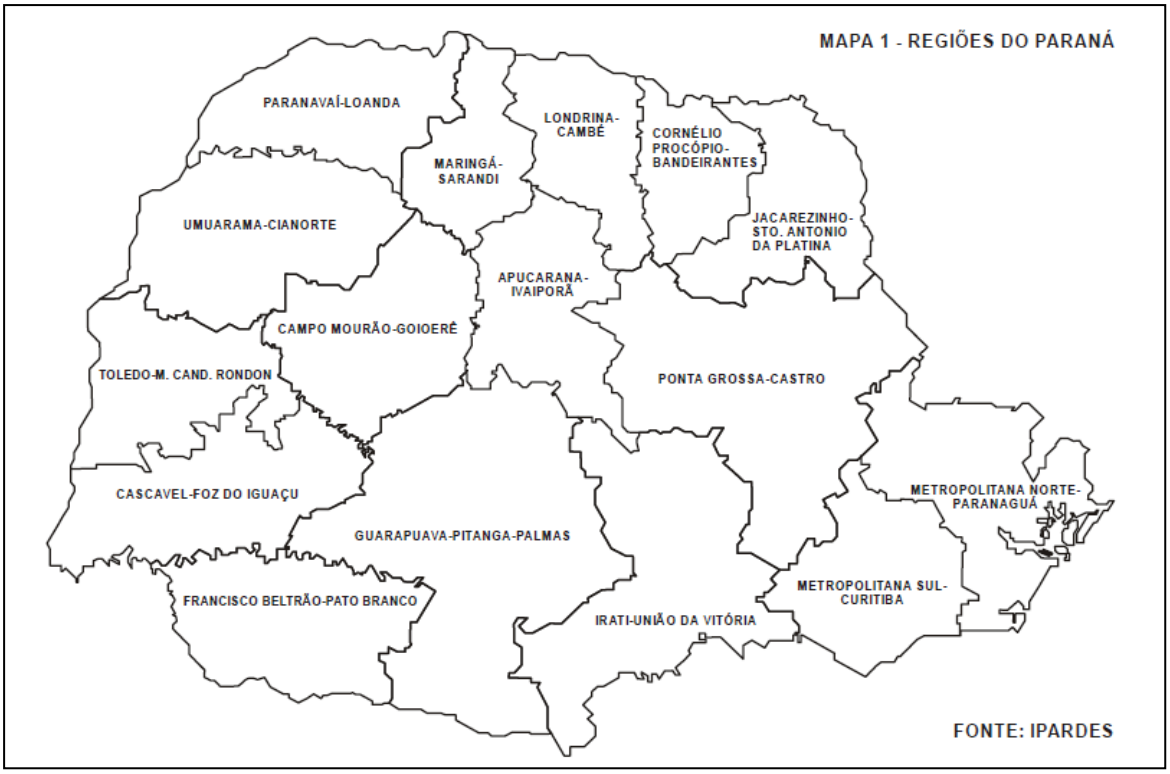


FIGURA 02. REGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ – 2003
Fonte: IPARDES 2003, p. 11.

Em seguida, foram utilizados procedimentos metodológicos de Quociente Locacional (QL), ferramenta tradicional utilizada em estudos de economia regional para indicar espaços regionais especializados em determinadas atividades, entre outras. Tudo isso com o objetivo de identificar aglomerações especializadas dentro do Estado.

De acordo com os escritos contidos no estudo do IPARDES (2003, p. 70-

71):

> Os resultados dessa primeira fase da pesquisa foram apresentados sob o enfoque regional, destacando as principais aglomerações especializadas e sua importância em nível regional, tipo de aglomeração, estrutura industrial e tendências. Embora o resultado até agora apresentado com a metodologia aplicada e as informações utilizadas, não possibilite um diagnóstico aprofundado desses arranjos, seu grau de organização, características tecnológicas, potencial de mercado, grau de interação, relações e vínculos de cooperação e interdependência intra-empresas e destas com instituições de pesquisa, já foi possível identificar segmentos especializados regionais enquadrados em indicadores de inovação em cinco eixos principais.
> O primeiro eixo é composto pelos segmentos tradicionais não-inovativos – basicamente agroindústrias extensivas e extrativa mineral – que, embora estratégicos em termos de emprego e renda nas regiões especializadas, apresentam, na maioria dos casos, tendência à estagnação e mesmo retração das atividades, com fortes impactos econômicos e sociais em nível regional. O segundo eixo refere-se a segmentos tradicionais inseridos em regiões dotadas de um ambiente favorável à formação de arranjos produtivos/tecnológicos setoriais. São também denominados "entornos inovadores" que agrupam um sistema de produção que usufrui de economias de aglomeração e interação, de uma cultura técnica e atores organizados. Utilizam-se de recursos materiais e imateriais regionais comuns, como serviços de apoio, de comunicação, mão-de-obra especializada e iniciativas de comercialização conjunta, como feiras regionais, que possibilitam a formação de rede de relações e vínculos de cooperação e interdependência intra-empresas e com instituições de C&T. Um terceiro eixo é composto por segmentos tradicionais-inovativos, cujo ambiente local, embora condicionada à proximidade da base agropecuária e de recursos naturais, vem passando por um processo de modernização e reestruturação. É caracterizado por regiões capitaneadas por grandes cooperativas ou empresas, que respondem por grande parcela do emprego e se articulam com pequenos e médios fornecedores locais ou cooperados. O quarto eixo é definido por segmentos modernos localizados em regiões com ambiente propício à inovação, dotadas de fatores que estimulam a criação e a consolidação de indústria de base tecnológica e incubadoras e com algum tipo de cooperação e alianças estratégicas interfirmas e com sistema de C&T locais. O quinto e último eixo é formado por segmentos modernos e inovativos, de natureza estruturante para o Estado, e fortemente articulados com os setores mais dinâmicos da economia e com algum investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Pode-se afirmar que o estudo realizado pelo IPARDES se caracterizou sendo uma referência para a identificação e posterior consolidação de projetos de fomento a APLs no Estado do Paraná. Inclusive no próprio estudo, essa afirmação se faz presente, já que nas conclusões do texto está escrito:

> (...), com os arranjos produtivos/tecnológicos potenciais identificados (...), pode-se avançar no sentido de mapear os segmentos especializados regionais que servirão de eixos indicativos para a continuidade da pesquisa, onde serão incorporadas novas informações sobre mercado, qualificação e formação de mão-de-obra, e estrutura institucional regional de apoio. Com essas novas informações agregadas aos resultados deste estudo, será possível identificar e ter uma referência analítica sobre os principais *clusters*

industriais do Estado (IPARDES 2003, p. 77).

Apesar de o IPARDES em seu estudo realizado, clarificar que uma continuação de pesquisas ocorreria, vê-se novamente que a conceituação de APL ainda não estava claramente definida, pois o termo cluster comparecia no texto associado ao de arranjo produtivo. Posteriormente ao estudo de 2003, outros passaram a ser direcionados, abarcando definições melhor elaboradas.

No ano de 2004, formalizou-se a "Rede Paranaense de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais – Rede APL Paraná", a qual congregou órgãos públicos e instituições, visando o apoio aos APLs no Estado. A rede foi formada pelas seguintes instituições: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL); Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI); Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul (SEIM); Agência de Fomento do Paraná (AFPR); Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES); Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR); Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES); Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE); Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Sistema da Federação de Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), representado pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL-PR) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Banco do Brasil (BB); Bradesco; Curitiba S.A.; e Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP). O objetivo da rede APL seria o de proporcionar maior articulação entre os diversos atores que realizariam ações nos APLs.

No plano plurianual 2004/2007[17], o governo do Estado do Paraná delineou como eixos estruturantes de sua atuação, o desenvolvimento sustentável, e, a inclusão social. Desta forma, os APLs adquiriram notória importância. Neste contexto, no âmbito da rede Paraná APL, lançou-se o projeto "Identificação, Caracterização, Construção de Tipologia e Apoio na Formulação de Políticas para os Arranjos Produtivos Locais do Estado do Paraná". O Projeto foi desenvolvido pela SELP e pelo IPARDES, contando com o importante apoio técnico-metodológico dos professores Wilson Suzigan, e, João Eduardo de Moraes Pinto Furtado, bem como, do Renato de Castro Garcia.

O projeto "Identificação, Caracterização, Construção de Tipologia e Apoio na Formulação de Políticas para os Arranjos Produtivos Locais do Estado do Paraná" se

[17] O Plano encontra-se disponível no site: <http://www.sepl.pr.gov.br>

constituiu em três etapas sendo elas[18]: **Primeira etapa:** identificação estatística, mapeamento geográfico, e construção de tipologia de APLs no Estado. Com base nos dados e informações obtidos, e levando em conta as 39 microrregiões do Estado, e as 314 classes de atividades abrangendo a indústria extrativa, a indústria de transformação e atividades de *software*, foi construído o universo, a partir do qual, seriam identificadas e mapeadas aglomerações geográficas de empresas, que poderiam potencialmente constituir APLs.

A partir daí, estabeleceu-se uma tipologia adequada às especificidades do Estado, classificando-se as aglomerações em quatro tipos de APL: *Núcleos de Desenvolvimento Setorial/Regional (NDSR):* refere-se as aglomerações que tem um destaque duplo, ou seja, que são importantes para uma dada região, assim como para o setor de atividade econômica no Estado; *Vetores de Desenvolvimento Local (VDL):* são as aglomerações que se caracterizam como muito importantes para o desenvolvimento local e regional, e, menos importantes para o setor no Estado;*Vetores Avançados (VA):* são as aglomerações tidas como importantes para o setor, porém pouca para a região; *Embriões (E) de APLs:* são as aglomerações com potencial para o desenvolvimento, mas, ainda pouco importantes para o setor e região.

Com as tipologias definidas, teve-se a classificação de 114 aglomerações sendo: 12 NDSR, 25 VDL, 32 VA e 45 embriões de APLs. A partir daí, foi feita a pré-seleção de possíveis APLs, resultando em um número de 25, sendo, 08 NDSR, 5 VDL, 7 VA e 05 embriões.

Na **segunda etapa**, foram consolidados e complementados os critérios utilizados para a pré-seleção dos 25 potenciais APLs, e que teriam que ser observados nas visitas prévias, buscando verificar se a atividade detectada na região poderia mesmo ser considerada um APL. Nesta etapa também foi adicionado no estudo, o número absoluto de empregos gerados pela atividade do APL na microrregião, e o potencial inovativo da atividade principal do APL. Isto se deu com o intento de fortalecer as aglomerações – ainda que embrionárias – com características de maior intensidade tecnológica. De acordo com o IPARDES (2006a, p. 16-17) nesta segunda etapa:

---

[18] Clarifica-se que as três etapas foram realizadas em 2005, no entanto, no livro elaborado em 2006, reuniu-se as etapas. Sendo assim as etapas que são citadas neste presente estudo levam consigo a referência de 2006.

> Foram também realizados trabalhos adicionais para detalhamento da distribuição geográfica, classificação e caracterização das instituições anteriormente mapeadas no Estado segundo as funções que desempenham no apoio às empresas. Complementando esses trabalhos, foi mapeada a distribuição regional das ocupações tecnológicas, técnicas e operacionais no Estado, de modo a avaliar a possível existência de significativos conhecimentos tácitos relacionados a essas ocupações nas aglomerações identificadas.

Na **terceira etapa** do trabalho, fizeram-se visitas prévias a 21 dos 25 potenciais APLs selecionados. O estudo do IPARDES (2006a) justifica que quatro APLs não foram visitados por já serem conhecidos através das pesquisas anteriormente desenvolvidas, sendo eles: móveis de Arapongas, bonés de Apucarana, confecções de Cianorte e madeira e esquadrias de União da Vitória.

Segundo o IPARDES (2006a, p. 17 grifo nosso) o principal objetivo das visitas na terceira etapa foi realizar:

> uma caracterização preliminar de cada APL pré-selecionado em termos de sua formação, estrutura produtiva e ambiência institucional, **com o intuito final de validar ou não a pré-seleção.** Essas visitas permitiram conhecer a estrutura produtiva local e suas principais empresas, e verificar a existência de vínculos produtivos entre empresas locais e não-locais. Permitiram também identificar as instituições locais mais importantes no apoio e prestação de serviços às empresas, e alguma liderança local que tenha tido papel relevante na formação da aglomeração de empresas mobilizando os protagonistas locais.

O resultado final dos trabalhos de pesquisas realizados em três etapas permitiu o estabelecimento de 22 potenciais APLs dentro do Estado do Paraná[19]. Desta forma, as aglomerações com *status* de APL, passariam a receber o apoio intensificado da rede APL Paraná. Os estudos de caso em cada um dos APLs validados seriam realizados em trabalhos seguintes.

Enfim, o contexto abordado destacou o processo de implementação do modelo de APL no Brasil a partir dos anos de 1990, bem como a sistematização desta perspectiva de desenvolvimento centrada em aglomerações no Estado do Paraná. A partir da realização deste desdobramento do modelo de APL, cumpre destacar o objeto de pesquisa desta dissertação, o APL de tricot de Imbituva, que faz parte dos vinte e dois APLs validados no Estado, sendo que no ano de 2006 foi alvo do estudo de caso, que o estabeleceu definitivamente como sendo um importante VDL.

[19] Três aglomerações foram invalidadas por não apresentarem características de APL.

CAPÍTULO 02. FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA-PR COM O SEU APL: UMA BREVE DISCUSSÃO EM TORNO DO CONCEITO DE TERRITÓRIO

Na concepção renovada de desenvolvimento que preza pelo enfoque "territorial", a própria expressão reitera a importância do "território" como sustentador do processo de dinamização de uma dada economia, geograficamente situada no espaço. Dado a sua importância, o território não pode ser compreendido de forma simplificada, é necessário que haja um compremetimento da parte do pesquisador, primeiramente, com o seu conceito. Particularmente na ciência geográfica, o conceito de território abarca relevada importância, recebendo vários significados. Convém destacar que desde as formulações de Hatzel no século XIX, até hoje, sua conceituação comporta a ideia de "poder" reflexo de ação individualizada, assim como, coletiva.

No presente estudo, buscar-se-á explicitar algumas reflexões condizentes ao conceito de território que fora e vem sendo teorizado por vários autores. No entanto, é preciso levar em consideração que as análises dos autores, centram-se em suas linhas de pesquisas, bem como no pensar teórico metodológico que compactuam. Nas palavras de Haesbaert (2006, p. 45) pensar o território depende "(...), da posição filosófica a que estiver filiado o pesquisador". Assim sendo, tem-se a clareza de que muitas discussões travadas sobre a perspectiva do território podem ser de caráter divergente, já que é lúcido conceber que alguns priorizam fatores econômicos, outros culturais ou políticos, ou ainda naturais, assim como, também a junção de fatores o que é característico da perspectiva integradora.

Cumpre enfatizar no presente estudo tendo por base Raffestin (1993), que não se pode confundir "espaço e território" como sendo termos equivalentes. O referido autor clarifica que:

> É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo pela representação), o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN 1993, p. 143).

Vê-se que o autor compreende que o espaço é anterior ao território, desta forma, o território só se efetiva com o estabelecimento e manutenção de *relações de*

poder, desencadeada pelos atores. “Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder (RAFFESTIN 1993, p. 144).” Em síntese, a ideia de Raffestin é de que, o território se caracteriza sendo consubstancial a noção de poder, pois ele o representa, se forma por tais relações, sendo delimitado mesmo que abstratamente por tais lógicas, sendo que estas podem ser exercidas por pessoas, grupos.

Também percebe-se que Raffestin (1993) aborda o território dando-o uma ênfase político-administrativa, o que encaminha a pensar em torno do território nacional com suas delimitações de ordem jurídica, política, com suas fronteiras etc. Todavia, não se pode ignorar o fato, de que, se o território é uma produção a partir do espaço, este se cristaliza**,** sendo também um resultado da intrínseca interação do homem com a natureza, pois o espaço, pela ação da produção física e humana, num movimento constante vai sendo territorializado, consequentemente produzido, transformado, portanto, resultado de interações de cunhos diversos.

Já o autor Haesbaert (2002) ao trazer à baila em seus escritos a discussão em torno do território, este salienta, que no delinear histórico da concepção se desenhou pelos menos duas vertentes interpretativas, que muitas vezes se opuseram, sendo elas: a naturalista, e a etnocêntrica. De acordo com Haesbaert (2002, p. 118) a concepção dita naturalista:

> (...) vê o território num sentido físico, material, como algo inerente ao próprio homem, quase como se ele fosse uma continuidade do seu ser, como se o homem tivesse uma raiz na terra – o que seria justificado, sobretudo, pela necessidade do território, de seus recursos, para a sua sobrevivência biológica.

Tal perspectiva abordada pelo autor resulta da ideia de território advinda do pensar ratzeliano, que o relacionava intrinsecamente ao solo, as condições físico naturais, sendo que este poderia propiciar, ou, condicionar o desenvolvimento de uma determinada coletividade, daí a necessidade de constante expansão do território. Já a concepção etnocêntrica de território abordada pelo autor, “ignora toda relação sociedade-natureza, como se o território pudesse mesmo prescindir de toda “base natural” (e, mais ainda, sagrada) e fosse uma construção puramente humana, social (HAESBAERT 2002, p. 119)”. Nesta visão tida como etnocêntrica, as relações sociais são destacadas como exclusivas na formação de um território, descartando

os resultantes das interações travadas entre os agentes humanos e a natureza. Entretanto, o próprio Haesbaert (2002) aponta que, tais relações jamais podem ser vistas de forma isolada, ambas estão implícitas na conformação de um território.

Em síntese, o autor Haesbaert (2002, p. 121) estabelece a afirmativa de que, "(...) o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados". Percebe-se que para Haesbaert, os resultantes das relações de poder também se fazem presentes na constituição de um território, sendo que, dependendo do contexto do poder, seja ele político, econômico, social, familiar, tecnológico, que permeia as diferentes escalas geográficas, que são características no mundo contemporâneo, tem-se o surgimento de múltiplos territórios, por conseguinte, têm-se personificações de poder diferenciadas. Os múltiplos territórios na visão do autor, podem se articularem através das redes materiais e imateriais que compõe o espaço geográfico.

Haesbaert (2002) aponta a relação sociedadade-natureza na concretude do território, pois a ideia do autor de múltiplos territórios interligados por redes, que se caracterizam sendo frutos da expansão dos mecanismos técnicos científicos, próprios do sistema capitalista, pressupõem uma trama de relações que envolvem a sociedade e a natureza que foi sendo maturada no delinear do processo histórico e geográfico de produção do espaço, logo, de territórios, possibilitando hoje o complexo sistema territorial múltiplo abordado pelo autor.

Também cumpre destacar que Santos (2006a) ao debruçar suas análises sobre a categoria território, o mesmo enfatiza que ele, "(...) é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência (SANTOS 2006a, p. 13)". Percebe-se que para o autor, o território abarca uma gama variada de elementos, sobretudo, referentes a aspectos sociais. Todavia, a relação sociedade-natureza apesar de não ser muito enfatizada por ele, comparece, pois:

> O território não é apenas o **conjunto dos sistemas naturais** e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência,

> das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a geografia. É o território usado que é uma categoria de análise (SANTOS 2006a, p. 14 GRIFO NOSSO).

Para o autor a construção de um território dá-se pelo seu uso, ora, a ideia de usar, traz embutida em si uma relação de mutuação entre sociedade e natureza, portanto, é a partir desta lógica de relação que o território é usado. Santos e Silveira (2006b) estabelecem claramente que:

> Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence... esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, essa ideia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação como o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem (SANTOS; SILVEIRA 2006b, p. 20).

No que tange ao uso do território, Santos e Silveira (2006b) destacam que este se define pela implantação de infraestruturas, bem como, pelo dinamismo da economia e da sociedade. Portanto, conclui-se que o pensar dos autores considera o território como fruto de relações estabelecidas entre a sociedade com a natureza. Entretanto, tais relações se traduzem em lógicas de poder, pois, de acordo com os autores "(...) o território usado são objetos e ações (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA 1998, p. 16)". Compreende-se que os objetos são a materialidade existente no território, resultante do aparato técnico-científico, já as ações, são os processos que vem a se estabelecer no território, disseminados pelos detentores do poder, seja ele, político, econômico. Sendo assim, o poder está implícito nas ações que perpassam a construção de territórios.

Outro autor que no bojo das discussões geográficas acerca do território, proporciona grandes contribuições, é Souza (2007), onde estabelece em seus escritos já de imediato, que o território é "fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder (SOUZA 2007, p. 78)". Novamente vê-se, que não se pode pensar um dado território como imune de relações de poder, e este não se restringe ao Estado e não se confunde com violência e dominação. Souza (2007) ao discorrer sobre as relações de poder no território destaca as reflexões de Hannah Arendt (1985), pois para a autora o poder:

> (...) corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está no "poder" estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (*potestas in populo,* sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, "o seu poder" também desaparece (ARENDT 1985, p.24 apud SOUZA 2007, p. 80).

Tendo em vista que o poder define territórios, o autor Souza (2007) clarifica que estes podem constantemente serem redefinidos devido às flutuações do próprio mecanismo de estabelecimento do poder. Desta forma têm-se territórios com caráter permanente, bem como, periódicos, e cíclicos. Souza (2007) alerta que é comum conceber o território, como apenas "território nacional", com grandes extensões gestadas pelo Estado central, no entanto:

> Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – (OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; (...) (SOUZA, 2007, p. 81).

Percebe-se que a efetivação de um território, pode ocorrer em diferentes escalas com temporalidades variadas, logo, as ideias de poder por excelência restrito ao Estado Nacional vão sendo relativizadas. O autor acima citado esclarece que o pensar restrito a escala do território Nacional, deriva do caráter de comprometimento da ciência geográfica, enquanto legitimadora dos interesses do Estado-Nação na sua fase de sistematização. No entanto, hoje a conceituação de território abarca mais que a noção de território-nacão.

O pensamento de Souza (2007, p. 86) se resume na ideia do território como um "(...) *campo de forças*, uma *teia ou rede de relações sociais,* (...)". Este pensar do autor, que preza pelas redes de relações, pressupõe o vínculo estabelecido entre a sociedade e a natureza, vínculo este que resulta em um contínuo processo de transformação e produção de territórios em diferentes escalas e intensidades. No entanto, permeados pelo exercício do poder.

É importante destacar que para Souza (2007, p. 96):

> (...), sempre que houver homens em interação com um espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho, e depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o

> espaço social, estar-se-á também diante de um território, e não só de um espaço econômico: é inconcebível que um espaço que tenha sido alvo de valorização pelo trabalho possa deixar de estar territorializado por alguém.

Resumidamente, compreende-se que o território se cristaliza sendo o resultado da interação do homem com a natureza, permeado por relações de poder, sendo que este, muitas vezes se caracteriza portador de conflitos.

Também chama a atenção os escritos de Saquet (2006) ao abordar o território. Este autor em suas análises enfatiza os aspectos econômicos e políticos, assim como, faz uma relação com a vertente cultural em meio ao processo de formação territorial. Contudo, além das vertentes econômicas, políticas e culturais, o autor Saquet também leva em consideração a vertente da natureza, que de acordo com ele, sempre se fará presente no bojo do território. A natureza está no território, e é dele indissociável. Em suas palavras:

> Um território é apropriado e ordenado por relações econômicas, políticas e culturais, sendo que estas relações são internas e externas a cada lugar; é fruto das relações (territorialidades) que existem na sociedade em que vivemos e entre esta e nossa natureza exterior. E estas relações são relações de poder, de dominação e estão presentes num jogo contínuo de submissão, de controle de recursos e de pessoas, no espaço rural, no urbano e em suas articulações (SAQUET 2006, p.66).

Em outra obra do autor Saquet (2002), o território comparece sendo definido como um resultante do social interagido ao natural[20], repleto de relações de poder e dominação. O autor ainda acrescenta que:

> (...), cada território, independentemente de sua extensão/tamanho/escala, deve ser estudado na tentativa de apreensão de suas singularidades, de seus tempos e territórios e de suas articulações externas, a partir da dinâmica no nível da unidade produtiva e de vida em que se dão as territorialidades e as temporalidades, **a cristalização das relações do homem com suas naturezas interior e exterior e com o seu *ser outro*.** Somente o estudo do movimento e das contradições, no tempo e no espaço, permite-nos conhecer a especificidade de cada lugar, espaço, território (SAQUET 2002, p. 231grifo nosso).

Conclui-se que para o autor acima citado, o território se configura por uma diversidade de relações que são políticas, econômicas e culturais, interagidas com a

[20] O espaço social é simultaneamente natural, pois até mesmo os elementos do ambiente construído, materiais ou ideológicos, contêm frações da natureza e da natureza homem. Ora, se o natural está no social, o social está no natural. E mais, se o homem é natureza, a natureza está nele, e simultaneamente, ele está na natureza. (SAQUET 2002, p. 99).

natureza exterior do homem, sendo que as relações de poder também se engendram. Estas podem ser de caráter permanente, ou temporário, e, são passiveis de se manifestarem em diferentes escalas geográficas.

A abordagem em torno do conceito de território feita por Saquet (2002) corrobora com a ideia de Haesbaert (2011), uma vez que ambos trazem para o debate a perspectiva integradora. Ambos compactuam que as dimensões "natural, política, econômica e cultural" se relacionam podendo gerar articulações no tecido territorial, tendo reflexos nas políticas públicas. O território é um recurso importante para promover o desenvolvimento territorial dentro de uma perspectiva integradora que leva em consideração as relações estabelecidas entre a sociedade e a natureza, a política, a economia, e, a cultura, constituídas histórica e geograficamente no espaço.

Destaca-se que ao conceber no presente estudo a concretude do território pelo viés das relações homem-natureza (sociedade-natureza) dentro da perspectiva integradora, corrobora-se com as ideias difundidas por Cunha (2003), já que para ele, o território é uma trama de relações, ou seja, é um espaço composto por diferentes aspectos históricos, políticos, culturais e econômicos dados a interação homem-natureza[21]. O autor Cunha (2003, p. 04), ao teorizar em torno do conceito de território, salienta que ele é "uma determinada fração do espaço geográfico, na qual se conformou uma estrutura territorial, que se apresenta diferenciada, ao ser confrontada com outras estruturas".

Argumenta-se que ao abordar no presente estudo o conceito de território com os elementos que o formam, pensou-se em compreender como a estrutura territorial do município de Imbituva com o seu APL fora constituída. Sendo assim, é importante dizer que o território, um conceito fortemente discutido na Geografia, e demais ciências, sobretudo sociais, contempla uma gama variada de processos como os que foram elucidados pelos autores Raffestin, Haesbaert, Souza, Santos, Saquet, Cunha. Ou seja, as relações de poder, as lógicas políticas, culturais, econômicas, sociais, as diferentes escalas de territorialização, enfim, isso tudo realmente pode estar presente em um dado território.

As questões acima elencadas convergem à abordagem do desenvolvimento territorial, ao qual se acredita ser de grande relevância. Portanto, compreender o

[21] Percebe-se que Cunha (2003) bebe da fonte teórica de Saquet e Haesbaert.

território é de grande importância, sobretudo, quando se tem um projeto de desenvolvimento que leva em consideração os ativos territoriais, como é o caso dos projetos de APLs existentes no Estado do Paraná. De acordo com o SEBRAE (2003, p. 13):

> A noção de território é importante para a atuação em Arranjos Produtivos Locais, já que a aglomeração se dá em um determinado espaço. Conceitualmente, território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações jurídicas, políticas ou econômicas, instituídas sempre por conformações explícitas ou implícitas de poder. Assim, o território está sempre ligado a idéia de domínio coletivo.

A alusão do SEBRAE sobre o conceito de território é similar a concepção de Souza (2007), já que o aborda pelo viés das relações de poder. Vê-se que o SEBRAE desempenha um importante papel no processo de maturação e desenvolvimento de APLs no Paraná, e, nos escritos contidos no termo de referência para a sua atuação em APLs (2003, p. 13) a ideia de território:

> não se reduz, porém, a sua dimensão material ou concreta; ele é também um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que se projetam em um determinado espaço. É construído historicamente por meio de relações políticas, socioeconômicas e culturais, remetendo a diferentes contextos e escalas: a casa, o trabalho, o bairro, a cidade, a região, a nação, o planeta. Nesse sentido, o APL também é um território onde a dimensão constitutiva é econômica por definição, apesar de não se restringir a ela. Os atores envolvidos (empresários, bancos, associações,entidades de apoio, universidades etc.) se inserem, produzem e se reconhecem nesses territórios.

Percebe-se que o território é importante e procura ser levado em consideração na proposta de atuação para os projetos de APLs, contudo, presenciam-se também nos escritos evidenciados acima, que não há uma preocupação acentuada, no sentido de identificar a importância do processo histórico e geográfico que constitui um território, pois, este contém tramas de relações que se cristalizam a partir do momento em que o homem começa a estabelecer uma interação com sua natureza exterior. Portanto, é necessário compreender o território onde se propõe desenvolver, para isso é fundamental ir ao encontro do processo histórico e geográfico que o fundou.

Salienta-se que identificar minuciosamente as singularidades que compõem a efetivação de um território, bem como as características que o permeia, é de extrema importância para se compreender o processo de desenvolvimento que nele

se delineia**.** Tal compreensão quando realizada de forma holista,[22] permite saber qual ou quais os óbices que estão engendrados no tecido territorial que fora histórico e geograficamente constituído, permitindo desta maneira, sanar as deficiências, ou, pelo menos, propor formas de melhoramento.

2.1. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO EM ESTUDO: O PROCESSO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SUA CONSOLIDAÇÃO.

O território de Imbituva com o seu APL de tricot encontra-se localizado na mesorregião sudeste paranaense – distante a 76 km de Ponta Grossa (pólo regional) e a 181 km de Curitiba (capital do Estado), mais especificadamente na Microrregião Geográfica (MRG) de Prudentópolis-PR, que é composta pelas cidades de Ivaí, Ipiranga, Guamiranga, Teixeira Soares, Fernandes Pinheiro, Prudentópolis e Imbituva. (IPARDES, 2006b). O município de Imbituva está localizado em um importante entroncamento rodoviário do Estado, o que confere vantagens logísticas. O referido entroncamento é formado por duas rodovias federais (BR 373 e BR 277) que atravessam o entorno e constituem o principal meio de acesso. Por qualquer uma delas, o percurso até Imbituva é completado pela PR 153.

O município faz divisa a norte com os municípios de Ipiranga e Ivaí, a leste com Teixeira Soares e Fernandes Pinheiro, a sul com Irati e a oeste com Prudentópolis e Guamiranga (MINEROPAR, 2002). De acordo com dados do IBGE (2010), o município de Imbituva possui 28.455 habitantes e divide-se entre 10.567 residentes na zona rural e 18.888 na zona urbana, e conta com uma área de aproximadamente 736,536 km², sendo que sua densidade demográfica é de 37,61 habitantes por km².

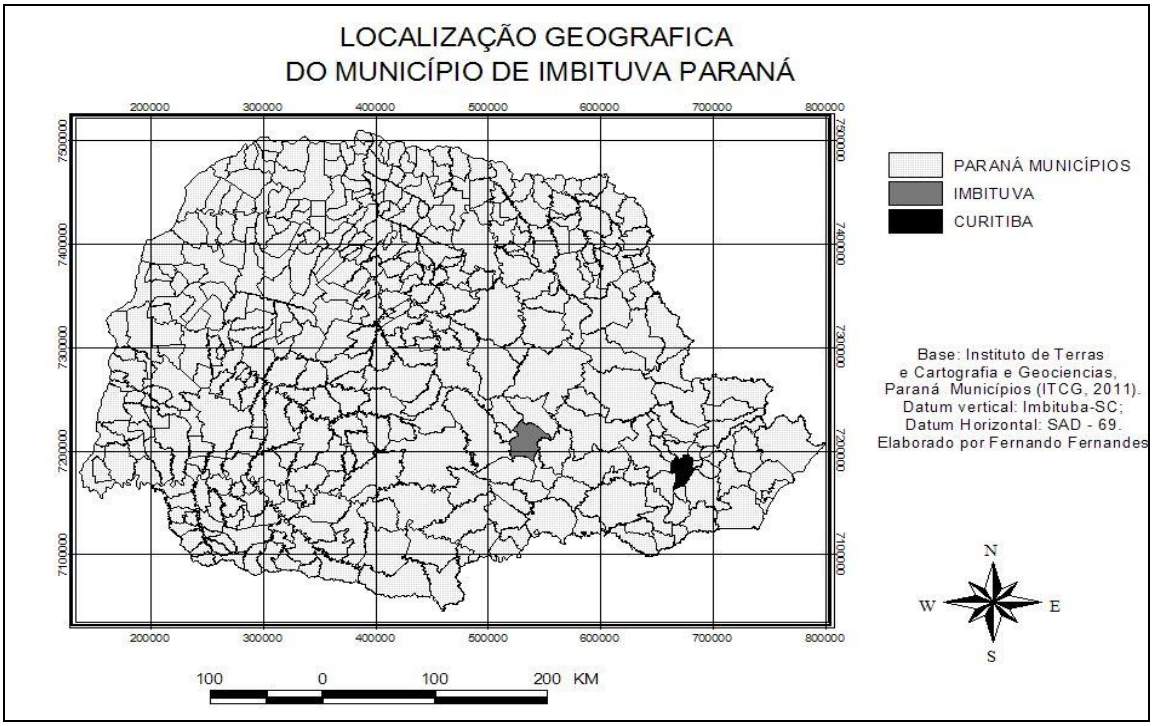
O município de Imbituva está localizado na região fito-geográfica paranaense, conhecida como campos gerais, geologicamente, inserida no segundo planalto paranaense (planalto sedimentar). No que tange ao clima que atua sobre o município imbituvense, evidencia-se que este se caracteriza sendo um clima subtropical úmido mesotérmico, com verões frescos e invernos rigorosos, sem estação seca.

Devido o clima da região onde se situa o município ser frio, emergiu-se o segmento de roupas de tricot “pesadas”, sendo basicamente produzidas peças em

[22] Preocupada com a totalidade dos processos que ocorreram e ocorrem.

acrílico, acrílico/lã, ou lã pura, como: blusões, pulôveres, casacos, blusas, ou seja, roupas características do outono-inverno. As altitudes médias no município estão em torno de 890 metros, com altitudes mínimas de 780 metros no vale do rio Ribeira, próximo à Barra com o rio Imbituva, e altitudes máximas em torno de 1.000 metros na região do Cêrro Boa Vista (MINEROPAR, 2002).

Na figura a seguir, é possível visualizar a localização geográfica do território imbituvense.



MAPA 1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO TERRITÓRIO DE IMBITUVA-PR

O processo histórico e geográfico de formação do território de Imbituva está ligado ao período do tropeirismo do século XVIII. Segundo Stadler (2005, p. 14) o Paraná tropeiro:

> é uma história de caminho, de homens, de coragem e de um modo de vida. Seguiram esse destino muitos e muitos homens que deixaram sentimentos mais arraigados como o pé no chão constante e a vida familiar para se embrenhar em estradas por dias e dias, com chuva, sol, calor e frio.

No que diz respeito ao termo tropa, intitulou-se a grande porção de animais que eram conduzidos pelo tropeiro, sendo que este conta a história popular, originou-se “pela falta de meios de transportes e de estradas apropriadas (STADLER 2005, p. 14)”. A palavra tropeiro, resulta de tropa, se refenciando a coletividade de

homens que transportavam gados, mercadorias, no período histórico e geográfico do Brasil colônia. No século XVIII, em meio as descobertas de ouro e diamante em Minas Gerais, surge a importante figura do tropeiro, pois a alta concentração de pessoas nas minas sem uma estrutura econômica apropriada, resultou em problemas de abastecimento de alimento, e mercadorias indispensáveis ao cotidiano.

Em meio a tal problemática, os tropeiros passaram a abastecer a região mineira com produtos de necessidade básica, sobretudo, alimentos. Neste contexto, a comercialização de animais (mulas) deu-se fortemente, com o fito de favorecerem os transportes de materiais, utensílios, relativos à atividade mineradora. Desta forma, o comércio de mulas e mercadorias a partir do Rio Grande do Sul, para com os mercados de São Paulo (Sorocaba), e, por fim Minas Gerais, resultou no surgimento de inúmeros povoados, consolidando o processo de povoamento e transformação do território brasileiro.

Para Stadler (2005, p. 14):

> O caminho das Tropas foi fundamental economicamente e politicamente na integração do Brasil lá pelos idos de 1731. Foi através do comércio – normalmente originado pela compra e venda de gado – que foi acontecendo a instalação de povoados ao longo do camimho que ia do Paraná de sul a nordeste, em direção ao Estado de São Paulo – à cidade de Sorocaba, que na época era um importante entreposto para o gado que vinha do sul com direção a Minas Gerais.

A autora Stadler (2005, p. 15 grifo nosso) chama a atenção ao destacar que:

> Coube ao Coronel Cristóvão Pereira de Abreu a abertura de um caminho, em 1730, chamado Estrada Real ou Caminho de Viamão, que passava por Santo Antonio da Patrulha, São Francisco de Paula, Campos de Vacaria, Campos de Lages, Campos Gerais (Lapa, Castro, **Imbituva,** etc.), Itararé e Sorocaba, onde as tropas eram vendidas.
> Esse caminho encurtava as distancias, além de ser mais seguro e de acesso mais fácil. Desde então, a intensificação das tropas foi cada vez maior, visto que na região das minas gerais era necessário um meio de transporte rústico, forte o suficiente para carregar mercadorias e caminhar pelos caminhos tortuosos. Nessa região, não havia mulas, os animais mais indicados para essa tarefa.

Corrobora-se com a autora Stadler (2005) no que tange a formação do território de Imbituva atrelado ao tropeirismo, no entanto, ressalta-se que a autora comete um equívoco ao salientar que Imbituva (na época do surgimento Cupim) se situava no Caminho de Viamão, pois na realidade o caminho que cortava o

município era o das “Missões”, e este se encontrava com o caminho de Viamão mais adiante no município de Ponta Grossa.

Destaca-se que o caminho das tropas se compunha por vias tidas como principais, sendo elas: **O Caminho do Viamão**, ou, **Estrada Real**, que partia de Viamão, atravessando os campos de Vacaria, Lages, Curitibanos, Papanduva, Rio Negro, Campo do Tenente, Lapa, Palmeira, Ponta Grossa, Castro, Piraí Do Sul, Jaguariaíva, Itararé, alcançando Sorocaba. **O Caminho das Missões** partia dos campos de São Borja, seguindo por Santo Ângelo, Palmeira das Missões, Rodeio, Chapecó, Xanxerê, Palmas, no qual bifurcava por União da Vitória e Palmeira, e por Guarapuava, Imbituva e Ponta Grossa (encontrando o de Viamão). **O Caminho da Vacaria** interligava Palmeira das Missões e Vacaria no caminho do Viamão, passando por Ijuí, Carazinho, Passo Fundo e Lagoa Vermelha[23].

Vê-se que a ocupação do território paranaense esteve relacionada ao tropeirismo, é o que destaca Cunha (2003) ao estudar o processo histórico e geográfico do desenvolvimento rural do Paraná Tradicional. Em seu estudo, Cunha (2003) salienta que é de grande importância buscar valorizar o processo que forneceu os elementos básicos da trama territorial que conformou o Estado do Paraná, sendo que o tropeirismo se fez presente. Tal atividade, segundo o autor, possibilitou a geração de diversos povoados que foram sendo transformados em cidades.

É inegável, que o tropeirismo possibilitou o surgimento de povoados, e estes se consolidaram num processo de intrínseca interação homem-natureza, já que as condições físicas naturais, a abundância de pastagens, água, topografia do terreno, influenciavam a parada para descanso e recuperação das tropas, consequentemente, consolidou-se várias cidades, intensificando o processo de interação e transformação do meio natural. De acordo com Stadler (2005, p. 17):

> Sendo a viajem do Rio Grande até Sorocaba muito longa, se fazia necessário parar em alguns pontos do caminho a fim de descansar. Geralmente paravam apenas durante o tempo preciso para os animais descansarem, porém às vezes, chovia muito, os rios alagavam, obrigando os tropeiros a permanecerem acampados por vários dias seguidos. Esses acampamentos eram chamados “pousos”.
> Os pousos eram lugares com bom pasto e boa água, onde descansavam homens e animais. Havia até quem adquirisse campos próximos aos pousos para alugar às tropas.

[23] Texto fundamentado na página *on line*, disponível em: <http://www.ihggi.org/rota-dos-tropeiros.php>

> No início, os tropeiros armavam o pouso com os próprios instrumentos de viagem: canastras, pelegos, etc. Mais tarde, começaram a construir ranchos, muito rudimentares, mas que apresentavam um pouco mais de conforto nas noites de chuva ou geada.

Acredita-se que Imbituva teve seu surgimento atrelado a este contexto de atividade tropeira, pois, as tropas que passavam pelo caminho das missões, passaram a fixar parada para pouso e descanso num terreno elevado, cujo formato se assemelhara a um "cupim", processo que ocorre com frequência nas pastagens paranaenses. Segundo Stadler (2005) o termo Cupim marcou o início de uma nova vila (hoje Imbituva).

O início da construção da vila deu-se por volta de 1.861, quando Antônio Lourenço de Ávila, tropeiro Paulista de Faxina - SP dirigiu-se com seus companheiros e fixaram-se em Cupim. Nas palavras de Stadler (2005, p. 22):

> O declínio da feira de Sorocaba já se fazia notar em 1861, quando ANTONIO LOURENÇO DE ÁVILA, tropeiro paulista de Faxina - SP, atualmente Itapeva, um profundo conhecedor dos caminhos das tropas, resolveu abandonar a antiga ocupação, aliciar parentes e amigos e fixar-se no *pouso de Cupim,* juntamente com outros companheiros, iniciando a construção da Vila. Com ele vieram José e Manuel Justiniano de Ávila, seus parentes, João Lemes Batista, Raimundo Rodrigues dos Santos, Joaquim Gaspar Teixeira, José Antônio de Carvalho, Luiz Penteado, José Joaquim de Almeida, José Prudêncio Marcondes, Benedito Antunes, Antônio Ferreira Vaz e a família Chagas, bem como, os escravos: Simpliciano, Jacob, Domingos e Lourenço.

Os escritos que se tem em torno do processo histórico e geográfico da construção do povoado "Cupim", evidenciam que o terreno fora doado por Joaquim Gaspar Teixeira, Raymundo Rodrigues dos Santos, João Justiniano de Ávila, João Lucas Baptista e Antônio Lourenço de Ávila, sendo que a fundação oficial do vilarejo ocorrera no dia 03 de maio de 1871, dia em que algumas pessoas começaram em conjunto a capinar a terra para a construção de uma igreja (Stadler, 2005). A autora Stadler (2005, p. 27) clarifica que:

> Antônio Lourenço de Ávila declarou na presença de todos que faria uma doação de terras para o Padroeiro que fosse escolhido por todos. A área doada era pelo menos de duzentos alqueires, onde seria erguida a cidade. Nesse dia, 03 de maio, prosseguiram as derrubadas até o pôr do sol, quando ouve-se diversos vivas a Antônio Lourenço de Ávila e num heróico improviso o jovem Eugênio Lejambre Filho, ergueu uma cruz de galhos de um pé de cedro, amarrando os braços da mesma com cipó. A cruz foi plantada onde hoje está o altar mor da Igreja. Em seguida Eugênio disse as seguintes palavras: "Aqui onde está esta cruz tem que ser construída a

> Igreja cujo padroeiro será Santo Antônio em homenagem ao doador da área de terra o nosso amigo Antônio Lourenço de Ávila.

No início do povoamento de Cupim, seu território era rico em madeiras, erva mate, minerais, bem como, campos e pastos abundantes, que favoreciam a criação de animais. Segundo Stadler (2005, p. 28) "o clima era saudável considerado posteriormente pela Rádio Relógio do Rio de Janeiro, como sendo o "melhor clima do País".

Destaca-se que o município, hoje conhecido pelo nome Imbituva, originou-se em 1861 quando fora denominada "Cupim". Mais tarde, em 21 de fevereiro de 1.876 pela Lei número 441 seu território foi elevado à "Freguesia do Cupim", pertencendo à Comarca de Ponta Grossa. Em 26 de março de 1.881 pela Lei número 651, foi criado o município que passou a chamar-se de "Freguesia de Santo Antonio de Imbituva". Mais tarde, no dia 02 de abril de 1910, pela Lei número 938, criou-se a "Comarca de Imbituva", sendo elevada à categoria de cidade, sendo que seu território abrangia de início, as áreas que hoje formam os municípios de Irati, Prudentópolis, e Guamiranga. No dia 30 de dezembro de 1943, pelo decreto Lei número 199, fixou-se a nova divisão territorial do município, no qual, Imbituva foi subdividida em três Distritos: Sede, Guamiranga e Apiaba. Pela lei estadual n.º 11203, de 16-11-1995, desmembra do município de Imbituva o distrito de Guamiranga, sendo elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 15 de julho de 1997, o município é constituído de 02 distritos: Imbituva e Apiaba. O município de Imbituva comemora seu aniversário em três de maio[24], conforme o que dispõe a Lei número 72 de 22 de setembro de 1951 (IBGE, 2011).

No que diz respeito ao topônimo Imbituva, Stadler (2005) salienta que diante de estudos realizados, a versão mais aceita é a do professor conhecido pelo nome de Francisco Filipak, onde tal denominação se justifica devido a abundancia de "cipó-imbé", espécie pertencente à família *"Aráceas Philodendron Bipinnatifidum". "*Na obra do irmão Marista José Gregório, "Contribuição Indígena do Brasil", Volume II, folha 709 verifica-se: IMBITUVA (Imbé + tuva) = lugar onde há muito imbé (STADLER 2005 p. 31)".

O processo histórico e geográfico de formação do território de Imbituva, hoje portador de um APL, deixa evidenciado que o poder se fez implícito, e este se deu

[24] Oficialmente o povoado, hoje Imbituva, originou-se em 1871. Em três de maio de 2011 o município comemorou 140 anos.

na apropriação de grandes quantidades de terras pelos primeiros habitantes, tanto é, que segundo os registros históricos que se tem no município, o senhor Antônio Lourenço de Ávila cedeu 200 alqueires de terras para a construção da então vila “Cupim”. Também em meio às relações de poder, teve o intrínseco processo de interação homem-natureza, que desde o início de seu desbravamento ocorreu, já que os fatores físico-naturais abundantes e favoráveis propiciaram a fixação de vários homens, que paulatinamente formaram o povoado.

Os primeiros habitantes trouxeram outros. A nova povoação não tardou a receber a influência de colonos alemães, italianos, poloneses e russos, que deram notável contribuição ao desenvolvimento do município. Por volta de 1850 em Imbituva “os colonos alemães fixaram residência na direção da estrada que mais tarde ligaria Imbituva a Guarapuava, (...) ao todo eram 50 família mais ou menos (STADLER 2005, p. 54).” A grande maioria dos alemães que se fixaram no município imbituvense professavam a fé evangélica Luterana, onde de acordo com Stadler (2005, p. 54) esta religião é “traço cultural que constitui uma das características da identidade do grupo.”. Nas palavras da autora:

> No dia 09 de Janeiro de 1886, um grupo de 12 famílias aproximadamente, fundaram uma corporação religiosa, a Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição. Entre eles estavam as famílias Gloeden, Youngblood, Sheidt, Haude, Van der Brook, Mehret, Nortok, Schneider, Stadler e outros. A comunidade fundou, também, o Cemitério da Ressurreição (STADLER 2005, p. 54).

Também os italianos, em 1896, adquiriram terras em Cupim e iniciaram a fundação de pequenos núcleos. “Vieram famílias de imigrantes italianos como os Bobato, Moleta, Marconato, Menon, Pontarolo (STADLER 2005, p. 65)”. A autora salienta em seus escritos que as famílias italianas em Imbituva professavam a fé Católica.

Por fim, os poloneses e russos por volta de 1900 chegam a Imbituva, sendo eles os Filipak, Kurek, Szabela. Nas palavras de Stadler (2005, p. 79):

> Os imigrantes desta procedência, dotados de um profundo sentimento religioso, católicos por excelência, não demoraram a integrar-se plenamente na vida nacional, como lavradores, comerciantes, ou profissionais liberais. Tratavam-se geralmente de pessoas humildes, de pequenos camponeses e trabalhadores rurais, que eram modestos em suas aspirações econômicas e laboriosos no cultivo da terra.

Ao compreender a efetivação do território de Imbituva, vê-se que sua consolidação esteve intimamente ligada a atividades eminentemente agrárias, se caracterizando como a “vocação” do município no início de sua construção. Tanto os imigrantes alemães, como italianos, tidos como a grande maioria que possibilitou o povoamento do município, estabeleceram um forte viés de ligação para com as atividades agrárias e extrativistas, logo, uma acirrada relação sociedade-natureza, marcada obviamente por relações de poder. A historiadora Stadler (2005) ao buscar compreender as origens do município de Imbituva, impulsiona a pensar que as atividades agrícolas, pastoris, assim como a extração de madeiras e erva-mate, permitiram a fixação de centenas de pessoas no município.

Todavia, torna-se importante conceber que com o passar dos tempos, o município vai crescendo em termos populacionais e econômicos, sendo assim, novas atividades vão se originando, e, muitas delas sem ligação direta com as práticas agrícolas, extrativistas, etc., como, por exemplo, o segmento de tricot, formador do APL que será enfatizado adiante.

2.2. PROCESSO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA ORIGEM DO RAMO DE TRICOT DE IMBITUVA-PR E SUA CONSOLIDAÇÃO

O processo histórico e geográfico de formação do segmento de tricot no município de Imbituva se originou em 1973, tendo como pioneiro Abílio Nilton Vaz, sendo que sua pequena empresa situava-se na Rua Joaquim Gaspar – Centro[25]. Em pesquisa de campo constatou-se que quando Abílio resolveu produzir peças de roupas de tricot em Imbituva, o mesmo se deparou com a dificuldade de mão de obra, sendo que naquele contexto havia apenas dois profissionais com prática, e estes eram: Aristeu Vaz (tecelão) e Sirlei de Antoni (remalhadeira), sendo que Sirlei mais tarde, posterior ao ano de 1975, abre sua própria empresa.

Evidencia-se que o processo de difusão de empresas no segmento de fato se dá no ano de 1975, quando a senhora Alcione Chioratto até então trabalhadora dona de casa pensou em contribuir para com a renda da família. Desta forma, começou a revender “malhas” em Imbituva, adquirindo tais produtos em uma empresa situada na cidade de Ponta Grossa. No mesmo ano (1975) a empresa que confeccionava os

[25] A gênese do setor foi possível de ser desvendada dadas as pesquisas conjuntas com o professor Aglacir Miranda, sendo que este sempre procurou ressaltar os reais pioneiros do segmento.

artigos de roupas de “malhas” em Ponta Grossa decidiu encerrar a produção, propondo para Alcione que ela adquirisse os equipamentos e passasse a produzir as roupas em Imbituva. Ao aceitar a proposta, Alcione convidou a dona de casa Irene Bobato para juntas abrirem a empresa, a fim de trabalharem em sociedade. A partir daí, outras empresas foram surgindo, impulsionadas pelo sucesso observado com o surgimento da empresa de Alcione em conjunto com Irene, portanto, o que ocorreu em Imbituva foi um processo difuso.

Com o aumento do número de empresas, assim como da produção de peças de roupas de tricot, no ano de 1983 realizou-se a primeira feira, apoiada pela prefeitura municipal de Imbituva. Também com a expansão do setor, tornou-se necessário a criação de um ambiente institucional, sendo assim, com o intuito de promover ações em prol do ramo constituído, no ano de 1987 surge a IMBITUMALHAS, com o objetivo de organizar a Feira de Malhas de Imbituva (FEMAI), um importante evento que passa a ser o principal canal de vendas para a maioria das empresas existentes na cidade.

Percebe-se que em alguns momentos comparece no presente estudo o termo “malhas”, desta maneira, torna-se necessário esclarecer o porquê de tal denominação já que se fala também que o segmento é do tricot. Na realidade, as empresas não confeccionam malhas, e sim, o tricot. Ao perceber a problemática da denominação dada ao ramo, procurou-se junto aos empresários e representantes da associação do setor a compreensão. Desta forma, entendeu-se que a partir do momento que houve a instalação da primeira empresa na cidade, a mesma cunhou que a produção era de malhas, consequentemente, as demais empresas também aderiram ao termo.

É assim que se convencionou mencionar Imbituva, como uma cidade especializada em roupas de malhas cunhando esse título. Em conversa com Ariel Neiverth[26] que é empresário do ramo, e participante do projeto APL, o mesmo relata que: *“o tricot se caracteriza sendo uma técnica de entrelaçar os fios, que em tempos passados era realizado com agulhas manuais, porém, dados os avanços tecnológicos hoje se produz o tricot por meio de sofisticadas máquinas”.*

[26] Este empresário é bastante conhecido na cidade dado a sua dedicação junto ao projeto APL. Houve relatos de empresários afirmando que o projeto vem se concretizando dado o esforço de Ariel. Porém, durante a conversa com Ariel, ele informou que estava deixando a coordenação do APL, devido a pouca soma de esforços em prol do projeto, ou seja, ele demonstrou estar cansado. Porém, disse que iria continuar ajudando, mas, sem ter o cargo de responsável. Ele diz: *“é preciso que os demais se interessem também”*.

Compreendeu-se que o tricot é uma técnica de entrelaçar o fio de forma organizada, criando-se assim um pano, que por suas características de textura e elasticidade, é chamado de malha de tricot ou simplesmente tricot.

Chamou a atenção o relato de Ariel quando ele diz que no momento em que o consultor do SEBRAE chegou no ramo, para motivar o empresariado local junto ao projeto APL que estava sendo implantado, este falou: *"pensei que se produzia malhas como se ouve falar por aí, no entanto, vejo que vocês produzem tricot"*. Após esta constatação, o consultor evidenciou para o empresariado que era necessário corrigir os equívocos de denominação. Ariel relata que isto causou divergências dentro do setor, pois alguns empresários não queriam aceitar a ideia de substituir o termo malhas por tricot, já que historicamente o ramo havia sido consolidado nos termos de uma cidade paranaense especializada na produção de artigos de malhas. Porém, o próprio Ariel admite: *"na realidade Imbituva não produz roupas de malhas e sim de tricot (técnica de tricotagem)"*. Ariel comenta: *"realmente após estas questões levantadas precisamos divulgar que produzimos o tricot, somos a capital do tricot e não das malhas como costumeiramente falamos".*

Verli Moleta que é presidente da associação das empresas explicita que: *"Imbituva é a capital do tricot e não das malhas".* Segundo ele, a malha é um tipo de confecção que tem propriedades que são completamente diferentes das do tricot. Ele destaca que o tricot é uma técnica de entrelaçar fios com o uso de modernos equipamentos. De acordo com Verli, a malha é produzida de forma circular, já o tricot não, pois as máquinas produzem horizontalmente. Verli afirma: *"se produzíssemos malhas receberíamos os rolos de tecidos, ou seja, as malhas prontas, e somente montaríamos a peça, porém, produzimos o tricot, compramos as lãs, fios e nós mesmos confeccionamos as peças".*

Quando instigado acerca do termo "malhas retilíneas" como muitos chamam, Verli comenta que este termo na verdade se resume na ideia do tricot mesmo. De acordo com suas palavras: *"não há mais como ignorar que não produzimos malhas"*. As malhas retilíneas são produzidas de forma semelhante ao tricot, ou seja, em máquinas que tecem horizontalmente, sendo assim, apresentam semelhanças com a forma como se produz o tricot.

Ao analisar as peças de roupas confeccionadas no ramo, notam-se as características horizontais típicas da tricotagem. Em síntese, compreendeu-se que o tricot característico do ramo, é produzido horizontalmente na máquina, assim como,

uma malha retilínea que também gera peças no formato horizontal. Em meio a essas características, parte do empresariado local prefere dizer que produzem “malhas retilíneas”, mas na verdade é o tricot (técnica de tricotagem).

Percebeu-se de fato, após conversas com os empresários que parte deles não é adeptos em mudar o nome das empresas, substituindo malhas por tricot. Isso se deve, porque eles acreditam que a substituição do termo pode gerar uma decadência para o arranjo, já que Imbituva é conhecida nos termos “a cidade das malhas”. Recentemente algumas empresas estão adaptando o nome comercial incluindo o tricot, isso para aos poucos ir corrigindo o equívoco concernente ao termo “malhas”, materializado histórica e geograficamente no segmento.

Em 2011 abarcando um número de 36 empresas inseridas em contexto de APL, o segmento busca através do seu contexto histórico e geográfico de especialização em roupas para frio, ser reconhecida nacionalmente como cidade paranaense importante no ramo do tricot.

2.3. A CONCENTRAÇÃO TERRITORIAL DE EMPRESAS DE TRICOT EM IMBITUVA E A POLÍTICA DE APL

O projeto de APL foi inserido no segmento do tricot no município de Imbituva, recebendo o apoio da SEPL e do IPARDES a partir do ano de 2005. Na realidade, desde outubro de 2004 o segmento do tricot de Imbituva já vinha se organizando com o apoio do SEBRAE[27] nos moldes de APL, porém, tal forma de organização se consolidou efetivamente, dados os estudos contidos no relatório de “Identificação, Caracterização, Construção de Tipologia e Apoio na Formulação de Políticas para os Arranjos Produtivos Locais do Estado do Paraná”, divulgado em maio do ano de 2005.

O relatório do IPARDES (2005a) correspondeu à primeira etapa do trabalho que visava a identificação estatística, o mapeamento geográfico, bem como, a construção de tipologia de APLs no Estado do Paraná, com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), complementados pelos microdados do cadastro de informações físico-contábeis da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná (SEFA-PR).

A metodologia proposta pelos consultores serviu para identificar, mapear, e,

[27] Sistema SEBRAE com sede na cidade de Ponta Grossa-Pr.

caracterizar estatisticamente aglomerações de empresas que pudessem configurar APLs no Estado. No primeiro estudo feito pelo IPARDES, o setor do tricot de Imbituva aparece inserido na MRG de Prudentópolis, sendo caracterizado como um VDL.

Após o primeiro estudo realizado pelo IPARDES, deu-se prosseguimento ao processo de fomento aos APLs detectados. Desta forma, o IPARDES lançou em julho de (2005b) a etapa de trabalho de número 02, que correspondeu a pré-seleção das aglomerações produtivas, assim como, o mapeamento dos ativos institucionais e das ocupações de perfil técnico-científico existente nos aglomerados.

Na segunda etapa de trabalho, que também fez parte do termo de cooperação técnico-financeira firmado entre a SEPL e o IPARDES, fora feito a pré-seleção de 25 potenciais APLs para a caracterização estrutural, além do mapeamento das instituições de apoio à atividade produtiva e inovativa das empresas em todo o Estado do Paraná.

Ressalta-se que o APL de tricot de Imbituva, esteve inserido em meio aos 25 arranjos selecionados para estudo e visita prévia, a fim, de num primeiro momento, ser objeto de ação de políticas públicas locais.

A etapa de número 03 do trabalho desenvolvido pelo IPARDES, que foi divulgado em setembro de (2005c), teve por objetivo realizar a caracterização estrutural preliminar dos APLs pré-selecionados, com nota metodológica para estudo de caso (que foi o próximo passo de trabalho desempenhado pelo IPARDES). Portanto, na terceira etapa de trabalho, foram realizadas visitas que possibilitaram conhecer a estrutura produtiva dos aglomerados selecionados, bem como, a existência de vínculos produtivos entre empresas locais, e, não-locais; também foi permitido identificar instituições locais relevantes no apoio e prestação de serviços às empresas do aglomerado, e, alguma liderança local que tenha tido papel relevante na formação da aglomeração das empresas.

Na terceira etapa do estudo do IPARDES, foram selecionadas 06 empresas de tricot do município de Imbituva, que contemplaram as características de um APL. No estudo o IPARDES (2005c, p. 26) salienta que:

> O APL de Imbituva é composto, segundo fontes locais, de 44 empresas formais de pequeno porte, que têm por especialização a produção de malhas. Esta informação é corroborada pela RAIS (2003), que registra a presença de 37 pequenas empresas no município. Em termos de emprego, a RAIS mostra a presença de 142 trabalhadores com vínculo formal. Há

> ainda um número desconhecido de trabalhadores domiciliares que prestam serviços em algumas das etapas do processo produtivo, principalmente nas de bordado, crochê e acabamento em geral.

Em síntese, as visitas prévias foram de grande importância para a seleção dos APLs (IPARDES, 2005c), que em seguida, “seriam objeto de estudos de casos (IPARDES 2005c, p. 04)”. Em maio de 2006 fora divulgado os resultados do estudo de caso feito no APL do tricot imbituvense, sendo assim, o IPARDES (2006b) ao estudar a concentração geográfica e espacial das empresas de tricot passa a caracterizar o município como sendo sede de um importante APL, em meio aos vários caracterizados no Estado do Paraná (Ver figura 03).

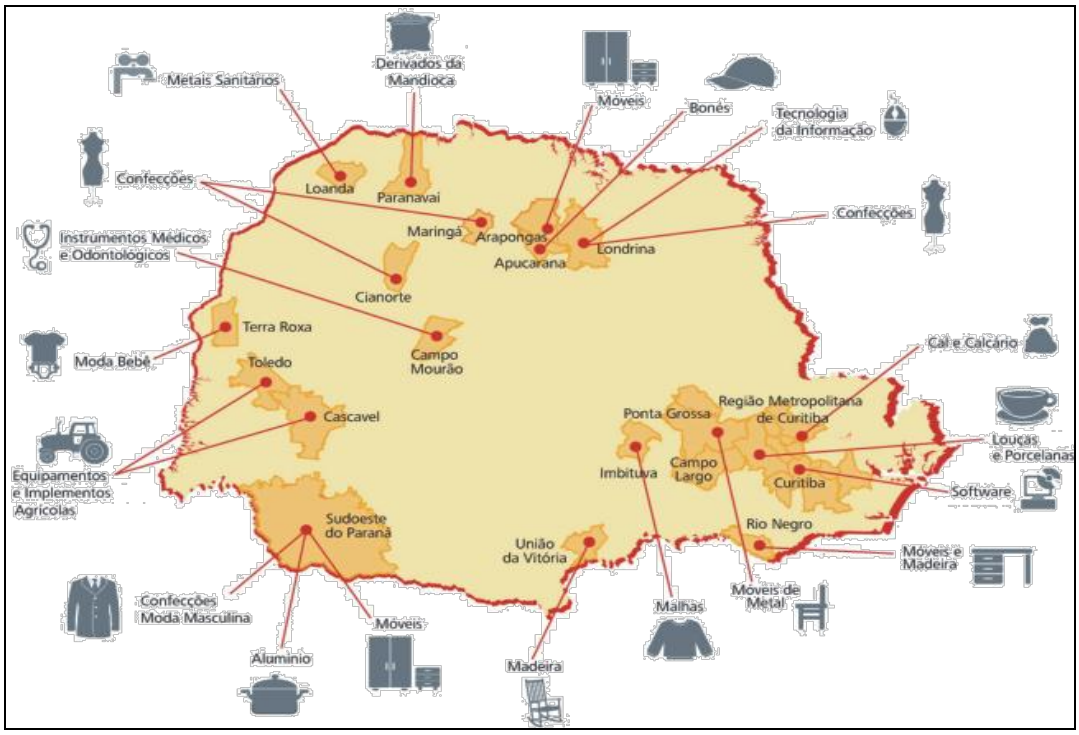


FIGURA 03. O ESTADO DO PARANÁ COM OS PRINCIPAIS APLs.
Fonte: Extraído da FIEP. Disponível em: http://www.ielpr.org.br/apl/.

De acordo com escritos contidos no relatório do IPARDES (2006b), percebe-se que o estudo visou subsidiar a rede APL Paraná a fim de propiciar o desenvolvimento de ações integradas, de políticas públicas voltadas para o fortalecimento do arranjo do tricot imbituvense.

A definição do termo APL adotado pelo IPARDES (2006b, p. 08) se resume, sendo um “(...) aglomerado de agentes econômicos, políticos e sociais que operam em atividades correlatas, estão localizados em um mesmo território e apresentam

vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem". Percebe-se que para o IPARDES a perspectiva de APL é propiciada em grande parte pelas relações de sinergia, advindas da concentração territorial de empresas.

Para Albagli e Brito (2002), um APL é definido como uma aglomeração de um número significativo de empresas que atuam em torno de uma atividade produtiva principal, bem como, de empresas correlatas e complementares, como fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros, em um mesmo espaço geográfico, com identidade cultural local e vínculo, mesmo que incipiente, de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si, e com outros atores locais e instituições públicas ou privadas. Vê-se que para Albagli e Brito, além da questão da proximidade geográfica e espacial que permeia um arranjo produtivo, as articulações de cunho político também devem estar presentes na pauta dos projetos de fomento aos aglomerados de produção.

No boletim informativo da PNDR (2010, p. 43) o termo APL comparece:

> (...) para designar um espaço social, econômico e historicamente construído por meio de uma aglomeração de empresas (ou produtores) similares e/ou fortemente inter-relacionadas, ou interdependentes, que interagem numa escala espacial local definida e limitada através de fluxos de bens e serviços. Para tanto, desenvolvem suas atividades de forma articulada por uma lógica socioeconômica comum, que aproveita as economias externas, o binômio cooperação-competição, a identidade sociocultural do local, a confiança mútua entre os agentes do aglomerado, as organizações ativas de apoio para a prestação de serviços, os fatores locais favoráveis (recursos naturais, recursos humanos, cultura, sistemas cognitivos, logística, infraestrutura etc.), o capital social e a capacidade de governança da comunidade.

Percebe-se que na definição acima elucidada, as relações sociais fruto da proximidade geográfica/territorial das empresas, são imprescindíveis para o sucesso de um APL, no entanto, também é necessário que haja vinculação entre as esferas políticas que permeiam o arranjo.

Os autores Cassiolato e Lastres (2003), ao darem ênfase na conceituação de aglomerados de empresas no Brasil, tecem diferenciações entre APLs, e Sistemas Produtivos Locais (SPLs). Para eles:

> ***Arranjos produtivos locais*** são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas - que

> podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos (como escolas técnicas e universidades); pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento.
> ***Sistemas produtivos e inovativos locais*** são aqueles arranjos produtivos em que interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial de gerar o incremento da capacidade inovativa endógena, da competitividade e do desenvolvimento local. Assim, consideramos que a dimensão institucional e regional constitui elemento crucial do processo de capacitação produtiva e inovativa. Diferentes contextos, sistemas cognitivos e regulatórios e formas de articulação e de aprendizado interativo entre agentes são reconhecidos como fundamentais na geração e difusão de conhecimentos e particularmente aqueles tácitos. Tais sistemas e formas de articulação podem ser tanto formais como informais (CASSIOLATO E LASTRES 2003, p. 05-06).

Mediante os escritos dos autores Cassiolato e Lastres, compreende-se que APL é caracterizado pela existência de uma aglomeração portadora de significativo número de empresas, sendo que estas atuam em torno de uma atividade produtiva principal. Todavia, uma dada aglomeração territorial de empresas, passa por estágios de “maturação”. Cassiolato e Lastres (2003) enfatizam que um APL se difere de um SPL, pois, este último contempla uma organização e articulação entre donos de empresas, governos e instituições, de forma mais adensada. No entanto, um APL paulatinamente pode se transformar em um SPL. De acordo com Campos (2009, p. 51):

> A trajetória dos arranjos tem determinações definidas tanto no âmbito da configuração de suas estruturas e de sua dinâmica, quanto nas características mais gerais impostas pelas condições nacionais, o que implica grande diversidade de situações. Isso sugere que as possibilidades de política exigem a análise de suas estruturas e dinâmicas específicas.

Nos últimos 20 anos, tem acrescido na literatura geográfica econômica, estudos concernentes a importância das formas de organizações locais para o desenvolvimento econômico, bem como, para a competitividade de empresas de forma aglomeradas. Tais aglomerações como se abordou no primeiro capítulo do presente estudo, dependendo de suas características, configurações (políticas, institucionais), são denominadas por vários autores como APLs, SPLs, SLI, Cluster, dentre outros. No entanto, as diferentes denominações contemplam em comum a ênfase na importância de aspectos locais. Elucida-se que não é a pretensão do

estudo em questão, ficar limitado na discussão conceitual dos diferentes tipos de aglomerados procurando um consenso teórico, mas sim, realizar uma abordagem em torno do conceito de APL.

Evidencia-se que uma organização em forma de APL busca aumentar a produção, bem como, a utilização de tecnologia e ciência, na busca de equacionar problemas de cunho econômico, político, e social, que prejudicam o desenvolvimento da economia de um dado território. Sendo assim, um APL também tem por intento propiciar a elevação do nível de qualidade de vida de uma população.

Devido à significativa valorização, os APLs tornaram-se um tema importante ao se discutir políticas de desenvolvimento. Todavia, ainda existem dificuldades em se encontrar uma definição precisa para tal forma de organização da produção.

Na visão de Casarotto Filho e Pires (2001) os modelos de arranjos produtivos que se tem implantado no Brasil, provêem de experiências bem sucedidas em países europeus. Ao examinar a literatura que aborda estes paradigmas produtivos, que visam aumentar a eficiência da coletividade das empresas, principalmente às pequenas e médias, percebe-se que as nomenclaturas se resumem no caráter de concentrações de empresas em suas mais diversas especificidades. Para Casarotto Filho e Pires (2001), uma determinada aglomeração pode ser mais bem articulada na forma de “consórcio” de empresas, o que conceitualmente se aproxima muito dos modelos de “APLs” caracterizados pelo IPARDES no Estado do Paraná. Na concepção de Casarotto Filho e Pires (2001, p. 54) um consórcio pode ser representado de três formas:

> a. Consórcio setorial – tipo de consórcio em que as empresas concorrentes e complementares (eventualmente, unidas às empresas e instituições que constituem a cadeia de valor do setor) realizam um acordo que permite o ganho de competitividade dos membros pela difusão de informações e pela complementaridade produtiva das pequenas empresas;
> b. Consórcio territorial – consórcio que agremia empresas de todos os setores e atividades de um território e ocupa-se principalmente de atividades informativas e de promoção do conjunto dessas empresas e do território de inserção;
> c. Consórcio específico – restringe sua ação às atividades específicas para atingir um objetivo pontual determinado. Os mais clássicos exemplos são os consórcios de exportação, que agem na promoção das empresas e no ganho de competitividade orientado para a penetração em específicos mercados externos.

No caso do Brasil, as formas de organização que buscam valorizar as

vocações de um dado local, o seu potencial endógeno, são tidas como meios de fomentar o desenvolvimento, sendo denominadas de APLs. No quadro a seguir tendo por base Casarotto Filho e Pires (2001, p. 87), tem-se uma síntese dos conceitos condizentes a formas de organizações aglomeradas.

Pólo: Concentração regional de empresas voltadas ao mesmo segmento de produtos.
***Cluster* (aglomeração competitiva):** Pólo consolidado onde haja forte interação entre as empresas, estendendo-se verticalmente a jusante e a montante, lateralmente, e comportando entidades de suporte privadas e governamentais.
Cadeia produtiva: São as diversas etapas de produção, desde a matéria-prima ao produto final, incluindo fornecedores de equipamentos, podendo ou não estar integralmente num *Cluster*.
Sistema produtivo local (ou sistema econômico local): Região fortemente estruturada, contendo um ou mais *clusters*, com um planejamento territorial com alta interação público-privada, com respeito à cultura e com o objetivo de assegurar a QUALIDADE DE VIDA dos habitantes.
Rede de empresas: Conjunto de empresas entrelaçadas por relacionamentos formais ou simplesmente negociais, podendo ou não ser circunscritos a uma região.
Consórcio de empresas: Rede de empresas entrelaçadas por laços formais de cooperação, normalmente circunscrita a determinada região.

QUADRO 01. GLOSSÁRIO SUGESTIVO PARA REDES DE EMPRESAS E SISTEMAS LOCAIS
Fonte: Casarotto Filho e Pires (2001, p. 87), adaptado por BOBATO, Zaqueu Luiz (2011).

Vê-se que as conceituações de consórcio de empresas propostas pelos autores já evidenciados, se aproximam do formato de APL posto em prática no Brasil, pois, em ambos os casos, o entrelaçamento de empresas, assim como as formas de articulação, são indispensáveis para o êxito do desenvolvimento de um dado aglomerado produtivo.

Um APL pode resultar no aumento da renda, bem como, no nível de emprego e qualidade de vida de pessoas, que estão inseridas em contextos locais. Portanto, um projeto de APL é uma política pública de desenvolvimento, sendo assim, é necessário levar em consideração que ao ser implantado em um dado território, tal projeto político não pode ignorar os atores que o compõem, porque o território não é apenas um conjunto material, ali está os agentes, a cultura, a economia.

Nas palavras de Dematteis (2007, p. 33):

> "(...) se o território fosse somente a superfície sobre a qual se projeta alguma atividade, não seria necessário nele intervir: as políticas territoriais não precisariam existir, ou seja, bastariam políticas econômicas e sociais

> que, regulando relações intersubjetivas e abstratas, regulariam os efeitos e os impactos sobre ele, dando-lhe a forma e a organização desejada.

Ao ser considerado como uma política de desenvolvimento territorial, um projeto de APL se constituiu "numa perspectiva sistêmica de articulação sócio-institucional e sócio-produtiva para transformação dos territórios em locais de alta competitividade, capaz de criar bases consistentes para uma sustentabilidade ampliada – social, ambiental, econômica e política (POLETTO 2009, p. 62)". Para que o processo de desenvolver um território não seja frustrante, é necessário que o projeto leve em consideração as peculiaridades que atuam no local.

É preciso ter em mente o estoque de capital social, os aspectos culturais, o processo histórico e geográfico que conformou o tecido territorial almejado, pois arranjos produtivos estão imersos nesse ambiente de peculiaridades. Segundo Poletto (2009), as PMEs podem se integrar com a cultura e a história do local onde se encontram, integrando-se ao território, uma das premissas básicas do desenvolvimento territorial. Para este autor Poletto (2009, p. 63) os processos de desenvolvimento territorial:

> mostram que a identidade territorial e a sinergia social não devem ser entendidas como fenômenos que simplesmente existem devido a uma determinada conjunção de fatores geográficos e circunstâncias, mas como fenômenos construídos histórica e geograficamente. Deste modo, consideramos o desenvolvimento territorial como a constituição de uma ambiência produtiva inovadora, na qual se desenvolvem e se institucionalizam formas de cooperação e integração das cadeias produtivas e das redes econômicas e sociais, de tal modo que ampliem as oportunidades locais, gerem trabalho e renda, atraiam novos negócios e criem condições para um desenvolvimento humano sustentável.

Chama a atenção que o autor elucida que as interações sociais, imprescindíveis dentro de um APL, não podem ser compreendidas dissociadas do contexto histórico e geográfico do local, logo, é no próprio local que se tem o capital social que gera relações de sinergias entre as pessoas que nele habitam cotidianamente. Nas palavras de Cassiolato e Szapiro (2003, p. 05) "uma atividade é totalmente territorializada quando sua viabilidade econômica está enraizada em ativos (incluindo práticas e relações) que não estão disponíveis em outros lugares e que não podem ser facilmente ou rapidamente criadas ou imitadas em lugares que não as têm". Em meio aos ativos citados pelos autores, está o capital social, que de acordo com Paiva (2004, p. 42):

> (...) é todo o recurso econômico (no sentido de que alavanca toda a produção e a produtividade econômica do sistema) que resulta da interação social e que não é apropriável de forma privada. Em particular, o "capital social" alavanca a capacidade do sistema para superar as soluções perversas (como os dilemas "do prisioneiro" e da "ação coletiva") que caracterizam uma economia mercantil competitiva, garantido a conquista de soluções ótimas a partir de estratégias "ganha a ganha". A base do capital social é a constituição de um sólido sistema de intercambio de signos e informações. E esta troca pressupõe que não haja castas ou diferenciações estamentais segmentando os grupos.

Nas palavras de Bandeira (2000, p. 47) fazem parte do capital social:

> (...), os traços culturais característicos de uma comunidade que contribuem para fazer com que seus membros se tornem propensos a colaborar no sentido da solução de problemas de interesse comum. Incluem-se aí, por exemplo, as redes de relações interpessoais e os sentimentos de confiança mútua entre os indivíduos que constituem essa comunidade, que tornam possível o empreendimento de ações conjuntas que resultem em proveito da coletividade.

Tal temática em torno do capital social, que aqui se defende ser de grande importância quando se tem um projeto de arranjo produtivo, aflorou com intensidade a partir dos estudos de Putnam contidos no livro traduzido para o Português sob o título de "Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna". O autor Putnam (1996) realizou um estudo sobre a Itália, no qual enfatizou as diferentes formas de desempenho institucional das administrações regionalizadas existentes no país. Percebe-se que os estudos de Putnam fora direcionando em torno da organização da Itália nos anos 1970, período no qual, o país estava passando por uma reforma administrativa, política e institucional.

Na reforma italiana, a administração passou a ocorrer em escala regional. Portanto, o autor em suas pesquisas passa a acompanhar o impacto da reforma que estava sendo delineada, logo, analisando os governos regionais. Destaca-se que foram pesquisas rigorosas com extensos levantamentos de dados e informações em todas as regiões da Itália. Por conseguinte, o livro de Putnam gerou um grande impacto principalmente para o meio acadêmico e para os pesquisadores que discutem políticas públicas. O conceito central do livro realizado pelo autor é o do "capital social", em que segundo ele, "diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas (PUTMAN, 1996, p. 177)".

Vê-se que segundo o autor, não só o capitalismo influenciaria a organização

da economia, mas também, a organização da sociedade, os padrões de comportamento também dariam uma resposta significativa na economia, portanto influenciaria ocasionando determinados reflexos. Em seus estudos, o autor acima mencionado clarifica que o norte da Itália se caracterizava sendo mais desenvolvido que o sul do território nacional. Todavia, tal constatação se ancora em um contexto histórico e geográfico de construção do território italiano. O autor Bandeira (2000) ao estudar mais detalhadamente os escritos de Putnam, procura explicar o processo de efetivação do tecido territorial italiano, buscando evidenciar os fatores que propiciaram acúmulos densos de capital social nas diversas regiões do país. De acordo com Bandeira (2000, p. 48 grifo nosso):

> (...), a partir da conquista normanda da Silícia, na Idade Média, construiu-se no **Sul da Itália** uma tradição cultural autoritária que fez com que viessem a predominar nessa região relações sociais de tipo vertical, hierárquicas, gerando um campo pouco fértil para o cultivo do espírito participativo e comunitário. Em ambientes como esse, as questões públicas tendem a ser vistas como da alçada exclusiva das elites, dos "notabili, situando-se fora da esfera de ação dos cidadãos comuns. Nessas sociedades, os indivíduos tendem a concentrar suas lealdades e sua confiança em círculos mais fechados, como aqueles unidos por laços familiares (vide a família da máfia Siliciana), sendo pouco propensos a associar-se e relacionar-se de forma colaborativa com pessoas que lhe são menos próximas dentro da comunidade.
> Ao contrário, no **Centro e no Norte do país** – onde as relações feudais foram menos duradouras e cuja tradição democrática remonta às cidades medievais, berço de instituições de tipo republicano – as redes de relações sociais tornaram-se mais densas ao longo da história, criando um ambiente em que predominam as ligações horizontais, não hierárquicas, que favorecem a participação, a colaboração e o associativismo. Não é por acaso que nessa área se situam os distritos industriais da **terza Itália**, tão freqüentemente preconizados como modelo a ser seguido em outras regiões, cuja competitividade se baseia na cooperação entre um grande número de pequenas empresas.

Percebe-se que o capital social influencia na organização de um dado território, e este envolve a confiabilidade e reciprocidade, a confiança. Ou seja, as ações institucionais coletivas, cooperadas, fazem a diferença na instancia política, econômica, e social. No caso da Itália, no norte a organização social era satisfatória, já no sul, tímidas. Desta forma, haveria uma herança de capital social no norte, onde qualquer política seria mais bem sucedida, portanto, os processos históricos e geográficos dos lugares e regiões são diferentes. Nas palavras de Castilho; Arenhardt; Le Bourlegat (2009, p. 163) o capital social:

> vem como resposta ao pensamento econômico convencional, de que a

> sociedade é formada por indivíduos independentes, cada um agindo de acordo com seus objetivos. O capital social passa a ser um dos componentes-chaves do desenvolvimento, destacando a cooperação, a confiança, a identidade, a comunidade e a amizade entre os indivíduos como um instrumento de solução para a ação coletiva.

Em meio a isto se reforça o pensar de que as trajetórias de desenvolvimento precisam ser levadas em consideração quando se tem projetos deste cunho. É o caso de um APL, já que neste, as relações de cooperação, troca de informações, união para elaboração de projetos, entre outros, são melhores obtidos quando o capital social se faz presente fortemente, pois nas palavras de Cunha (2000, p. 53), "um território com baixo índice de capital social é um "ator" primevo e seminal sofrível, não sendo capaz de induzir o processo de desenvolvimento com a mesma eficiência de um território no qual o índice de capital social seja elevado".

Acredita-se que o estoque de capital social de um dado *constructo* territorial, não pode ser considerado desvinculado de uma análise acerca do processo cultural que permeia o território, pois a cultura é um fator que se caracteriza como importante ferramenta de impulso, e até mesmo de restrição ao desenvolvimento territorial. Segundo Feldman (2010, p. 231) é inegável que história e geografia possuem "um papel enorme sobre a cultura dos povos. Por sua vez, a cultura e, consequentemente, os usos e costumes afetam a economia, entretanto não podem ser modificados por decretos ou políticas governamentais e, assim, precisam ser conhecidos com mais profundidade".

Ao discorrer sobre a cultura como facilitadora do desenvolvimento, o autor Feldmann (2010) argumenta que no caso do continente latino americano, vários modelos e formas de desenvolvimento econômico já foram, ou, estão sendo tentados e testados, no entanto, sem nenhum grande êxito a se destacar. Fairbanks e Lindsay (2000, p.112 apud FELDMANN 2010, p. 322) realçam que a cultura "é um componente vital para definir a capacidade de uma nação prosperar porque ela formata aquilo que os indivíduos pensam acerca de riscos, recompensas, oportunidades e, consequentemente, sobre o progresso".

No que diz respeito ao conceito de cultura enfatiza-se os escritos de Ortiz (2008, p. 123) em que de acordo com ele:

> A esfera da cultura é um domínio dos símbolos, e sabemos, o símbolo tem a capacidade de apreender e relacionar as coisas. Neste sentido, o homem é um animal simbólico, e a linguagem uma das ferramentas imprescindíveis

> que define sua humanidade. Não existe, portanto, sociedade sem cultura, da mesma maneira que linguagem e sociedade são interdependentes.

Nas palavras do já citado autor, a cultura se caracteriza sendo uma dimensão constitutiva da sociedade, desta forma, pode-se conceber que desde a gênese da formação de um dado território, o fator cultural se faz presente, portanto, o seu processo histórico e geográfico contempla em si, uma variada gama de fatores que são sem via de dúvidas culturais. É preciso levar em consideração que o capital social, as relações de confiança, as sinergias em um determinado tecido territorial, podem ocorrer de forma mais intensa e maturada, quando se tem uma cultura de forma mais homogênea. Contudo, reitera-se que em territórios onde as diversidades culturais se dão de forma intensa, nestes também é possível a existência de relações sinérgicas envolvendo a confiança, a cooperação, porém, os óbices certamente serão maiores, mas podem ser superados.

O arcabouço teórico evidenciado permite afirmar, que no caso de um projeto de cunho desenvolvimentista com base em APL, a cultura, assim como o estoque de capital social, precisam ser levados em consideração, pois como foi abordado, a cultura é constitutiva de uma sociedade, sendo assim, se for negligenciada, pode certamente condicionar o êxito do desenvolvimento. Castilho; Arenhardt; Le Bourlegat (2009) salientam que a cultura atua no território como “fermento do desenvolvimento”, já que ela gera e transmite os valores de geração em geração. Sendo assim, é pertinente procurar conhecer a realidade cultural de um dado grupo social local em profundidade.

O autor Ortiz (2008, p. 124) enfatiza em seus escritos, que “a noção de desenvolvimento pertence ao domínio da racionalidade, ela implica uma dimensão da sociedade na qual é possível atuar, desta ou daquela maneira. Neste sentido, ela não é constitutiva da sociedade. Trata-se de uma concepção datada historicamente”. Portanto, o desenvolvimento muitas vezes por não ser constitutivo do processo de formação do território, ao ser proposto não pode de forma alguma desconsiderar o contexto sócio-cultural existente no tecido territorial, desta maneira, um projeto de APL ao procurar fomentar o desenvolvimento local e regional, necessariamente deve considerar às características da organização social, bem como das relações cívicas que compõe o território, pois este é “entendido como um espaço construído social e historicamente por meio da cultura, das instituições micro e meso-regionais e da política (COSTA 2010a, p. 111)”.

No caso do APL de tricot de Imbituva, a efetivação do projeto demonstra indícios de que levou em consideração o contexto sociopolítico cultural do território. No capítulo 03 desse estudo ao se discutir a pesquisa de campo realizada, far-se-á uma abordagem detalhada objetivando compreender se realmente a cultura do empresariado local fora considerada, e como atualmente vem sendo praticado o projeto que esta sendo desenvolvido no município de Imbituva.

2.4. O APL DE TRICOT EM IMBITUVA-PR E SUA INSERÇÃO NA DINÂMICA ECONÔMICA-TERRITORIAL DO MUNICÍPIO

Imbituva é considerada no contexto econômico do Estado do Paraná, como especializada no segmento industrial têxtil, sendo rotulada como "cidade das malhas", no entanto, como se enfatizou anteriormente o que prevalece é a produção de peças de roupas de tricot. No ano de 2011 o território de Imbituva ostentava uma aglomeração de 36 empresas no ramo já destacado. O segmento vinha gerando em torno de 170 empregos diretos e 120 indiretos.

Devido à existência do arranjo das empresas de tricot, o município de Imbituva recebe anualmente cerca de 40 mil pessoas, sendo que a maioria delas adentra no território com o objetivo de realizarem o “turismo de compras”. Grande parte[28] das pessoas interessadas em adquirir a produção do tricot, visita o município imbituvense durante o período da feira, um evento que é realizado anualmente, tendo início no mês de abril.

Os turistas, lojistas, que prestigiam a feira, veem de cidades paranaenses como: Guarapuava, Ponta Grossa, União da Vitória, Curitiba, Arapongas, Castro, Irati, Prudentópolis, Toledo, Pato Branco, Palmeira, Telêmaco Borba. O município também recebe turistas vindos de outros Estados como: Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina (BOBATO; SILVA JUNIOR 2009). Na tabela a seguir, explicitam-se os dados disponibilizados pelo IPARDES (2011), sendo que estes permitem a compreensão da inserção do ramo do tricot na dinâmica econômica-territorial do município em questão.

---

[28] Em observações durante pesquisas de campo, percebeu-se que muitas pessoas incluídas nos cálculos dos organizadores do evento são moradores de Imbituva, que devido à cidade ser pequena, com características interioranas sem muitas opções de festas, eventos, acabam encontrando na feira um espaço para diversão, sendo assim, muitos jovens ficam circulando dentro da feira. No entanto, não realizam compras, mas acabam fazendo parte da contagem de visitantes do evento.

TABELA 01 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS – 2010

ATIVIDADES ECONÔMICAS	ESTABELE-CIMENTOS	EMPRE-GOS
Indústria de produtos minerais não metálicos	13	117
Indústria metalúrgica	03	04
Indústria de materiais elétricos e de comunicação	01	01
Indústria de materiais elétricos e de comunicação	01	01
Indústria da madeira e do mobiliário	85	1.733
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	03	08
Indústria química, prod.farmac.,veterin., perf.,sabões,velas e mat. plást.	01	04
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	33	159
Indústria de calçados	04	1.057
Indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	12	55
Construção civil	14	28
Comércio varejista	190	767
Comércio atacadista	20	64
Instituições de crédito, seguro e de capitalização	05	28
Administradoras de imóveis, valores mobil., serv.técn.profis.,	22	81
Transporte e comunicações	15	37
Serviços de alojamento, alim., reparo, manut., radiodifusão e televisão	37	112
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	18	37
Ensino	07	88
Administração pública direta e indireta	02	749
TOTAL	486	5.130

Fonte: http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=84430&btOk=ok
Org.: BOBATO, Zaqueu Luiz, 2011.

Mediante análise dos dados acima evidenciados, percebe- se que o ramo do tricot em Imbituva contribui no processo de geração de empregos, no entanto, é a indústria madeireira, seguida da de calçados, que tem gerado a maior parte de postos de trabalho entre a população economicamente ativa da cidade. Entretanto, em geral, no âmbito do município, de acordo com dados do IBGE correspondentes ao censo (2006), tem-se um número de 5.982 pessoas que se ocupam em atividades agropecuárias. Portanto, este número revela que as atividades agrícolas têm grande relevância na dinâmica econômica e social do território imbituvense.

De acordo com informações disponibilizadas na página da prefeitura de

Imbituva, é a agricultura que responde pela grande parte do Produto Interno Bruto (PIB) do município, tendo como principais destaques os produtos agrícolas: fumo, soja, milho, cebola, batata, feijão, e trigo (ver tabela a seguir).

TABELA 02 - ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA – 2009

PRODUTOS	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (Kg/há)	VALOR (R$ 1000,00)
Alho	02	10	5.000	40
Arroz	270	486	1.800	292
Aveia	95	188	1.979	56
Batata-inglesa	323	7.856	24.322	3.928
Caqui	02	14	7.000	49
Cebola	255	5.304	20.800	4.243
Cevada	300	930	3.100	372
Erva-mate (folha verde)	320	1.280	4.000	461
Feijão	6.850	6.155	899	3.693
Fumo (em folha)	3.326	5.585	1.679	22.340
Mandioca	110	2.200	20.000	330
Milho	12.960	54.745	4.224	13.686
Pêssego	10	50	5.000	125
Soja	11.530	31.122	2.699	21.785
Tomate	05	112	22.400	112

Fonte: http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=84430&btOk=ok
Org.: BOBATO, Zaqueu Luiz, 2011.

Mediante informações disponibilizadas pelo empresariado local[29], no ano de 2009 fora comercializado em torno de 200.400 peças de roupas de tricot, sendo que a média de valor negociado por peça foi de 43 reais. Concluiu-se que no ano de 2009 o setor do tricot comercializou a produção gerando um valor total de 8.617.200 reais em peças de roupas.

Em síntese, considera-se que o segmento têxtil do tricot no município de Imbituva, tem reiterada importância, já que o mesmo gera empregos diretos e

[29] Percebeu-se que grande parte do empresariado não revela os dados de produção e comercialização de forma concreta, pois eles temem que os dados possam prejudicar a empresa. Acredita-se que os valores comercializados são maiores, assim como a média do valor das peças de roupas.

indiretos, além do mais, existem famílias que sobrevivem exclusivamente da renda proveniente do comércio de roupas confeccionadas no arranjo. Portanto, uma possível decadência do setor, certamente ocasionaria problemas para o município, pois, são cerca de 300 pessoas que direta ou indiretamente estão envolvidas no ramo obtendo renda, e colocando-as em circulação tanto em Imbituva, como na região.

CAPÍTULO 03. O APL DO TRICOT DE IMBITUVA-PR EM EVIDÊNCIA

Tendo por base pesquisas de campo realizadas no segmento do tricot no município de Imbituva, constatou-se a concentração geográfica de 36 empresas associadas à IMBITUMALHAS no ano de 2011. No que diz respeito ao ano de fundação das empresas pesquisadas, percebeu-se que grande parte delas se consolidou nas décadas de 1990 e 2000 (gráfico 01). A de se conceber que no período em que emergiu grande parte das empresas, o Brasil enfrentava a onda política neoliberal, que ocasionou abertura econômica, por conseguinte, forte concorrência com produtos têxteis vindos de outros países, com maior intensidade da China. No entanto, mesmo em meio a tal processo, as empresas do tricot de Imbituva conseguiram continuarem competitivas, reforçando o papel de resistência que se gera no território local em meio às lógicas globalizadoras.

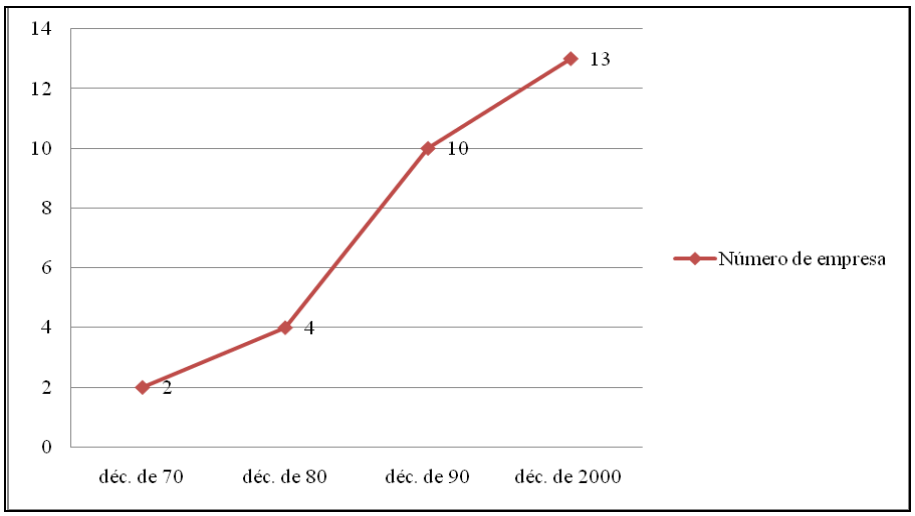


GRÁFICO 01. ANO DE FUNDAÇÃO DAS EMPRESAS PESQUISADAS
Fonte: BOBATO, Zaqueu Luiz 2011.

Percebeu-se que das 29 empresas visitadas durante as pesquisas de campo, 26 delas têm as mulheres como sendo proprietárias, e nas observações realizadas em campo, identificou-se que a maioria dos funcionários das empresas se compunha de mulheres, ficando evidenciado a importância do segmento em Imbituva, sobretudo, para a mão de obra feminina. No gráfico a seguir, tem-se a dimensão de quem administra as empresas do segmento do tricot de Imbituva.

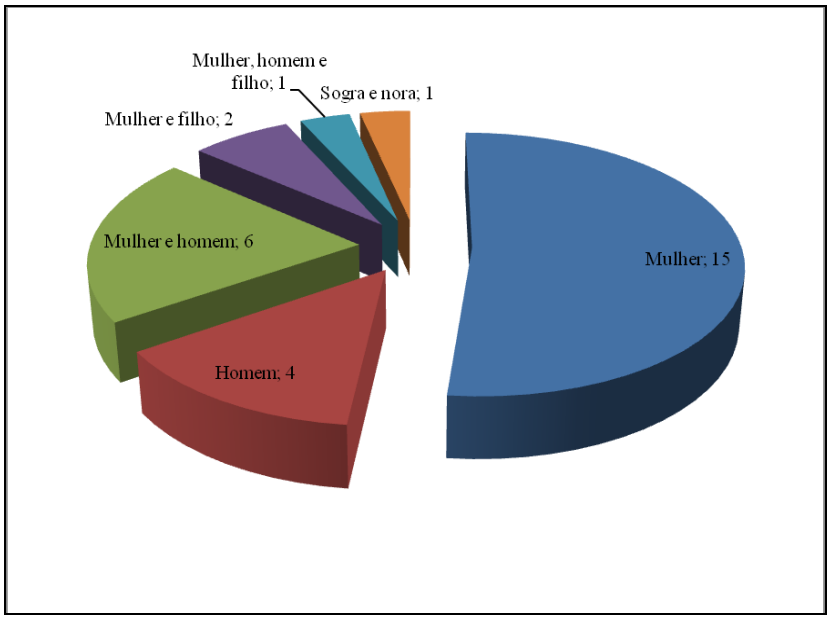


GRÁFICO 02. A ADMINISTRAÇÃO DAS EMPRESAS DO TRICOT DE IMBITUVA-PR
Fonte: BOBATO, Zaqueu Luiz 2011.

Ao procurar compreender o contexto histórico e geográfico da implantação da política de APL no ramo do tricot, fora perguntado ao empresariado local, qual motivo impulsionou-os a instalarem suas empresas no município (gráfico 03).

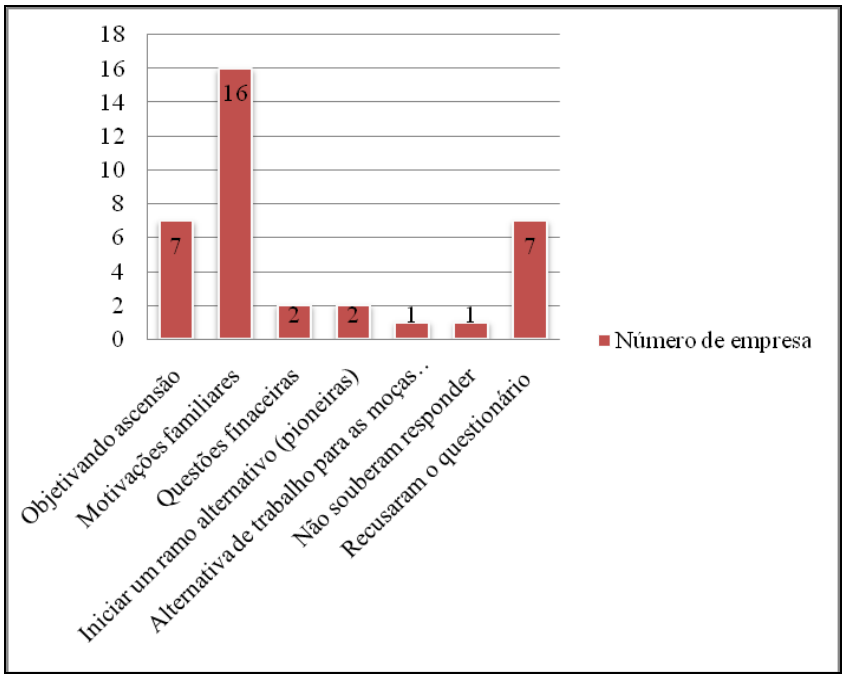


GRÁFICO 03. MOTIVOS A FIXAR EMPRESAS DE TRICOT EM IMBITUVA-PR
Fonte: BOBATO, Zaqueu Luiz 2011.

Constatou-se que das 29 empresas pesquisadas, 07 delas foram instaladas

motivadas por um desejo de ascensão, já que tinham envolvimento no ramo ao trabalharem com a produção do tricot nas empresas já existentes. Uma empresária relatou da seguinte forma: *"eu pensei, ou abro a minha, ou continuo trabalhando para os outros"*; outra comentou: *"deixei de ser funcionária e virei patroa"*; e esta ressaltou: *"acumulei aprendizado e decidi ser patroa, montei minha empresa".*

Um número de 16 donos de empresas respondeu ter instalado por uma questão familiar, pois alguém da família já tinha um envolvimento com a produção do tricot, mas sempre atraída pelas primeiras. Uma empresária diz: *"Precisava abrir um negócio para mim, então uni minha experiência, pois minha família já era do ramo com o fato de que o ramo se destaca na cidade"*. Outra salienta: *"sempre gostei de trabalhar com malhas [tricot], veio de família"*. Esta salienta: *"A mãe bordava já tinha um conhecimento, costurava para as demais, aí decidiu construir a sua para aumentar a renda da família"*. Este empresário argumenta: *"Me senti atraído pelas demais pelo fato da cidade ser um polo no segmento"*. Este: *"Chegando a Imbituva decidi abrir uma empresa impulsionado pelas outras"*. Dois empresários responderam que abriram suas empresas por uma questão financeira, objetivando melhorar a renda, pois o setor era lucrativo, e também por serem atraídas pelas demais. Duas empresas se originaram sendo as pioneiras que começaram em "fundo de quintal".

Ariel Neiverth conta que sua empresa no APL é continuidade do sonho de sua mãe, a empresa foi uma das pioneiras do segmento, quando na década de 1980, sua mãe quis abrir um negócio de "fundo de quintal". Na época Ariel trabalhava em uma agência bancária, decidiu sair do emprego e com os direitos trabalhistas que recebeu, ajudou a realizar o sonho da sua mãe, sendo assim, investiu na construção da empresa, passando a comandar o negócio da família.

Uma empresária relatou que: *"Na família havia muitas filhas moças, a mão de obra feminina na família era abundante"*. Chamou a atenção neste relato da empresária, que ela na pesquisa de campo se expressou como se trabalhar com tricot, fosse uma atividade até hoje exclusiva de mulher. Fora comum presenciar em relatos essa visão de que trabalhar com o tricot é tarefa mais para mulheres. Ressalta-se que uma empresária não soube (quis), explicitar o porquê da abertura de sua empresa, e 07 proprietários recusaram responder o questionário.

3.1. ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE APL EM IMBITUVA

O projeto de APL adentrou no setor do tricot de Imbituva no ano de 2005 por meio da SEPL e do IPARDES. No entanto, desde outubro de 2004 o empresariado já vinha se organizando com o apoio do SEBRAE nos moldes de APL, porém, tal forma de organização se consolidou efetivamente, dados os estudos contidos no relatório de "Identificação, Caracterização, Construção de Tipologia e Apoio na Formulação de Políticas para os Arranjos Produtivos Locais do Estado do Paraná", divulgado em maio do ano de 2005 pelo IPARDES. No mês de maio de 2006, fora divulgado os resultados do estudo de caso feito no APL do tricot imbituvense, sendo assim, o IPARDES (2006b) ao estudar a concentração geográfica e espacial das empresas de tricot passa a caracterizar o município como sendo sede de um importante APL.

No que tange ao projeto, cabe ressaltar que o mesmo inseriu-se no segmento por meio de políticas públicas, já que o Estado do Paraná, a partir das experiências tidas pelo órgão privado SEBRAE nacional, em parceria estratégica com a RedeSist, que desde o ano de 2000 vinha fomentando iniciativas de apoio aos pequenos negócios existentes no país a partir do conhecimento acerca do sucesso de experiências em países europeus, formalizou no ano de 2004 a "Rede Paranaense de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais – Rede APL Paraná", a qual congregou órgãos públicos e instituições, visando o apoio aos APLs no Estado.

A rede paranaense de fomento aos APLs[30] passou inclusive a vincular o SEBRAE a fim de dar assistência aos arranjos que seriam no futuro consolidados. Após a formação da rede, a perspectiva de APL torna-se "política pública" no Estado do Paraná, passando inclusive a constar no plano plurianual 2004/2007. No plano realizado, o governo do Estado do Paraná delineou como eixos estruturantes de sua atuação, o desenvolvimento sustentável, e a inclusão social, desta forma, os APLs adquiriram notória importância.

Apesar da iniciativa de APL ter sido promovida por um órgão privado, no

[30] A rede fora formada pelas seguintes instituições: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL); Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI); Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul (SEIM); Agência de Fomento do Paraná (AFPR); Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES); Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR); Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES); Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE); Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Sistema da Federação de Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), representado pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL-PR) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Banco do Brasil (BB); Bradesco; Curitiba S.A.; e Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP).

caso o SEBRAE, se concebe o modelo como uma política pública que passou a ser disseminada pelo governo do Estado do Paraná. Entende-se que políticas públicas é um conjunto de ações e decisões que emanam de um governo, seja nacional, estadual ou municipal, e que são voltadas para a solução de problemas da sociedade.

Para Teixeira (2002, p. 02) políticas públicas são:

> diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

Corroborando-se com o autor, acredita-se que as políticas públicas traduzem no seu processo de elaboração e implantação, assim como nos resultados obtidos, formas de exercício do poder político. Tais formas envolvem:

> a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais. Como o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia (TEIXEIRA 2002, p. 02).

De acordo com o autor acima citado elaborar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem. No seu pensar são definições que se relacionam com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente. Portanto, nas políticas públicas “é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público (TEIXEIRA 2002, p. 02)”.

A política pública de APL inserida no ramo do tricot de Imbituva possui características da perspectiva renovada do desenvolvimento, e esta preza pelo envolvimento dos agentes a serem beneficiados. Assim sendo, procurou-se compreender junto aos proprietários das empresas de tricot, se o projeto APL ao ser implantado levou em consideração as ideias, opiniões dos mesmos (quadro 02). Constatou-se que a maioria dos empresários afirmou que o projeto levou em conta

as suas ideias, as especificidades do local, no entanto, um participante da pesquisa demonstrou insatisfação para com o projeto.

Observou-se nos relatos dos empresários que quando a ideia do projeto de APL chegou até o ramo, todos ficaram animados, já que os comentários em torno do que o projeto poderia gerar para o segmento, eram interessantes. Mas com o passar dos anos, muitas das ideias iniciais não se concretizaram, desta forma, grande parte dos empresários desanimou, deixando de dar grande importância ao APL.

EMPRESA 01	Não sei ainda não tinha a empresa
EMPRESA 02	Sim
EMPRESA 03	Sim, a gente pedia e eles levavam em conta, nós conseguimos um APL.
EMPRESA 04	Sim, foi adaptado as nossas necessidades
EMPRESA 05	Sim levou, eram discutidas quais as necessidades e eles trabalhavam em cima disso, por exemplo, o portal agente conseguiu
EMPRESA 06	A comissão se reuniu, as ideias partiam dos empresários. Grupos de empresários se reuniam e projetavam uma ação. O que era viável foi posto em prática.
EMPRESA 07	Não sei, não participei muito.
EMPRESA 08	Sim
EMPRESA 09	Sim
EMPRESA 10	Houve trocas de ideias, levantamentos de dados, opiniões dos empresários verificando as necessidades dos cursos, as deficiências.
EMPRESA 11	Sim
EMPRESA 12	Sim
EMPRESA 13	Sim
EMPRESA 14	Sim, muitas reuniões vendo o que precisava
EMPRESA 15	Sim, foi conversado acerca das necessidades do setor
EMPRESA 16	Sim, sempre primou por nossas ideias
EMPRESA 17	Acho que sim
EMPRESA 18	Sim
EMPRESA 19	Sim
EMPRESA 20	Não sei
EMPRESA 21	Recusou a visita e o questionário
EMPRESA 22	Não muito. A expectativa era que o projeto auxiliasse nas vendas, pois tendo venda tudo flui normalmente.
EMPRESA 23	Recusou a visita e o questionário
EMPRESA 24	Sim
EMPRESA 25	Acredito que sim
EMPRESA 26	Recusou a visita e o questionário
EMPRESA 27	Recusou a visita e o questionário
EMPRESA 28	Sim, pois quando teve a implantação todos foram convidados a participar de uma reunião de planejamento, onde os grupos podiam expor suas ideias, até hoje são feitas reuniões anuais para o planejamento de ações. Mas infelizmente nem todos participam aí ficam de fora e depois reclamam e não ajudam na formação das ideias e muito menos contribuem para o desenvolvimento, chegam a esperar para ver o que dá certo para daí participarem.
EMPRESA 29	Não sei não tinha a empresa ainda
EMPRESA 30	Recusou a visita e o questionário
EMPRESA 31	Sim
EMPRESA 32	Sim
EMPRESA 33	Recusou a visita e o questionário

EMPRESA 34	Sim
EMPRESA 35	Sim, somente os projetos dos empresários
EMPRESA 36	Recusou a visita e o questionário

QUADRO 02. A PARTICIPAÇÃO DO EMPRESARIADO NA CONCEPÇÃO DA PROPOSTA DE APL
Fonte: BOBATO, Zaqueu Luiz 2011.

No que diz respeito à exposição de ideias, opiniões, para o desenvolvimento do projeto quando fora implantado em Imbituva (gráfico 04), constatou-se que dos 29 empresários pesquisados, 15 afirmaram terem expostos suas ideias, sendo que elas foram ouvidas pelos responsáveis. Dois empresários disseram que expuseram as ideias, porém, elas não foram levadas em consideração pelos representantes. Um número expressivo de empresários (07), disseram não terem expostas suas ideias, e 05 afirmaram não terem participado da reunião.

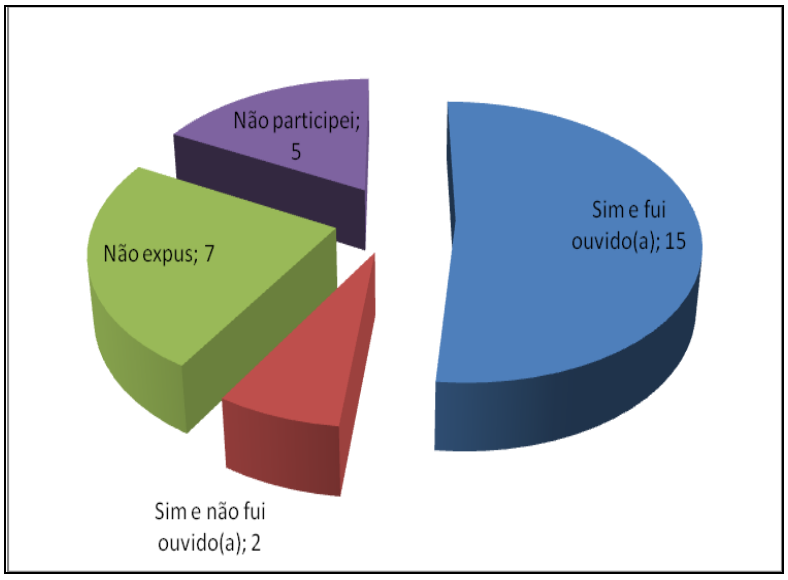


GRÁFICO 04. AS OPINIÕES DOS EMPRESÁRIOS NA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO APL EM IMBITUVA-PR
Fonte: BOBATO, Zaqueu Luiz 2011.

Salienta-se que a presente pesquisa constatou que um dos problemas relacionados à falta de cooperação e apoio ao projeto, já se origina na implantação do APL, pois os empresários que não tiveram suas ideias acatadas, e, os demais que não se sentiram a vontade para opinarem, e os que não participaram, vêm resistindo em aderirem ao projeto, porém, mesmo não muito empolgados, fazem parte do APL. A “mágoa” desses empresários é perceptível quando falam sobre o APL. Vê-se que eles não aceitam muito as ideias que vem através do projeto, e

dizem não entender o que é de fato um APL.

Em conversa com um representante do projeto na época do seu surgimento, este ressalta: *"Grupos de empresários se reuniam e projetavam ações, e as que eram viáveis eram postas em práticas".* Compreendeu-se que a comissão responsável pelo projeto se reuniu, e que várias ideias partiram dos empresários. Salienta-se que apesar da maioria ter dito que participou da elaboração do projeto dando opiniões, quatro (04) deles, após terminado o questionário, teceram os comentários que se segue: (participante) 01 *"No projeto APL muito se falou e ainda se fala, mas na realidade na prática muito pouco".*

Quando instigado a falar acerca da implantação do projeto na fase de concepção se houve o envolvimento do empresariado opinando, trocando informações, sugerindo ações, obteve-se a seguinte fala do participante de número1*: "A sim, reunião era o que não faltava, nós opinamos sim, mais é claro que os consultores, os responsáveis pelo projeto vindo do Estado, do SEBRAE, eles não utilizavam 100% das opiniões, eles adaptavam ao projeto que na verdade eles estavam propondo. Agente atende os consultores, mas eles geralmente vinham, e ainda veem de Curitiba, são de região metropolitana, não entendem o que queremos e precisamos. Eu particularmente ouço dizer por aí que o projeto APL de Imbituva é um dos melhores, é claro que o pessoal que vem até aqui representando o Estado, o SEBRAE, eles não vão dizer que as coisas não estão indo muito bem. Isso por que trabalham recebendo muito bem para ficarem umas duas horas dentro de uma empresa dando opiniões, falando o que precisa ser feito, porém, não é bem assim, temos nossas realidades".*

Com relação à compreensão sobre o projeto o participante de número 01enfatiza que: *"para falar a verdade, mesmo eu que participo das reuniões não sei o que é realmente APL, sei que significa Arranjo Produtivo Local. Agora se perguntar para as pessoas em Imbituva se sabem o que é esse projeto, certamente não responderão. Inclusive eu me lembro que há pouco tempo fomos a uma reunião na câmara dos vereadores para assistir a reunião, pois estava tramitando uns projetos para o setor. Lembro-me que quando foi mencionado o APL, os vereadores não faziam ideia do que era".*

Ainda de acordo com o participante da pesquisa de número 01: *"o APL é muito confuso, muita reunião, gente que discursa, porém, pouco se faz os problemas que sempre tivemos mesmo antes do projeto, ainda existem. Sempre falamos que*

precisamos conquistar novos mercados, exportar, mais até agora nada. Quando surgiu o APL, o SEBRAE, os representantes do Estado, comentavam que iríamos exportar, que teríamos alternativas para comercializar nossa produção, não ficando apenas com as vendas no período do inverno, porém, não teve avanço, e hoje, praticamente nem falam mais. As reuniões do APL não conseguem mais atrair os donos de empresas, pois na verdade, a responsabilidade fica totalmente por nossa conta. Eles colocam as ações algumas não tem nada a ver, e aí quem fica com a ação é obrigado a cumprir".

No que diz respeito à cooperação o referido participante elucida: *"a cooperação no ramo existe mais não é muito grande. Na verdade quando grande parte fala que coopera é por que já está habituado com as respostas que sempre se pergunta em pesquisas. Nas reuniões os representantes do SEBRAE falam muito em cooperar, aí agente diz que coopera. Se você viesse fazer perguntas aqui há quatro anos, pode ter certeza que as respostas seriam bem diferentes, pois antes tínhamos medo de falar do APL, agora sabemos que na verdade é política. As coisas não são tão fáceis como se acreditava. Esse projeto ainda esta continuando por que tem uns dois ou três que lutam e acreditam, mais a maioria não quer saber. Talvez por isso que não esta dando muito certo. O setor madeireiro aqui de Imbituva, este sim tinha que ter um projeto desse, pois eles cooperam, até exportam tem força juntos.*

De acordo com o participante de número 02, este relata que durante uma visita de um consultor do SEBRAE na sua empresa, que durou cerca de duas horas, tal consultor comentou que a empresa aparentava aspectos de desordem, resultando em má impressão para quem ali chegasse. O consultor sugeriu que a empresa que estava sendo alvo da consultoria, não participasse expondo sua produção durante a temporada do centro comercial (que se realizaria em meados de 2011). A proprietária da empresa relata: *"o consultor tentou me convencer em não participar, falou que eu não tinha estrutura e bons modelos de peças para expor".* A empresária salienta que tentou argumentar ao consultor, falando da experiência que ela teve no ano anterior (2010), já que não participou do centro comercial junto às demais empresas. Ela afirma ter dito ao consultor que não expôs sua produção no centro em 2010, achando que os lojistas viriam até a sua loja. Ela comenta *"eu me senti prejudicada no ano passado (2010) em não ir ao centro, pois não apareceu ninguém na minha loja, nenhum lojista veio aqui, porém, se eu tivesse lá expondo*

junto às demais, certamente teria vendido, e não teria levado prejuízo". Ela comenta que após a experiência vivenciada, vai participar com os demais empresários no espaço do centro comercial. A dona da empresa clarifica: *"o consultor falou para mim este ano [2011] organizar minha loja e ficar aqui, porém, eu não quero ficar, sei que não é bom",* e acrescenta *"eu teimei com ele e vou sim participar"*. O relato nos faz pensar que o êxito de um projeto se dá a partir do momento em que o pensamento dos agentes locais não é ignorado. Ideias de cima para baixo dificilmente serão bem sucedidas quando se tenta desenvolver um projeto que tem por características valorizar o potencial endógeno, as vocações que afloram do local.

No caso do relato do participante de número 03, percebeu-se um descontentamento quando fora perguntado se suas opiniões foram consideradas nas reuniões, a empresária diz: *"As opiniões da gente não se leva muito em conta, na verdade fica a cargo da coordenação, eles aceitam mais o que falam os coordenadores do APL daqui de Imbituva".*

Já a fala do participante de número 04, permitiu compreender que alguns empresários deixaram de participar nas reuniões, e até mesmo de acreditarem no potencial do projeto APL, a partir do momento que não se concretizou as promessas existentes no projeto ao ser implantado. Os relatos a seguir corroboram com o que fora exposto pelo participante de número 04, pois de acordo com alguns donos de empresa: *"O Estado, o SEBRAE, prometeram que iríamos exportar o tricot, porém isso não aconteceu"; / "Foi propaganda enganosa, até agora nada"; / "O que mais precisamos não acontece, que seria exportar, pois produzimos e vendemos apenas no inverno e depois paramos";* / "*Falaram de exportar, porém se passaram anos e hoje nem falam mais, isso desanima, na verdade eu nem estou participando mais".*

Percebeu-se que um grande equívoco que ocorreu quando fora implantado o projeto, foi o de cunhar na mente do empresariado local, que o APL seria como afirmou uma empresária, a "salvação" do ramo. Isso encaminha a pensar acerca dos diagnósticos, pois, será que os responsáveis pelo projeto não perceberam que o setor ainda não teria a estrutura necessária para conquistar outras escalas de comercialização? A de se considerar que um grande descontentamento junto ao projeto, poderia ter sido evitado já na sua fase inicial, se não houvesse deixado brechas para que o empresariado se "iludisse" com exportação em curto prazo. Fala-se isso, porque realmente é impressionante perceber nas falas dos proprietários das empresas o desânimo, e até mesmo o descrédito junto ao projeto, por ter ficado

meramente no plano do discurso as questões relacionadas a exportação.

O participante de número 04 diz: "*Grande parte se iludiu, é claro que no momento de implantação do projeto os representantes fizeram a propaganda, pois nós sobrevivemos do tricot, eles também têm o ramo deles, ou seja, trabalham para o Estado, para órgãos privados, e devem de ganhar muito bem, então defendem o deles".* A fala do empresário é riquíssima, pois dá a compreender que no momento da implantação do projeto, procurou-se convencer o empresariado que o projeto seria bom, obviamente, como grande parte dos donos de empresas relatou achar ser necessário exportar, os responsáveis pegaram essa ideia de exportação para poderem implantar o projeto, já que elevou os ânimos do empresariado, tornando-os mais propensos a adesão. No entanto, viu-se que uma vez falado não se esquece, e a cobrança pela proposta persiste, mas como isso não se concretizou, muitos estão desanimando, e isso se presenciou nas entrevistas realizadas junto a eles.

Ao serem indagados sobre as reuniões que ocorreram para a implantação do APL, se houve casos de debates, ideias, opiniões, que geraram desavenças entre eles (quadro 03), concluiu-se que os empresários não evidenciaram divergências de ideias a ponto de gerar intrigas entre os mesmos. Todavia, em entrevista obteve-se o seguinte relato: *"Recentemente houve a ideia de realizar um desfile durante o evento da Feira, que ocorrerá no mês de abril [2011]. Para este desfile o SENAI por meio de iniciativas junto ao projeto APL, se dispôs a promover um núcleo de estilismo, onde profissionais do próprio SENAI farão um planejamento de coleção, realizando desenhos para em seguida, nos passarem a fim de podermos confeccionar as peças de roupas. Isso é ótimo, é algo que contribui para o setor, pena que está sendo difícil de obter um consenso".*

Em outra entrevista obteve-se a seguinte informação: *"Durante os debates nas reuniões, o que prevalece é o consenso. As ideias são debatidas e precisam ser provadas, no momento em que todos concordam e acham que aquilo que esta sendo provado é bom para o setor, aí sim é posto em prática".*

Isso chamou a atenção, já que em conversas com outras pessoas portadoras de empresas e participantes do projeto, estas se queixaram das divergências de ideias que ocorriam nas reuniões, afirmando que as opiniões iam sendo aprovadas de forma contrária aos interesses, principalmente das empresas menores e iniciantes. Por trás de tais relatos que se caracterizam contrários, constatou-se certo conflito no sentido de compreensão dos objetivos da associação

das malharias, assim como do próprio projeto APL, que não está claro para a maioria do empresariado local. Ora, se no final das reuniões o que prevalece é o consenso, os relatos do empresariado não deveriam abarcar contradições, entretanto, devido a esses ocorridos, pensa-se que o que existe são interpretações que prezam pela individualidade tanto das pequenas, como das grandes empresas dentro do APL em questão. É como se cada um pensasse em si, não se importando com a coletividade. Mesmo que se chega a um consenso, este nada mais é do que forçado, como comentou uma empresária: *"Para a reunião terminar e não ficarmos o dia todo, ou, a noite toda, alguém precisa ceder não é?".*

EMPRESA 01	Não, não teve
EMPRESA 02	Sim
EMPRESA 03	Não sei
EMPRESA 04	Sim às vezes, mas nada fora do normal
EMPRESA 05	Não
EMPRESA 06	Sim, por questões do centro comercial é difícil contentar todos
EMPRESA 07	Sim
EMPRESA 08	Não ao ponto de brigas, só tem divergências de opiniões
EMPRESA 09	Não
EMPRESA 10	Não presenciei
EMPRESA 11	Não
EMPRESA 12	Houve discussões de ideias, não a ponto de ficar inimigos
EMPRESA 13	Sim
EMPRESA 14	Não, discussões creio que para melhorar o setor
EMPRESA 15	Não
EMPRESA 16	Não de maneira alguma, o sim, e o não, nunca ganha, tudo é sempre por consenso. Uma ideia precisa ser aprovada por todos
EMPRESA 17	Trocam as ideias daí sempre tem discussões, um quer, outro não
EMPRESA 18	Sempre tem divergências
EMPRESA 19	Não
EMPRESA 20	Sim
EMPRESA 21	Recusou a visita e o questionário
EMPRESA 22	Não lá
EMPRESA 23	Recusou a visita e o questionário
EMPRESA 24	Não
EMPRESA 25	Não
EMPRESA 26	Recusou a visita e o questionário
EMPRESA 27	Recusou a visita e o questionário
EMPRESA 28	Sempre há debates, ideias, que podem gerar desenvolvimento e podem ser levadas adiante. Porém, tem ideias que não se pode levar em consideração e muitos aí saem reclamando, mas sempre é tentado resolver e amenizar deixando todos cientes dos assuntos eleitos
EMPRESA 29	Não
EMPRESA 30	Recusou a visita e o questionário
EMPRESA 31	Sempre há, nem todos pensam da mesma forma, mas tudo sempre é resolvido com bom senso
EMPRESA 32	Sempre há polêmicas quando se reúnem grupos de pessoas
EMPRESA 33	Recusou a visita e o questionário
EMPRESA 34	Não
EMPRESA 35	Sim, como em toda comunidade de pessoas
EMPRESA 36	Recusou a visita e o questionário

QUADRO 03. AS REUNIÕES DO APL
Fonte: BOBATO, Zaqueu Luiz 2011.

Também foi perguntado se na opinião do empresariado local o projeto APL desde a sua implantação, teria ou não, contribuído para o desenvolvimento do ramo (quadro 04).

EMPRESA 01	Deu mais ânimo, incentiva os empresários a realizarem seus sonhos. O setor estava fraco e o projeto deu impulso. Foi bom para a cidade, a placa, o portal construído, divulgou a cidade.
EMPRESA 02	Sim, porque tendo o apoio do SEBRAE estamos crescendo e aparecendo mais na mídia
EMPRESA 03	Sim bastante dadas as novas conquistas o apoio do SEBRAE, SENAI, FIEP. Participamos em desfiles de moda, às vezes vem estilista aqui, aí ficamos por dentro das tendências da moda.
EMPRESA 04	Sim, pelas parcerias, patrocínios para a feira a divulgação da cidade. Os empresários viajam para várias cidades até mesmo fora do estado para conhecerem novas tecnologias e mercados.
EMPRESA 05	Sim, propaganda na TV educativa contribuiu muito, os lojistas vieram e comentaram. As viagens para Minas, Rio Grande do Sul, Cia Norte para ver como funciona.
EMPRESA 06	Sim, qualificação, linhas de crédito, viagens. Luta-se agora para trazer uma escola técnica para qualificar a mão de obra do ramo. Temos convênio com o SENAI o que baixou o custo para exames de funcionários, temos desconto em farmácia com o cartão, temos convênio com a Condente tanto os funcionários como os empresários.
EMPRESA 07	Não percebi nada
EMPRESA 08	Não, um pouco
EMPRESA 09	Sim, a cidade ficou mais conhecida, tivemos mais patrocínio etc.
EMPRESA 10	Tem, devido às melhorias, o centro comercial deu resultados, as trocas de ideias, as viagens pelo SEBRAE. Fomos para Blumenau, Minas Gerais e a meta agora é ir para a Itália.
EMPRESA 11	Sim, pela associação e pelas várias ações pelo APL
EMPRESA 12	Muito, devido às parcerias que conseguimos e através delas obtivemos cursos, inclusive beneficiando a sociedade. O curso de empreendedor individual foi aberto à sociedade no salão da Igreja Luterana em novembro de 2010, teve palestras com o representante do SEBRAE.
EMPRESA 13	Sim pelo APL o Estado passa a dar apoio, financiamento.
EMPRESA 14	Sim, cursos de profissionalização, melhorou a união.
EMPRESA 15	Sim, pelos cursos, viagens em parceria com o SEBRAE, fomos a Minas Gerais para ver como eles se organizam.
EMPRESA 16	Sim, o projeto APL pegou as malharias em uma fase que precisávamos de ajuda, o mercado globalizado é exigente, as empresas o setor precisam se modernizar, as empresas que fazem isso são as sólidas.
EMPRESA 17	Sim
EMPRESA 18	Sim, geração de empregos, mais interesse das pessoas em trabalhar com as malhas.
EMPRESA 19	Muito tímido, pouca prática.
EMPRESA 20	Não participo muito.
EMPRESA 21	Recusou a visita e o questionário.
EMPRESA 22	Não, virou em muitas reuniões e pouco se efetivou. Talvez por nossa culpa, pois nós não nos unimos. Eu me culpo.
EMPRESA 23	Recusou a visita e o questionário.
EMPRESA 24	Sim, devido às linhas de crédito, as ideias novas que geram em benefícios. O que vem é bom.

EMPRESA 25	Sim, não posso dizer muita coisa sobre o APL, pois entrei faz pouco tempo menos de um ano, então não estou muito entrosada ainda. Só posso falar do centro comercial que diz ser um projeto do APL, mas todas as iniciativas partiram dos empresários das malharias.
EMPRESA 26	Recusou a visita e o questionário.
EMPRESA 27	Recusou a visita e o questionário.
EMPRESA 28	Sim porque gerou muitas parcerias, foi criada a central de negócios, compra conjunta com fretes conjuntos assim rateando os mesmos com fretes menores. Desenvolvimento na divulgação, pois a FIEP tem ligação direta com as secretarias do Estado da indústria e comércio; convênio com o correio, banco do Brasil, banco Sicredi, etc..
EMPRESA 29	Não sei
EMPRESA 30	Recusou a visita e o questionário.
EMPRESA 31	Sim, o ramo ganhou forças e incentivo através da união.
EMPRESA 32	Sim.
EMPRESA 33	Recusou a visita e o questionário.
EMPRESA 34	Sim, porque houve mais união do setor e busca por inovação e novos cursos.
EMPRESA 35	Sim e muito, porque a união faz a força.
EMPRESA 36	Recusou a visita e o questionário.

QUADRO 04. AS CONTRIBUIÇÕES DO MODELO APL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL
Fonte: BOBATO, Zaqueu Luiz 2011.

Compreendeu-se perante as respostas dos empresários, que o projeto possibilitou significativas contribuições no sentido de dar maior impulso ao desenvolvimento do arranjo do tricot. Portanto, apesar das divergências que se tem entre o empresariado, muita coisa se conseguiu. Sendo assim, pensa-se que se o empresariado se conscientizasse da importância do projeto, e realmente se unisse, o ramo poderia conquistar muitos benefícios, refletindo ganhos para a coletividade do setor.

Nas palavras de um empresário: *"O projeto APL implantado no ramo, se caracterizou para nós como uma alternativa ao fortalecimento das nossas empresas".* Outro salienta: *"O projeto APL pegou as empresas em uma fase em que precisávamos de ajuda. O mercado globalizado é exigente, sendo assim, as empresas do setor precisavam e precisam se modernizarem".* Uma determinada empresária diz: *"Minha empresa está fechando, pois, ou a gente investe pesado, ou para, além do mais, um dos motivos que está levando ao fechamento, se dá devido a falta de união existente no APL, principalmente para comprar matéria prima".* A empresária diz que como sua empresa é pequena, fica muito difícil de conseguir efetuar compras a preços satisfatórios, porém, se houvesse uma união verdadeira entre o empresariado tudo seria mais fácil. A empresária salienta: *"As maiores empresas não estão nem aí, elas não precisam se juntar com as demais para conseguirem melhores preços, pois conseguem sozinhas, dadas as grande*

quantidades de matérias primas que necessitam".

Ao se deparar com o fato de que 03 empresas estavam pensando em desistir do ramo, fez-se uma pergunta para um dos membros da comissão do projeto APL no município, sendo esta: (está ocorrendo uma decadência do setor, já que se presencia uma paulatina queda no número de empresas especializadas no segmento do tricot na cidade?), e o entrevistando responde da seguinte forma: "A*s empresas que continuam são as sólidas, não há decadência".* Na visão do empresário, o setor não está diminuindo, muito pelo contrário, ele argumenta que o setor está inovando tendo mais qualidade, e sendo assim, somente os empresários que possuem visão de mercado, e realmente investem, é que continuarão. Nas suas palavras: *"Não há problemas, acredito que no futuro vai restar umas 20 ou 25 empresas, é uma média, porém, são as empresas sólidas, de pessoas que realmente sobrevivem do ramo e querem investir".*

É inegável que pelas respostas do empresariado, as conquistas vêm ocorrendo através do projeto, mas as rivalidades têm impedido que muitos benefícios atinjam o arranjo. Acredita-se que algo precisa ser sanado, principalmente no que se relaciona aos reais objetivos do projeto de APL que fora implantado em Imbituva. Primeiramente, vê-se que é necessário deixar claro o que é a proposta de um APL, e quais os compromissos do empresariado diante do projeto.

3.2. A GERAÇÃO DE EMPREGOS NO APL DE TRICOT DE IMBITUVA-PR

A pesquisa de campo revelou que o setor do tricot tem gerado em torno de 160 empregos permanentes, e um número de 109 empregos temporários, no entanto, como sete empresas não disponibilizaram tempo para o questionário, não se pode obter o total dos vínculos empregatícios gerados (gráfico 05). É preciso ter em mente que as pessoas que sobrevivem com a renda obtida através do ramo do tricot, ultrapassam os números evidenciados pelos vínculos de empregos diretos e indiretos, pois quando foi perguntado se os donos (as) de empresas eram casados (as) ou viviam juntos (as), constatou-se que todos os 29 pesquisados estavam casados, sendo que 28 deles afirmaram possuírem filhos que fazem uso da renda proveniente do setor. Assim sendo, identificou-se que um total de mais 65 pessoas (filhos do empresariado local), tem o APL como fonte de renda para poderem sobreviver, estudar, divertir-se, etc.

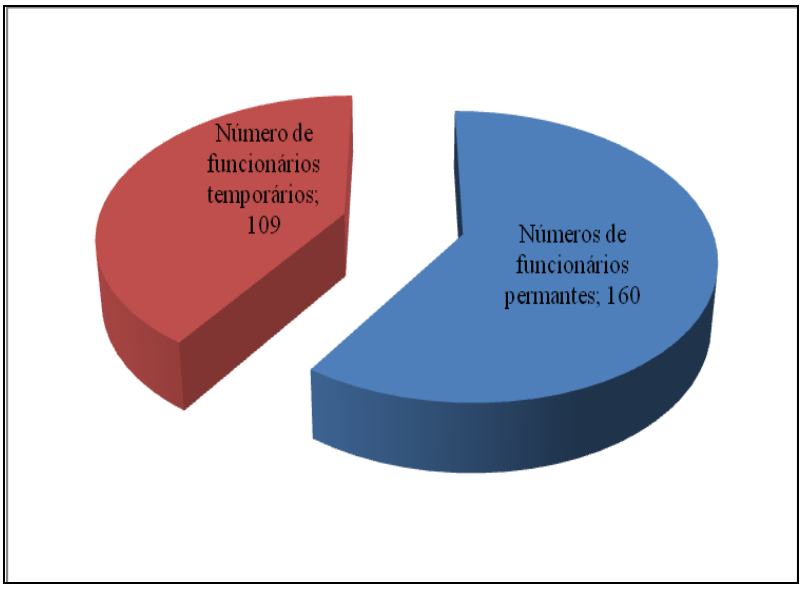


GRÁFICO 05. EMPREGOS GERADOS NO SETOR DO TRICOT DE IMBITUVA-PR
Fonte: BOBATO, Zaqueu Luiz 2011.

Perguntou-se para os pesquisados, se a sobrevivência da família se dava somente através da renda proveniente do ramo (gráfico 06).

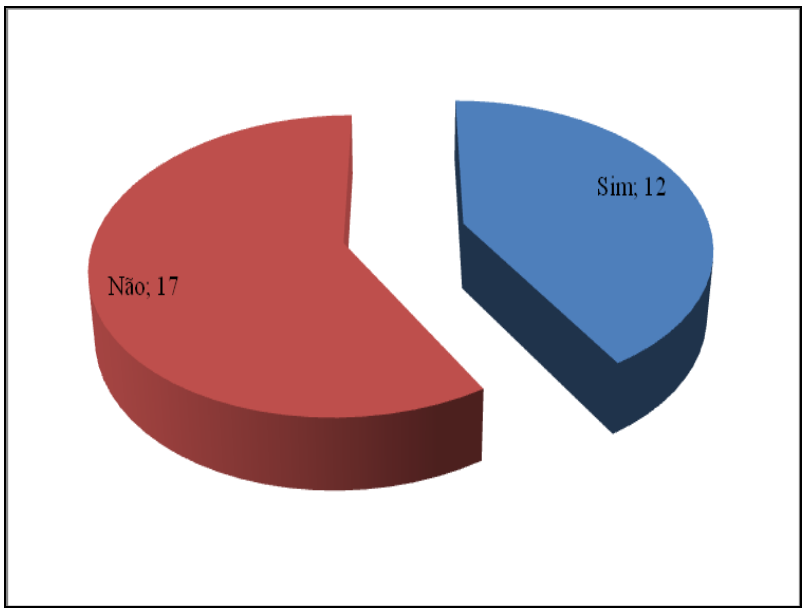


GRÁFICO 06. RENDA FAMILIAR DO EMPRESARIADO
Fonte: BOBATO, Zaqueu Luiz 2011.

Percebeu-se que a maioria do empresariado possui outra fonte de renda para o sustento da família, sendo que a outra profissão é exercida em grande parte pelo esposo e filhos (gráfico 07).

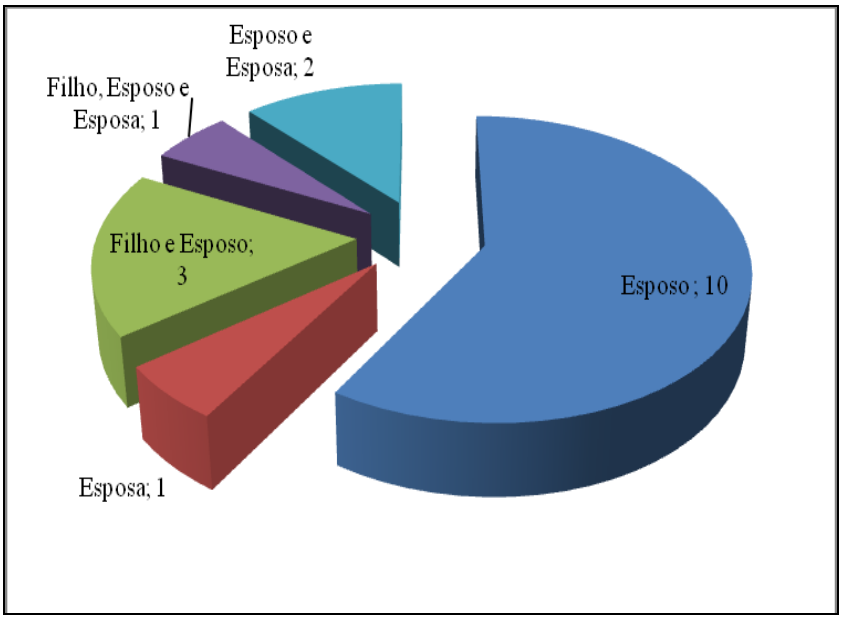


GRÁFICO 07. PESSOAS ENVOLVIDAS NA GERÊNCIA DAS EMPRESAS
Fonte: BOBATO, Zaqueu Luiz 2011.

São as mulheres que se dedicam em grande parte na administração das empresas do tricot, já os esposos e filhos se envolvem em outras atividades, a fim de complementar a renda familiar.

Também se questionou os pesquisados, se a renda obtida fora do segmento seria mais viável do que a obtida com a empresa de tricot (gráfico 08).

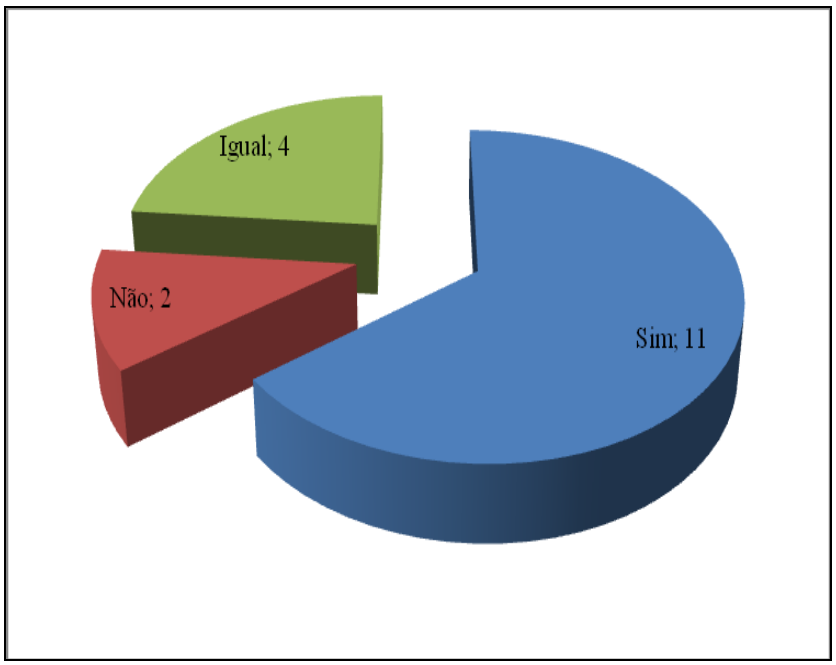


GRÁFICO 08. RENDA COMPLEMENTAR AO SETOR DO TRICOT
Fonte: BOBATO, Zaqueu Luiz 2011.

Nas respostas evidenciadas pelos pesquisados constatou-se que 11 deles disseram que os lucros fora do setor eram melhores, e 02 disseram não ser viável, já 04 donos de empresas afirmaram ser igual. Contudo, percebeu-se certo grau de desconfiança dos empresários em revelarem a resposta da pergunta.

3.3. A ESCOLARIDADE DO EMPRESARIADO DO APL IMBITUVENSE

No que diz respeito ao grau de escolaridade do empresariado local (gráfico 09), constatou-se que a maioria possui o ensino médio, já no que tange a cursos de especialização, sobretudo na área relacionada ao segmento como: moda, estilismo, corte e costura etc., viu-se o pouco empenho dos empresários. Apenas uma proprietária de empresa afirmou ter se especializado em técnicas de administração e produção de moda.

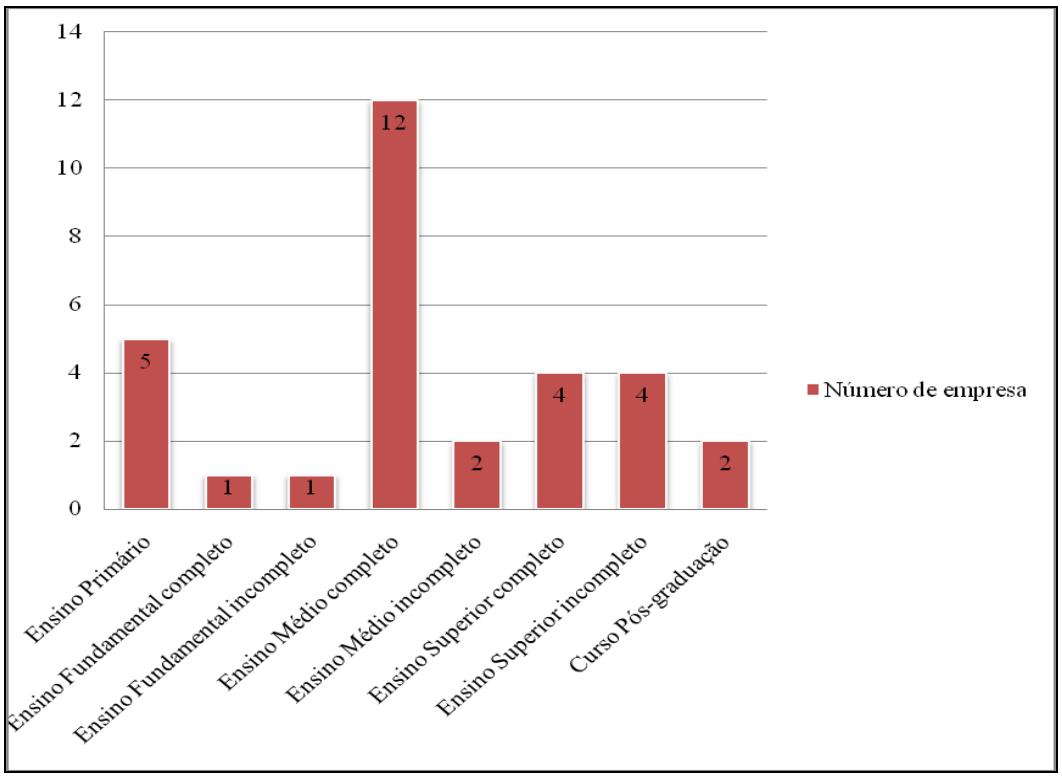


GRÁFICO 09. ESCOLARIDADE DO EMPRESARIADO DO SETOR DO TRICOT DE IMBITUVA-PR
Fonte: BOBATO, Zaqueu Luiz 2011.

3.4. A BUSCA POR INOVAÇÕES NO APL DE TRICOT

A competitividade em meio aos processos de globalização da economia

impulsiona empresas nos mais longínquos lugares do espaço geográfico, a investirem em tecnologias que permitam produzir de forma inovada e com alta qualidade. No entanto, não são todos que conseguem aderir às lógicas do sistema capitalista vigente, sendo assim, as disparidades no ambiente econômico se aprofundam. É de grande importância para as empresas buscarem mecanismos de inovação para uma melhor comercialização de seus produtos.

Destaca-se que um APL necessita, além de formas de cooperação, interação, governança, possuir um papel inovador, para tanto, os membros do arranjo precisam constantemente estar a par das tendências tecnológicas que permitem a produção das especializações do local. No caso do APL do tricot de Imbituva, as empresas que não vem conseguindo aderir às máquinas programadas por computador, na maioria, de origens italianas, veem tendo dificuldades em se manterem no ramo. Houve empresas que fecharam por não terem acesso constante a inovação.

No gráfico a seguir, tem-se a dimensão do número de empresas entre as pesquisadas, que possuem equipamentos automáticos tidos como inovadores para o segmento.

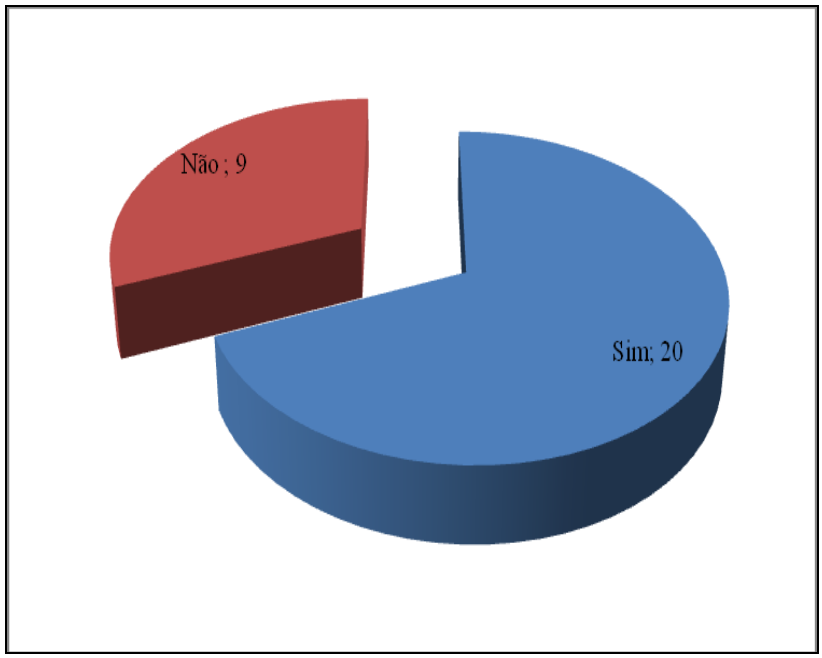


GRÁFICO 10. NÚMERO DE EMPRESAS COM MÁQUINAS AUTOMÁTICAS PROGRAMADAS POR COMPUTADOR NO APL DE IMBITUVA
Fonte: BOBATO, Zaqueu Luiz 2011.

Das 29 empresas pesquisadas, vê-se que 20 delas conseguiram realizar a compra de equipamentos que permitem produzir a menores custos, e, em maior quantidade, bem como, qualidade. Tais máquinas são importadas, e grande parte delas são de tecnologia italiana. As marcas mais famosas dentro do setor do tricot são: Protti, Stoll, APM, Yamata, Barudam. Tem máquinas que custam em torno de 300 mil reais, desta forma, as empresas de menor porte dentro do APL, muitas vezes não conseguem obter linha de crédito que os permita comprá-las. Das 09 empresas que não possuem as máquinas automáticas, 07 delas veem procurando meios de conseguirem financiamento para comprarem, pois caso contrário, terão que fechar as empresas em um curto espaço de tempo. Já duas, entre as 09 empresas que não possuem equipamentos mais inovados disseram que não cogitam a ideia de comprarem tais máquinas, pois diz uma empresária: *"É muito caro, é um sonho inatingível. Para eu comprar uma, é só se eu vender a minha casa"*. Outra empresária comenta: *"É o último ano que vou produzir, pois, ou investe pesado, ou para. Para eu investir, teria muito custo".* Esta última empresária que afirma estar desistindo do ramo salientou: *"Daqui alguns poucos anos, vai ficar só essas empresas maiores, pois as pequenas não conseguem continuar".* Para um dos membros responsáveis pelo projeto APL no município: *"As empresas que vão persistir são aquelas em que os empresários têm visão de negócio, investem, procuram evoluir. Os que estão fechando, ou perderam o interesse no ramo por que não contam com a ajuda dos filhos etc., ou porque não investem, inovam. Eu compreendo que o ramo está crescendo, pois tem empresas que estão produzindo cada vez mais, inclusive adotando tecnologias novas, máquinas que custam cerca de 270 mil reais. Essas máquinas são importadas e produzem peças com altíssima qualidade, dando o diferencial. Para se ter uma ideia, fiquei sabendo que há poucos dias um empresário recente no ramo, adquiriu uma máquina que resulta na peça de roupa pronta, eliminando processos de produção. Isso mostra que o ramo vem crescendo, sobretudo, em qualidade."*

Merece destaque o fato de que durante a pesquisa de campo uma proprietária de empresa iniciante no segmento, procurou para relatar que em janeiro de 2011 havia conseguido obter uma máquina computadorizada da marca Protti, que de acordo com ela: *"era um sonho".* A empresária argumentou que a máquina obtida possibilitou um considerável salto na produção das peças de roupas de tricot. Ela afirmou que após ter recorrido ao banco para obter empréstimo por meio do Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS) não conseguiu, pois a máquina que ela queria comprar era considerada “velha demais” sendo do ano de 1986. Desta forma, o BNDS não liberava financiamento, além do mais, sua empresa era recente.

A empresária contou que ficou desanimada com as informações dadas na agência bancária, e pensou em desistir. Porém, um empresário, que também é do ramo do tricot fez uma proposta para ela de vender uma de suas máquinas Protti, com a condição de negociar a prazo o valor do equipamento. Animada com a proposta do vendedor que é empresário concorrente, ela negociou a máquina. O valor foi acertado em 65 mil reais, sendo que o empresário vendedor lhe possibilitou pagar de forma parcelada, esperando a temporada de vendas na feira.

A empresária enfatiza que com a máquina adquirida, sua produção teve um salto. Ela diz: *“A máquina PROTTI tem gerado uma produção de cerca de 30 peças de roupas de tricot por dia. Essa máquina realiza o trabalho que equivale ao de 04 máquinas pequenas [de tecnologia rudimentar]”*. Ela fala que antes de obter a Protti, possuía máquinas da marca Cuppo, que custava em torno de 08 mil reais, porém, produzia em média 07 blusas por dia. Com a compra da máquina, sua empresa poderá fazer parte da FEMAI, já que terá estoque o suficiente para poder expor e efetuar as vendas.

FOTO 01. MÁQUINA AUTOMÁTICA COMPUTADORIZADA
Fonte: BOBATO, Zaqueu Luiz. Pesquisa de campo, 2011.

A empresária toda otimista, explicita que já pensa em um dia obter uma máquina que produza a peça de roupa completa, que não precise passar pelas etapas de realizar o fechamento, costurando a peça. Segundo ela, esse tipo de máquina já adentrou no ramo: *"Tem duas empresas que já conseguiram comprar".* No entanto, ela comenta que esse tipo de máquina, elimina mão de obra, pois passa a dispensar o serviço das overloquistas que fecham as roupas costurando em máquinas de tipo simples. A empresária também comenta que aos poucos irá investir na empresa, pois ainda faltam equipamentos que confeririam uma melhor qualidade e praticidade nas etapas do processo de confecção das roupas. Um exemplo citado por ela concerne ao processo de passar as peças de tricot, pois na sua empresa, essa etapa estava sendo realizada por meio do ferro elétrico de passar de tipo simples. Porém, existem passadeiras automáticas que facilitam o trabalho, e resultam em um serviço de melhor qualidade, contudo, o valor de tal equipamento não permitia ainda sua compra.

FOTO 02. MÁQUINAS DE COSTURA DE TIPO SIMPLES
Fonte: BOBATO, Zaqueu Luiz. Pesquisa de campo, 2011.

Também a empresa estava necessitando comprar uma máquina remalhadeira (que realiza as golas das roupas), mas, dadas as poucas condições

financeiras, a empresária estava terceirizando[31] tal etapa de colocar as golas. Ela comenta: *"após quitar a máquina Protti vou comprar uma máquina remalhadeira que custa em torno de 12 mil reais".*

Chamou atenção o fato de o empresariado relatar que a introdução de tecnologias novas no APL, não tem gerado dispensa de funcionários. Ao serem perguntados se as inovações tecnológicas adotadas pelas empresas dispensaram ou não mão de obra, 23 donos de empresas das 29 pesquisadas responderam que ao obterem tecnologias em meio ao processo produtivo não necessitaram dispensar funcionários. Em algumas empresas ouviu-se dos proprietários que o processo foi o contrário, ou seja, precisaram-se contratar mais funcionários, sobretudo, aptos a lidarem com as inovações.

Ao serem perguntados se a associação ou a empresa estava constantemente ministrando algum tipo de curso/qualificação para os funcionários, empresários, e para o público em geral, as respostas foram às seguintes (quadro 05).

EMPRESA 01	Sim modelagem, atendimento ao cliente
EMPRESA 02	Sempre que possível, aproveitamos sempre as oportunidades dos cursos oferecidos
EMPRESA 03	Sim o de atendimento pelo APL
EMPRESA 04	Sim anualmente cursos de técnico de vendas, corte e costura, estilismo
EMPRESA 05	Sim pelo APL
EMPRESA 06	Sim pela associação quase todo o mês. Além de ser lá, todos que participam tem acesso a uma assistência individual de uma a duas horas
EMPRESA 07	Não
EMPRESA 08	Sim pelo APL porque a associação é da parte burocrática os cursos são pelo APL
EMPRESA 09	Sim
EMPRESA 10	Pelo APL sim, consultoria. A empresa mesmo não oferece
EMPRESA 11	Sim vários
EMPRESA 12	Sim pelo APL
EMPRESA 13	Sim por parte do APL e da Associação
EMPRESA 14	Sim, pelo SEBRAE, consultoria, cursos profissionalizantes. Nas consultorias, o SEBRAE visita às empresas e vê as carências e os empresários aproveitam as ideias, o profissional fica mais capacitado
EMPRESA 15	Não
EMPRESA 16	Sim pelo APL
EMPRESA 17	Sim pelo APL
EMPRESA 18	Sim às vezes
EMPRESA 19	Sim através do APL e da associação. Participo pouco do APL e de alguns cursos, falta tempo.
EMPRESA 20	Tem mais não participo.

[31] O serviço estava sendo terceirizado para uma jovem moradora em um bairro da cidade que tinha adquirido uma máquina remalhadeira para realizar os serviços para empresas que não realizavam essa etapa do processo de confecção das roupas de tricot.

EMPRESA 21	Recusou a visita e o questionário
EMPRESA 22	Não
EMPRESA 23	Recusou a visita e o questionário
EMPRESA 24	Sim
EMPRESA 25	Sim
EMPRESA 26	Recusou a visita e o questionário
EMPRESA 27	Recusou a visita e o questionário
EMPRESA 28	Sim, curso de vendas, criação de moda pelo SENAI com certificado – workshop pelo SEBRAE – palestras das tendências pelo Sindicato das Indústrias de Fiação e tecelagem do Paraná (SINDITÊXTIL), palestras com a Lânsul, consultoria com o SEBRAE – temos palestras na área de finanças, marketing, planejamento estratégico, produção.
EMPRESA 29	Sim já fiz 02
EMPRESA 30	Recusou a visita e o questionário
EMPRESA 31	Sim, são vários cursos ministrados pelo SEBRAE, desde moda, design até cursos financeiros e administrativos
EMPRESA 32	Sim os funcionários participam de cursos de venda, cursos de modelagem e de programação para máquinas
EMPRESA 33	Recusou a visita e o questionário
EMPRESA 34	Sim
EMPRESA 35	Por enquanto só para empresário.
EMPRESA 36	Recusou a visita e o questionário.

QUADRO 05. CURSOS DE QUALIFICAÇÃO NO APL
Fonte: BOBATO, Zaqueu Luiz 2011.

Compreendeu-se que as empresas por si próprias não procuram muito buscarem inovações através de cursos, palestras etc., sendo que suas participações ocorrem apenas por intermédio da associação e pelo projeto APL.

3.5. A INSTITUIÇÃO IMBITUMALHAS E AS RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO ENTRE OS MEMBROS DO APL IMBITUVENSE

As 29 empresas pesquisadas afirmaram estar associada à IMBITUMALHAS, instituição esta, que tem por objetivo coordenar trabalhos coletivos junto ao empresariado local do APL. Também a associação é responsável pela organização do principal evento que se realiza anualmente na cidade, sendo este, a Feira, na qual é comercializada a produção de roupas de tricot. A IMBITUMALHAS atua também no sentido de mediar relações de cooperação entre seus associados. No ano de 2010 a secretária da associação Rosiane Neves[32], que acompanhou a evolução do projeto APL no município desde a sua efetivação, deixou o posto de emprego para se dedicar a sua empresa também especializada no segmento do

[32] Ressalta-se que Rosiane Neves sempre demonstrou grande interesse em contribuir com a pesquisa, disponibilizando informações. Dada a sua compreensão com os pesquisadores que chegavam até a sede onde trabalhava, a mesma teve a ideia de reunir materiais antigos descritos em jornais, revistas, para construir o histórico do ramo no município.

tricot.

Durante as pesquisas de campo percebeu-se que o empresariado demonstrou estima pelos trabalhos prestados pela secretária, sendo que foi comum ouvir deles a seguinte frase: *"para nós é uma perda, ela entendia muito do APL".* Destaca-se que até mesmo os coordenadores do projeto no município quando eram perguntados sobre o APL solicitavam que se procurasse a secretária, já que ela tinha um grande envolvimento com o projeto.

Constatou-se que praticamente todo o trabalho que resulta do projeto APL passa pelas mãos de quem está na secretaria da associação, portanto, é de grande importância o empenho de quem trabalha na sede da IMBITUMALHAS para que o desenvolvimento do arranjo seja satisfatório. Destaca-se que com a saída de Rosiane Neves, foi admitido o secretário José Roberto Stadler Lemos.

Quando se perguntou para os empresários se estavam satisfeitos com a atuação da IMBITUMALHAS (quadro 07), percebeu-se que a maioria deles afirmaram estarem satisfeito com a atuação da associação, sobretudo, por ela auxiliar na organização dos membros para juntos conseguirem obter matérias primas a menores custos. Também pelo fato da associação promover cursos, palestras, para seus associados, pois, pode-se compreender que as empresas por si próprias não procuram participar de cursos inovadores, porém, quando a IMBITUMALHAS promove em parceria com órgãos privados, os sócios participam.

Elucida-se que apesar das respostas obtidas no questionário evidenciarem contentamento para com a Instituição, em entrevistas após o questionário houve relatos diferentes, pois teve donos de empresas que disseram que a associação várias vezes atua em benefício de empresas de forma isolada. No que diz respeito a isto, teve empresários que afirmaram que lojistas ao chegarem à sede da associação para obterem informações de como realizarem compras no arranjo, pediam para serem indicados em qual (quais) lojas poderiam encontrar melhores preços etc., sendo que muitas vezes, a associação indicava-os para determinadas lojas, sempre as maiores, logo, prejudicando as demais.

Devido a questões que foram relatados procurou-se obter maiores informações com o secretário da associação, sendo que ele salientou: *"Olha eu fui solicitado a não mais prestar informações para lojistas, portanto, eu sempre tenho procurado entregar para quem chega aqui, um mapa com a localização das empresas, mais de fato já houve intrigas por causa disso".* Viu-se que as

reclamações de alguns empresários condizem com a realidade, porém, não se pode deixar de considerar que dadas às reclamações feitas por empresários, providências foram tomadas, sendo uma atitude positiva da parte da associação.

Em apenas um dos relatos que contém no quadro de número 06, a empresa de número 22 demonstra descontentamento para com a instituição, no entanto, tendo por base a pesquisa de campo aponta-se que esta empresa não costuma participar muito de reuniões, além do mais, suas ideias não foram consideradas quando se realizou a implantação do APL. Portanto, acredita-se que ficou impetrado um sentimento de exclusão, dificultando a sua reinserção nos assuntos que envolvem o projeto APL e a associação.

EMPRESA 01	Sim, tudo fica mais fácil tudo o que precisa é mais barato, não perde tempo em ficar procurando as coisas.
EMPRESA 02	Sim, pois a cada ano que passa Imbituva fica mais conhecida devido a associação das malharias.
EMPRESA 03	Sim, nas compras em conjunto o preço é mais em conta, devido à quantidade.
EMPRESA 04	Sim através da Associação têm-se vários cursos e parcerias com o SENAI, SEBRAE.
EMPRESA 05	Sim, união um ajuda o outro. Sozinho é mais difícil.
EMPRESA 06	Sim, cursos de especialização tanto na área administrativa como nos processos de mão de obra, estilistas, viagens, feiras.
EMPRESA 07	Sim ajuda na organização da feira.
EMPRESA 08	Sim contribui para o desenvolvimento de novas tendências.
EMPRESA 09	Sim, empresas se ajudam.
EMPRESA 10	Sim.
EMPRESA 11	Sim porque é através da IMBITUMALHAS que conseguimos colocar nossa produção na feira de malhas promovida pela mesma, e, outras várias atividades promovidas em prol dos associados (participação em cursos, visitas em feiras, máquinas e compras de aviamentos etc.).
EMPRESA 12	Sim vários cursos.
EMPRESA 13	Sim compramos matérias primas em conjunto, utilizamos dos serviços dos correios a menor preço, participamos de cursos palestras.
EMPRESA 14	Sim porque possibilita o acesso a outros órgãos SEBRAE e outros.
EMPRESA 15	Sim, buscando cursos, através do APL mais informação.
EMPRESA 16	IMBITUMALHAS promove não só a feira como vários convênios resultando em cursos viagens de negócios a outros setores. Ela sempre está com parceria junto ao SINDITÊXTIL que é uma porta de entrada junto ao governo do Estado.
EMPRESA 17	Sim ajuda nos negócios, compra na organização da Feira.
EMPRESA 18	Sim.
EMPRESA 19	Sim organiza a Feira que é um evento através da associação.
EMPRESA 20	Sim satisfeita.
EMPRESA 21	Recusou a visita e o questionário.
EMPRESA 22	Não estou, pois a associação pende para o lado das maiores. São os maiores empresários que fazem parte da diretoria. Dificultam a entrada de novas empresas.
EMPRESA 23	Recusou a visita e o questionário.
EMPRESA 24	Sim oferece inovação.
EMPRESA 25	Sim.

EMPRESA 26	Recusou a visita e o questionário.
EMPRESA 27	Recusou a visita e o questionário.
EMPRESA 28	Sim, pois os cursos e ações ajudam a desenvolver o setor sendo que ainda necessitamos de muito empenho de todos para que o setor desenvolva ainda mais, o marketing e a união são grandes aliados para que o setor venha se destacar cada vez mais.
EMPRESA 29	Para mim está tudo bem.
EMPRESA 30	Recusou a visita e o questionário.
EMPRESA 31	Sim a associação contribui para o desenvolvimento das malharias e todas juntas acabam ganhando mais força e incentivos.
EMPRESA 32	Com a IMBITUMALHAS sim, porém com alguns associados não. Muitos só reclamam e não participam das atividades e cursos.
EMPRESA 33	Recusou a visita e o questionário.
EMPRESA 34	Sim porque as empresas hoje só sobrevivem se tiver associação entre elas.
EMPRESA 35	Sim porque unidos os empresários são mais fortes para enfrentar a concorrência e também conhecer o mercado e enfrentá-lo adquirir conhecimentos e cursos etc.
EMPRESA 36	Recusou a vista e o questionário.

QUADRO 06. A IMPORTÂNCIA DA ASSOCIAÇÃO NO CONTEXTO DO APL
Fonte: BOBATO, Zaqueu Luiz 2011.

Também foi perguntado se os empresários costumavam visitar outras empresas para trocarem informações (gráfico 14). As respostas evidenciaram que das 29 empresas pesquisadas, 09 disseram que visitam outras, 13 afirmaram que às vezes, e 07 ressaltaram que não costumam visitar. Nas conversas realizadas com eles, obteve-se com mais clareza explicações do por que não trocar informações com maior intensidade por meio de visitas. Alguns afirmaram que a desconfiança é grande, uma visita pode ser motivo para copiar peças, modelos de roupas, sendo assim, salientaram que alguns empresários não recebem visitas dos concorrentes dentro da empresa, isso para não correr o risco de ter modelos copiados.

Despertou o fato de um empresário relatar o grau de desconfiança existente entre alguns proprietários de empresas, que segundo ele: *"Os funcionários de uma empresa X, ao colocarem os manequins para amostra na vitrine da loja, de imediato receberam ordens da patroa para colocarem os manequins com as "costas" viradas para a vitrine, para que a pessoa que passasse em frente não conseguisse ver os detalhes da peça".* De acordo com este empresário, se o manequim ficasse exposto de frente para a vitrine, correr-se-ia o risco de outros passarem e copiarem o modelo, talvez o aprimorando, dando diferencial a peça.

Apesar de alguns relatos evidenciarem graus de individualismo, têm-se aqueles que afirmam trocarem informações, matérias primas, estabelecendo relações de cooperação.

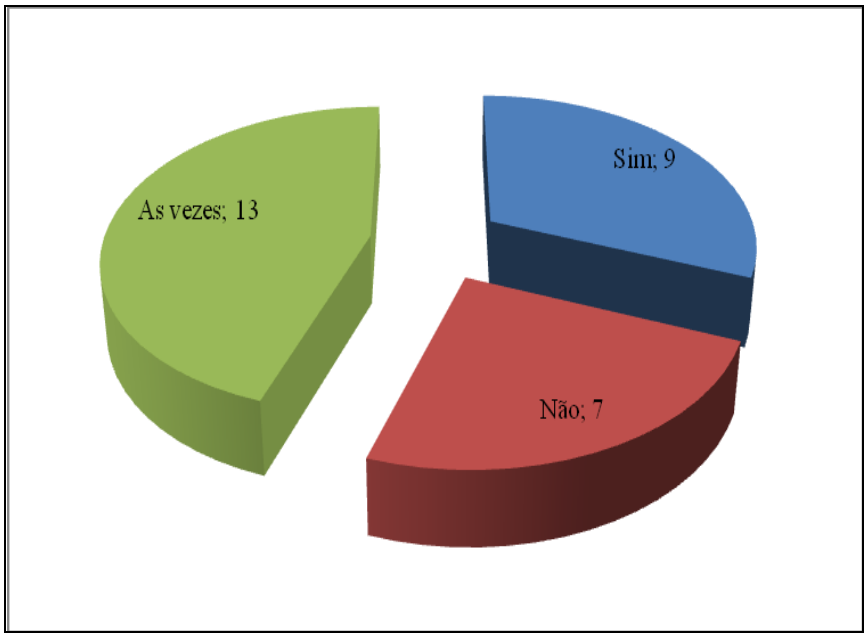


GRÁFICO 11. AS RELAÇÕES DE SINERGIA ENTRE O EMPRESARIADO
Fonte: BOBATO, Zaqueu Luiz 2011.

Na busca de compreender tais relações cooperadas, perguntou-se para o empresariado: “em sua opinião, qual a importância da cooperação/associativismo para as empresas do APL”, e obteve-se as seguintes respostas (quadro 08).

EMPRESA 01	É importante ajuda os iniciantes a crescer mais, ajuda a ficar mais atualizado pelos cursos.
EMPRESA 02	O crescimento das empresas o aprendizado com cursos e consultorias.
EMPRESA 03	A união faz a força e o APL rompe com a visão de cada um por si.
EMPRESA 04	Muito importante por ser reconhecida no Estado. Temos auxílio de cursos e benfeitorias.
EMPRESA 05	A cooperação facilita é fundamental para dar certa a associação.
EMPRESA 06	Bom, devido à feira. A união traz mais lojistas para a feira. A feira não existiria sem cooperação.
EMPRESA 07	Teria toda importância se houvesse.
EMPRESA 08	É importante no sentido de novas oportunidades de trabalho e produtos.
EMPRESA 09	Ajuda em muitas coisas, divulgação etc.
EMPRESA 10	Com a cooperação o APL cresce. Muitos são sanguessugas.
EMPRESA 11	Muito grande, por que através do APL da nossa união é que conseguimos permanecer no setor e esperar que o ramo das malharias de Imbituva prospere.
EMPRESA 12	Busca de informação, patrocínio, negociações em conjunto para as malharias do APL, divulgação do setor.
EMPRESA 13	Sim é importante. Traz cursos viagens para eventos similares.
EMPRESA 14	É importante para o desenvolvimento do setor. Compras conjuntas, preço menor, centro comercial.
EMPRESA 15	No caso do APL de Imbituva não funciona bem. É importante, porém não está funcionando bem.
EMPRESA 16	Se torna mais forte perante a concorrência de outros mercados do ramo. Mais informações que melhora a cadeia produtiva. Um apoio de marketing promove a ideia da cidade para o Estado e para o Brasil.

EMPRESA 17	Em um geral é tudo, troca de ideias, viagens ajuda muito.
EMPRESA 18	Sim, abre as possibilidades, SEBRAE com cursos, pela diretoria se obtém vários cursos.
EMPRESA 19	Se não houver cooperação o setor não vai para frente.
EMPRESA 20	Sim é importante. * Não conseguiu explicitar.
EMPRESA 21	Recusou a visita e o questionário.
EMPRESA 22	Sim, a união faz a força, se existisse facilitaria principalmente para as pequenas.
EMPRESA 23	Recusou a visita e o questionário.
EMPRESA 24	Sim mais inovação, crédito.
EMPRESA 25	Quando nos unimos em um objetivo em comum as chances de sucesso são maiores.
EMPRESA 26	Recusou a visita e o questionário.
EMPRESA 27	Recusou a visita e o questionário.
EMPRESA 28	Pois o APL atraiu maior desenvolvimento para o setor, tal como apoio do SEBRAE, Banco do Brasil e outros parceiros. No sentido dos bancos foi aberto linhas de crédito com juros baixos, onde as empresas podem investir em matéria prima e equipamentos.
EMPRESA 29	Sim é importante. * Não conseguiu expor o porquê.
EMPRESA 30	Recusou a visita e o questionário.
EMPRESA 31	A união busca novidades, tornando viável certos projetos como, por exemplo, vagens em busca de novos modelos, recebemos a visita de vários vendedores de matérias primas sem que para isso precisemos nos deslocar para outras cidades e outros incentivos.
EMPRESA 32	Maior reconhecimento em nível de governo. Maior reconhecimento do nosso setor no Paraná. Maior divulgação para os varejistas.
EMPRESA 33	Recusou a visita e o questionário.
EMPRESA 34	Devido ser extremamente necessário essa parceria para a sobrevivência das malharias.
EMPRESA 35	Muito importante na compra de matéria prima. Divulgação das malharias, cursos, viagens de negócios, recursos com juros mais baixos etc.
EMPRESA 36	Recusou a visita e o questionário

QUADRO 07. A RELEVÂNCIA DA COOPERAÇÃO NO PENSAR DO EMPRESARIADO
Fonte: BOBATO, Zaqueu Luiz 2011.

Compreendeu-se nas respostas que a maioria acredita que a cooperação pode gerar benefícios coletivos, e os mesmos evidenciam resultados, como: cursos, viagens, consultorias que chegam até eles, dado o trabalho cooperado. A própria realização da feira é evidência da cooperação que se tem entre eles, além do mais, o fato de em 2010 dar-se início ao centro comercial, que reuniu as empresas interessadas para passarem um determinado período de tempo expondo os produtos de forma aglomerada nos pavilhões onde é sediada a tradicional feira, reforça que há cooperação. Porém, constatou-se tal processo de cooperar ocorre no APL após muitas divergências, sendo assim, acredita-se que é necessário esclarecer para os membros do APL a importância de se reunir, conversar, de se chegar a um consenso sem ficar mágoas, pois estas é que vem dificultando a solidez de relações de sinergia, de confiança entre eles.

Elucida-se um conflito que foi relatado em entrevista por um participante da

comissão responsável pela organização do centro comercial iniciado em 2010, onde a pessoa destaca a pouca vinculação dos membros da comissão do centro, com os da associação. Segundo relatos dessa pessoa, houve muita dificuldade para se implantar o centro comercial dado as discordâncias vindas da parte das grandes empresas do setor, já que não queriam fazer parte, pois achavam que não era viável ficarem reunidas em um dado espaço físico. Porém, de acordo com o relatante, foram os donos das menores empresas que tiveram a ideia de ter um centro comercial. A pessoa entrevistada relata um acontecimento que chama a atenção, onde afirma que: *"Quando surgiu a ideia do centro, teve uma pessoa que fez questão de tentar influenciar a não concretização da ideia. E essa pessoa é de uma empresa tida como grande dentro do ramo. Porém, após a realização da temporada de estadia das empresas, em grande parte as menores, sendo que foi de grande valia, a pessoa X veio e disse, "já que deu certo, no ano que vem quero participar". Isto causou indignação de empresários, tanto é que pensamos em fixar um valor em dinheiro para as empresas que não haviam participado e apoiado a ideia do centro, sendo assim, se pagassem poderiam participar. Porém, após conversas foi decidido em não cobrar taxa, já que todos fazem parte da associação, e talvez a ideia de cobrar geraria problemas maiores ainda".*

FOTO 03. ESPAÇO FÍSICO DO CENTRO COMERCIAL
Fonte: BOBATO, Zaqueu Luiz. Pesquisa de campo, 2010.

O ocorrido acima relatado clarifica o que fora falado anteriormente, ou seja, os resultados do trabalho cooperado chegam após várias divergências e ressentimentos que ocorrem entre eles. Os relatos demonstram relações de cooperação fragmentadas, que precisam ser estimuladas por meio de esclarecimentos, encontros, que realmente envolvam os membros do APL.

Elucida-se que um projeto de APL preza pelas relações de cooperação em meio o contexto empresarial. Assim sendo, perguntou-se junto aos membros do APL em questão, se na opinião deles houve ou não evolução da cooperação a partir do surgimento do projeto. No quadro a seguir têm-se os comentários tecidos pelos participantes da pesquisa.

EMPRESA 01	Nestes três anos que participo sim. O APL une as malharias, foi colocado placas na BR 373 fazendo propaganda
EMPRESA 02	Sim. Imbituva conhecida como cidade das malhas, maior aprendizado com os cursos
EMPRESA 03	Sim. Viagens para conhecer máquinas, coisas diferentes, fomos para o Rio Grande, Cia Norte, tudo pelo projeto APL
EMPRESA 04	Melhorou pouco. Central de negócios e central de vendas
EMPRESA 05	Sim, até fizemos uma ação social, a casa de um senhor que fazia serviços para os empresários queimou, os empresários se reuniram para comprar ferramentas para ele. Ajudamos a APAE com cadeira de rodas. Eu já troquei agulhas, materiais, moldes, fios com outros, já emprestei lãs para poder terminar peças de roupas.
EMPRESA 06	Sim o pessoal se uniu mais devido os cursos. A participação resulta em mais união
EMPRESA 07	Não
EMPRESA 08	Sim. Aperfeiçoamento de mão de obra
EMPRESA 09	Sim, modelagem e estilismo
EMPRESA 10	Houve o povo está mais envolvido
EMPRESA 11	Sim
EMPRESA 12	Sim, houve bastante. Investimento na escola de malhas (máquinas novas) marketing (portal), incremento na parceria da feira.
EMPRESA 13	Sim. Cursos entre empresas, viagens para conhecer outros APLs. Tem um projeto de irmos para a Itália em agosto de 2011 uma parte o SEBRAE vai pagar outra os empresários
EMPRESA 14	Sim, cursos, compras conjuntas pelo centro comercial onde seis pessoas se uniram e criaram o centro. Obtivemos mais divulgação. O SEBRAE levou os empresários para Minas visitar umas fábricas, também para Blumenau em Santa Catarina em uma feira de máquinas, teve empresários que adquiriram máquinas lá.
EMPRESA 15	Melhorou bastante, cursos, qualificação pelo APL
EMPRESA 16	Houve sim, foi apresentado já algumas ações junto a câmara municipal
EMPRESA 17	Sim teve
EMPRESA 18	Sim com certeza maior união entre os empresários.
EMPRESA 19	Sim o SEBRAE atua mais com curso de modelagem
EMPRESA 20	Não tenho resposta
EMPRESA 21	Recusou a visita e o questionário
EMPRESA 22	No começo houve empolgação depois fraquejou
EMPRESA 23	Recusou a visita e o questionário
EMPRESA 24	Melhorou pelos cursos e palestras e pela central de vendas
EMPRESA 25	Sim o centro comercial as palestras e cursos.

EMPRESA 26	Recusou a visita e o questionário
EMPRESA 27	Recusou a visita e o questionário
EMPRESA 28	Eu acho que houve maior participação de alguns empresários que começaram a tomar mais frente em algumas ações e se envolveram mais neste trabalho, pois a gente sabe como é difícil o trabalho voluntário
EMPRESA 29	Entrei no ramo em 2010 não sei
EMPRESA 30	Recusou a visita e o questionário
EMPRESA 31	Comecei em 2009 não sei dizer
EMPRESA 32	Sim, maior evolução nos projetos e maior interação com o SEBRAE
EMPRESA 33	Recusou a visita e o questionário
EMPRESA 34	Sim, central de negócios, cursos, viagens de pesquisas
EMPRESA 35	Sim, cursos, divulgação da cidade das malhas e mais recursos.
EMPRESA 36	Recusou a visita e o questionário

QUADRO 08. O APL E A EVOLUÇÃO DAS RELACÕES DE COOPERAÇÃO
Fonte: BOBATO, Zaqueu Luiz 2011.

Obteve-se o resultado de que grande parte do empresariado pesquisado acredita ter havido evolução nas relações de cooperação com o andamento dos trabalhos do APL. Ressalta-se que no presente estudo, compreende-se que a cooperação de fato ocorre, porém, de forma fragmentada, pois se percebeu que os membros do APL conhecem a importância de cooperar, porém, na prática a realidade é diferente.

3.6. FORMAÇÃO TERRITORIAL E AS CARACTERÍSTCAS CULTURAIS NO APL: CULTURA POLÍTICA

Os habitantes de um dado território não podem ser compreendidos dissociados de seu contexto histórico e geográfico. Saquet (2002) instiga a pensar que cada território, independentemente de sua extensão/tamanho/escala, deve ser estudado na tentativa de apreensão de suas singularidades.

Também Haesbaert (2011) ao trazer para o debate territorial a perspectiva integradora, o mesmo salienta que a dimensão “natural, política, econômica e cultural” se relaciona podendo gerar articulações no tecido territorial, tendo reflexos também nas políticas públicas.

Para Dematteis (2007) o território não é apenas um conjunto material, ali está os agentes, a cultura, a economia. Tal contexto encaminha a acreditar que o território é um recurso importante para promover o desenvolvimento territorial dentro de uma perspectiva integradora que leva em consideração as relações estabelecidas entre a sociedade e a natureza, a política, a economia, e, a cultura, constituída histórica e geograficamente no espaço.

Tal como enfatiza Cunha (2003), a estrutura territorial em uma lógica integradora precisa ser conhecida para que o desenvolvimento de um dado projeto tenha êxito, promovendo assim o desenvolvimento econômico e social para a coletividade habitante do território. Desta forma, pensa-se que o constructo territorial do município de Imbituva contempla peculiaridades culturais, que se originaram já no momento em que começou o seu processo de povoamento. Os padrões culturais de uma coletividade segundo Putnam (1996) influencia na efetivação do desenvolvimento. Portanto, um projeto pode ser melhor desempenhado quando se leva em consideração a cultura do território onde se almeja desenvolver, caso contrário, pode haver processos que restringirão a lógica do desenvolvimento para a coletividade.

Nas palavras de Cassiolato e Szapiro (2003) uma determinada atividade [projeto] se territorializa quando sua viabilidade está enraizada em ativos (incluindo práticas e relações), no caso, também culturais, logo, um projeto de APL necessariamente deve levar em consideração a cultura existente no tecido territorial almejado, pois as relações de sinergia, as trocas de informações, a união, confiança, que são elementares para o bom desempenho de um dado arranjo, estas envolvem a cultura da sociedade no território.

Aponta-se que mediante os dados obtidos através de pesquisa de campo, percebeu-se que o desenvolvimento do APL em questão, que resulta de um projeto elaborado nos moldes europeu, e, norte-americano, não vem tendo êxito satisfatório. Há certas resistências por parte do empresariado local em aderir totalmente ao projeto, em alavancar um processo gerador de desenvolvimento, tanto para o APL, como para o município. Alguns empresários relataram não compreenderem ainda o que realmente venha a ser um APL.

Também se constatou que alguns donos de empresas não estão satisfeitos com o andamento do projeto, além do mais, notou-se que vários empresários não se dispõem a lutarem de fato pela dinamização do arranjo. Chamou atenção o fato de que grande parte dos proprietários de empresas não queria responder as questões que envolviam o termo política demonstrando um sentimento de insegurança, de não pertencimento.

Em meio a esse contexto de contradições tem-se questões culturais que permeiam a sociedade imbituvense. Assim sendo, procurou-se compreender a descendência do empresariado local do ramo de tricot, e as religiosidades existentes

entre eles, assim como também os traços da cultura política cristalizada no pensar e nas ações do empresariado. Destaca-se que mediante os dados obtidos, há uma diversidade de traços culturais e religiosos no APL. (gráficos 12 e 13).

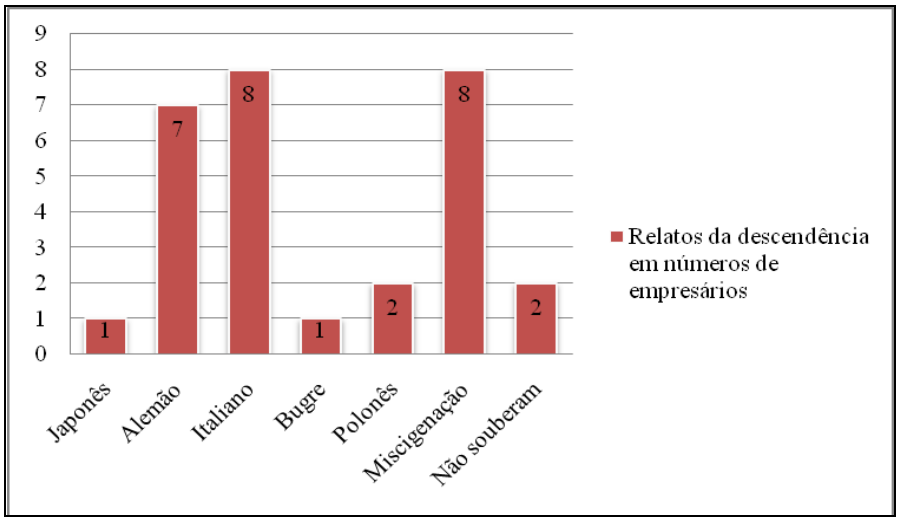


GRÁFICO 12. A DESCENDÊNCIA DO EMPRESARIADO LOCAL
Fonte: BOBATO, Zaqueu Luiz 2011.

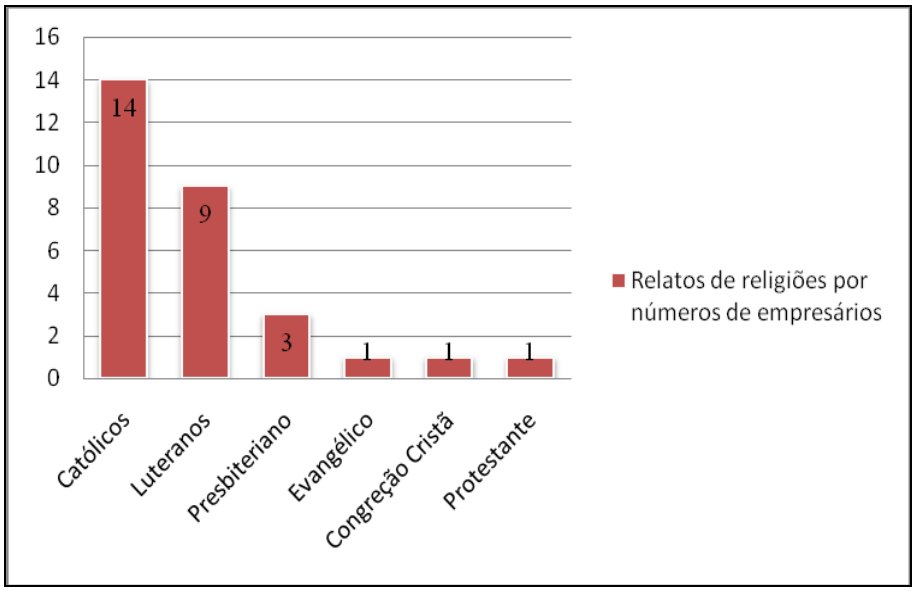


GRÁFICO 13. AS RELIGIOSIDADES PRESENTES EM MEIO AO EMPRESARIADO DO SETOR
Fonte: BOBATO, Zaqueu Luiz 2011.

Dos 29 empresários pesquisados, somente 05 afirmaram não terem nascido no município de Imbituva. A diversidade constatada pode estar dificultando, as relações de cooperação entre o empresariado, e isso reflete no desenvolvimento do arranjo, bem como, do município. Constatou-se que mesmo os representantes do

projeto APL buscarem demonstrar a importância de se cooperar, e seguir as tendências dos modelos estrangeiros de organização de empresas, viu-se que o empresariado local não incorpora em grande parte tais ideias, e resiste em “abraçar o projeto”.

Durante entrevistas percebeu-se que algumas das divergências relatadas por empresários ocorrem em meio ao *status* de “grandes empresas” versus “pequenas”. Observou-se um teor de conflitos providos de um sentimento de “inveja” do desempenho de algumas empresas em detrimento de outras. Tanto é que durante conversas com alguns donos de empresas, sobretudo iniciantes, estes comentaram: *“[tal pessoa] não precisa da empresa do tricot para sobreviver, é ganancioso”.* Acredita-se que as diversidades culturais influenciam nas relações entre o empresariado, já que sentimentos particulares afloram em meio às decisões tomadas no âmbito do projeto dentro do município pesquisado. Entretanto, é preciso levar em consideração que a estrutura territorial de Imbituva segundo Stadler (2005) recebeu ao longo de sua consolidação a influência de colonos alemães, italianos, poloneses e russos.

Segundo a autora a grande maioria dos alemães que se fixaram no município imbituvense professavam a fé evangélica luterana, sendo que tal religiosidade fora o traço cultural que constituiu uma das características da identidade do grupo.

A cultura italiana também se fez presente no território, pois adentraram em Imbituva as famílias Bobato, Moleta, Marconato, Menon, Pontarolo (STADLER 2005, p. 65)”. A autora salienta em seus escritos que a família italiana distinguiu-se no município por quatro características muito fortes, sendo: a fé católica, a família, o trabalho, e a perseverança.

Por fim, a cultura dos poloneses e russos também chegou a Imbituva, sendo eles os Filipak, Kurek, Szabela. Segundo a autora, tais imigrantes da referida procedência eram dotados de um profundo sentimento religioso, sendo católicos. E estes não demoraram a integrar-se plenamente no território como lavradores, comerciantes, ou profissionais liberais. “Tratavam-se geralmente de pessoas humildes, de pequenos camponeses e trabalhadores rurais, que eram modestos em suas aspirações econômicas e laboriosos no cultivo da terra (STADLER 2005, p. 79)”.

Em síntese, o território contempla uma variada gama de especificidades que

são culturais, pois as famílias que fazem parte do APL carregam consigo os traços, as caracterísiticas de suas gerações, e isto certamente tem influências nas relações de cooperação, de interação dos mesmos. As diversidades se cristalizam nas falas, nas ideias do empresariado local.

Em meio a essa questão de cunho cultural destaca-se o caso de um dono de empresa que explicitou o seguinte fato: *"no ano de 2010, houve um curso de bordado ofertado pela IMBITUMALHAS. O curso ocorreu nas dependências do colégio "Rui Barbosa"* [colégio ligado a religião luterana que existe na cidade de Imbituva]. *Ao término do curso realizou-se um jantar por meio da associação. Como o curso foi realizado nas dependências do colégio luterano, foi convidado o pastor da igreja que deu apoio ao curso, porém, como no setor há uma diversidade de religiões, houve resistências, sendo que teve donos de empresas que se recusaram participar.*

Vê-se que questões de cunho cultural acabam permeando relações sociais dentro de um dado contexto territorial. Desta maneira, chegou-se a conclusão de que é necessário ter em mente que a cultura do empresariado do ramo do tricot de Imbituva precisa ter merecida atenção em meio a projetos que intentam contemplar o coletivo social, já que as diversidades culturais são muitas.

No que concerne a cultura política do território, percebeu-se que esta choca com as perspectivas de práticas descentralizadas, uma vez que o coletivo empresarial não se sente participante dos processos políticos nos mais diferentes níveis da federação. Presenciou-se nas pesquisas de campo que a maioria dos donos de empresas não se sente bem quando se menciona o termo política, a maioria se recusa responder, e quando respondem, suas falas são muito tímidas sempre perguntando se "alguém" terá acesso as respostas, bem como aos comentários por eles proferidos. Nas palavras de Bandeira (2000, p. 118):

> A tradição político-administrativa brasileira é fortemente caracterizada pela centralização do poder decisório e pelo formalismo burocrático. Por esse e por outros motivos, a incorporação mais efetiva de práticas participativas às atividades do setor público exigirá uma profunda mudança da cultura organizacional predominante na administração pública do país.

Pensa-se que a cultura política influencia fortemente no modo de agir das pessoas, pois em um país com forte tradição de centralismo político, de coronelismo, clientelismo, as pessoas tendem a se manter afastadas dos processos que

envolvem a lógica política.

Percebeu-se junto ao empresariado que a cultura política que os envolve inviabiliza o entrelaçamento dos mesmos junto aos membros do poder público, sobretudo municipal. Fora constatado que os processos de interação entre eles ocorrem timidamente. Há uma carência, dificuldade, do empresariado de entrelaçarem-se com o poder político do município. Durante as pesquisas ao conversar com os donos das empresas, os mesmos demonstraram um sentimento de não pertencimento aos processos característicos do campo da política. É como se estes empresários não se importassem em buscar alternativas de melhorias para o setor junto às esferas do poder público, tanto local como estadual.

Quando perguntados se acompanhavam as reuniões, as ações da organização política local acompanhando as finanças públicas do município, sugerindo o direcionamento de investimentos públicos, os mesmos responderam da seguinte forma (quadro 06):

EMPRESA 01	Talvez o Ariel e o Gilso
EMPRESA 02	Quando possível sim
EMPRESA 03	Não sei
EMPRESA 04	O senhor Ariel, a empresa minha não
EMPRESA 05	Não
EMPRESA 06	Não tenho conhecimento acho que os coordenadores, porém não ativamente
EMPRESA 07	Não
EMPRESA 08	Não
EMPRESA 09	Sim
EMPRESA 10	Falta tempo
EMPRESA 11	Desconheço
EMPRESA 12	Não, se relacionamos bem, porem, não participamos muito
EMPRESA 13	Não
EMPRESA 14	Não, com pouca intensidade. Há um desconhecimento do poder público
EMPRESA 15	Não
EMPRESA 16	Não
EMPRESA 17	Não sei (viu você vai mostrar isso aí para o prefeito?)
EMPRESA 18	Não, mais sei que tem uma parceria
EMPRESA 19	Desconheço
EMPRESA 20	Não sei
EMPRESA 21	Recusou a visita e o questionário
EMPRESA 22	Não
EMPRESA 23	Recusou a visita e o questionário
EMPRESA 24	Às vezes os da coordenação
EMPRESA 25	Não sei
EMPRESA 26	Recusou a visita e o questionário
EMPRESA 27	Recusou a visita e o questionário
EMPRESA 28	Não
EMPRESA 29	Não sei
EMPRESA 30	Recusou a visita e o questionário
EMPRESA 31	Não sei dizer
EMPRESA 32	Algumas vezes
EMPRESA 33	Recusou a visita e o questionário

EMPRESA 34	Não
EMPRESA 35	Não tenho conhecimento disso
EMPRESA 36	Recusou a visita e o questionário

QUADRO 09. A PARTICIPAÇÃO CÍVICA DO EMPRESARIADO DO APL
Fonte: BOBATO, Zaqueu Luiz 2011.

Percebeu-se um grande desinteresse do empresariado pelos aspectos concernentes a política pública do âmbito local. Grande parte não se sente participante da política, e transfere a responsabilidade para quem coordena o APL e a associação. No entanto, muitos reclamam em torno das ações da classe política no que tange ao conhecimento acerca do projeto APL. Um empresário relatou em entrevista: *"Os políticos daqui nem sabem muito acerca do APL".*

Acredita-se que um APL pressupõe o envolvimento articulado entre as mais diversas escalas do poder público, assim como, com centro de pesquisas, universidades, sejam públicas ou privadas. No entanto, tal articulação perpassa pelas questões relacionadas a cultura política. Através das interações políticas e institucionais o desenvolvimento de um arranjo pode ser melhor estruturado, no entanto, para que isso ocorra, é de extrema importância que as pessoas envolvidas no projeto, sejam participantes ativos junto as esferas e representantes do poder, gerando assim, um forte grau de governança no território local como sugere Cunha (2000, p. 57-57), onde para ele:

> Um conceito de território centrado na questão do poder permite dar consistência a concepção de desenvolvimento territorial, a partir da conclusão de que políticas públicas de caráter territorial não podem ser formuladas e implementadas sem a participação dos atores públicos e privados vinculados ao maior número possível de segmentos econômicos, sociais, políticos e culturais, os quais estão presentes em diferentes configurações regionais ou territoriais. Dessa forma, modelos e projetos de desenvolvimento territorial dependem basicamente de uma "engenharia política" que promova uma "governança" ou um "pacto" que envolva a maior diversidade possível de atores.

Certamente as interações no território possibilitam êxito para o desenvolvimento, porém, no caso do tecido territorial do APL pesquisado sentiu-se que a diversidade cultural relacionada à origem dos empresários, bem como a lógica cultural política, fruto dos contextos históricos e geográficos vivenciados no Brasil, veem dificultando a solidez de articulações entre os agentes que compõe a estrutura de governança do arranjo em questão, logo, ocasionando perdas para o coletivo social do território.

Acredita-se que as divergências de cunho cultural que agem no APL de Imbituva podem ser equacionadas com o passar do tempo, desde que formas de conscientização sejam postas em práticas por meio de encontros, palestras, confraternizações, ou seja, é preciso fortalecer o capital social do empresariado.

Para Putnam (1996, p. 177) o capital social "diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas". Esta forma de capital envolve a confiabilidade a reciprocidade, a confiança, identidade, amizade, que somadas contribuem para o sucesso do desenvolvimento no território. O capital social em um determinado tecido territorial se manifesta de forma mais intensa e maturada, quando se tem uma cultura homogênea. No entanto, clarifica-se que em territórios onde as diversidades culturais se dão de forma intensa, como é o caso do APL imbituvense, nestes também é possível a existência de relações sinérgicas envolvendo a confiança, a cooperação, a amizade, porém, os óbices certamente serão maiores, mas podem ser superados. No entanto, iniciativas precisam ser tomadas pelos agentes que estão a frente da governança do APL.

Já com relação ao enfrentamento das questões que envolvem a cultura política materializada no território, acredita-se mediante os escritos de Nogueira (2011) que a cultura ético-política precisa estar constantemente sendo revitalizada, e isto depende de:

> educação para a cidadania, com a qual se dissemina a capacidade de valorizar as instituições políticas, os direitos e os deveres, reconhecendo ao mesmo tempo a importância do sistema de voto para a formação dos consensos básicos com os quais se estrutura o governo da sociedade – a capacidade de compreender, em suma, que participar é mais do que eleger representantes e autorizar governantes, mas não exclui os papéis específicos que representantes e governantes têm no processo de tomada de decisões e de organização do espaço público (NOGUEIRA 2011, p. 156).

3.7. PARTICIPAÇÃO E GOVERNANÇA DO EMPRESARIADO EM MEIO A DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICA: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA

A escala local no Brasil foi significativamente valorizada em meio a descentralização política intensificada com a Constituição de 1988. Desta forma, a política de cunho descentralizada e territorial fomentou as práticas participativas envolvendo os mais diversos segmentos sociais na elaboração e execução de projetos, ou seja, os territórios locais obtiveram chances de tornarem-se

protagonistas de casos de desenvolvimento a partir da interação e dos consensos coletivos. Segundo Fonseca (2004), com a descentralização os locais passam a ser considerados como atores políticos, uma vez que agregam não só o governo local, mas também os variados atores da sociedade em termos de articulação para a tomada de decisões.

A implementação da política de APL no Brasil preza por formas descentralizadas, pois, este tipo de organização visa uma plêiade de articulações entre diferentes agentes sociais, instituições públicas e privadas, classe política que compõe o território local. Contudo, esse protagonismo do local deve resultar em práticas de governança, para isso a participação precisa ser consistente.

De acordo com Gohn (2011,) a governança ocorre quando se tem a inclusão de diferentes atores sociais por meio do envolvimento conjunto de organizações públicas (estatais e não estatais) e privadas. Compreende-se que quando a participação se dá de forma intensa em um dado contexto territorial, tem-se maiores chances de se presenciar um forte grau de governança, já que esta incorpora, via interações múltiplas, a relação governo e sociedade (GOHN 2011).

Governança e participação não podem ser compreendidas dissociadamente, pois estas se relacionam e podem resultar em êxito para a prática do desenvolvimento territorializado. Para Bandeira (2000, p. 49):

> (...) o contato entre a sociedade civil e a administração pública, através da participação da comunidade na formulação, na implementação e na avaliação de ações governamentais, deve ser visto como um instrumento importante para a consolidação de relações de confiança entre os vários atores sociais, públicos e privados, contribuindo, portanto, para a acumulação de capital social.

Com relação à participação e articulação dos membros do APL com a esfera política do território, percebeu-se, quando foi perguntado se particularmente participavam das ações da classe política local (gráfico 13) que, das 29 empresas pesquisadas, 26 afirmaram não se envolvem participando, tecendo cobranças. Apenas 03 pessoas elucidaram que às vezes procuravam participar.

As respostas permitiram compreender a dimensão da fragmentação participativa do empresariado, uma vez que a maioria não se sentiu a vontade para falar de questões que se relacionavam a política, muitos procuraram desviar o assunto. Entretanto, vê-se que é uma condição básica haver vínculos de interação

entre eles para que o desenvolvimento do arranjo seja desencadeado da melhor forma possível.

Bandeira (2000, p. 119) compreende que:

> Na maior parte das comunidades, são relativamente poucos os que estão convencidos de que devem envolver-se, de forma direta e continuada, na formulação e na implementação de ações que são consideradas tipicamente governamentais. Predomina, na maior parte dos casos, a idéia de que, em geral, o envolvimento dos indivíduos na vida pública ainda deve limitar-se à participação periódica no processo eleitoral.

Tendo por base os escritos acima citados e mediante dados obtidos em campo, assim como conversas obtidas com os donos das empresas de tricot, foi possível constatar que a maioria do empresariado não se insere nas ações da classe política, não cobram projetos e acabam transferindo a responsabilidade para quem faz parte da coordenação do APL, que também não participa assiduamente.

As atuações destes empresários se condicionam em pensar que apenas é necessário votar, eleger. Porém, isso é prejudicial para um segmento, sobretudo empresarial, que contém um projeto, no caso em questão, um APL, que carece de vinculação dos membros beneficiados junto aos segmentos políticos nas mais diversas escalas dentro do espaço geográfico.

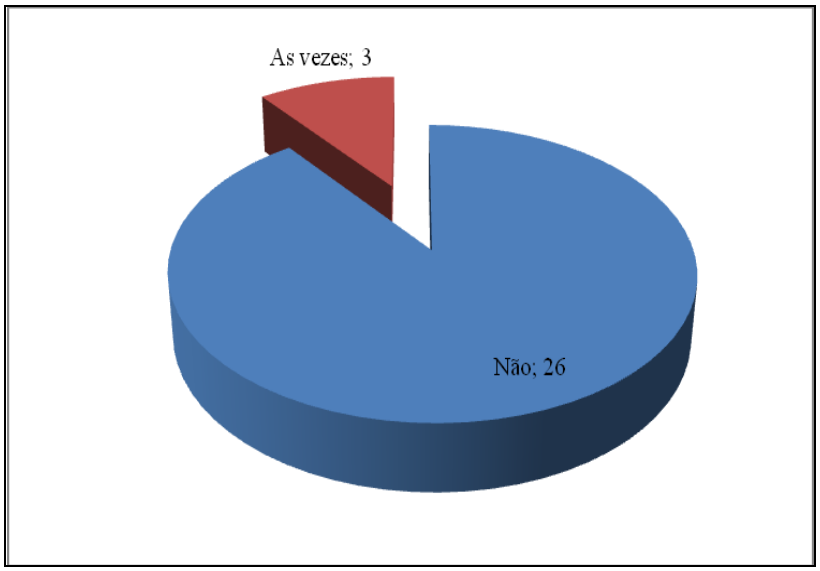


GRÁFICO 14. O ENVOLVIMENTO DOS EMPRESÁRIOS JUNTO AS QUESTÕES POLÍTICAS
Fonte: BOBATO, Zaqueu Luiz 2011.

Apesar da fragilidade participativa da maioria dos membros do arranjo, vê-se que há uma governança estabelecida no território, e esta se compõe por entidades,

institutos e prefeitura. Compreende-se que a governança institucional do APL forma uma rede de relações. O governo do âmbito local contribui com investimentos na manutenção e pintura dos pavilhões onde ocorre a feira do tricot. Também atua na gestão da escola que forma profissionais para atuar no segmento, assim sendo, se responsabiliza pela cessão do espaço físico onde ela funciona.

O SENAI que é uma entidade da FIEP alinhado às suas funções e diante da necessidade de readequação da escola que forma mão de obra para o APL de Imbituva, inseriu-se no arranjo em 2005, visando à melhoria da qualificação profissional do município.

A FEMAI é um importante evento que ocorre anualmente, sendo o principal meio para a comercialização dos produtos confeccionados no APL. A feira é organizada pela IMBITUMALHAS, contando com a colaboração da prefeitura e seus patrocinadores.

Ainda com relação à governança do arranjo é necessário pontuar a atuação do SEBRAE, pois apesar de o Estado do Paraná manifestar apoio para os APLs conferindo-o uma feição de política pública, percebe-se que na prática o órgão que mais vem atuando no caso do APL do tricot é o do próprio SEBRAE, que é da iniciativa privada.

Chamou à atenção o fato de a maioria do empresariado se referir ao SEBRAE como sendo a atuação do governo do Estado no arranjo, percebeu-se que isto ocorre dada a atuação do órgão de maneira mais intensa. Devido ao equívoco presenciado fez-se uma entrevista com o consultor do órgão privado de Ponta Grossa, a fim de serem esclarecidas algumas questões. Destaca-se que o consultor possui formação em Administração de Empresas, com especialização em Projetos de Investimentos e Gestão de Pequenos Negócios. A seguir apresentam-se os resultados da entrevista.

- Existe uma vinculação do órgão SEBRAE com o governo do Estado?

Nós não estamos vinculados diretamente ao Estado, mas o Estado tem um papel institucional, um papel, eu diria assim, de organização fundamental junto aos APLs. Quando você pega o Estado do Paraná, e olha o Estado com um todo para ver as aglomerações empresariais, você pode ter diferentes tipos de aglomerações, pode ter APLs, você pode ter apenas um lugar onde você tenha só uma associação

(é uma questão de conceito: distritos industriais, pólos industriais). A base dos APLs são os distritos industriais italianos, o modelo vem de lá. Então você tem tudo isso, agora como que você configura um APL, não é só você ter as empresas. Então, para você configurar um APL você tem que ter as empresas e estas tem de estarem interagindo entre elas, interagindo com entidades locais. Então o Estado tanto em âmbito estadual quanto federal, o governo né, quando começou a fazer uma proposta de desenvolvimento das empresas a partir dos APLs teve que fazer um mapeamento, e esse mapeamento o Estado foi fundamental para fazer isso. Aqui no Paraná foi o IPARDES e SELP quem mapeou o Estado e apontou as possibilidades de APLs. Nem todas aquelas apontadas se configuraram como tal. Então, ao longo do tempo, teve-se uma espécie de filtro natural aonde algumas deram certo como é o caso aqui de Imbituva, como foi o caso de Terra Roxa, o caso de Cia norte de Campo Mourão que é o de equipamentos médicos. Então é assim, têm vários outros setores que trabalham com a tradição. O papel do Estado neste sentido ele é importante, e também por que ele articula com o governo federal algumas políticas que favorecem as empresas integrantes de APL. A ação de trabalhar com APL é do MDIC, e o Estado através de seus órgãos está em sintonia para poder trazer para esses APLs aqueles benefícios definidos pelo governo federal.

Percebeu-se na resposta do consultor que representa o SEBRAE no APL, que a atuação do órgão se dá com maior intensidade do que a atuação do governo do Estado. No entanto, o relato do consultor evidencia que o Estado em sintonia com seus órgãos pode fazer chegar até um APL benefícios partidos do governo federal.

- Com relação à vinculação do projeto entre diferentes órgãos e a chegada até o município como se dá?

Chega ao município através das ações, então, o governo federal ele não precisa necessariamente estar aqui em Imbituva fazendo alguma coisa não é? Mas ele pode, por exemplo, criar um mecanismo que favoreça a exportação para um determinado setor, mais para todas as empresas não, só para aquelas que participam do APL, e isso chega às empresas através das entidades que atuam diretamente aqui. Então não precisa vir o Estado ou o governo federal aqui.

- Então o poder público do município precisa se entrelaçar com as demais escalas e

organizações?

É sem dúvida, há uma realidade que não possa que não exista formalmente, mas que acaba existindo pela articulação. Aí você tem um ganho de escala, porque se tiver só o governo federal, só o governo estadual, ou só o municipal trabalhando, o teu ganho é menor. Agora quando você pensa de uma forma articulada o ganho é muito maior para todos, e para todas as empresas evidentemente. Olha eu sempre digo assim: você nunca tem um modelo ideal de articulação, então você pode ter situações em que o capital social pode estar mais avançado e outras que ele precisa avançar.

No que tange a participação interada entre município e demais escalas do poder público, a fala do consultor nas duas respostas acima deixou evidenciada a necessidade de articulações, no entanto, ele salienta que em muitos casos tais processos dependem da densidade de capital social. Portanto, fica claro que é necessário romper com as divergências, falta de cooperação, culturas políticas centralizadoras no território que é *lócus* de um projeto de desenvolvimento.

- Vários empresários afirmaram que até hoje não conseguem entender o projeto APL, percebeu-se que isto ocorreu já no início quando foi implantado o projeto. Que leitura o senhor faz dessa situação?

Eles? Os empresários? Ta veja bem, eu acho que talvez é preciso separar algumas coisas, por que veja, na realidade você não implanta um APL né, você não estabelece um APL por decreto por alguma coisa assim né? Você mapeia a existência do APL pela dinâmica local que existe. Inclusive assim, talvez aqui o APL já estivesse configurado mesmo sem que os empresários soubessem. Eles não entendem o conceito, mais eles praticam coisas características de um APL, e eles relatam! Eles tem resultados com isso, eles são conscientes disso. Tanto é que quando você faz uma missão técnica para visitar alguns centros de malhas, de moda e tudo mais, a participação é maciça.

- A sua visão é a de que espontaneamente o APL vai se estruturando?

Vão se estruturando, as entidades fixadas aqui já vinham se estruturando, as

entidades começaram aqui facilitar esse processo. O SEBRAE ajudou nesse processo.

O consultor ao responder as duas questões acima, demonstrou certo "espanto" se surpreendendo quando fora comentado que muitos empresários ainda não conseguem compreender o que é um APL, quais os seus benefícios. Em meio a isto ele fala que o que pode estar acontecendo é que eles não entendem a dimensão do conceito, mais que com o passar do tempo o arranjo se estruturará. Acredita-se que é preciso deixar claro para os membros o que realmente é um APL, pois se muitos não entendem o conceito, certamente não se sentirão estimulados a participarem assiduamente das propostas definidas no projeto. Se não está havendo entendimento, isto significa que algo ficou a desejar já nas primeiras reuniões feitas com os donos de empresas.

- E a não adesão de vários empresários no APL de Imbituva?

Basicamente não tem nenhum deles! A não participação de um número grande de empresários em algumas ações, não quer dizer que sejam desinteressados. E mais, a de se ter que quando você tem um grupo de pessoas, você sempre vai ter um grupo que vai estar mais a frente, um grupo que está num passo mais intermediário, e um outro grupo que esta indo... isso é natural. Você nunca vai ter todo mundo no mesmo passo não é? Você tem estágios diferentes, e é natural que você tenha um grupo que está puxando este processo.

- Percebe-se que a maioria do empresariado fica na espera de ações que venham do Estado, ou do SEBRAE para o âmbito local. Qual a sua opinião?

Não, não, pelo contrário, eles têm iniciativa! Eles têm iniciativa! Tanto é que quando eles fazem o planejamento, são eles que estão propondo as ações. Não é o SEBRAE que propõe o planejamento.

Ficou claro na conversa realizada, que o consultor não concorda com o fato constatado na presente pesquisa, de não haver adesão e iniciativa de vários empresários em ações do APL. De acordo com ele é normal que alguns não participem muito, mas com relação às iniciativas, o mesmo frisa que são os empresários que tomam e propõem ações. No entanto, em pesquisas de campo

houve empresários que ressaltaram que procuram não participar por que muitas ações são postas e na prática é difícil efetivar, e que muitas das ações são frutos de ideias do órgão atuante no município.

- E a questão da exportação? Os empresários falam que o SEBRAE prometeu que o APL exportaria em curto prazo, e vê-se que o sonho deles até hoje é o de exportar.

Sim, isso pode ser a exportação é mais um nicho de mercado né? Então, podem chegar lá, eu acho que podem têm totais condições, mais não vai ser assim, não é o APL que vai exportar, o APL é a estrutura dinâmica do funcionamento das empresas, é do conjunto de empresas. Agora quem vai exportar são as empresas individualmente. Não é o APL, não é por que tem um APL que vai para a Europa, não existe isso. O APL na realidade é um órgão federal/nacional, é uma dinâmica, o APL não compra, o APL não vende né, mais as empresas que participam do APL elas compram, vendem, elas fazem compras conjuntas.

Ao comentar sobre exportação, constatou-se que o consultor não aprofundou muito o diálogo, uma vez que é perceptível em meio ao empresariado o descontentamento com o órgão que nas primeiras reuniões teceu comentários que como alternativa para a temporada de calor no hemisfério sul, o APL exportaria a produção do tricot. Porém, como tal ideia ainda não chegou próxima de ser posta em prática, muitos proprietários reclamam que foram alimentados de esperança, e que assim, não mais se sentem motivados a de fato abraçarem as ações do projeto APL. De acordo com o consultor as empresas “podem chegar lá”, porém, exportando individualmente.

- Em que sentido então o Estado atua em um APL? Qual a vinculação do Estado? Ele destina verbas para o SEBRAE, SENAI para reverter para o projeto?

Muito bem, o governo federal sim, agora o governo estadual pode não fazer isso, mais o Estado pode apenas fazer com que políticas federais cheguem mais fáceis as empresas participantes do APL. Ele incentiva as empresas do APL, pode ser como propositor de políticas. O Estado tem papel fundamental na hora em que você vai negociar com o ministério por exemplo, negociar uma política de apoio para as empresas de malharia né. O estado tem essa articulação e tem esse poder.

Então você coloca um secretário, coloca dentro de uma secretaria conversando com alguém do ministério é muito mais fácil de você conseguir né? Então, este papel de articulação do Estado pode não ser percebido, mais ele é importante! Repito, pode não ser percebido pelos empresários mais ele é importante.

De acordo com a resposta do consultor, o SEBRAE não receberia verbas do Estado para direcionar aos APLs, no entanto, segundo o entrevistado o Estado teria (tem) forte importância no sentido de possibilitar negociações com ministérios do governo federal. Nas palavras do consultor "*você coloca um secretário, coloca dentro de uma secretaria conversando com alguém do ministério é muito mais fácil de você conseguir!".* Enfim, apesar de perceber que a atuação do Estado não se dá de forma intensa, o mesmo possui significativa importância.

- Em sua opinião tem-se ou não uma carência do poder público do território imbituvense e dos empresários na hora de elaborar projetos, ações para o APL?

Perfeitamente, quando é feito o planejamento, você veja, nós não interferimos no andamento. Nós estamos ali para acompanhar, trazemos alguém que ajuda a estruturar o planejamento! E dentro daquilo que eles definem como sendo as ações que eles querem para a competitividade das empresas, o SEBRAE atua diretamente. Eles definem isso, aí eles definem o projeto que eles querem ter, por exemplo: as placas na BR. O SEBRAE não vai fazer nada, não é a nossa área, não é nossa competência, mais é deles.

Compreendeu-se na fala do consultor que de fato algumas carências se manifestam no território local do APL em questão, dada a não participação ativa de membros do poder público, assim como de empresários em ações do APL. De acordo com o consultor *"muitas questões não competem a nós"*, ou seja, nem tudo pode ser efetivado pela via do SEBRAE, portanto, é necessário que a governança do arranjo como um todo participe das tomadas de decisões pondo-as em práticas. Em resumo, é condição primordial estreitar as práticas participativas em meio a governança que compõe o APL do tricot de Imbituva.

- O empresariado comenta que o SEBRAE representa o Estado? Por quê?

Em alguns momentos até pela proximidade que nós temos com o governo

do Estado, mais na realidade agente não representa o Estado, mais agente faz chegar aqui algumas coisas do Estado, e leva daqui algumas coisas que eles querem para o Estado. Isto também agente faz.

O consultor representante do SEBRAE aparentou em sua fala que de certa forma convém que os membros do APL acreditem que o órgão representa o Estado, pois, não há muito empenho em esclarecer tal equívoco no meio do empresariado participante do projeto no município de Imbituva.

3.8. AS DIFICULDADES QUE PERMEIAM O APL DE TRICOT

Ao buscar compreender o projeto APL, procurou-se instigar o empresariado a revelarem os possíveis problemas que permeariam o arranjo, dificultando o seu desenvolvimento. Foi perguntado para eles sobre as dificuldades enfrentadas e que precisariam ser solucionadas (quadro 10).

As respostas revelaram que as maiores dificuldades existentes no APL do tricot, dizem respeito à carência de mão de obra qualificada, uma vez que a escola do tricot responsável por proporcionar a capacitação de jovens e adultos que queiram trabalhar no ramo, vem funcionando com maquinários muito antigos, não acompanhando a evolução tecnológica que adentrou no ramo. Sendo assim, há uma grande dificuldade em contratar funcionários que sejam especializados na elaboração de programas para tecer modelos de roupas nas máquinas computadorizadas que adentraram no ramo.

Durante as pesquisas de campo, obteve-se a informação que apenas um jovem eu é morador da cidade de Imbituva possui experiência em elaborar programas contendo modelos de peças de roupas de tricot, no entanto, não se tem formação para este tipo de profissional dentro do APL. Em meio a tal problemática, algumas empresas menores queixam-se das maiores, já que o profissional que produz os programas, em grande parte trabalha em função delas. Compreendeu-se que de fato está havendo falta de mão de obra qualificada no APL. Uma empresária comentou: *"Os jovens, não querem nada com nada, não se interessam, ficam esperando benefícios, bolsas vindas do governo"*. No entanto, vê-se que não é uma questão de desinteresse da parte dos jovens, mas sim, de falta de investimentos dentro do setor, para isto seria necessário atrair políticas públicas no sentido de por em prática um projeto de formação profissional visando dar suporte para as

demandas de trabalho do arranjo.

Em conversa com o jovem que elabora os programas na cidade, o mesmo afirmou estar desanimado em continuar com o serviço, pois segundo ele o seu trabalho é pouco valorizado, já os cursos que ele necessita realizar para confeccionar programas inovadores são muito caros, e o empresariado não disponibiliza subsídios para ele conseguir cursar. Ao questionar alguns empresários sobre o que havia relatado o profissional responsável pelos programas, estes disseram que é difícil dar ajuda de custo para formar um profissional, pois mais tarde a pessoa que foi formada pode ser contratada para trabalhar para uma empresa apenas, logo, os demais sairiam no prejuízo. Novamente pode-se perceber a falta de confiança que atua no contexto social do empresariado, uma característica cultural fortemente impregnada no cotidiano de muitas pessoas.

Outra dificuldade relatada pelo empresariado concerne a linhas de financiamento para se investir no APL. Compreendeu-se que para ter acesso aos financiamentos do BNDS a empresa precisa conter certo *status* no ramo, ou seja, precisa estar estruturada abarcando garantias de pagamento etc., além do mais, no caso da compra de máquinas, estas são financiadas somente se forem novas, pois se forem usadas dificilmente consegue-se obter financiamento. Os empresários reclamam que é muito difícil comprar equipamentos sempre novos diretos das fábricas, pois o preço é elevado, e muitos ainda não estão estruturados no ramo. Isso acaba inibindo o crescimento de muitas pequenas empresas, que dados os óbices existentes nos programas de créditos de fomento ao desenvolvimento, restringe-se a sua obtenção, principalmente para os empresários iniciantes.

Os entrevistados também elucidaram muito a ideia de exportar os produtos por eles confeccionados. Como já fora discutido neste estudo, um grande desejo de comercializar a produção do tricot com outros países materializou-se no pensar de grande parte dos proprietários das empresas do APL. Porém, vê-se que o segmento ainda não está estruturado no âmbito regional, sendo assim, há muito que se fazer, para futuramente trabalhar um projeto de exportação.

Por fim, destaca-se que os donos das empresas enfatizam constantemente a necessidade de divulgar mais a especialidade do segmento, para que o APL seja conhecido a nível nacional atraindo mais lojistas. Para isto é imprescindível o apoio dos órgãos públicos no sentido de direcionarem projetos, verbas, para poder ser realizado um trabalho de marketing destacando Imbituva como portadora de um

importante ramo produtor de roupas de tricot para inverno.

Salienta-se que em entrevistas alguns empresários comentaram que na realidade muitas coisas precisam ser feitas no município para um melhor desenvolvimento do ramo, pois há necessidade da construção de um espaço físico apropriado para realizar a feira que contenha uma infraestrutura que permita dar comodidade aos lojistas que vem de outras cidades e Estados, uma vez que no local cedido pela prefeitura aonde vem sendo realizado o evento, a infraestrutura comporta deficiências por ter poucos banheiros, por não ter estacionamento seguro, além do mais, a cidade dispõe de apenas dois hotéis, não há banheiros públicos na cidade, não se tem um espaço próprio para alimentação durante a feira, enfim, toda uma questão de planejamento infraestrutural.

Aponta-se que a prefeitura do município procura apoiar o evento e as empresas, bem como a escola formadora de profissionais para o arranjo, entretanto, um projeto transformador ainda não se concretizou, ficando a espera, para assim fomentar o desenvolvimento local e talvez regional.

EMPRESA 01	Dificuldades de acesso a linhas de crédito. O cartão BNDS tem um limite de 5.000 reais ao ano, isso é muito pouco só dá para comprar a lã.
EMPRESA 02	Falta de mão de obra qualificada.
EMPRESA 03	Não estou tendo dificuldades, não utilizo empréstimos, trabalho com recursos próprios dados os juros em adquirir.
EMPRESA 04	Diminuição de clientes. Melhorar a capacitação dos funcionários a mão de obra. Atrair mais compradores.
EMPRESA 05	Divulgação da cidade, tem pessoas que não conhecem apesar das propagandas que tem. Mão de obra qualificada. A escola de malhas é muito básica, não contempla.
EMPRESA 06	Produção só para inverno. Uma linha verão teria que ter um grande investimento, e isso é muito caro.
EMPRESA 07	Vendas só no inverno. Teria que exportar, conseguir representantes.
EMPRESA 08	Mão de obra qualificada, pouca linha de crédito, consignação desleal.
EMPRESA 09	Pouco capital de giro.
EMPRESA 10	Poucos compradores, mais divulgação do setor, mais capacitação de mão de obra, pois não temos bons funcionários, faltam programadores de máquinas.
EMPRESA 11	Mão de obra qualificada, falta profissionais.
EMPRESA 12	Capital de giro BNDS/BRDE, mão de obra qualificada.
EMPRESA 13	Exportar, vendas para todo ano, e mão de obra qualificada.
EMPRESA 14	Aumentar a divulgação fora do período da feira, atrair mais o público para visitar as malharias, construção do centro comercial próximo a rodovia. O Estado deveria contribuir para a divulgação.
EMPRESA 15	Concorrência vinda de fora, mão de obra cara.
EMPRESA 16	Falta de mão de obra qualificada, falta de um shopping de malhas.
EMPRESA 17	Falta de linha de créditos e financiamentos.
EMPRESA 18	Pouca linha de crédito.
EMPRESA 19	Capital de giro pouco facilitado, muita burocracia, BNDS com baixo limite, mão de obra qualificada.
EMPRESA 20	Pouca divulgação.

EMPRESA 21	Recusou a visita e o questionário.
EMPRESA 22	Pouco financiamento, poucas vendas.
EMPRESA 23	Recusou a visita e o questionário.
EMPRESA 24	Juros altos, pouca linha de crédito.
EMPRESA 25	Mão de obra, dificuldades na compra de matérias primas em conjunto para diminuir os custos, poucas vendas, falta de representantes.
EMPRESA 26	Recusou a visita e o questionário.
EMPRESA 27	Recusou a visita e o questionário.
EMPRESA 28	Mao de obra, espaço físico da feira está ficando pequeno. Ainda tem muitas dificuldades para a obtenção de financiamento para adquirir equipamentos.
EMPRESA 29	Obter mais financiamento.
EMPRESA 30	Recusou a visita e o questionário
EMPRESA 31	Aumentar o volume de produção. Aumentar o numero de vendas anuais.
EMPRESA 32	Escassez de mão de obra qualificada. Quando quer se admitir um funcionário as empresas têm de treiná-los. Em nossa cidade faltam cursos profissionalizantes e falta interesse das pessoas em fazer o curso que a escola de malhas oferece. A solução seria fornecer aos jovens escolas profissionalizantes, fazer com que se interessem pelo setor pois na verdade é um trabalho melhor remunerado e menos cansativo do que trabalhar por exemplo em madeireira. É preciso diminuir a política do “dá isso dá aquilo” e seguir o ditado “não de o peixe, ensine a pescar”.
EMPRESA 33	Recusou a visita e o questionário
EMPRESA 34	Treinamento de mão de obra.
EMPRESA 35	Mão de obra especializada.
EMPRESA 36	Recusou a visita e o questionário

QUADRO 10. AS DIFICULDADES EXISTENTES NO APL
Fonte: BOBATO, Zaqueu Luiz 2011.

As dificuldades destacadas pelo empresariado local permitem compreender que, elas ocorrem, devido não apenas as relações conflitantes tecidas por eles, mas, também dadas as carências de políticas públicas tanto da esfera local, como estadual.

No que diz respeito a políticas públicas pensadas no município onde se encontra o APL, percebeu-se que não há projetos que visem o dinamismo do segmento do tricot, e como foi constatado no decorrer do presente estudo, a maioria do empresariado local não se insere nas discussões políticas procurando catalisar projetos para o arranjo.

Soma-se a carência do âmbito local, a tímida atuação do governo estadual. Este último não vem atuando de forma satisfatória. Tal fragilidade em direcionar políticas para APls pode ser explicada a partir de análises sobre os PPAs de 2004-2007 e 2008-2011elaborados pelo governo do Estado do Paraná.

No PPA de 2004-2007, presencia-se que o Estado direcionou num primeiro momento apoio a identificação e formalização de arranjos produtivos. De fato, vários APLs foram identificados nesse período, e isso pressupunha a pensar que a partir das caracterizações de arranjos realizadas, o governo do Estado atrelado ao

governo federal passaria a desempenhar o papel de fortalecer os aglomerados, e isto se daria por meio do direcionamento de verbas, projetos. No entanto, o PPA de 2008-2011[33] do governo estadual, se apresenta sendo insuficiente a fomentar o desenvolvimento e a consolidação dos APLs no território. O PPA 2008-2011 contemplou timidamente o apoio ao modelo de APL, tanto é que o plano sofreu no decorrer dos anos alterações, e as modificações excluíram várias propostas para os APLs alegando não haver execução orçamentária para os arranjos

Compreende-se que houve uma paralisação no pensar o desenvolvimento em torno da temática dos arranjos produtivos no Estado. Sendo assim, não é difícil compreender o porquê das dificuldades que foram encontradas no caso do APL de Imbituva, ou seja, há problemas internos, e isto se deve as tímidas relações de cooperação atreladas ao contexto histórico e geográfico de formação do território. Porém, é preciso salientar que as peculiaridades que caracterizam o território do APL somam-se as carências que emanam do governo do Estado em propor e direcionar políticas públicas que contemplem o tecido territorial do arranjo.

[33] PPA disponível no site: http://www.sepl.pr.gov.br

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de globalização acentuado na década de 1980 resultou em transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, no território brasileiro. Em meio à lógica globalizante entrelaçada a descentralização política do Brasil dada a Constituição de 1988, a escala local passou a obter significativa valorização, dotando os agentes que nela vivem de responsabilidades em angariar projetos de desenvolvimento.

A perspectiva de valorização da escala local iniciou-se na Europa em meio a crises econômicas na década de 1970. Neste período de crises começa a haver uma reestruturação dos SPLs, aonde se procurou adaptá-los às novas condições tecnológicas e comerciais que vinham sendo impulsionadas pela globalização. O modelo europeu de enfrentamento as dificuldades econômicas não demorou em adentrar no Brasil sob a forma de políticas públicas, com o intento de dinamizar os territórios locais do país.

Objetivando promover o desenvolvimento econômico e social de espaços territoriais locais, o governo federal no início da década de 2000 lança projetos de políticas públicas que procuram valorizar as especificidades sociais, econômicas e culturais de Estados e municípios, possibilitando-os de se entrelaçarem a fim de promoverem geração de emprego e renda para os habitantes que vivem no território, alvo dos projetos. Tais iniciativas de políticas públicas, como no caso dos APLs, adentraram em diversos espaços territoriais do país com “alguns” aspectos de uma política de desenvolvimento territorial com propostas renovadas, sendo que esta preza pela participação nas tomadas de decisões, assim como pelas formas de valorização das “vocações” existentes no local, procurando gerar graus de desenvolvimento coletivos.

Para desenvolver o modelo de APL no país, o governo federal contou com as experiências do órgão privado SEBRAE, já que ele vinha tendo conhecimentos e trabalhando com projetos para APLs, uma vez que tinha incorporado as experiências europeias e norte americanas de modelos de organização da produção em formato de aglomerados produtivos.

O Estado do Paraná em meio a perspectiva de desenvolvimento do governo federal aderiu aos formatos intitulados de APLs, passando a direcionar políticas públicas de fomento aos arranjos. Num primeiro momento, o Estado desenvolveu

estudos mapeando aglomerações que poderiam se configurar como aglomerados de empresas. Após várias fases de levantamento de informações sobre os arranjos que estavam sendo “descobertos”, o Estado paranaense evidenciou o estabelecimento de 22 potenciais APLs que passariam a receber o “seu apoio”.

Dentre os 22 municípios que tiveram APLs identificados no Estado, esteve o de Imbituva, devido este possuir uma concentração de empresas especializadas na confecção de peças de roupas de tricot para inverno, logo, passou a contemplar a perspectiva de desenvolvimento que preza por formas de cooperação, articulação com instituições públicas e privadas, participação sociopolítica, que são as características definidoras de uma organização nos moldes de APL.

Destaca-se que o presente estudo, ao versar compreender a implementação das políticas públicas territoriais de APLs, realizando um enfoque no APL do tricot de Imbituva, permitiu elaborar alguns apontamentos, sendo que: primeiramente constatou-se que o processo histórico e geográfico de formação do território imbituvense, evidencia que o “poder” se fez presente em sua consolidação, e este se deu em meio a apropriação de grandes quantidades de terras pelos primeiros habitantes. Também em meio às relações de poder, teve o intrínseco processo de interação homem-natureza, que desde o início de seu desbravamento ocorrera, já que os fatores físico-naturais abundantes propiciaram a fixação de pessoas que paulatinamente formaram o povoado.

Compreendeu-se que a consolidação do *constructo* territorial esteve intimamente ligada a atividades agrárias, e esta se caracterizou como a “vocação” do município no início de sua construção. Tanto os imigrantes alemães, como italianos ao povoarem o município, estabeleceram um forte viés de ligação para com as atividades agrárias e extrativistas, logo, uma acirrada relação sociedade-natureza no território, marcadas obviamente por relações de poder. Com o passar dos tempos, o município foi crescendo em termos populacionais e econômicos, novas atividades se originaram, e, muitas delas sem ligação direta com as práticas agrícolas e extrativistas, como por exemplo, o segmento do tricot.

Acredita-se que o ramo especializado na confecção do tricot enfrenta dificuldades organizacionais devido ser relativamente recente a atividade no município (década de 1970), além do mais, somam-se a isso as questões de cunho cultural que atuam no território, pois a vocação inicial do espaço territorial (1861) e que persiste até hoje, foi e continua sendo as atividades agrárias e extrativistas

ligadas ao tropeirismo, sendo, portanto a vocação *primeva* do território. Porém, concebe-se que são possíveis outras formas de atividades se territorializarem no município como no caso o tricot, no entanto, o êxito de tal atividade certamente irá requerer um longo período de tempo para de fato promover processos de desenvolvimento satisfatórios no espaço territorial local.

Percebeu-se que o ramo do tricot no município, surgiu pela via de um processo difuso (uma empresa atraída pela outra) motivadas por um desejo de ascensão financeira, e devido ao envolvimento familiar, já que vários filhos deram continuidade no trabalho das empresas dos pais. Viu-se que em muitos casos a falta de perspectiva e "interesse" em procurar dinamizar o arranjo, deriva do fato de muitos terem o ramo como uma segunda, terceira opção para a sobrevivência. Poucos são os proprietários que sobrevivem exclusivamente da renda obtida pela empresa do tricot.

Ao buscar entender a implantação do projeto APL no município de Imbituva, notou-se que antes do Estado o caracterizar como possuidor de um APL, o mesmo já vinha se organizando nos moldes de arranjo com a ajuda do SEBRAE. Entretanto, a partir de 2005 o governo do Estado ao procurar fomentar as experiências que já estavam sendo desenvolvidas pelo SEBRAE, passa a ressaltar que apoiaria os arranjos direcionando projetos a fim de desenvolvê-los. Para tanto, passou a congregar o órgão SEBRAE em sua rede de instituições que o auxiliaria a desenvolver projetos nos APLs.

A partir daí, o SEBRAE passou a atuar de forma intensa, porém, sem muita ajuda do Estado. Portanto, percebe-se que no caso do arranjo do tricot, o governo estadual tem uma tímida atuação, sendo em grande parte o órgão privado do SEBRAE na pessoa de consultores que chegam até o empresariado a fim de auxiliá-los. Compreendeu-se que a partir do momento em que o SEBRAE passou a compor a rede em prol dos APLs junto ao Estado, o mesmo passou a disseminar mais intensamente proposta junto ao APL de Imbituva. No entanto, muitas das propostas como ressaltaram os proprietários de empresas, se tornaram "apenas discurso" não sendo efetivadas. Isso é um problema evidente no arranjo, pois muitos "desanimaram" com o projeto, dado a não concretização de propostas, tanto pelo SEBRAE, como, pelo Estado do Paraná.

Concluiu-se que a concentração de empresas do tricot ao ser inserido no projeto do Estado, teve sua "trajetória espontânea" de APL interferida, passando a se

organizar de acordo com o projeto do Estado. Portanto, o projeto se caracterizou sendo uma política pública, uma vez que houve um conjunto de ações emanadas do governo estadual atrelado ao governo federal.

Salienta-se ter compreendido que a perspectiva de APL no Brasil foi reflexo de mudanças no cenário político e econômico globalizado, assim sendo, os projetos nos arranjos produtivos reiteraram a importância da escala local como um espaço territorial propício a geração de emprego e renda, assim como de resistência aos impactos globalizantes.

Ainda no que tange a inserção do projeto no tecido territorial de Imbituva, acredita-se que este contemplou características da perspectiva renovada de desenvolvimento, uma vez que houve o envolvimento dos agentes a serem beneficiados. Foi constatado que a maioria dos empresários afirmou que o projeto levou em conta as suas ideias, as especificidades do local, apesar de que houve casos de relatos de alguns donos de empresas que afirmaram que as ideias não foram totalmente aceitas pelos consultores do SEBRAE, e que eles (consultores) “adaptaram” muitas delas.

Evidenciou-se que vários empresários não entendem o que é um APL, alguns conseguem definir apenas a sigla. Houve casos de donos de empresas que não queriam participar do estudo em questão, dizendo não saberem responder questões que envolvessem o termo APL. Sendo assim, acredita-se ser necessário rever a forma de atuação das instituições que agem no arranjo, a fim de sanar as dúvidas de grande parte do empresariado, pois se a pessoa não entende, fica difícil se interessar em de fato participar e “abraçar” a causa do projeto.

Mesmo com as dificuldades e divergências que se tem no APL, concluiu-se haver benefícios para o empresariado, já que viagens a eventos, cursos de qualificação profissional, compras conjuntas a menores custos, *marketing,* linhas de créditos, parcerias, cooperação sendo estimulada etc., tudo isto vem sendo propiciado para os membros. Entretanto, há recusas em aderirem totalmente ao projeto, em lutarem pelo desenvolvimento, e é neste sentido que precisa haver um direcionamento de ações, tanto pelo Estado como pelo município, assim como pelas instituições que fazem parte da governança do arranjo, a fim de possibilitar um maior envolvimento cooperativo dos empresários.

Também o estudo permitiu constatar que o enfoque territorial, característico da concepção renovada de desenvolvimento, se fez presente no município

imbituvense de forma restrita, já que não rompeu com a visão fragmentada, setorializada, sendo voltado para um segmento específico, no caso o do tricot. Contudo, um passo importante foi dado, pois mesmo o projeto não sendo territorializado em sua totalidade, o mesmo prezou pelas formas renovadas ao conferir aos empresários a chance de participarem expondo as ideias características do contexto geográfico local.

Ao conceber o território no presente estudo pela via integradora, concluiu-se que ele é um recurso importante para promover o desenvolvimento, uma vez que carrega consigo as relações estabelecidas entre a sociedade e a natureza envolvida pela política, pela economia, e pela cultura, constituídas histórica e geograficamente no espaço. Percebeu-se que o *constructo* territorial do município de Imbituva contempla peculiaridades culturais, que se originaram já no momento em que começou o seu processo de povoamento, sendo que elas não foram identificadas e levadas em consideração pelo Estado e pelo SEBRAE, ao se efetivar o projeto no município. Clarifica-se que as peculiaridades dizem respeito à vocação *primeva* do território, bem como as diversidades culturais ligadas a descendência e religiosidades que se tem no arranjo.

É necessário salientar que um projeto de APL necessariamente deve levar em consideração a cultura existente no tecido territorial almejado, pois as relações de sinergia, as trocas de informações, a união, confiança, que são elementares para o bom desempenho de um dado arranjo, estas envolvem a cultura da sociedade no território. Assim sendo, propõe-se que futuros projetos que envolvam o coletivo do território do APL, sejam adaptados a diversidade cultural que ali existe, uma vez que esta está dificultando as relações de cooperação entre o empresariado, e isso está refletindo no desenvolvimento do arranjo, bem como, do município.

No que concerne a cultura política do território, concluiu-se que esta choca com as perspectivas de práticas descentralizadas, já que o coletivo não se sente responsável pelos processos políticos nas mais diferentes escalas da federação. Presenciou-se que a maioria deles não se sente bem quando se menciona o termo política, a maioria se recusa responder, e quando respondem, suas falas são tímidas.

Aponta-se que a cultura política que os envolve inviabiliza o entrelaçamento dos mesmos junto aos membros do poder público, sobretudo municipal. Fora constatado que os processos de interação entre eles ocorrem esporadicamente.

Constatou-se que a maioria dos empresários não procuram buscar alternativas de melhorias para o setor junto às esferas do poder público, tanto local, como estadual. No entanto, compreendeu-se que esta cultura política presenciada, é fruto dos contextos históricos e geográficos vivenciados no Brasil, porém, isso dificulta a solidez de articulações entre os agentes que compõe a estrutura de governança do arranjo em questão, logo, ocasionando perdas para o coletivo social do território.

O modelo APL consolidado no Brasil comporta características de uma política descentralizada, pois, este tipo de organização visa uma plêiade de articulações entre diferentes agentes sociais (instituições públicas e privadas, classe política) que compõe o território local. Contudo, os mecanismos que possibilitam o êxito de atividades aglomeradas, dependem em grande parte da eficiência do poder de participação e governança político institucional que rege a escala, fato este que não se dá de forma maturada no APL de Imbituva.

Quanto aos aspectos limitantes em torno da participação e governança identificadas no território, presenciou-se que há uma fragmentação nessas relações interadas, uma vez que a maioria do empresariado não se sente a vontade para falar de questões que se relacionam a política. Entretanto, acredita-se ser uma condição básica haver vínculos de interação entre eles para que o desenvolvimento do arranjo seja desencadeado da melhor forma possível.

Percebeu-se que muitas coisas precisam ser feitas no território municipal para um melhor desenvolvimento do APL. Há a necessidade da construção de um espaço físico apropriado para realizar a feira, sendo que este precisa ter uma infraestrutura que possibilite segurança e tranquilidade para os lojistas que vem de outras cidades de dentro e fora do Estado, uma vez que no local cedido pela prefeitura aonde vem sendo realizado o evento, a infraestrutura comporta deficiências por ter poucos banheiros, por não ter estacionamento seguro, além do mais, a cidade dispõe de apenas dois hotéis, não há banheiros públicos na cidade, e não se tem um espaço apropriado para alimentação durante o evento FEMAI.

Em meio aos problemas encontrados é preciso reiterar a importância da concentração de empresas do tricot para o território de Imbituva, já que esta gera diversos empregos diretos e indiretos, portanto, uma possível decadência acarretaria consequências para o município, pois, devido este ser relativamente pequeno com poucas opções de emprego, a inserção de famílias inteiras que precisam de trabalho para sobreviver seria uma tarefa difícil de ser solucionada. A partir disso, é preciso

empenho e trabalho cooperado para de fato fazer emergir projetos e ações que contribuam para o desenvolvimento do APL.

Concebe-se neste estudo que o modelo Europeu e norte americano incorporado no Brasil sob a nomenclatura de APL, na maioria das vezes “choca” com a realidade de seus estados e municípios, pois as especificidades históricas, geográficas e culturais, são completamente diferentes das de onde surgiu o modelo. Portanto, tal realidade na maioria das vezes gera resistências, como é o caso do ramo do tricot de Imbituva. No entanto, acredita-se que com o passar dos anos as resistências vão sendo superadas, e desta forma, as relações características de um APL serão maturadas, gerando de fato desenvolvimento para o território local.

Finaliza-se este estudo tendo a compreensão de que a temática dos APLs é de grande importância, apesar de ainda existir dificuldades em se encontrar uma definição precisa para tal forma de organização da produção. Contudo, quando esta forma de organização produtiva é bem trabalhada, a mesma pode possibilitar a dinamização econômica e social de um dado território, reforçando assim as suas formas de resistência aos impactos negativos advindos da globalização. No entanto, é preciso ter em mente que há uma diversidade de conceitos e nomenclaturas para o fenômeno de aglomerados produtivos, e estas resultam em equívocos em muitos trabalhos de pesquisa, pois quando o pesquisador ainda não possui uma “maturidade intelectual”, este poderá ficar apenas em uma discussão exaustiva de conceitos, procurando encontrar um consenso teórico que se torne adequado à realidade brasileira. Quando isso ocorre, perde-se a oportunidade de desvendar as complexas relações engendradas por traz das definições que na maioria dos casos se resumem não nas nomenclaturas institucionalizadas, mas sim em uma rica e complexa realidade de “Concentração Territorial de Empresas Afins (CTEAs)”.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Rui. **A CRISE DA FEDERAÇÃO NO BRASIL.** Ensaios, FEE, Porto Alegre 1994.

ALBAGLI, S. e BRITO, J**. Arranjos Produtivos Locais:** Uma nova estratégia de ação para o SEBRAE – Glossário de Arranjos Produtivos Locais. RedeSist, 2002. Disponível em: <www.ie.ufrj.br/redesist>. Acesso em 15 de junho de 2011.

BANDEIRA, Pedro Silveira. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. In: BECKER, Dinizar Fermiano; BANDEIRA, Pedro Silveira (Org.). **Determinantes e desafios contemporâneos.** Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2000.

BARQUERO, Antonio Vázquez. **DESENVOLVIMENTO LOCAL:** NOVAS DINÂMICAS NA ACUMULAÇÃO E REGULAÇÃO DO CAPITAL. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 221-241, 1995.

_____. **DESARROLLO ENDOGENO Y GLOBALIZACION.** Editorial Homo Sapiens, Rosario, 2001. Disponível em: <http://www.dhl.hegoa.ehu.es/ficheros/0000/0119/desarrollo_endogeno_y_globalizacion.pdf>. Acesso em 21 de junho de 2011.

BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos; ABRAMOVAY, Ricardo. **Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais.** Revista nova Economia_Belo Horizonte_14 (3)_35-70_setembro-dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.face.ufmg.br/novaeconomia/sumarios/v14n3/140302.pdf>. Acesso em 23 de novembro de 2010.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização:** na aurora do século XXI. Tradução: Antonio de Pádua Danesi. 2. Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e desenvolvimento:** as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição **da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acessado em 13 de outubro de 2010.

BOBATO, Zaqueu Luiz; SILVA JUNIOR, Roberto França da. O Arranjo Produtivo Local De Imbituva, o espaço e o processo de globalização: elementos para uma problematização geográfica. In: **Anais do Encontro Anual de Iniciação Científica (EAIC).** Foz do Iguaçu, 2008. Disponível em: <http://www.ppg.uem.br/docs/pes/eaic/XVII_EAIC/index.html>. Acesso em 20 de

Agosto de 2010.

BOBATO, Zaqueu Luiz; SILVA JÚNIOR, Roberto França da. **O ARRANJO PRODUTIVO DE MALHAS EM TRICOT DE IMBITUVA:** UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA SOBRE O CIRCUITO. Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/Programa Institucional de Iniciação Científica (RELATÓRIO FINAL). Irati, 2009.

BOISIER, Sérgio. Desarrollo (local): de qué estamos hablando. In: BECKER, Dinizar; BANDEIRA, Pedro S. **Desenvolvimento local-regional.** Determinantes e desafios contemporâneos. Vol 1. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 151-185.

Boletim Regional. **Informativo da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.** Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, 2010. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/desenvolvimentoregional/publicacoes/boletim.asp>. Acesso em: 20 de junho de 2011.

BUARQUE, S. **Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável**. IICA, Recife, 1999.

CAMPOS, Renato Ramos. Ampliando Espaços de Aprendizagem: Um Foco para Políticas de Estímulos aos Arranjos Produtivos Locais. In: MORAES SOUZA, Cristiane Mansur de; THEIS, Ivo Marcos (orgs). **Desenvolvimento regional:** abordagens contemporâneas. Blumenau: Edifurb, 2009.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena M. M. **O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas**. Relume Dumará Editora, 2003. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/redesist/P3/NTF2/Cassiolato%20e%20Lastres.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2011.

CASSIOLATO José E; SZAPIRO, Marina. Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, Helena M.M; CASSIOLATO, José E; MACIEL, Maria Lúcia (Orgs**). Pequena empresa:** cooperação e desenvolvimento local. Relume Dumará Editora, julho de 2003.

CASAROTTO FILHO, Nelson; PIRES, Luis Henrique. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local:** estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

CASTILHO, Maria Augusta de; ARENHARDT, Mauro Mallmann; LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. **Cultura e identidade**: **os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira, Chapadão do Sul, MS**. *Interações (Campo Grande)* [online]. 2009, vol.10, n.2, pp. 159-169. ISSN 1518-7012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/inter/v10n2/v10n2a04.pdf>. Acesso em 01 de julho de 2011.

CANO, Wilson**.** Prefácio. In: BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e desenvolvimento:** as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

CASTRO, Iná Elias de. **SOLIDARIEDADE TERRITORIAL E REPRESENTAÇÃO. NOVAS QUESTÕES PARA O PACTO FEDERATIVO NACIONAL**. Revista Território, 1(2), 1997. p. 33-42.

COSTA, Frederico Lustosa da; CUNHA, Augusto Paulo Guimarães. **Pensar o desenvolvimento a partir do local:** novo desafio para os gestores públicos. VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0044418.pdf>. Acesso em 29 de abril de 2011.

COSTA GOMES, Paulo Cesar da. O CONCEITO DE REGIÃO E SUA DISCUSSÃO. In: CASTRO, Iná Elias de. et al. (orgs). **Geografia:** conceitos e temas. 4 ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2002.

COSTA, Eduardo José Monteiro da. **Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional**. Ministério da Integração Nacional, Governo do Estado do Pará. Editora: Mais Gráfica. Brasília, 2010a.

COSTA, Eduardo José Monteiro da. Os Arranjos Produtivos Locais e o Desenvolvimento Regional no Brasil. In: **Boletim Regional. Informativo da Política Nacional de Desenvolvimento Regional** – nº 10 (setembro-dezembro de 2009 e janeiro-abril de 2010) – Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, 2010b.

_____. **Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional**. Ministério da Integração Nacional, Governo do Estado do Pará. Editora: Mais Gráfica. Brasília, 2010.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. **DESENVOLVIMENTO RURAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL:** O CASO DO PARANÁ TRADICIONAL. SEROPÉDICA, CPDA/UFRRJ, 2003. (TESE DE DOUTORADO).

_____. **Por um projeto sócio espacial de desenvolvimento**. Revista de História Regional, Vol. 3, No 2 (1998).

_____. **Território, desenvolvimento territorial e o "novo mundo rural".** Emancipação, 7(1): 165-176, 2007. Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/91/89>. Acesso em 15 de Maio de 2010.

_____. **Do desenvolvimento setorial ao desenvolvimento territorial.** Revista Redes, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 2, p. 261-282, maio/ago. 2006.

_____. Confiança, capital social e desenvolvimento territorial. In: **R. RA'EGA**. Curitiba, n. 4, p. 49-60. 2000. Editora da UFPR. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/viewFile/3339/2675>. Acesso em 12 janeiro de 2011.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Desenvolvimento regional:** por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?. 1 ed. Santa Cruz do Sul – EDUNISC, 2010.

DALLABRIDA, Valdir Roque; SIEDENBERG, Dieter Rugard; FERNÁNDEZ, Víctor Ramiro. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UMA REVISÃO TEÓRICA NA PERSPECTIVA DA TERRITORIALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO. In: DALLABRIDA, Valdir Roque. **Desenvolvimento regional:** por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?. 1 ed. Santa Cruz do Sul – EDUNISC, 2010.

DEMATTEIS, Giuseppe. Sistema Local Territorial (SLOT): Um instrumento para representar, ler e transformar o Território. In: SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão popular, 2007.(p. 33-61).

DIAS, Cláudia. **Pesquisa qualitativa –** características gerais e referências. Disponível em: <http://www.dfi.ccet.ufms.br/prrosa/metodologia/qualitativa.pdf>. Acesso em 15 de julho de 2010.

DOWBOR, Ladislau; POCHMANN, Marcio. Prefácio. In: DOWBOR, Ladislau. **Políticas para o desenvolvimento local.** São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

FELDMANN, Paulo Roberto. **A influência da cultura na gestão das empresas latino-americanas** . *Estud. av.* [online]. 2010, vol.24, n.68, pp. 321-334. ISSN 0103-4014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/22.pdf>. Acesso em 01 de julho de 2011.

FONSECA, Antonio Angelo Martins da. **Localismo e território diante das dinâmicas globais**. rde-revista de desenvolvimento econômico. Ano VI, n 10, Julho de 2004. Salvador Bahia.

FLORIAN, Fabiana; LORENZO, Helena Carvalho De. **Território e ambiente institucional:** o arranjo produtivo local (APL) "Bordados de Ibitinga-SP". 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5ª ed. 7ª

reimpressão. São Paulo, Atlas, 2006.

GOMES, Gustavo Maia; DOWELL, Maria Cristina Mac. **Descentralização Política, Federalismo Fiscal e Criação de Municípios:** O que É Mau para o Econômico nem sempre é Bom para o Social Brasília, fevereiro de 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td_706.pdf>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 4 ed. São Paulo. Cortez, 2011.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos.** Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002. p. 117-143.

_____. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2000.

HISSA, Hélio Barbosa. **Distritos industriais (ou clusters) como estratégia de desenvolvimento econômico local para o Brasil**. Publicado em: 26-02-2008. Disponível em: <http://www.artigonal.com/financas-artigos/distritos-industriais-ou-clusters-como-estrategia-de-desenvolvimento-economico-local-para-o-brasil-343008.html>. Acessado em: 13 de maio de 2011.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Imbituva:** censo agropecuário 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 08 de junho de 2011.

IGLIORI, Danilo Camargo. **Economia dos clusters industriais e desenvolvimento**. São Paulo: Iglu/FAPESP, 2001.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social- IPARDES. **Arranjos produtivos locais e o novo padrão de especialização regional da indústria paranaense na década de 90**. Curitiba: IPARDES, 2003.

_____. **Identificação, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para os arranjos produtivos locais (APLS) do Estado do Paraná:** etapa 1 – Identificação, mapeamento e construção da tipologia das aglomerações produtivas / IPARDES, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Curitiba: IPARDES, 2005a.

_____. **Identificação, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para os arranjos produtivos locais (APLS) do Estado do Paraná:** etapa 2 – Pré-seleção das aglomerações produtivas e mapeamento dos

ativos institucionais e das ocupações de perfil técnico-científico / IPARDES, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Curitiba: IPARDES, 2005b.

_____. **Identificação, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para os arranjos produtivos locais (APLs) do Estado do Paraná:** etapa 3 - Caracterização estrutural preliminar dos APLs pré-selecionados e notas metodológicas para os estudos de caso / IPARDES, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Curitiba: IPARDES, 2005c.

_____. **Arranjos produtivos locais do Estado do Paraná:** identificação, caracterização e construção de tipologia / IPARDES, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Curitiba: IPARDES, 2006a.

_____. **Estudo de caso:** versão preliminar. IPARDES e Secretaria de Estado do Planejamento (SELP) e Coordenação Geral. Arranjo produtivo local de instrumentos, equipamentos e aparelhos médico-odonto-hospitalares da Microrregião de Curitiba. Curitiba, 2006b.

_____. **Caderno Estatístico Município de Imbituva.** IPARDES, Maio de 2011. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=84430&btOk=ok>. Acesso em 05 de julho de 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LIPIETZ, Alain. **Audácia:** uma alternativa para o século 21. Tradução Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Nobel, 1991.

LEITE, Francisco Tarciso. **Metodologia Científica:** Métodos e técnicas de pesquisa: monografias, dissertações, teses e livros. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2008.

MALUF, Renato S. **Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico**. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, p. 53-86, out. 2000. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/esa/art/200010-053-086.pdf>. Acesso em 03 de agosto de 2010.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia:** tratado introdutório. Tradução: Rômulo de Almeida e Ottolmy Strauch. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. (OS ECONOMISTAS). Vol. I. (p. 261-368).

MINERAIS DO PARANÁ S.A. – MINEROPAR. **PROJETO RIQUEZAS MINERAIS:** AVALIAÇÃO DO POTENCIAL MINERAL E CONSULTORIA TÉCNICA NO MUNICÍPIO DE IMBITUVA. RELATÓRIO FINAL. Curitiba, Outubro de 2002.

Disponível em: <http://www.mineropar.pr.gov.br/arquivos/File/publicacoes/relatorios_concluidos/44_relatorios_concluidos.PDF>. Acesso em 10 de junho de 2011.

MIRANDA, Bruno. **Método Quantitativo versus Método Qualitativo.** (2008). Disponível em: <http://adrodomus.blogspot.com/2008/06/mtodo-quantitativo-versus-mtodo.html>. Acesso em 25 de Agosto de 2010.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia. Pequena História Crítica.** 14ª. ed. São Paulo: Anablume, 2004.

MOREIRA, R. Inovações tecnológicas e novas formas de gestão do trabalho. **Trabalho e Tecnologia – Caderno do Aluno**. São Paulo: CNM/CUT, 1998. p. 116-130.

MORAES SOUZA, Cristiane Mansur de; THEIS, Ivo Marcos (orgs). **Desenvolvimento regional:** abordagens contemporâneas. Blumenau: Edifurb, 2009.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil:** temas éticos e políticos da gestão democrática. 3 ed. São Paulo. Cortez, 2011.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2003

_____. **Cultura e Desenvolvimento.** Políticas Culturais em Revista, 1(1), p. 122-128, 2008. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/viewFile/3194/2304> Acesso em 01 de julho de 2011.

ORTEGA, Antonio César. **Desenvolvimento territorial e descentralização da gestão pública no Brasil:** limites e potencialidades dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local. X Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Santiago, Chile, 18 - 21 Oct. 2005.

PAIVA, Carlos Águedo. Capital social, comunidade, democracia e o planejamento do desenvolvimento no RS: uma avaliação de suas possibilidades à luz de sua história. In: WITTMANN, Milton Luiz; RAMOS, Marília Pata (org.). **Desenvolvimento regional**: capital social, redes e planejamento. Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2004.

POLÍTICA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS. **Manual Operacional para as Instituições Parceiras**. 2004. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1289322946.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2011.

Portaria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Nº 187, de 31 de Outubro de 2006. GRUPO DE TRABALHO PERMANENTE PARA ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS – GTP/APL. **MANUAL DE APOIO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS.** Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1289326568.pdf>. Acesso em 13 de maio de 2011.

Política Nacional de Desenvolvimento Regional **- PNDR 2007.** Disponível em: <http://www.mi.gov.br/desenvolvimentoregional/pndr/sumario.asp#sumario>. Acesso em 20 de Agosto de 2010.

Prefeitura Municipal de Imbituva. **Economia Imbituvense.** Disponível em: <http://www.imbituva.pr.gov.br/site_novo/index.php/economia>. Acesso em: 08 de junho de 2011.

POLETTO, Emílio Rafael. **O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E A PROMOÇÃO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APLs):** Uma aproximação Geográfica. OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, v.1, n.1, p.58-83, jan. 2009. Disponível em: <http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/1edicao/ODESENVOLVIMENTOTERRITORIALEAPROMOCAODOSARRANJOSPRODUTIVOSLOCAIS_APLs_Umaaproximacaogeografica.pdf>. Acesso em 11 de maio de 2011.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. p. 141-163.

REIS, José. **Uma epistemologia do território.** Estudos, Sociedade e Agricultura, Rio de Jan**e**iro, vol. 13, n 1, 2005. p. 5-50.

RUCKERT, Aldomar Arnaldo. **Políticas territoriais, ciência & tecnologia e a ação de atores locais e regionais**: **o Pólo de Modernização Tecnológica da Serra - Rio Grande do Sul - Brasil**. *Sociologias* [online]. 2004, n.11, pp. 148-183. ISSN 1517-4522

RUIZ, Fernando Martinson. **Pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa:** complementaridade cada vez mais enriquecedora. Adm. de Emp. em Revista, Curitiba, n. 3, p. 37-47, 2004.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento:** includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 07-69.

SANTOS, Milton. **Por Uma Outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro. Record, 2001.

_____. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Edusp, 2002.

SANTOS, Milton et al. **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: AP&A, 2 ed. 2006a. P. 13-23.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006b.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **TERRITÓRIO:** GLOBALIZAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998. P. 15-72.

SANTOS, Theotonio dos. A globalização reforça as particularidades. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (orgs). **TERRITÓRIO Globalização e Fragmentação**. 4 ed. Editora Hucitec-Anpur 1998.
p. 72-76.

SANTOS, Fabiana; CROCCO, Marco; SIMÕES, Rodrigo. **ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS INFORMAIS:** UMA ANÁLISE DE COMPONENTES PRINCIPAIS PARA NOVA SERRANA E UBÁ – MINAS GERAIS. In: *Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira, 2002. Disponível em:* <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D30.PDF>. Acesso em 18 de abril de 2011.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E DESENVOLVIMENTO: DIFERENTES PERSPECTIVAS NO NÍVEL INTERNACIONAL E NO BRASIL. In: ALVES, Francelinoi Alves; CORRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa (Orgs). **Desenvolvimento territorial e agroecologia.** 1 ed. São Paulo: Expressão -Popular, 2008. p. 07-31.

SAQUET, Marcos Aurélio. **CAMPO-TERRITÓRIO:** considerações teórico-metodológicas. Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 60-81, fev. 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11780/6894>. Acesso em 02 de junho de 2011.

_____. **OS TEMPOS E OS TERRITÓRIOS DA COLONIZAÇÃO ITALIANA.** Porto Alegre, 2002. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/01/01_marcos.pdf>. Acesso em 02 de junho de 2011.

STADLER, Cleusi Teresinha Bobato. **Imbituva:** uma cidade dos Campos Gerais. 2 ed. Julho de 2005.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). **Termo de**

Referência Para a Atuação do Sistema SEBRAE em Arranjos Produtivos Locais. Julho de 2003.

SILVA, José Graziano da; TAKAGI, Maya; SANTOS, Ana Claudia. EXPERIÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E CONTROLE SOCIAL NO GOVERNO BRASILEIRO. In: DOWBOR, Ladislau. **Políticas para o desenvolvimento local.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

SILVEIRA, Caio. Desenvolvimento local e novos arranjos socioinstitucionais: algumas referências para a questão da governança. In: DOWBOR, Ladislau. **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica ou sobre a necessidade de uma "teoria aberta" do desenvolvimento sócio-espacial**. Território. Rio de Janeiro: LAJET/UFRJ, v. 1, n. 1, jul/dez. p. 5-22. 1996.

_____. **Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social**. Revista TERRITÓRIO, ano 11, n 3, jul/dez. 1997.

_____. O TERRITÓRIO: SOBRE ESPAÇO E PODER AUTONOMIA E DESENVOLVIMENTO. In: CASTRO, Iná Elias de *et.al* (org). **Geografia:** Conceitos e Temas. 10 ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007.(p. 77-116).

SOUZA, Celina. **Governos e sociedades locais em contextos de desigualdades e de descentralização**. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2002, vol.7, n.3, pp. 431-442. ISSN 1413-8123. DISPONIVEL EM; <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S1413-81232002000300004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 02 de abril de 2011.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Pesquisa de Campo em Geografia.** GEOgraphia**,** América do Norte, 4, set. 2009. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/78/76>. Acesso em: 15 Jun. 2011.

SUZIGAN, Wilson; GARCIA, Renato; FURTADO, João. Sistemas locais de produção/inovação. Metodologia para identificação, estudos de casos e sugestões de políticas. In: DINIZ, Clélio Campolina; LEMOS, Mauro Borges (Org.). **Economia e Território. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.** (p. 287-320).

STRAUCH, Ottolmy. Ensaio biobibliográfico sobre Alfred Marshall. In: MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia:** tratado introdutório. Tradução: Rômulo de Almeida e Ottolmy Strauch. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. (OS ECONOMISTAS). Vol. I. (p. 01-20).

STRAUSS, Anselm. **Pesquisa Qualitativa:** Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade.** AATR-BA, 2002. Disponível em: <http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf>. Acesso em 03 de fevereiro de 2012.

VENTURI, Luis Antonio Bittar (org). **Praticando a geografia:** técnicas de campo e laboratório em geografia e análise ambiental. São Paulo: Oficina de textos, 2005.

ANEXOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO: SOCIEDADE E NATUREZA

Questionário destinado aos empresários do APL de malhas de Imbituva-PR

Data:____/____/_____.

1- Razão social:_____.

1.1- Nome da empresa _____.

1.2 - Ano de fundação da empresa _____.

1.3 - Nome do empresário ou empresária _____.

2- Nome dos sócios (as) _____.

2.1 – Qual motivo o (a) fez instalar a empresa de malhas na cidade?

_____
_____
_____
_____

3 - Números de funcionários da empresa

Permanentes:_____.

Temporários:_____.

4 - O empresário (a) é casado (a) ou vivem juntos?

Sim ( ) não ( )

5 - Quem comanda a empresa?

Homem ( ) Mulher ( ) Filhos ( )

6 -**Tem f**ilhos?

sim ( ) Quantos?_____ não ( )

7 - Qual o grau de escolaridade do empresário (a)?

Estudei de 1ª a 4ª série ( ) Estudei de 5ª a 8ª série ( )
Ensino médio incompleto ( ) Ensino médio completo ( )
Ensino superior incompleto ( ) Ensino superior completo ( )
Outras especializações se houver cursado ex: pós/mestrado/doutorado
_____
_____

8 – O empresário (a) nasceu em Imbituva-PR? _____.

8.1 - Qual é a descendência do empresário (a) ?_____.

9 - É adepto de religião/credo. Não ( ) Sim ( ). Qual?_____.

10- A sobrevivência sua e de sua família é obtida somente fruto da renda proveniente do ramo das malhas?
sim ( ) não ( )
10.1 - Qual outra profissão que contribui para a renda?_____.
10.2 - Essa outra profissão é exercida pelo: esposo ( ) esposa ( ) filhos ( ).
10.3 - A renda obtida fora do ramo de malhas é mais viável do que a obtida com a empresa de malhas?
Sim ( ) não ( ).

11 - A empresa possui máquinas automáticas (programada por computador)?
Sim ( ). Marca: _____Importada ( ) Nacional ( )
Não ( ).
11.1 - Pretende adquirir? Sim ( ) Não ( ). Em caso de não por quê?-
_____
_____
_____
_____.

12 - As inovações tecnológicas adotadas pela empresa dispensaram ou não empregados (mão de obra)?

( ) sim. Quantas_____ não ( ).

13 - Está associado a IMBITUMALHAS? Sim ( ) Não ( )

13.1 - Está satisfeito (a) com a atuação da IMBITUMALHAS? Por quê?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

14 - No ano de 2009 quantas peças de roupas foram vendidas?_____.
14.1 - Em média qual foi o valor negociado por peça em 2009?_____.

15 - Em sua opinião qual a importância da cooperação/associativismo para as empresas do APL?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

16 - Você acredita que a cooperação pode gerar benefícios coletivos para o APL de malhas?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

17 - Você tem acesso aos coordenadores do projeto APL? sim ( ) não ( )

18 - A associação das malharias ou a empresa em que você atua têm ministrado algum tipo de curso/qualificação para os funcionários, empresários e para o público em geral?

_____
_____
_____
_____
_____

19 - Algum membro do APL acompanha as ações da classe política local (participação nas reuniões da câmara de vereadores; acompanhamento das finanças públicas do município; sugestões de investimentos públicos)?

_____
_____
_____
_____
_____
_____

20 - Você participa/acompanha ativamente as ações da classe política local?

_____
_____
_____
_____
_____

21- Em sua opinião houve ou não evolução da cooperação a partir do surgimento do projeto APL? Pode ser citados exemplos.

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

22- O projeto APL ao ser implantado no setor de malhas levou em consideração as ideias, opiniões dos empresários?

_____
_____
_____
_____
_____
_____

22.1 - Você expôs ideias, opiniões?

Sim e **fui ouvido (a)** ( )
Sim e **não fui ouvido (a)** ( )
Não expus ideias ( )

23- Ao ser implantado o projeto APL houve reuniões reunindo os empresários do setor?

sim ( ) não ( )

23.1 – Em reuniões do APL houve casos de debates, idéias, opiniões que geraram

desavenças entre empresários?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

24-Em sua opinião o projeto APL tem contribuído para o desenvolvimento do setor? Por quê?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

25- Você costuma visitar outras empresas para trocar informações?

Sim ( ) não ( ) as vezes ( )

26- Qual ou quais dificuldades sua empresa enfrenta, e que precisam ser solucionadas.

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____